

RELATÓRIO FINAL

RELATÓRIO FINAL – Março de 2013 a Dezembro de 2014



**COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE
PAULO STUART WRIGHT
SANTA CATARINA – BRASIL**

RELATÓRIO FINAL

Florianópolis – novembro de 2014.

Estrutura do Relatório

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PAULO STUART WRIGHT

COMPOSIÇÃO

MEMBROS

Anselmo da Silva Livramento Machado

Derlei Catarina de Luca

Edison Andrino de Oliveira

Naldi Otávio Teixeira

Ronei Danielli (desligamento em Dez/2013)

SUPLENTE

Elenise Magnus Hendler

Luciane Carminatti

Marcus Antônio Luiz da Silva

Rosângela de Souza

Coordenadores:

Naldi Otávio Teixeira (2013)

Anselmo da Silva Livramento Machado (2014)

Secretárias:

Claudia Valim

Juliana Cristina Cruz

Luiza Caruso Mac Donald

RELATÓRIO FINAL

AGRADECIMENTOS

Ao Governador do Estado de Santa Catarina – João Raimundo Colombo.

Ao Secretário de Estado da Casa Civil – Nelson Serpa.

À Secretária de Estado da Justiça de Santa Catarina – Ada Lili Faraco De Luca

Aos Presidentes da Assembleia Legislativa de Santa Catarina –
Joares Ponticelli e Romildo Titon

À equipe de Comunicação da ALESC.

À Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina.

Ao Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça.

À Câmara Municipal de Criciúma.

À Câmara Municipal de Joinville.

À Fundação Universitária de Blumenau – FURB.

À Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba – UNOESC.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC.

À imprensa de Santa Catarina, incansável no atendimento das demandas da Comissão da Verdade e apoiadora incontestada, nossa profunda gratidão.

ÍNDICE

Relatório _____	02
Anexo I – Decreto nº 1.415 _____	34
Anexo II – Regimento Interno _____	37
Anexo III – Lei nº 16.183/2013 _____	43
Anexo IV – Governadores de Estado no período de 1946 a 1988 _____	47
Anexo V – O caso Higino João Pio _____	49
Anexo VI – Degravação dos depoimentos dos perseguidos _____	77
Anexo VII – Laudo Oficial da CNV sobre Higino João Pio	
Anexo VIII – DVD – 1ª Audiência Pública ALESC – CEV/SC	
Anexo IX – DVD – Depoimento de Salim Miguel e Eglê Malheiros (24/06/13)	
Anexo X – DVD – Depoimento Celso Padilha (01/07/13)	
Anexo XI – DVD – Audiência Pública ALESC - CEV/SC – Paulo Stuart Wright (04/09/13)	
Anexo XII – DVD – Sessão solene ALESC sobre Paulo Stuart Wright – (04/09/13)	
Anexo XIII – DVD – Audiência Pública ALESC – CEV/SC – Mulheres e Crianças (05/09/13)	
Anexo XIV – DVD – Audiência Pública ALESC – CEV/SC – Jornalistas (24/09/13)	
Anexo XV – DVD – Depoimento do Deputado Edison Andrino (15/10/13)	
Anexo XVI – DVD – Audiência Pública ALESC – CEV/SC – Operação Barriga Verde (21/10/13)	
Anexo XVII – DVD – Audiência Pública FURB – CEV/SC – Blumenau e Balneário Camboriú – 27 e 28/11/13)	
Anexo XVIII – CD – Áudio da Audiência FURB – CEV/SC	
Anexo XIX – DVD – Depoimento – Eli Martins, Manoel Dias e Heitor Bittencourt – (20/05/14)	
Anexo XX - Anexo XX – DVD - Audiência Pública em Joaçaba – SC - 15/04/2014.	
Anexo XXI – DVD - Audiência Pública em Criciúma – SC - 05/05/2014.	
Anexo XXII – DVD - Depoimento de Eli Martins, Manoel Dias e Heitor Bitencourt - 20/05/2014.	
Anexo XXIII – DVD - Reportagem da Audiência Pública sobre o Higino João Pio - 03/06/2014.	
Anexo XXIV – DVD - Audiência Pública em Joinville – SC - 04/06/2014.	

RELATÓRIO FINAL

- Anexo XXV – DVD - Audiência Pública em Joinville, parte II – SC - 04/06/2014.
- Anexo XXVI – DVD - Depoimentos de Sérgio Grando, Erico Szpoganicz, DR. Léo e Barragan - 30/06/2014.
- Anexo XXVII – DVD - Documentário Marcos Cardoso.
- Anexo XXVIII – CD – Áudio da Audiência Porto União.
- Anexo XXIX – DVD - Audiência Pública em Papanduva – SC - 14/ 10/2014.
- Anexo XXX – DVD – Caso Papanduva - CEV/ PR – Oitivas no sítios - 14/ 10/ 2014.
- Anexo XXXI – CD – Fotos – primeira audiência – Antonieta de Barros 15/07/2014.
- Anexo XXXII – CD – Fotos de Audiências Públicas – 2013.
- Anexo XXXIII –Relação nominal de catarinenses presos políticos.
- Anexo XXXIV – Matérias veiculadas na Imprensa.
- Anexo XXXV – Matéria sobre a história do Higino João Pio.
- Anexo XXX –Relação nominal de catarinenses presos políticos. _____ 179
- Anexo XXXI – Matérias veiculadas na Imprensa.

SUMÁRIO

I - A Comissão Estadual da Verdade.

Capítulo 1 – A instituição da CEV e seu marco legal;

Capítulo 2 – Critérios conceituais e metodológicos e periodização histórica adotados pela CEV para identificação das graves violações e de outras violações aos direitos humanos ocorridas no período;

Capítulo 3 – As atividades da CEV;

Capítulo 4 – Os resultados alcançados pela CEV e as principais contribuições decorrentes de sua atividade.

II – Comprometimento das Estruturas de Estado com Graves Violações aos Direitos Humanos (1946/1988).

Capítulo 5 – Fundamentos políticos e jurídicos da institucionalização de órgãos e procedimentos associados a graves violações aos direitos humanos: O período de 1946 a 1988;

Capítulo 6 – Fundamentos políticos e jurídicos da institucionalização de órgãos e procedimentos associados a graves violações aos direitos humanos: caracterização do golpe de Estado de 1964 e a ditadura civil-militar.

Capítulo 7 – Órgãos e procedimentos de caráter nacional.

Capítulo 8 – As estruturas de violação no quadro da Federação.

Capítulo 9 – O apoio social organizado às ações institucionais de violação.

Capítulo 10 – Conexões internacionais nas ações institucionais de violação.

Capítulo 10^A – A coordenação repressiva internacional. América Latina: Operação Condor.

III – Práticas, Métodos e Eventos Emblemáticos de Graves Violações aos Direitos Humanos.

Capítulo 11 – Práticas e métodos das graves violações aos direitos humanos.

Capítulo 12 – Prisões arbitrárias e ilegais.

Capítulo 13 – Torturas e maus tratos.

Capítulo 14 – Execuções, assassinatos e mortes decorrentes de tortura.

Capítulo 15 – Desaparecimentos forçados e ocultações de cadáveres.

Capítulo 16 – Eventos mais expressivos de graves violações aos direitos humanos.

Capítulo 17 – Instituições e locais associados a graves violações aos direitos humanos.

Capítulo 18 – A autoria das graves violações aos direitos humanos.

RELATÓRIO FINAL

IV – Vítimas e Grupos Sociais Vitimados.

Capítulo 19 – As vítimas das graves violações aos direitos humanos.

Capítulo 20 – As graves violações nos grupos políticos insurgentes.

Capítulo 21 – As graves violações no meio militar.

Capítulo 22 – As graves violações na população rural.

Capítulo 23 – As graves violações em meio aos povos indígenas.

Capítulo 24 – As graves violações no meio sindical.

Capítulo 25 – As graves violações no meio religioso.

Capítulo 26 – As graves violações no meio educacional.

Capítulo 27 – As graves violações por gênero.

V – As Instituições do Estado e a Sociedade Face às Graves Violações aos Direitos Humanos;

Capítulo 28 – Repercussão e reação, no âmbito estatal e na sociedade, à ocorrência de graves violações aos direitos humanos.

Capítulo 29 – Reação às graves violações no âmbito das instituições legislativas.

Capítulo 30 – Reação às graves violações no âmbito do Ministério Público e do Judiciário.

Capítulo 31 – A oposição social às graves violações.

VI – Conclusões e Recomendações.

Capítulo 32 – Conclusões.

Capítulo 33 – Recomendações.

RELATÓRIO FINAL

MISSÃO

A BUSCA DA VERDADE

O nome da Comissão presta homenagem a PAULO STUART WRIGHT, deputado estadual cassado e desaparecido durante o regime militar de 1964.

A Comissão Estadual da Verdade foi criada com a finalidade de auxiliar a Comissão Nacional, visando **examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas por motivação exclusivamente política no período de 18 de setembro de 1946 à 05 de outubro de 1988, no território do Estado de Santa Catarina, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e contribuir para a promoção da reconciliação nacional.**

A Comissão Estadual da Verdade foi criada por Decreto Governamental Nº 1.415, de 1º de março de 2013 e sua instalação ocorreu em 03 de junho de 2013. No início dos trabalhos restou verificado pela Comissão a precariedade da sua criação por decreto governamental e solicitado a regularização com a emissão de Projeto de Lei pelo Chefe do Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Posteriormente, a Comissão Estadual da Verdade foi instituída através da Lei Nº 16.183, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013, cujo diploma legal convalidou os atos praticados por ela até então.

Capítulo 1 – A instituição da Comissão Estadual da Verdade e seu marco legal.

A Comissão Estadual da Verdade foi criada em 01.03.2013, através do Decreto Estadual N° 1.415, sendo que sua instalação ocorreu em 03.06.2013. Foi composta inicialmente por 05 (cinco) membros efetivos indicados pelo chefe do poder executivo que observou dar ampla representatividade a sociedade e aos poderes constituídos em sua composição.

Para isso, foram convidados um membro do Governo do Estado, representado pela Procuradoria Geral do Estado, um membro do Parlamento Catarinense, representado por um Deputado Estadual, um representante do Poder Judiciário, indicado pelo Tribunal de Justiça, um representante da Sociedade Civil indicado pelo Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina.

A Comissão Estadual da Verdade ficou vinculada à estrutura de governo da Casa Civil do Estado de Santa Catarina, diretamente ao Gabinete do Secretário, que forneceu a estrutura necessária para seu funcionamento e permitiu a utilização de todo o seu aparato de comunicação e assessoramento.

Logo no início dos trabalhos, os membros da Comissão constataram a precariedade da sua criação por decreto governamental, mas isso não foi impeditivo de seu funcionamento. Em seguida deu-se o início dos levantamentos em busca das pessoas que sofreram lesões aos direitos humanos em Santa Catarina no período de 1946 a 1988. Para solucionar o problema da legalidade, foi solicitado a Casa Civil que regularizasse o trabalho da comissão com o envio de Projeto de Lei pelo Chefe do Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Em 05.12.2013, a Comissão Estadual da Verdade foi então instituída através da Lei N° 16.183, cujo diploma legal convalidou os atos praticados por ela até então.

Os dispositivos legais acima citados estão inseridos ao relatório em forma de anexos, inclusive o regimento interno da Comissão.

RELATÓRIO FINAL

Capítulo 2 – Critérios conceituais e metodológicos e periodização histórica adotados pela Comissão Estadual da Verdade para identificação das graves violações e de outras violações aos direitos humanos no período investigado.

Critério Conceitual - A Comissão Estadual da Verdade utilizou como critério conceitual para seu trabalho, a investigação de toda e qualquer lesão aos direitos humanos, sofrido por qualquer pessoa, em território catarinense, no período compreendido entre 1946 a 1988, por motivação política.

Critério Metodológico – A metodologia adotada pela Comissão Estadual da Verdade, para apuração das lesões aos direitos humanos, foi a pesquisa documental, o depoimento pessoal e perícia técnica.

Periodização histórica – Muito embora o período histórico abrangido pelas legislações federal e estadual delimitem as investigações de lesões aos direitos humanos entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright trabalhou mais o período ditatorial. Vítimas que sofreram em período anterior a 1964 encontram-se nos Municípios de Papanduva e Três Barras relacionadas a desapropriação de terras para o Campo de Treinamento Marechal Hermes efetuado pelo Exército Brasileiro.

Capítulo 3 – As atividades da Comissão Estadual da Verdade.

As atividades da Comissão Estadual da Verdade iniciaram em 03.06.2013, na sala das comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. As reuniões ocorreram ordinariamente todas as segundas-feiras, naquele mesmo local, em agenda previamente acordada, com os membros integrantes e amplamente divulgada.

A Casa Civil e a ALESC disponibilizaram cada qual, uma funcionária do seu quadro para secretariar e auxiliar os trabalhos da Comissão. A ALESC, também disponibilizou a estrutura da TVAL (TV Assembleia) que gravou em mídia todas as audiências públicas e reuniões onde houvera a oitiva de vítimas e testemunhas das graves lesões aos direitos humanos, ocorridas no período.

A Comissão da Verdade realizou audiências públicas, em várias regiões do estado de Santa Catarina objetivando possibilitar às vítimas de lesões a direitos humanos que prestassem seu depoimento à Comissão. Foram realizadas audiências públicas nas cidades de Florianópolis, Blumenau, Joaçaba, Criciúma e Joinville. Reuniões para oitiva de vítimas nas cidades de São José, Balneário Camboriú, Balneário Barra do Sul e Porto União. Também foi realizada reunião conjunta com a Comissão da Verdade do Estado do Paraná, na cidade de Papanduva - SC, para apuração de lesões aos direitos humanos, relacionados ao Campo de Treinamento Marechal Hermes, do Exército Brasileiro.

Outro importante trabalho realizado pela comissão foi a recuperação documental dos inquéritos policiais militares – IPM, que se encontravam na biblioteca da Ordem dos Advogados do Brasil e os processos da Lei de anistia estadual nº 10.719/98, que se encontravam no arquivo da Secretaria de Justiça e Cidadania e que foram disponibilizados à Comissão da Verdade.

Capítulo 4 – Os resultados alcançados pela comissão estadual da verdade e as principais contribuições decorrentes de suas atividades.

Os principais resultados alcançados pela Comissão Estadual da Verdade foi o mapeamento no estado de Santa Catarina das vítimas que sofreram graves lesões aos direitos humanos durante o período compreendido entre 1964 a 1988. A comissão participou de audiência pública com pessoas ainda vivas ou seus descendentes que sofreram lesões aos direitos humanos anteriores a 1964, com a desapropriação forçada de suas terras, no norte do país.

O mapeamento conforme demonstra a relação em anexo identificam as vítimas e os locais onde as prisões aconteceram. Nos depoimentos e nas pesquisas efetuadas junto aos documentos que a comissão teve acesso, constatou-se que boa parte da chamada grave lesão, caracterizada pela tortura física, não aconteceu em solo catarinense. As prisões irregulares eram feitas em Santa Catarina e os presos políticos eram levados à Curitiba/PR para serem interrogados na 5ª Região Militar a qual o estado estava subordinado.

O único caso confirmado em Santa Catarina, investigado a pedido da Comissão Estadual da Verdade, foi a morte do ex-prefeito de Balneário Camboriú, **Higino João Pio**, confirmada pela perícia realizada pela Comissão Nacional da Verdade. De acordo com os dados oficiais, o ex-prefeito foi encontrado morto nas dependências da Escola de Aprendizes de Marinheiros de Santa Catarina e teria cometido suicídio em 03.03.1969, alguns dias após sua prisão por questões políticas. Após a perícia realizada pela Comissão Nacional da Verdade foi constatado que o ex-prefeito fora assassinado, provavelmente pelas forças de segurança, mas impossível identificar os autores do crime. O relatório da perícia foi encaminhado à família do ex-prefeito para a retificação do atestado de óbito e ao Ministério Público Federal em Santa Catarina para que proceda os atos necessários ao esclarecimento dos fatos.

II – Comprometimento das Estruturas de Estado com Graves Violações aos Direitos Humanos (1946/1988).

Capítulo 5 – Fundamentos políticos e jurídicos da institucionalização de órgãos e procedimentos associados a graves violações aos direitos humanos: O período de 1946 a 1988;

A Comissão Estadual da Verdade não apurou os fundamentos políticos e jurídicos da dos órgãos associados as violações dos direitos humanos no período compreendido entre 1946 a 1988.

Capítulo 6 – Fundamentos políticos e jurídicos da institucionalização de órgãos e procedimentos associados a graves violações aos direitos humanos: caracterização do golpe de Estado de 1964 e a ditadura civil-militar.

Não foi apurado pela Comissão Estadual da Verdade.

Capítulo 7 – Órgãos e procedimentos de caráter Estadual.

Não foi apurado pela Comissão Estadual da Verdade.

Capítulo 8 – As estruturas de violação no quadro Estadual.

No Estado de Santa Catarina, a Comissão Estadual da Verdade apurou a participação no esquema repressivo dos seguintes órgãos existentes no estado:

- Secretaria de Segurança Pública;
- Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS;
- 5º Distrito Naval;
- Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;
- Delegacia de Polícia Federal;
- Hospital da Polícia Militar;
- Escola de Aprendizes de Marinheiros em Santa Catarina;
- 5º Batalhão de Engenharia de Combate – Porto União/SC;
- Ministério do Exército;

RELATÓRIO FINAL

Capítulo 9 – O apoio social organizado às ações institucionais de violação.

A Comissão Estadual da Verdade apurou as seguintes organizações que deram apoio às instituições de violação:

- Fundação Tupy (Joinville);
- Associação das Mulheres Deus, Pátria e Família;
- Segmentos da Igreja Católica;
- Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;
- Governo do Estado de Santa Catarina;
- TFP - Tradição Família e Propriedade;

Capítulo 10 – Conexões internacionais nas ações institucionais de violação.

A Comissão Estadual da Verdade, não conseguiu identificar conexão internacional nas ações institucionais de violação.

Capítulo 10^A – A coordenação repressiva internacional. América Latina: Operação Condor.

A Comissão Estadual da Verdade constatou o sequestro ocorrido na Argentina de João Batista Rita, onde se encontrava asilado, em 1973. João Batista Rita, segundo testemunhas, foi entregue ao Exército Brasileiro e encontra-se desaparecido desde 1974.

III – Práticas, Métodos e Eventos Emblemáticos de Graves Violações aos Direitos Humanos.

Capítulo 11 – Práticas e métodos das graves violações aos direitos humanos.

A Comissão Estadual da Verdade apurou no âmbito do estado de Santa Catarina, diversas violações aos direitos humanos, sendo a sua grande maioria pela prisão ilegal de cidadãos, por motivação política, conforme descrito no final do presente relatório.

Capítulo 12 – Prisões arbitrárias e ilegais.

As prisões ilegais acontecidas em Santa Catarina estão descritas no final do Relatório.

Capítulo 13 – Torturas e maus tratos.

A Comissão Estadual da Verdade, constatou alguns casos de tortura e maus tratos no território catarinense, em especial os seguintes;

- Açoitamento dos camponeses, integrantes do Grupo dos Onze, na região de Joaçaba e Oeste Catarinense;
- Maus tratos de presos políticos nas dependências da Delegacia da Polícia Federal em Santa Catarina (Estreito) durante a Operação Barriga Verde;
- Maus tratos e espancamento nas dependências de unidades da Polícia Militar de Santa Catarina (Concórdia);

Capítulo 14 – Execuções, assassinatos e mortes decorrentes de tortura.

A Comissão Estadual da Verdade apurou uma morte decorrente de tortura no estado de Santa Catarina - do Ex-Prefeito de Balneário Camboriú, Higinio João Pio.

RELATÓRIO FINAL

Capítulo 15 – Desaparecimentos forçados e ocultações de cadáveres.

Não foram constatados desaparecimentos forçados e ocultações de cadáveres no estado de Santa Catarina.

Capítulo 16 – Eventos mais expressivos de graves violações aos direitos humanos.

Foram constatados os seguinte eventos:

- Queima de livros em praça pública;
- Prisão ilegal de estudantes;
- Promoção do terror no Planalto Norte pelo General de Brigada Dário Coelho;
- Perseguição aos mineiros de carvão (perda do emprego);
- Elaboração de listas negras em Joinville, por empresários locais;

Capítulo 17 – Instituições e locais associados a graves violações aos direitos humanos.

Foram identificados os seguintes locais:

- Colégio Estadual Professor Lapagesse (Criciúma);
- Edifício do Plano Nacional do Carvão (MME - Criciúma);
- Estádio do Esporte Clube Criciúma; (Criciúma)
- Delegacia Estadual de Biguaçu; (Biguaçu)
- Colônia Penal de Canasvieiras (Florianópolis);
- Hospital Naval; (Florianópolis)
- Escola de Aprendizes de Marinheiros de Santa Catarina; (Florianópolis)
- Polícia Militar de Santa Catarina. (Florianópolis)

Capítulo 18 – A autoria das graves violações aos direitos humanos.

A Comissão Estadual da Verdade apurou as seguintes autorias nas lesões a direitos humanos no estado de Santa Catarina;

- General de Brigada Dário Coelho;
- 1º Tenente Ronaldo Cunha Costa;
- Delegado da Polícia Federal Lúcio Jaime Acosta.

RELATÓRIO FINAL

PARTE IV

VÍTIMAS e GRUPOS SOCIAIS VITIMADOS

CAPÍTULO 19

As vítimas das graves violações aos direitos humanos

Até dia 20 de novembro de 2014, apuramos em Santa Catarina o total de 697 pessoas detidas. A imensa maioria sem ordem judicial, o que configura prisão ilegal e sequestro.

Casos mais notórios:

1. **Incêndio de livros** na Praça Quinze em abril de 1964.
O Exército Brasileiro invadiu a livraria Anita Garibaldi, de propriedade do escritor Salim Miguel e queimou os livros em praça pública.
2. Quinze estudantes catarinenses foram detidos no **Congresso da UNE**, em Ibiúna, em 1968.
3. Em 05 de dezembro de 1968 a Secretaria de Segurança Pública do Estado sequestrou vários estudantes, mantendo-os presos na cadeia pública de **Biguaçu**, sem ordem judicial, sem interrogatório formal, nem registro de impressões digitais. Os jovens eram: Derlei Catarina De Luca, Heitor Bitencourt Filho, Paulo Joaquim Alves, Rômulo Coutinho de Azevedo e Sérgio Luiz Bonzon.
4. A **Operação Barriga Verde**: Em 1975 a Polícia Federal deflagrou uma operação para prender militantes do Partido Comunista Brasileiro, em território catarinense. O episódio ficou conhecido como Operação Barriga Verde e quase 50 catarinenses foram detidos.
5. Nosso estado teve **10 catarinenses assassinados** e 03 continuam desaparecidos. Um foi assassinado em território catarinense.
6. **Novembrada**: Em novembro de 1979 vários estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina foram detidos depois de uma manifestação contra o Presidente Militar João Figueiredo.
7. Vinte e cinco sindicatos sofreram intervenção.
8. As **cidades litorâneas** de S. Francisco do Sul, Itajai, Laguna e Imbituba tiveram seus prefeitos presos e cassados.

9. Em **números resumidos**: 84 camponeses, 30 mulheres, 130 sindicalistas, 52 advogados. Criciúma foi muito perseguida pela existência das minas de carvão e Florianópolis por ser uma cidade com muitas universidades.

10. Dois menores de idade foram mantidos presos, por meses, em função da atividade dos pais.

11. **Locais utilizados** como presídio político:

Em Criciúma: Colégio Estadual Professor Lapagesse, Prédio do Plano Nacional do Carvão, pertencente ao Ministério das Minas e Energia, atual sede da Fundação Cultural e o estádio do Esporte Clube Comerciário, atual Criciúma.

Em Florianópolis: Delegacia de Polícia de Biguaçu, Colônia Penal em Canasvieiras, Polícia Militar de Florianópolis, Hospital Naval e Escola de Aprendizes de Marinheiros.

Os assassinados:

Arno Preis, de Forquilha, advogado, assassinado em Tocantins;

Frederico Eduardo Mayr, de Timbó, universitário, assassinado em SP;

Hamilton Fernando Cunha, de Florianópolis, gráfico, assassinado em SP;

Higino João Pio, de Itapema, prefeito, assassinado em Florianópolis, SC;

Luiz Eurico Tejada Lisboa, de Porto União, estudante, assassinado em SP;

Rui Osvaldo Pfitzenreuter, de Orleans, jornalista, assassinado em SP;

Wânio José de Mattos, de Piratuba, Capitão da Polícia Militar, morto no Chile.

Os desaparecidos:

Divo Fernandes d'Oliveira, marinheiro, de Tubarão, desaparecido no RJ;

João Batista Rita, universitário, de Criciúma, desaparecido no RJ;

Paulo Stuart Wright, deputado, de Herval do Oeste, desaparecido em SP.

Outros assassinados, cujos familiares vivem em Santa Catarina:

Alceri Gomes da Silva, Lucindo Costa, Luis Guilardini

RELATÓRIO FINAL

CAPÍTULO 20

As graves violações nos grupos políticos insurgentes

Quatro grupos foram severamente procurados e reprimidos em Santa Catarina:

Partido Trabalhista Brasileiro - PTB

Grupo dos Onze,

Ação Popular – AP e

Partido Comunista Brasileiro - PCB

A Operação Barriga Verde foi organizada essencialmente para reprimir o PCB.

A repressão ao Grupo dos Onze foi particularmente severa no Planalto Norte Catarinense.

CAPÍTULO 21

As graves violações no meio militar

Vários militares catarinenses sofreram repressão:

Nery Clito Vieira, Coronel da Polícia Militar, de Chapecó. Preso e cassado;

Wânio José Fernandes, Tenente da Polícia Militar, preso em 1964, posteriormente cassado, banido e assassinado no Chile, nascido em Piratuba;

Alfred Darcy Addsion, Tenente da Cavalaria, preso e cassado, de São Francisco do Sul;

Augusto Luis de Brito, Oficial da Marinha Brasileira, preso e cassado. Capitania dos Portos, de S. Francisco do Sul;

Arri Lorenzetti, da Marinha Mercante;

César Brumm, Oficial da marinha, expulso em 1964.

Francisco Sales de Moraes, – Soldado, preso e cassado em 1964, de Florianópolis.

CAPÍTULO 22

As graves violações na população rural

As violações no meio rural aconteceram em função da organização dos chamados **Grupo dos Onze**, brizolistas que pretendiam se organizar para defender o governo de João Goulart. Mais de duzentos catarinenses foram presos em 1964, acusados de pertencerem ao Grupo dos Onze. As cidades que mais sofreram este tipo de repressão situam-se no oeste do Estado catarinense, área de pequenas propriedades agrícolas. Foram todas prisões ilegais, sem ordem judicial em: Araquari, Caçador, Campos Novos, Caxambu do Sul, Chapecó, Dionísio Cerqueira, Irineópolis, Ituporanga, Joaçaba, Lages, Luzerna, Mafra, Matos Costa, Videira, Xanxerê e Porto União – fronteira com o Paraná.

A repressão foi dirigida pelo 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado 5º B E CMB – BLD. Comandado pelo General de Brigada **Dario Coelho**. Em abril de 1964, ele ordenou a prisão e indiciou 230 pessoas nas cidades de Porto União, Major Costa, Canoinhas e Irineópolis.

Ele indiciou também no inquérito: Leonel Brizola, Getúlio Vargas e Fidel Castro.

AS ESTRUTURAS DE COMANDO PLANALTO NORTE CATARINENSE

Dirigiram a repressão nas cidades catarinenses de Porto União, Caçador, Salto Veloso, Arroio Trinta, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Tangará, Herval d'Oeste e Campos Novos:

Ministério da Guerra

III Exército

5º Batalhão de Engenharia de Combate

General de Brigada Dario Coelho;

Major Rubens Pedro Bom;

RELATÓRIO FINAL

1º Tenente Ronaldo Cunha Costa;

Auxiliar: 2º Tenente Nilson Andretta Suman;

Escrivão: 2º Sargento José Wolski;

Auxiliares de escrivão: 3º Sargento: Tapir de Macedo;

3º Sargento: Almir Rosa.

CAPÍTULO 23

As graves violações em meio aos povos indígenas

Temos em território catarinense os seguintes grupos indígenas:

Guaranis – no sul e litoral;

Kaikang – no oeste;

Xokleng – no oeste;

Não pesquisamos estes grupos.

Temos somente o registro da prisão, em 1964, de **Nereu Moreira da Costa**, Chefe do Posto Indígena, na cidade de Xanxerê.

CAPÍTULO 24

As graves violações no meio sindical

Vários sindicatos foram invadidos em Santa Catarina. O Sindicato dos Trabalhadores do Carvão na cidade de Criciúma, mais conhecido como Sindicato dos Mineiros teve sua sede invadida e incendiada. Seus dirigentes foram presos e torturados. Em Criciúma os militares conferiam o nome do preso e comentavam: “**Este é da lista de Sebastião Neto Campos**”. Sebastião Neto Campos era proprietário de uma mina de carvão e deputado estadual.

Vários depoimentos de presos políticos de Joinville ressaltam a participação da **empresa Fundação Tupy** no esquema repressivo. Havia na empresa, uma sala especial para os militares. Quem era demitido por participação política ou reivindicação salarial tinha a carteira de trabalho assinada com caneta vermelha. Era o

código utilizado entre as empresas e a pessoa nunca mais arrumava emprego na cidade.

Sindicatos que sofreram intervenção:

1. Sindicato dos Mineiros de Criciúma;
2. Sindicato dos Mineiros de Lauro Muller;
3. Sindicato dos Portuários de Itajaí;
4. Sindicato dos Portuários de Laguna;
5. Sindicato dos Portuários de Imbituba;
6. Sindicatos dos Portuários de São Francisco do Sul;
7. Sindicato dos Arrumadores de São Francisco do sul;
8. Sindicato dos Bancários de Florianópolis;
9. Sindicato dos Bancários de Concórdia;
10. Sindicato dos Bancários de Itajaí;
11. Sindicato dos Bancários de Blumenau;
12. Sindicato dos Estivadores de Laguna;
13. Sindicato dos Estivadores de Imbituba;
14. Sindicato dos Estivadores de Itajaí;
15. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tubarão;
16. Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville;
17. Sindicato dos Metalúrgicos de Florianópolis;
18. Sindicato dos Metalúrgicos de Itajaí
19. Sindicato dos Metalúrgicos de Joaçaba;
20. Sindicato dos Trabalhadores da CSN – Tubarão;
21. Sindicato dos Marceneiros de Mafra;
22. Colônia de Pescadores de Laguna;
23. Sindicato dos Sicuritários de Itajaí;
24. Sindicato Mobiliário de São Bento do Sul;
25. Sindicato dos Vigilantes de Joaçaba.

RELATÓRIO FINAL

CAPÍTULO 25

As graves violações no meio religioso

Alguns sacerdotes catarinenses foram presos:

1. **Antonio Alberto Soligo**, de Caçador. Integrado na produção com os metalúrgicos, no ABC, foi preso em 1969 e bastante seviciado em São Paulo;
2. **Osni Carlos Rosenbrock**, vigário de Tubarão, preso em 1964, por ajudar na organização do Sindicato Rural;
3. **Paulo Martinechen Neto**, vigário de Joaçaba, preso em 1964.

CAPÍTULO 26

As graves violações no meio educacional

Professores afastados da sala de aula: Eglê Malheiros e Derlei Catarina De Luca.

CAPÍTULO 27

As graves violações por gênero

30 mulheres catarinenses foram presas durante a ditadura, sendo que algumas foram muito torturadas.

1. **Derlei Catarina De Luca**: Foi presa no dia 23 de novembro de 1969, domingo.

Nome dos torturadores:

- Capitão Mauricio Lopes Lima;
- Capitão Homero César Machado;
- Capitão Benone Albernaz;
- Delegado Lourival Gaeta.

Foi colocada no pau de arara, cadeira do dragão, levou choque elétrico nos seios e vagina, recebeu palmatória, durante dias seguidos. Foi solta sem instauração de inquérito na Semana Santa do ano de 1970.

2. Marlene de Souza Soccas

Preso no dia 10 de maio de 1970, às 15 horas, um domingo. Saiu por volta de 22 de julho.

Nome dos torturadores:

- Delegado Lourival Gaeta;
- Capitão Homero Cesar Machado;
- Capitão Benoni de Arruda Albernaz;
- Delegado Otávio, deu choques e a sufocou com toalha suja;
- Capitão Dalmo Muniz Cyrilo, interrogou- a sem tortura.

Sofreu pau de arara, cadeira do dragão, choque elétrico nos seios e vagina e palmatória, durante dias seguidos.

3.Terezinha Moliterno Nunes Garcia: Apesar das muitas torturas sofridas, e por encontrar-se em tratamento de saúde preferiu não dar depoimento.

4.Clair de Flora Martins, seu depoimento deverá constar do relatório da CEV do Paraná.

Outras mulheres presas políticas:

5. Anita Pires, 1964;
6. Brigitte B. de Souza, 1975, Operação Barriga Verde;
7. Edy Santos da Costa, maio/1964;
8. Egle Malheiros Miguel, 1964;
9. Elineide Licia Martins. 1975;
10. Elyanni Marinho de Souza Santos; 1964;
11. Geci Varella Dittrich, 1964;
12. Gilda Laus, 1968;
13. Hildegard Brand, 1964;
14. Laura Filomeno, 1964;
15. Lenir Justino, 1975;
16. Ligia Doutel de Andrade, deputada federal, cassada, 1969;

RELATÓRIO FINAL

17. Ligia Giovanella, 1979;
18. Linete de Oliveira Borges;
19. Lucia Schatzmann, 1976;
20. Maria da Glória Rocha;
21. Maria Damasio Zeferino Domingos, 1976;
22. Maria Isabel Regis Camargo, 1972;
23. Marize Lippel, 1979;
24. Ondina Borges, 1964, PCB;
25. Perpetua Janeti Batista dos Santos (Jane Argollo) 1969
26. Rita da Costa Avila Malheiros, 1964;
27. Rosangela de Souza, 1979;
28. Rosemaire Cardoso, 1968 e 1975;
29. Selma Adam, 1964
30. Zilma Gonçalves Serpa, 1976.

BIOGRAFIAS

HIGINO JOÃO PIO



Filiação: Tarcila Maria Simas e João Francisco Pio

Data e local de nascimento: 11.01.1922 - Itapema - SC

Organização Política: Prefeito Eleito pelo PSD - Partido Social Democrata

Data e local da Morte: 03.03.1969 - Florianópolis

Higino João Pio foi o primeiro prefeito de Balneário Camboriú (SC), eleito pelo PSD em 1965, assim que o novo município foi desmembrado de Camboriú.

Em função de disputas políticas locais e de ser amigo pessoal de João Goulart, foi acusado de irregularidades administrativas após o Golpe de 1964, sendo inocentado na Câmara Municipal.

Em fevereiro de 1969, precisamente na quarta-feira de cinzas, Higino João Pio e outros funcionários da Prefeitura foram presos por agentes da Polícia Federal e conduzidos para a Escola de Aprendizes de Marinheiros de Florianópolis. Após prestarem depoimento, todos foram soltos, exceto Higino, que permaneceu incomunicável. No dia 3 de março, a família foi notificada de sua morte, por suicídio. Foram colhidos depoimentos para comprovar a natureza política da prisão de Higino, todos ressaltando a liderança e o grande prestígio que tinha na cidade.

Por insistência do Coletivo Catarinense Memória, Verdade, Justiça e da Comissão estadual da Verdade, a CNV nomeou dois peritos para estudar o caso e apresentar um laudo definitivo.

As fotos apresentam Higino João Pio com os pés firmemente no chão, o queixo apoiado num vão da parede e as mãos dobradas. Situação impossível para um suicida. Os peritos Pedro Luiz Cunha e Roberto Niella concluíram que realmente Higino João Pio foi assassinado.

Fonte: Direito à memória e a Verdade - SDH - 2007 págs. 91;

Laudo pericial assinado.

RELATÓRIO FINAL

ARNO PREIS



Filiação: Edmundo Preis e Paulina Back

Data e local de nascimento: 08.06.1934 -
Forquilha, SC

Organização política a que pertencia: ALN, depois
MOLIPO

Data e local da morte: 15.02.72 - Paraíso do Norte,
Tocantins

Descendente de alemães católicos. Na infância e adolescência estudou em escolas católicas. Foi seminarista. Formou-se na Faculdade de Direito no Largo de São Francisco, SP. Militou na ALN - depois no MOLIPO.

Foi assassinado em Paraíso do Norte e enterrado como indigente, em 1972. Seu amigo Ivo Sooma pesquisou em Paraíso do Norte e encontrou o coveiro, Milton Gomes, que o havia enterrado.

Desenterrado em 1994, seus ossos foram examinados pelo IML de Brasília por solicitação do Deputado Nilmário Miranda, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Seus restos mortais foram trasladados a Forquilha, após receber homenagens na Câmara Federal, em Brasília, na Faculdade de Direito onde estudou, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na Catedral de Criciúma, e hoje estão enterrados no jazigo da família.

Palavras do Coronel do Exército Licio Augusto Ribeiro Maciel ao jornalista Luiz Maklouf:

"O Arno Preis foi eliminado na mesma área, (ao longo da Belém Brasília, em Paraíso, uma vila na época) acuado num matagal, às margens da rodovia, não se entregou e foi alvejado utilizando-se de faróis de caminhões, para evitar a fuga. Conseguiu matar dois militares. O Arno Preis, verdadeiro cão raivoso que, a despeito de todo o aparato e apelos para que se entregasse, desabalou em corrida para a mata, assinando sua própria sentença de morte. Pensou que de noite conseguiria fugir ao cerrado tiroteio que aconteceu, pois ninguém é trouxa. Foi preparada uma cortina de chumbo quente e ele que escolheu."

Fontes: Depoimento de Milton Gomes escrito por Ivo Sooma, 1994;

Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos, 1994;

Livro: Direito à Memória e à Verdade da SDH - 2007 – págs. 284,285.

DIVO FERNANDES D' OLIVEIRA



Filiação: Bernarda de Jesus e João Tomaz de Oliveira

Data e local de Nascimento: 03.01.1895 – Tubarão. SC

Organização política a que pertencia: PCB

Data e local do desaparecimento: 1965, Presídio Lemos de Brito
RJ

Divo era catarinense nascido em Tubarão, antigo militante do PCB e taifeiro da Marinha, participou no Rio de Janeiro, do comício da Central do Brasil, dia 13 de março de 1964, quando Jango anunciou o desencadeamento das chamadas Reformas de Base. Logo depois do Golpe de Estado, foi preso, aos 69 anos de idade, e levado para o presídio Lemos Brito.

Sua esposa, Nayde Medeiros, professora em Criciúma (SC), chegou a visitá-lo uma vez. Ao retornar ao Rio para nova visita, descobriu que seu marido havia desaparecido.

Recebeu informações desencontradas dos funcionários do presídio. Uns diziam que ele havia fugido outros, que fora transferido para o presídio Bangu I.

Nayde visitou prisões e cemitérios, escreveu às autoridades, mas nunca recebeu respostas, nem certidão de óbito, nem corpo, nem explicação alguma.

Em abril de 1965, foram localizados alguns pertences de Divo no Departamento do Sistema Penitenciário (DESIP) do Rio de Janeiro..

Alba Valéria, filha de Divo, começou a procurar o pai depois de adulta. Em 1989, esteve no Rio de Janeiro visitando várias repartições públicas e presídios. Uma funcionária do DESIP localizou uma pasta, número 21.426, onde havia o nome de Divo Fernandes D'Oliveira. Na pasta, Alba encontrou alguns documentos pessoais e nada mais.

Conforme declarações de Jorge Feliciano, ex-militante do PCB e ex-presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, e de Amadeu Luz, dirigente do PCB em Criciúma e em Santa Catarina, Divo deve ter sido morto na prisão Lemos Brito, no Rio de Janeiro. O corpo nunca foi entregue à família.

Fonte:

Depoimento da filha: Alba Valéria dos Reis

Livro: Direito à Memória e à Verdade – SDH - 2007

RELATÓRIO FINAL

FREDERICO EDUARDO MAYR



Filiação: Gertrud Mayr e Carlos Henrique Mayr

Data e local de nascimento: 29.10.1948 - Timbó, SC

Organização Política a que pertencia: MOLIPO

Data e local da morte: 24.02.1972 - São Paulo

Descendente de alemães, é bisneto pelo lado materno, de Fritz Müller biólogo e evolucionista chegado ao Brasil em 1852. Neto do médico alemão Eduardo Mayr, fundador do hospital de Rio do Sul.

Militante do MOLIPO foi baleado na noite de 23 de fevereiro, levado preso, foi torturado e morreu na Rua Tutóia em 24 de fevereiro.

Nenhuma informação sobre sua morte foi anunciada. Enterrado como indigente no cemitério de Perus, teve seus restos mortais identificados em 1992, pelo Departamento de Medicina Legal da UNICAMP, sendo tema do filme: **VALA COMUM.**

Elio Gaspari no livro A ditadura Escancarada relata:

"Tamanha onipotência na manipulação da realidade produziria dois casos patéticos(...) Outro "cubano", Frederico Eduardo Mayr, morre três vezes. A primeira a "caminho do hospital" depois de um tiroteio na Avenida Paulista. A segunda, no dia seguinte, "fugindo de um ponto", no Jardim da Glória. A terceira, no mesmo dia, alvejado pelos colegas quando estava dentro de um carro, preso. Na realidade, Mayr foi para o DOI CODI, onde o fotografaram e ficharam, dando-lhe o número 1112. Tinha uma bala alojada debaixo da pele da barriga. O ferimento era tão superficial que se podia apalpar o projétil. Conversava normalmente. Mataram-no com três tiros no peito, perfurando-lhe os dois pulmões."

O livro **Dos Filhos deste solo**, de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, descreve o martírio deste catarinense, jovem militante no DOI CODI/SP.

Fonte: Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos, 1995;

Livro: Direito à Memória e à Verdade da SDH - 2007 – págs. 285, 286;

Os filhos deste solo – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio;

A Ditadura Escancarada: Elio Gaspari;

Filme: Vala Comum.

HAMILTON FERNANDO CUNHA



Filiação: Filomena Maria Rosa e Fernando Manoel Cunha.

Data e local de nascimento: 1941 - Florianópolis, SC

Organização a que pertencia: VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

Data e local da morte: 11.02. 1969 - São Paulo.

O catarinense Hamilton Fernando Cunha, conhecido como “Escoteiro”, afro-descendente e operário da indústria gráfica, foi morto em 11/2/1969, por policiais do DOPS/SP, em seu local de trabalho, a Gráfica Urupês, no bairro paulistano da Mooca.

Militante da VPR, Hamilton participava do cotidiano cultural e intelectual de São Paulo, atuando em grupos de teatro e, com voz de tenor, cantava em coral.

A onda de prisões ocorrida logo após o AI-5 atingiu a rede de apoio da VPR, fazendo que, naquele início de fevereiro de 1969, Hamilton estivesse morando na mesma residência de outros dirigentes da organização, entre eles Carlos Lamarca, que abandonara o quartel do Exército em Quintaúna, Osasco, poucos dias antes.

Preocupado com a possibilidade de ser identificado pelos órgãos de segurança, Hamilton resolveu se demitir da gráfica onde trabalhava e, ao comparecer para assinar a rescisão trabalhista, por volta de 16 horas daquela data, foi preso e morto.

Fonte: Pedro e os Lobos de João Roberto Laque – 2010;

Livro Direito à memória e à Verdade, da SDH - 2017 págs. 90 e 450.

RELATÓRIO FINAL

JOÃO BATISTA RITA



Filiação: Araci Pereira Rita e Graciliano Miguel Rita

Data e local de nascimento: 24.08.1948 - Braço do Norte - SC

Organização política a que pertencia: M 3 G

Data e local do desaparecimento: 12 ou 13/01/1974 - Rio de Janeiro

Estudou no Colégio Madre Teresa Michel, em Criciúma.

Foi para Porto Alegre para cursar engenharia. Envolveu-se

em política a partir do escritório em que trabalhava. Preso em 10 de abril de 1970, foi banido do país trocado pelo Embaixador suíço, em janeiro de 1971. Exilado no Chile, lá continuou seus estudos, até 11 de setembro de 1973 quando do golpe militar liderado por Augusto Pinochet, naquele país.

As Embaixadas ficaram lotadas, pois a Junta Militar buscava freneticamente os estrangeiros. Ritinha, como era conhecido ficou asilado na Embaixada da Argentina e casou com sua namorada chilena: Amelia Barrera, no fim de 1973.

Foi preso em Buenos Aires na companhia de Joaquim Pires Cerveira, por homens que falavam português.

Foi visto por presos políticos quando chegou numa ambulância no DOI CODI/RJ. Os ex presos afirmam que estavam amarrados juntos, em posição fetal e a cabeça repleta de sangue.

Seu nome batiza rua em Criciúma, e também o Diretório Acadêmico da UNESC.

Claudio Guerra, nas declarações feitas a Marcelo Netto e Rogério Medeiros, publicado no livro **Memórias de uma guerra suja**, afirma que pegou os corpos de João Batista Rita e DO Major Cerveira na Rua Barão de Mesquita, onde funcionava o DOI CODI / RJ e levou-os para serem queimados nos fornos da Usina Cambahyba, na cidade de Campos dos Goyacazes, da família Heli Ribeiro. A família nunca recebeu o corpo, nem atestado de óbito.

Fonte: Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos

Memórias de uma guerra suja - Claudio Guerra, Marcelo Netto, Rogério Medeiros.

Livro Direito à Memória e à Verdade da SDH - pags 369, 370 - 2007

LUIZ EURICO TEJEDA LISBOA



Filiação: Clélia Tejeda Lisbôa e Eurico Siqueira Lisbôa.

Data e local de nascimento: 19.01.1948 - Porto União SC

Organização política a que pertencia: ALN- Ação Libertadora Nacional.

Data e local de seu desaparecimento: setembro de 1972 - SP

Luiz Eurico morou em Caçador, Tubarão, Itajai e Florianópolis. Estudou no Colégio Julio de Castilhos, em Porto Alegre, onde começou sua militância estudantil. Em 1969 foi condenado pela Lei de Segurança Nacional e passou a viver na clandestinidade. Militou no PCB, participou da Dissidência do Rio Grande do Sul. Pertenceu a VAR PALMARES antes de ingressar na ALN.

Era um poeta enamorado de Suzana Keniger com quem se casou.

Como aconteceu em muitos casos, a repressão montou a farsa de suicídio. Ico, apelido pelo qual era conhecido, teria se suicidado com cinco tiros e os ossos apresentavam fraturas indiscriminadas.

Em 1990, um morador da pensão em que Ico foi encontrado deu um depoimento ao jornalista Caco Barcellos, para o programa Globo Repórter. Afirmou que Luiz Eurico fora assassinado e a farsa do suicídio fora montada no quarto da pensão.

Seus restos mortais foram encontrados no Cemitério de Perus, em 1979, sendo o primeiro desaparecido político a ser localizado, graças a persistência da viúva Suzana Keniger Lisbôa, que perseguiu pistas durante sete anos.

O livro *Condições ideais para o amor* publicado pela Editora Tchê, traz cartas e poemas de Luiz Eurico.

Seu nome batiza ruas em Porto Alegre e Criciúma.

Fonte: Depoimento de Suzana Keniger Lisbôa;

Livro: Direito à memória e à Verdade, publicado pela SDH 2007 págs. 309, 310;

PAULO STUART WRIGHT



Filiação: Magie Belle Wright e Lothamn Ephrain Wright

Data e local de nascimento: 02.07.1933 - Joaçaba SC

Organização Política a que pertencia: AP depois APML
- Ação Popular

Data e local do desaparecimento: setembro de 1973 - São Paulo

Casado com Edmar Rickli. Dois filhos: João Paulo e Leila.

Diretor da Imprensa Oficial - IOESC.

Deputado estadual em Santa Catarina até abril de 1964

Filho de missionário presbiteriano norte-americano, teve a educação igual a milhares de crianças nas pequenas vilas catarinenses, escola, estudo, igreja.

Com dupla nacionalidade, saído da adolescência foi morar nos EUA onde se formou em sociologia. Participou da luta pelo fim da discriminação racial. Convocado para a Guerra da Coreia recusou-se a ir, sendo, a partir de então procurado pelo FBI.

Foi candidato a prefeito de Joaçaba pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, perdendo a eleição por 08 votos. Tinha na ocasião 27 anos. Em Joaçaba foi um dos fundadores do Sindicato dos Metalúrgicos.

Ligado aos movimentos populares e operários e aos pescadores do litoral catarinense, onde organizou a **FECOPESCA** - Federação das Cooperativas de pesca.

Em 1962 foi eleito deputado estadual. Em 1964 com o golpe militar teve seu mandato cassado pelos próprios deputados por pressão do CENIMAR - serviço secreto da Marinha de Guerra.

Depois de cassado exilou-se no México, viajou a Cuba e começou sua vida pelos subterrâneos da liberdade como tantos outros. Era necessário reagrupar jovens, operários, sindicalistas, cristãos, ateus, todos que se dispusessem a lutar contra a ditadura. Na clandestinidade Paulo lançou-se a tarefa durante 09 anos.

Dirigente da **Ação Popular**, movimento revolucionário que combatia a ditadura. Escreveu sobre a organização das milícias populares. Passa a ser intensamente procurado pelos órgãos repressivos.

Há indícios que tenha sido preso pelo II Exército e torturado até a morte em setembro de 1973, em São Paulo. Vários militantes de Ação popular foram presos nesta ocasião, em estação de trem, em casa, em pontos de encontros. A reconstituição

destas quedas indica que a repressão vinha vigiando os passos dos militantes há algum tempo.

O advogado José Carlos Dias impetrou Hábeas-Corpus, mas não conseguiu localizá-lo. O reverendo Jaime Wright tomou várias iniciativas para localizar o irmão. Tampouco teve sucesso. Fez contato com um coronel do Exército Teodoro Pupo e foram até o DOI CODI, sendo atendidos por militares nervosos que nada informaram. A igreja Metodista, onde Paulo tinha amigos tentou contato com um dirigente da repressão; Major Brilhante Ulstra. Este afirmou que no DOI CODI havia uma pasta com o título de Paulo, mas que ele não se encontrava lá.

O Congresso Norte Americano pediu explicações ao Presidente da República e organizou um dossiê sobre Paulo Stuart Wright.

Foi um exemplo de dignidade, perseverança, dedicação àquilo que se chama **Bem comum e amor ao próximo**.

Seu corpo nunca foi entregue e a família não recebeu atestado de óbito.

Os amigos nunca puderam levar-lhe uma flor.

A reconsideração da igreja:

RESOLUÇÃO O CONSELHO DA IGREJA PRESBITERIANA DE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Art. 23 c/c Art. 16 do Código de Disciplina da Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, tendo em vista o que dispõe o Art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal, e,

Considerando o que consta na Ata nº 910, Livro do Conselho – vol. IX, fls. 102v a 105, referente à reunião do dia 13 de junho de 1964, relativo a um documento do Quinto Distrito Naval, sediado em Florianópolis, SC;

Considerando que o referido documento tratava de atividades do senhor PAULO STUART WRIGHT, membro desta Igreja àquela época, junto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Considerando que, em virtude de tal documento, o Conselho da Igreja decidiu “vetar a eleição do Sr. Paulo Stuart Wright, para presbítero de nossa Igreja, eliminando-o do rol de membros desta Igreja”;

RELATÓRIO FINAL

Considerando que tal decisão feriu os mais elementares direitos do cidadão, sem que lhe fossem assegurados o contraditório e ampla defesa, com meios e recursos inerentes, face ao seu desaparecimento, em virtude do estado de exceção e de repressão implantados no Estado Brasileiro;

Considerando que não foi implantado o devido processo legal, segundo prescreve a legislação e a constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, que determina, em seu Código de Disciplina, Artigos 16 e 59, verbis: " Art. 16 – Nenhuma sentença será proferida sem que tenha sido assegurado o direito de defender-se." Art. 59 – Se o acusado for revel e não tiver apresentado defensor, o presidente nomeará pessoa crente para defendê-lo.";

Considerando que a decisão do Conselho da Igreja, composto por homens crentes, de vida irrepreensível, contudo leigos em assuntos jurídicos, foi tomada em um momento difícil da vida nacional, em que a repressão gerou insegurança, medo e terror em toda a sociedade brasileira,

RESOLVE: tornar sem efeito a punição ao senhor PAULO STUART WRIGHT, restaurando "post mortem" sua condição de membro da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, inscrevendo-o no seu rol, bem como rejeitar o veto à eleição ao Presbiterato de nossa Igreja.

Publique-se Florianópolis, 19 de outubro de 1999.

CONSELHO DA IGREJA PRESBITERIANA DE FLORIANÓPOLIS

Fonte: Resolução do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis

Livro Direito à Memória e a Verdade págs. 353;

Revista da ACLE - Academia Criciumense de Letras – 2006;

Relatório de Enrique Lopez Oliva, 1974 - Jornada Camilo Torres - Lima Peru;

RUI OSVALDO PFUZENREUTER



Filiação: Leonia Aguiar e Osvaldo Pfulzenreuter

Data e local de nascimento: 03.11.1943 - Orleans - SC

Organização a que pertencia: PORT - Partido Operário
Revolucionário Trotiskista

Data e local da Morte: 15.04.1972 - São Paulo

Estudou no Colégio de São Ludger e no Colégio Dehon, em Tubarão. Em Porto Alegre se graduou em Jornalismo e Sociologia, na URGs. Possuía um nível cultural elevado, um vocabulário raro, capaz de usar verbos e pronomes como um

erudito. Mas naqueles tempos, como jovem consciente, tomou outro caminho.

Mudou-se para São Paulo a fim de organizar o PORT – Partido Operário, do qual foi um dos dirigentes. Rui desenvolvia intensa atividade teórica, escrevia em jornais clandestinos, organizava grupos de estudos e debates, palestras sobre a situação nacional e os caminhos para a revolução brasileira.

Era um contestador e odiava a ditadura na mesma medida em que lutava com a palavra, contra ela. Fiel à tarefa que abraçara, trabalhou seis anos na mesma empresa, com o objetivo de manter-se economicamente em São Paulo e seguir escrevendo para os jornais que eram distribuídos clandestinamente. Nenhum assassinato se justifica, mas o de Rui é, sem dúvida, fora de qualquer lógica. Era um teórico e sonhador.

Foi assassinado em tortura, no dia 15 de abril de 1972, e como Tiradentes foi esquartejado e enterrado num saco plástico. O atestado de óbito, assinado pelo Dr ISAAC ABRAMOVICHT; (médico que assinou praticamente quase todos os laudos dos mortos em tortura); acusa anemia aguda traumática.

Não sabemos como a repressão chegou a Rui, que vivia com seu nome verdadeiro e não executava nenhuma tarefa prática. Alertado sobre a prisão do filho, por telefonema anônimo, o pai, Osvaldo, imediatamente foi para São Paulo.

Foi enterrado, como tantos outros, no cemitério de Perú. Seu pai conseguiu o traslado para sua terra natal, com a exigência de que o caixão não fosse aberto. Está enterrado no Cemitério Municipal de Orleans, onde é permanentemente lembrado nas escolas e publicações do município. Para todos nós, a última página de seu diário...

“... E SEI DOS RISCOS E DOS PERIGOS, MASSEI TAMBÉM, QUE EMBORA ME ELIMINEM FISICAMENTE, JAMAIS PODERÃO VARRER A MINHA CONTRIBUIÇÃO E DERRUBAR TODA A VALIOSA HERANÇA QUE DEIXO A HUMANIDADE...”

Seu nome batiza uma rua de Criciúma e seu nome está gravado na Praça da Resistência.

Fonte: Coletivo Catarinense Memória, Verdade, Justiça.

Livro Direito à Memória e à Verdade SDH - 297 págs. 296;

WÂNIO JOSÉ DE MATTOS



Filiação: Luísa Santos de Mattos e José Antonio de Mattos

Data e local de nascimento: 27.04.1926 – Piratuba SC

Organização: VPR – Vanguarda Popular Revolucionaria

Data e local da morte: 16.10.1973 –

Santiago do Chile.

Capitão da Polícia Militar de São Paulo e jornalista foi acusado pelos órgãos de segurança do regime militar de apoiar as atividades da VPR, integrando sua área de Inteligência.

Preso por agentes da OBAN em abril de 1970, foi expulso da PM e banido para o Chile em 1971, junto com outros 69 presos políticos, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher.

Naquele país, trabalhou como professor universitário. Com o golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende, em 11/09/1973, no Chile, Wânio e a mulher foram presos e levados para o Estádio Nacional, em Santiago, conforme testemunho da exilada Marijane Vieira Lisbôa.

Morreu em 16 de outubro daquele ano, sem tratamento médico, em consequência de ferimentos causados durante a prisão.

A certidão de óbito emitida pelo Hospital de Campanha do Estádio Nacional, sem assinaturas de médicos legistas, deu como causa da morte “peritonite aguda”. A família só teve conhecimento das circunstâncias da morte de Wânio com a divulgação do Relatório Rettig, em 1991, pela Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, que inventariou as violações de Direitos Humanos durante a ditadura de Pinochet.

Fonte: Livro Direito à Memória e a Verdade – 2007

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

VI – Conclusões e Recomendações.

Capítulo 32 – Conclusões.

A Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, apresenta o relatório constando que pelo menos 698 pessoas em Santa Catarina sofreram lesões aos direitos humanos no período de 1964 a 1988. A grande maioria por prisão ilegal, decorrente de motivação política, que configura o crime de sequestro por parte das forças de estado. Constatou ainda, o assassinato de Higino João Pio, prefeito de Balneário Camboriú nas dependências da Escola de Aprendizes de Marinheiro. Tiveram o mandato parlamentar cassado neste período 07 sete Deputados Estaduais, 05 Deputados Federais, 05 Prefeitos, 02 Vice-Governadores, 01 Desembargador do Tribunal de Justiça e 02 Juízes de Direito. A Comissão Estadual não conseguiu avançar na obtenção de dados relacionados ao desaparecimento de João Batista Rita, Paulo Stuart Wright e Divo Fernandes d'Oliveira.

Capítulo 33 – Recomendações.

A Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina, recomenda ao Governo do Estado de Santa Catarina:

1º - A ampla divulgação dos acontecimentos históricos levantados pela Comissão Estadual e Comissão Nacional no âmbito da sociedade, em especial nas instituições de ensino da rede estadual, com a capacitação dos professores afins sobre o tema.

2º - O reconhecimento de violação aos direitos humanos por motivação política em Santa Catarina e o pedido formal de desculpas por parte do Estado a todas as vítimas dos atos de arbitrariedade cometidos por agentes estaduais.

RELATÓRIO FINAL

3º - A constituição de uma nova política de segurança pública no estado objetivando o respeito aos direitos fundamentais do cidadão, estabelecidos na Constituição da República e na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

4º - A devolução simbólica por parte do Parlamento Catarinense, dos mandatos dos Parlamentares e do Vice-Governador, cassados ilegalmente durante o regime militar imposto a partir de 1964.

Florianópolis, 20 de novembro de 2014.

Anselmo da Silva Livramento Machado

Derlei Catarina De Luca

Edison Andrino de Oliveira

Naldi Otávio Teixeira

Elenise Magnus Hendler

Luciane Carminatti

Marcus Antônio Luiz da Silva

Rosangela de Souza

ANEXO I

DECRETO Nº 1.415, de 1º de março de 2013

Cria a Comissão Estadual da Verdade (CEV) Paulo Stuart Wright e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada, no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC), a Comissão Estadual da Verdade (CEV) Paulo Stuart Wright, com a finalidade de auxiliar a Comissão Nacional da Verdade (CNV) a examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas por motivação exclusivamente política no período de 18 de setembro de 1946 à 05 de outubro de 1988, no território do Estado de Santa Catarina, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e contribuir para a promoção da reconciliação nacional.

Art. 2º A CEV será composta por 5 (cinco) membros, designados pelo Chefe do Poder Executivo, escolhidos dentre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.

§ 1º Os membros serão designados para mandato com duração até o término dos trabalhos, sendo considerada extinta após a publicação do relatório mencionado no art. 8º deste Decreto e seu encaminhamento à CNV.

§ 2º Os membros da CEV não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público, exceto ressarcimento pelas despesas decorrentes de suas atividades, conforme solicitação e justificativa em ato administrativo específico.

Art. 3º A CEV atuará com os seguintes objetivos:

I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º deste Decreto;

II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no território do Estado de Santa Catarina;

III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1º deste Decreto e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes, em especial à CNV, toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

RELATÓRIO FINAL

V – colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;

VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e

VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no território estadual, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações e suas famílias.

Art. 4º Para execução dos objetivos previstos no art. 3º deste Decreto, a CEV poderá:

I – receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada;

II – convidar representantes de outros órgãos estaduais, federais e municipais, entidades e organizações da sociedade civil a participarem de suas discussões.

III – requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;

IV – convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e as circunstâncias examinados;

V – determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;

VI – promover audiências públicas;

VII – requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração; e

VIII – requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos.

§ 1º As requisições previstas nos incisos III, VII e VIII serão realizadas diretamente aos órgãos e às entidades do poder público.

§ 2º Os dados, os documentos e as informações sigilosos fornecidos não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo.

§ 3º As atividades da CEV não terão caráter jurisdicional ou persecutório.

§ 4º Qualquer cidadão que demonstre interesse em esclarecer situação de fato revelada ou declarada pela CEV terá a prerrogativa de solicitar ou prestar informações para fins de estabelecimento da verdade.

§ 5º Os requerimentos da CEV deverão ser atendidos, com urgência, por todos os órgãos e as entidades públicas estaduais.

Art. 5º As atividades desenvolvidas pela CEV serão públicas, exceto nos casos em que, a seu critério, a manutenção de sigilo seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas.

Art. 6º A CEV poderá firmar parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o desenvolvimento de suas atividades, desde que não envolvam repasses de recursos ou acarretem despesas ao erário.

Art. 7º A SCC prestará o suporte técnico, administrativo e financeiro necessário ao desenvolvimento das atividades da CEV.

Parágrafo único. A CEV será secretariada por um servidor da SCC, designado para a função pelo Secretário de Estado da Casa Civil.

Art. 8º A CEV terá prazo de 2 (dois) anos, prorrogáveis por igual período, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e as recomendações.

Parágrafo único. Todo acervo documental e de multimídia resultante da conclusão dos trabalhos da CEV deverá ser encaminhado ao Arquivo Público do Estado e ao Arquivo Nacional para integrar o Projeto Memórias Reveladas.

Art. 9º O regimento interno da CEV deve ser elaborado por seus membros, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua instalação.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 1º de março de 2013

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Nelson Antônio Serpa

RELATÓRIO FINAL

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º A Comissão Estadual da Verdade do Estado de Santa Catarina, criada pelo Decreto 1415 de 1º de março de 2013, composta de forma pluralista, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, tem por finalidade:

- Examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no Estado de Santa Catarina no período previsto no art. 2º da referida Lei;
- Contribuir com a Comissão Nacional da Verdade na consecução de seus objetivos, previstos no artigo 3º da Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único Não cabe à Comissão Estadual da Verdade do Estado de Santa Catarina o reexame de decisões fundadas na Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, ou na Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.

Art. 2º A Comissão Estadual da Verdade do Estado de Santa Catarina, visando os objetivos estabelecidos pelo art. 1º, poderá desenvolver as atividades previstas no decreto 1415 de 1 de março de 2013.

Art. 3º A Comissão apresentará relatório circunstanciado de suas atividades, fatos examinados, conclusões e recomendações, no prazo de dois anos, contado da data de sua instalação.

Art. 4º As atividades da Comissão Estadual da Verdade do Estado de Santa Catarina não terão caráter jurisdicional persecutório.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Seção I - Da Composição e Mandato

Art. 5º A Comissão será integrada por cinco membros, designados pelo Governador do Estado, dentre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia, da institucionalidade constitucional, e com o respeito aos direitos humanos.

§ 1º O mandato dos membros terá duração de dois anos, ou até o término dos trabalhos, nos termos do art. 3º.

§ 2º Ocorrerá a vacância dos cargos ocupados pelos membros de que trata o caput em virtude de falecimento, interdição ou renúncia.

§ 3º A apresentação de renúncia deverá ser dirigida ao Governador do Estado, com remessa concomitante de cópia à Comissão.

§ 4º Os membros da Comissão perderão o mandato quando, sem apresentarem justificativa, não comparecerem a três reuniões consecutivas – ou seis intercaladas - da Comissão.

Art. 7º É vedado o exercício pelos membros da Comissão de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer dos Poderes, de cargos executivos em agremiação partidária, com exceção daqueles de natureza honorária.

Art. 8º Os membros da Comissão não estarão sujeitos a hierarquia funcional.

Art. 9º A função de membro da Comissão Estadual da Verdade do Estado de Santa Catarina não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço prestado ao Estado, em caráter prioritário.

Parágrafo único São justificadas as ausências a qualquer outro serviço, cargo ou função a que o membro tenha vínculo, tanto na iniciativa privada quanto pública, desde que determinadas pelas atividades da Comissão.

Art. 10 A Comissão Estadual da Verdade do Estado de Santa Catarina será coordenada por um de seus membros, escolhido pelos demais, em reunião do Colegiado.

Parágrafo único O mandato do Coordenador terá duração de seis meses;

Seção II - Da Estrutura e Planejamento

Art. 11 A Comissão elaborará documento com o planejamento de suas atividades, definição de objetivos gerais e específicos, e sua estratégia de funcionamento para, no prazo estabelecido no art. 3º, apresentar ao Governador do Estado e à Comissão Nacional da Verdade relatório circunstanciado de suas atividades, fatos examinados, conclusões e recomendações.

Parágrafo único. O documento a que se refere o caput deverá ser aprovado por unanimidade.

Art. 12 A Comissão se organiza em colegiado, subcomissões e grupos de trabalho.

§ 1º O colegiado será integrado pelos cinco membros da Comissão.

§ 2º As subcomissões e grupos de trabalho, designados pelo colegiado para as atividades que indicar, sempre que possível, serão dirigidos ou orientados por um membro do Colegiado.

Art. 13 A Secretaria da Casa Civil do Estado de Santa Catarina prestará o apoio necessário às atividades da Comissão.

Parágrafo único O cargo de Secretário-Executivo da Comissão será ocupado por pessoa designada pela Casa Civil.

RELATÓRIO FINAL

Art. 14 A Comissão poderá estabelecer parcerias ou colaboração com órgãos e entidades, públicos, privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos.

Seção III - Do Funcionamento

Art. 15 O Coordenador da Comissão presidirá as reuniões do colegiado.

Parágrafo único Na ausência ou impedimento do Coordenador presidirá a reunião o membro da Comissão mais idoso.

Art. 16 As reuniões da Comissão serão realizadas na sala das Comissões da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina em local previamente comunicado aos membros.

Art. 17 As decisões da Comissão serão adotadas por maioria absoluta e as reuniões serão registradas em ata.

Parágrafo único - As manifestações dos membros da Comissão serão sempre conclusivas em relação à matéria objeto de análise e deliberação, sendo suas decisões proferidas por escrito.

Art. 18 As pautas das reuniões serão organizadas pelo Coordenador e comunicadas pelo Secretário-Executivo aos membros da Comissão.

Art. 19 As matérias que demandarem estudos específicos serão designadas aos membros da Comissão, considerando suas respectivas áreas de atuação, que as submeterá ao colegiado na reunião subsequente.

Parágrafo único De acordo com a complexidade da matéria, o prazo poderá ser estendido pelo colegiado em até três meses.

Art. 20 - As reuniões da Comissão serão públicas, exceto quando, a seu critério, o Colegiado considerar relevante a manutenção do sigilo para o alcance de seus objetivos, ou para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas.

Parágrafo único A Comissão adotará as medidas necessárias para que os dados, documentos e informações sigilosos não sejam disponibilizados ou divulgados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar o sigilo.

Art. 21 As reuniões serão:

I - ordinárias, as realizadas semanalmente, as segundas feiras, as 16 horas ou em dia e hora designados pelo Coordenador; ou

II - extraordinárias, as realizadas a qualquer tempo, por convocação do Coordenador ou de, no mínimo, quatro membros.

§ 1º Será elaborada ata de cada reunião, com registro resumido das deliberações.

§ 2º As atas serão submetidas à apreciação dos membros da Comissão na primeira reunião subsequente.

Seção IV - Das Atribuições dos Membros

Art. 22 Ao Coordenador caberá assegurar, o funcionamento da Comissão em todas suas atividades, para a consecução de seus objetivos e, especificamente:

I - convocar e presidir as reuniões do colegiado;

II - organizar a pauta e a ordem do dia das reuniões;

III - assinar as atas, juntamente com o Secretário-Executivo, que as elaborará;

IV- receber e analisar o expediente, distribuir as matérias aos membros, às subcomissões, aos grupos de trabalho;

V - esclarecer as questões de ordem;

VI - decidir, ouvido o colegiado, os casos não previstos neste Regimento;

VII - dar ciência aos membros da Comissão de todas as informações, solicitações, ofícios e comunicados recebidos; e

VIII - manifestar-se publicamente como representante da Comissão.

Art. 23 Aos membros caberá :

I- colaborar, para que a Comissão cumpra sua finalidade e objetivos;

II - participar das reuniões, manifestando-se sobre os assuntos da pauta e sobre os assuntos inerentes às atribuições da Comissão;

III – expor os casos que lhe forem distribuídos pelo colegiado e que demandem providências e estudos específicos;

IV - participar das subcomissões e/ou grupos de trabalho;

V - indicar ao Coordenador, dentro de prazo razoável, os assuntos que devam constar da pauta das reuniões; e

VI - exercer as demais atribuições estabelecidas neste Regimento.

Seção V - Das Atividades de Apoio

Art. 24 A Comissão Estadual da Verdade do Estado de Santa Catarina contará com o apoio institucional da Secretaria da Casa Civil.

Art. 25 Ao Secretário-Executivo da Comissão caberá:

RELATÓRIO FINAL

I - coordenar as atividades de protocolo, análise, diligências e arquivo das matérias submetidas a exame da Comissão;

II - preparar as reuniões da Comissão;

III- auxiliar os membros da Comissão em trâmites administrativos;

IV - despachar o expediente de rotina e encaminhar documentos aos membros da Comissão; e

V - manter relações com os demais órgãos da administração pública para viabilizar o suporte técnico, administrativo necessário às atividades da Comissão.

§ 1º O Secretário-Executivo, em suas ausências, será substituído por funcionário da Casa Civil diretamente envolvido com as questões da Comissão, indicado por ele.

§ 2º Caberá ao Secretário-Executivo secretariar as reuniões da Comissão.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 Os membros da Comissão terão suas despesas pagas para atender aos deslocamentos, em razão do serviço que exija viagem para fora do local de domicílio.

§ 1º A necessidade do deslocamento deverá ser declarada pelo colegiado, mediante solicitação de qualquer um dos membros, que deverá justificar e comprovar a expressa necessidade.

§ 2º O membro da Comissão deverá apresentar a Secretaria da Casa Civil os comprovantes das despesas podendo para tanto requisitar o adiantamento do numerário correspondente, juntamente com suas justificativas e o relatório das atividades desenvolvidas.

Art. 27 Caberá à Comissão organizar, arquivar e manter o conjunto de requerimentos e documentos nela protocolizados, e preservar aqueles por ela produzidos, criando um acervo em homenagem à memória e à verdade histórica.

Art. 28 O pedido de acesso à informação e atividades da Comissão será apresentado a qualquer membro da Comissão, observando-se os termos da lei 12.527/2011.
Parágrafo único. O requerimento será apreciado pelo Colegiado.

Art. 29 O Regimento Interno poderá ser modificado em reunião extraordinária convocada para esse fim, por maioria absoluta dos votos.

Art. 30 As omissões e dúvidas de interpretação e execução deste Regimento serão dirimidas por maioria dos votos dos membros do Colegiado presentes.

Art. 31 A comissão poderá editar resolução para seu regular funcionamento.

Art. 32 Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação.

RELATÓRIO FINAL

ANEXO III

LEI Nº 16.183, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

Institui a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (CEV-SC) e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil, a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (CEV-SC).

Art. 2º A CEV-SC tem como finalidade auxiliar a Comissão Nacional da Verdade (CNV) a examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas por motivação exclusivamente política no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, no território catarinense, a fim de efetivar o direito à memória e verdade histórica e contribuir para a promoção da reconciliação nacional.

Art. 3º A CEV-SC será composta por 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, designados por ato do Chefe do Poder Executivo, escolhidos dentre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.

§ 1º Não poderão compor a CEV-SC membros que:

I – exerçam cargos executivos em agremiação partidária, com exceção daqueles de natureza honorária;

II – não tenham condições de atuar com imparcialidade no exercício das competências da CEV-SC; ou

III – estejam no exercício de cargo em comissão ou função de confiança em quaisquer esferas do Poder Público.

§ 2º Os membros serão designados para mandato com duração até o término dos trabalhos da CEV-SC, nos termos do art. 10 desta Lei.

§ 3º Os membros da CEV-SC não receberão qualquer remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

§ 4º O servidor público estadual designado para a CEV-SC ficará dispensado das atribuições de seu cargo para participar das reuniões ordinárias ou extraordinárias convocadas pelo colegiado.

Art. 4º A CEV-SC terá por objetivos:

I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no art. 2º desta Lei;

II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no território catarinense;

III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no art. 2º desta Lei e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes, em especial à CNV, toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V – colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos;

VI – recomendar medidas e políticas públicas de prevenção da violação de direitos humanos; e

VII – promover a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no território catarinense.

Art. 5º Para o cumprimento dos objetivos previstos no art. 4º desta Lei, a CEV-SC poderá:

I – receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada;

II – convidar representantes de outros órgãos federais, estaduais e municipais, entidades e organizações da sociedade civil a participarem de suas discussões;

III – requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;

IV – convocar, para entrevistas ou testemunhos, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e as circunstâncias examinados;

V – recomendar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;

VI – promover audiências públicas;

VII – requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração; e

VIII – requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos.

RELATÓRIO FINAL

§ 1º As requisições previstas nos incisos III, VII e VIII do caput deste artigo serão formalizadas diretamente a órgãos e entidades do Poder Público.

§ 2º Os dados, os documentos e as informações sigilosos fornecidos não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo.

§ 3º As atividades da CEV-SC não terão caráter jurisdicional ou persecutório.

§ 4º Qualquer interessado em esclarecer situação de fato revelada ou declarada pela CEV-SC terá a prerrogativa de solicitar ou prestar informações para fins de estabelecimento da verdade.

§ 5º Os requerimentos da CEV-SC deverão ser atendidos, com urgência, por todos os órgãos e as entidades públicas estaduais.

Art. 6º As atividades desenvolvidas pela CEV-SC serão públicas, resguardados os casos de sigilo previstos nas Constituições da República e do Estado e na legislação em vigor.

Art. 7º A CEV-SC poderá firmar parcerias com órgãos ou entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o desenvolvimento de suas atividades, desde que não envolvam repasses de recursos ou acarretem despesas ao erário.

Art. 8º A CEV-SC poderá atuar de forma articulada e integrada com órgãos públicos, instituições e movimentos sociais, especialmente com:

I – o Ministério Público do Estado;

II – o Ministério Público Federal;

III – a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina;

IV – o Arquivo Nacional;

V – o Arquivo Público do Estado, gerenciado pela Secretaria de Estado da Administração;

VI – a Comissão de Anistia, criada pela Lei federal nº 10.559, de 13 de novembro de 2002;

VII – a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei federal nº 9.140, de 1995;

VIII – as universidades sediadas no Estado; e

IX – o Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina.

Art. 9º A Secretaria de Estado da Casa Civil prestará apoio técnico, administrativo e financeiro para o desenvolvimento das atividades da CEV-SC, observados os limites orçamentários.

Parágrafo único. A CEV-SC será secretariada por 1 (um) servidor da Secretaria de Estado da Casa Civil, designado para a função pelo seu titular.

Art. 10. A CEV-SC será extinta após a publicação do relatório circunstanciado pela CNV, nos termos do art. 11 da Lei federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º A CEV-SC deverá apresentar à CNV relatório final contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e as recomendações com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do encerramento dos trabalhos da CNV.

§ 2º O acervo documental e de multimídia resultante da conclusão dos trabalhos da CEV-SC deverá ser encaminhado ao Arquivo Público do Estado e ao Arquivo Nacional para integrar o Projeto Memórias Reveladas.

Art. 11. As despesas decorrentes de hospedagem, alimentação e transporte dos conselheiros titulares e suplentes serão custeadas pela Secretaria de Estado da Casa Civil na forma da legislação em vigor.

Art. 12. O regimento interno da CEV-SC deverá ser elaborado por seus membros no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua instalação.

Art. 13. Ficam convalidados os atos praticados por força do Decreto nº 1.415, de 1º de março de 2013, que não conflitem com esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 5 de dezembro de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

RELATÓRIO FINAL

Anexo IV

GOVERNADORES DE SANTA CATARINA

No período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988

No período republicano a província passou a ser denominada estado. Os governantes eram denominados "presidentes do estado" até a Revolução de 1930, quando passaram a ser denominados "governadores do estado". Os governadores passaram a ser eleitos pela população, exceto em situações de exceção, quando os mesmos eram nomeados ou o poder governamental era confiado a juntas governativas provisórias.

°	Governador	Vice-governador	Início do mandato	Fim do mandato
	<u>Udo Deeke</u> (interventor)		8.02. 1946	26.03.1947
	<u>Aderbal Ramos da Silva</u>	<u>José Boabaid</u> (presidente da Assembleia Legislativa)	26.03.1947	31.01.1951
	<u>José Boabaid</u>		20.01. 948	
	<u>Irineu Bornhausen</u>	<u>Volney Collaço de Oliveira</u> (presidente da Assembléia Legislativa) <u>Protógenes Vieira</u> (presidente da Assembléia Legislativa) <u>Volney Collaço de Oliveira</u> (presidente da Assembléia Legislativa) <u>Oswaldo Rodrigues Cabral</u> (presidente da Assembléia Legislativa)	31.01.1951	31.01.1956
	<u>Jorge Lacerda</u> (morto em acidente aéreo)	<u>Heriberto Hülse</u>	31.01.1956	16.06.1958
	<u>Heriberto Hülse</u>		16.06.1958	31.01.1961
	<u>Celso Ramos</u>	<u>Doutel de Andrade</u> (cassado pelo <u>Golpe Militar de 1964</u>)	31.01.1961	31.01.1966

<u>Ivo Silveira</u>	<u>Francisco Dall'Igna</u> (cassado em 1967) <u>Jorge Bornhausen</u>	31.01.1966	15.03.1971
<u>Colombo Machado Salles</u>	<u>Attilio Fontana</u>	15.03.1971	15.03.1975
<u>Antônio Carlos Konder Reis</u>	<u>Marcos Henrique Buechler</u>	15.03.1975	15.03. 1979
<u>Jorge Bornhausen</u>	<u>Henrique Córdova</u>	15.03.1979	14.05.1982
<u>Henrique Córdova</u>		14.05.1982	15.03.1983
<u>Esperidião Amin</u>	<u>Victor Fontana</u>	15.03.1983	15.03.1987
<u>Pedro Ivo Campos</u>	<u>Casildo João Maldaner</u>	15.03.1987	27.02.1990

Bibliografia

- [CABRAL, Oswaldo Rodrigues](#) (organizado por Sara Regina Poyares dos Reis): *A história da política em Santa Catarina durante o império*. Volumes I, II, III e IV. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- [CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras](#): *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.
- [MEIRINHO, Jali](#): *Datas históricas de Santa Catarina, de 1500 a 2000*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- [Piazza, Walter](#): *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834 - 1984)*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

RELATÓRIO FINAL

ANEXO V

HIGINO JOÃO PIO

PERÍCIA SOBRE A MORTE DO EX-PREFEITO HIGINO JOÃO PIO

DATA: 02/06/2014

Anselmo do Livramento Machado: Boa tarde a todos, é um prazer enorme tê-los todos aqui conosco para essa audiência pública, onde nós receberemos, por parte dos peritos da Comissão Nacional da Verdade, o relatório sobre a morte do ex-prefeito de Balneário Camboriu, Dr. Higinio Pio. Eu gostaria de pedir a todos que colocassem o telefone celular em modo silencioso ou desligassem, certo, para que não houvesse nenhuma interrupção. Essa audiência pública está sendo gravada e a gente vai tentar ter a menor possibilidade de ruído. Eu gostaria de fazer menção às autoridades aqui presentes, rapidamente, o deputado Estadual Dado Chereim, o nosso prefeito de Balneário Camboriu, Dr. Edson Periquito, o Procurador da República, representante do Ministério Público Federal, Dr. Maurício Pessutto, o filho do Dr. Higinio Pio, Júlio César Pio, que está aqui ao nosso lado e aos demais familiares dele presentes, ao Presidente da Câmara de Balneário Camboriu, vereador Nilson Probst, aos membros da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, professora Derlei Catarina de Luca, Deputado Edson Andrino, Dra. Rosângela Souza, Dra. Elenize Magnus, aos peritos Dr. Pedro Cunha, perito criminal da Comissão Nacional da Verdade, ao Dr. Saul de Castro Martins, perito criminal que hoje representa aqui o PENUD, por parte das Nações Unidas, da ONU, e também o Dr. Roberto Carlos Niella, também perito do PENUD, fazendo parte, representando aqui o órgão das Nações Unidas. Bom, eu vou abrir a sessão da audiência pública, pedindo para que a professora Derlei Catarina de Luca fizesse uma breve leitura do relatório, esclarecendo a situação da prisão do Dr. Higinio Pio. Por favor professora Derlei, coma palavra:

Derlei Catarina de Luca: Boa tarde a todos, eu vou ler na verdade o relatório que foi feito em 1997, por ocasião da Lei 9.140/95, em que o Estado reconhecia como mortos as pessoas desaparecidas. esse foi um relatório oficializado e aprovado em 1997. O processo de Higinio João Pio foi apresentado como parecer favorável pelo General Osvaldo Pereira Gomes, em dezembro de 1996, buscando caracterizar a motivação

política de sua prisão, solicitei documentos pertinentes á Polícia federal, que não se manifestou. Localizei , então, o Supremo Tribunal federal IPM realizado por ocasião de sua morte, que estranhamente conclui como suicídio, apesar da evidência contrária nas fotos, e busquei novos depoimentos. segundo consta, Higino João Pio, primeiro prefeito do Município de Balneário Camboriu, Santa Catarina, eleito pelo PSD, foi preso em meados de fevereiro de 69, mais precisamente na quarta-feira de cinzas do carnaval daquele ano, juntamente com outros funcionários da prefeitura local. solto a seguir, os funcionários na tiveram qualquer contato com o prefeito, que ficou incomunicável, recolhido à Escola de Aprendiz de Marinheiros de Santa Catarina, em Florianópolis. nas folhas número 15, encontra-se o Ofício do Comandante do 5º Distrito naval, Contra-Almirante Attila Franco Ache, para o Chefe Maior da Armada, datado de 15/01/69, que se refere á correspondência anterior de 10/01, da delegacia de Itajaí, ao Comandante do 5º Distrito Naval, em cujo ofício é feito histórico das providências anteriores. Os denunciante do prefeito, que denunciaram o prefeito, através do Sr. Eraldo Neves Arruda, encaminharam cópias à Polícia Federal de Curitiba e à Procuradoria Geral. que teriam ficado de decretar a prisão preventiva de Higino Pio. um ano depois, o SNI requisitou à Câmara os originais do processo contra o prefeito, os denunciante pediram, então, em ofício, a aplicação do Ato Institucional nº 5, com enquadramento no art. nº 4, solicitando a cassação de mandato e envio para averiguação do prefeito de Balneário Camboriu. Preso, o Sr. Higino veio a falecer em 03/03/69. Anexo ao pedido para comprovação de natureza política do ato da prisão, colhemos os seguintes depoimentos: primeiro, João José Maurício Davila, magistrado aposentado, juiz em Balneário Camboriu de 02/02/1977, declarou que na qualidade de magistrado tive conhecimento de que a denúncia apresentada contra Higino Pio tinha caráter essencialmente político, face a liderança e prestígio que ele gozava na cidade. segundo depoimento colhido, do Sr. Zani Gonzaga, a época a família ficou receosa de represálias na área da repressão, que ameaçou confiscar o patrimônio do falecido e preferiu silenciar. Durante a fase de inventário, o juiz de direito da Comarca, numa tentativa que resultou infrutífera, esclareceu que Higino João Pio era cidadão probo, conceituado no meio social, honesto e político sem mácula. Nilton Kicher, a época Deputado estadual, declarou que os ditos fatos ocorreram tão somente em função ou consequência de mesquinha perseguição de ordem essencialmente política, fruto de conflitos ideológicos existentes na região, àquela época, que embora acusado de corrupção, por falta de quaisquer outros motivos consistentes, restou provada sua

RELATÓRIO FINAL

inocência quanto aos fatos que foram imputados. eis que em vida sempre foi um homem íntegro e de moral irrefutável, tanto na vida pública como na vida privada. esse é o testemunho de Nilton Kicher. O Sr. Álvaro Antônio da Silva, que substituiu o prefeito Higino Pio na prefeitura, afirma que as denúncias apresentadas contra Higino Pio tinham objetivo essencialmente político, eis que as partes ideologicamente conflitantes radicalizaram ao extremo, utilizando-se de acusações infundadas, jamais comprovadas até a presente data. Moacir Shoep, advogado, confirmou igualmente que a denúncia foi essencialmente política, e que o apoio de Higino Pio seria decisivo nas próximas eleições municipais. agregue-se ainda, documento enviado pelos Deputados Francisco Kister, Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que enviou uma delegação da Assembleia Legislativa a Balneário Camboriu, acompanhado de representantes do Comitê pró memória dos mortos e desaparecidos e da Associação Catarinense de Imprensa,, e que foram àquela cidade para apurar os fatos ocorridos com o prefeito Higino. Integrava a comissão o Deputado Estadual Jaime Mantelli, os deputados Paulo Henrique Souza e Elói Gallotti, da ABI. Estiveram também presentes à comitiva o ex-deputado Abel Ávila dos Santos e o vive-prefeito Eduardo Cherem. Na íntegra dos depoimentos colhidos, acompanha o presente relatório. O laudo necroscópico, assinado por José Caldeira Ferreira Bastos e Leo Meyer Coutinho, afirma que a morte se deu por asfixia, enforcamento, afirmando não haver equimose ou escoriações em todo o corpo. Ao quarto quesito a resposta é não, o laudo da perícia local foi assinado por Paulo Mendonça Souza e Daniel Arantes. Na conclusão o laudo afirma, considerando o ambiente interno do camarote e ainda o alinhamento das vestes do cadáver, que afastam a hipótese de ter havido luta, chegaram os senhores peritos a conclusão que se trata de suicídio, essa foi a conclusão do laudo. O nosso parecer: a descrição por si só, sem olhar as fotos, já é estranha, entretanto, a posição de suspensão incompleta é totalmente invisível nas fotos, pelo contrário, o Sr. Higino Pio tem os dados absolutamente encostados no chão, o corpo absolutamente encostado à parede, e manter-se ao mesmo tempo o total e completo alinhamento das vestes? Por acaso não teria se debatido no esforço, que certamente deveria ter feito para aquela altura e aquela ocasião, pudesse suicidar-se? E o rosto, que certamente deu de encontro à parede, no seu estertor, não conteria os hematomas provenientes? A cena montada para a versão do suicídio é mais do que clara e bem mais evidente, num só olhar, do que a própria motivação política do assassinato, para qual foi necessária a busca de provas. provavelmente, dada as circunstâncias da época, sendo o início da

extrema, da extremada violência, que caracterizou o governo de Garrastazu Médici, um acidente de percurso no interrogatório do Sr. Higinio Pio, matou o ex-prefeito, que não resistiu às torturas que lhe foram impostas. Não houve crime, disse o Comandante da Escola de Aprendiz de Marinheiros de Santa Catarina, Capitão de Fragata, José do Cabo Teixeira Carvalho. E assim, mais um assassinato ficou impune. Voto, amparado no levantamento feito pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, determinada e enviada pelo Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, considero estar preenchidos os requisitos necessários para o enquadramento da solicitação dos filhos do Sr. Higinio João Pio, dentre os preceitos da Lei 9.140/95, assina Suzana Kinija Lisboa, representante dos familiares.

Anselmo: Esse foi o relatório da Comissão de Anistia

Derlei: Não, a Comissão dos mortos e Desaparecidos

Anselmo: de Santa Catarina. Certo, de Brasília. Eu vou passar, em seguida então, gostaria de fazer menção à presença também do deputado Amauri Soares, por favor, se puder vir à mesa. Em seguida, nós teremos a apresentação do laudo pericial, conduzido pelo Dr. Pedro Cunha, e ele vai passar, vamos passar o vídeo. Desculpa, vamos passar agora o vídeo dos 30 anos da lei de Anistia, certo.

VÍDEO

Anselmo: Bom, senhores, eu gostaria de passar a palavra, agora então, ao nosso perito criminal, Dr. Pedro Cunha, ele vai fazer a apresentação do laudo pericial por parte da Comissão Nacional da Verdade. Com a palavra Dr. Pedro:

Pedro Cunha: antes de mais nada, muito boa tarde a todos, é, bom, a Comissão Nacional da Verdade, ela instituiu um núcleo de perícia. Nós já vínhamos atuando na Comissão Nacional da Verdade a cerca de um ano, informalmente, e a partir de novembro formalmente dentro da Comissão Nacional da Verdade. Eu sou perito criminal de carreira, sou perito há 21 anos, sou perito criminal do Distrito Federal, e juntamente com o perito Mauri Arede, nós demos início aos trabalhos do núcleo de perícia da Comissão Nacional da Verdade. Posteriormente, foram integrar esse núcleo o perito Saul Martins e o perito Roberto Carlos Niela, que juntamente com o investigador Cleber, integram esse nosso pequeno núcleo, que agora está recebendo mais uma leva de peritos pra que a gente possa dar seguimento ao trabalho. É interessante até ressaltar que a Comissão Nacional da Verdade é uma das únicas

RELATÓRIO FINAL

comissões da verdade, se não é a única comissão nacional da verdade que possui um núcleo de perícia, e porque possui esse núcleo? É justamente para que a gente possa dar, juntamente com a materialidade, maior grau de certeza aquilo que está sendo apurado, não é? Muitas vezes a gente vê questionado vários trabalhos, dizendo que tem um cunho político, as investigações não são feitas, ou são feitas de qualquer maneira, e o núcleo pericial, ele justamente vem pra isso, ele vem pra dar materialidade aquilo que está sendo pesquisado, aquilo que está sendo investigado, apurado, com a verdade que a prova material nos dá. Nós analisamos, a atividade pericial, ela é muito baseada em vestígios materiais, e os vestígios materiais, eles podem ser interpretados a luz da ciência, então, isso nos dá certeza daquilo que a gente afirma, e como vocês vão ver hoje aqui, nesse plenário, nós resgatamos um fato, que aconteceu há muito tempo, há 40 anos, e com isso, por meio das provas materiais, por meio de fotografias e por meio da análise de laudos materiais, nós pudemos reconstituir parte de uma dinâmica, não totalmente essa dinâmica, porque é um fato de 40 anos, mas parte dessa dinâmica o suficiente pra darmos um diagnóstico mais preciso da situação, ou melhor, darmos o diagnóstico da situação. Não estamos aqui hoje dando um provimento de verdade absoluta, mas é aquele provimento do que a ciência nos proporciona dar. Então vamos lá. Nosso trabalho, basicamente, ele visa a análise pericial dos elementos materiais, produzidos em decorrência da morte de João Higino Pio, é Higino João Pio, perdão. Bom, o objetivo pericial precípua nosso é analisar os laudos periciais, fotografias, principalmente nosso trabalho, ele é muito viabilizado por fotografias, fotografia fala mais que mil palavras, muitas vezes a gente vê alguns laudos da época, e aí não queremos julgar ninguém, porque estavam sob um regime de exceção, mas nós vemos, muitas vezes, os laudos da época omitindo ou distorcendo a realidade, mas a fotografia não distorce, a fotografia mostra pra gente o que aconteceu. Então é com fundamento principalmente nas fotografias que a gente consegue remontar e consegue refutar muitas versões falaciosas ou distorcidas que foram dadas a época. Então, nosso objetivo é analisar esses laudos periciais, fotografias e mais documentos, visando justamente estabelecer um diagnóstico diferencial, nesse caso um diagnóstico entre suicídio e homicídio, já que a versão oficial era de suicídio. Bom, a metodologia nossa, ela, aqui a gente delineou em quatro tópicos bem mais simples, a primeira é a análise dos elementos constantes dos laudos periciais propriamente ditos, porque nos foi passado, primeiramente nesse caso, os laudos periciais que faziam parte do processo, inclusive da Comissão de

Anistia, se eu não me engano, dos Mortos e Desaparecidos Políticos, justamente, passados até pela Suzana Lisboa, nos foi passado, em primeira mão, esse material. Posteriormente fizemos um diligencia, esse material nos veio tanto com laudos periciais quanto as fotografias, que nós utilizamos também na análise. E posteriormente, nós fizemos uma diligenciuzinha, fizemos a pequena perícia que nós chamamos de levantamento de local. Eu fui, juntamente com o Saul, a Escola de Aprendiz de Marinheiros, nós fomos agora em janeiro, dia 30 de janeiro. Fomos muito bem recebidos, a casa foi fracamente aberta pra gente, e a gente, por conta disso, conseguimos um trabalho interessante, principalmente por meio do levantamento das vias de acesso ao local, porque como a gente vai ver em detalhes, os laudos periciais, tanto de necropsia, quanto o laudo, principalmente o laudo de local, ele se baseava muito na ausência de violência, numa história que foi contada de uma porta fechada e que teria sido aberta apenas por um dos membros da própria academia, só que essa ausência de violência, ela embora seja um indício, quando você vai fazer um laudo pericial, versando sobre suicídio, ela não se aplica muito, principalmente quando você está em um ambiente de prisão, porque a pessoa já está dominada. Uma coisa é a pessoa poder se debater e poder se defender quando ela pode, outra coisa é quando ela está dentro de uma instituição prisional, dominada, numericamente dominada, e então você não pode afirmar isso, ou não pode trazer esse tipo de argumento, como um argumento principal para que você possa dar um diagnóstico diferencial de suicídio. Pois bem, então fizemos o levantamento do local, a análise de fotografias, depois a gente fez as nossas análises técnicas, que é uma discussão que nós fazemos entre nós, e por fim, a conclusão. Em suma, o que a gente vem trazer pra vocês é isso. Bom, os laudos periciais como já foi aventado aqui, nós temos os laudos periciais, primeiro o laudo necroscópico, que é da lavra dos médicos legistas José Caldeira Ferreira Bastos e Leo Meyer Coutinho, ambos do Instituto de Medicina Legal do Estado de Santa Catarina, analisemos também o laudo de exame toxicológico, na verdade é pouco nos trouxe, foi negativo, mesmo porque não fazia parte do estudo, qualquer hipótese de envenenamento, e por fim, nós analisamos o laudo de exame de local, esse sim trouxe bastantes elementos pra gente poder analisar, que é de lavra dos peritos criminais Paulo Mendonça Souza e Daniel Arantes, esses da Divisão de polícia Científica do Estado de Santa Catarina. Bom, o local dos fatos é esse, a Escola de Aprendiz de Marinheiros, pra quem não conhece, é uma escola da Marinha, está dando pra visualizar umas setinhas? O Camarote do

RELATÓRIO FINAL

Capelão é justamente onde indica essas setinhas, ele é no pavimento térreo. Na ala direita, a gente fala em ala direita porque a gente fica no mesmo sentido do prédio, então é na ala direita, no primeiro pavimento, logo as primeiras salas. A primeira sala, à direita, é, à época, era o camarote do capelão, hoje é o estabelecimento dos oficiais, o alojamento dos oficiais. Bom, em suma, a gente primeiro, no levantamento a gente fez uma planta baixa do camarote do capelão, eu estou sem a pen-drive, então vocês vejam aqui, a gente tem uma sala cofre e posteriormente é a entrada do camarote do capelão, essa sala cofre é interessante porque existe uma janela na parte posterior dela que dá acesso também a esse camarote do capelão, então quando nós fizemos o levantamento, a gente verificou várias janelas que poderiam ter dado acesso, além da porta, pro interior do camarote. E o banheiro, que foi dito que tinha sua porta fechada, a gente verificou que ele também, além do acesso da porta, ele teria mais dois acessos por meios de janelas. Então, mesmo com a porta fechada, pessoas poderiam ter entrado no banheiro ou pela janela posterior do banheiro, ou pela janela anterior do banheiro. Então olha, só recapitulando, aqui é uma sala cofre que tem uma entrada, mas a gente tem uma janela que dá acesso pra dentro aqui do camarote, aqui a porta normal, ali a gente tem mais duas janelas, que vocês inclusive viram na fotografia anterior, porque elas ficam de frente né, são da fachada anterior. Essas duas janelas também permitem que uma pessoa passe por elas, porque elas são janelas venezianas e quando abertas elas proporcionam um vão de cerca de 30 centímetros por um metro, então é muito tranquilo de uma pessoa entrar por ela. Então poderia entrar por lá, por lá, aqui pela porta, por essa janela, e também por essa janela do banheiro né. O banheiro além da porta normal, independente de ela estar fechada ou aberta, uma pessoa pode passar também por essa janela, que comunica com o quarto, ou com essa janela. Isso pra gente é interessante, porque a gente faz alguns tipos de, esse levantamento, ele visa a gente verificar quais seriam os acessos, ou uma vez fechado, se uma pessoa poderia entrar e sair, ou né, ou entrar, fechar por dentro e poder sair, tá, pra alguns tipo de vestígio ilusório que a gente possa encontrar no local. Essa aí já é uma planta em 3D do local, fica melhor visualizado o banheiro. À época do enforcamento, do dito enforcamento. Esse banheiro ele só tinha duas divisórias, hoje ele passou por uma reforma, então ele tem três divisórias, essa do chuveiro, na verdade é um mictório aqui e mais dois banheiros. Aqui é a entrada, aqui é a sala cofre, as duas janelas que estão voltadas para a fachada anterior e essa janela de comunicação, essas duas basculantes que podem dar acesso ao banheiro. Eu já estou

em pé mesmo né, tem algum problema de eu ficar em pé, pode? Então, veja bem, aqui a gente está visualizando justamente esses acessos, só pra mostrar pra vocês, a porta do camarote, a porta até da salinha, aqui as duas janelas voltadas pra frente, a janela de comunicação entre a sala cofre e o alojamento, e a sala, as janelas. Aqui está partido tá gente, é uma janela, é a janela, as duas fotos estão mostrando a janela da parede posterior do banheiro, tanto por fora quanto por dentro, só pra visualizar. Aqui são as mesmas janelas, e aqui mostrando a janela que fica entre o banheiro e o quarto. Todas essas janelas têm, permitiam o acesso de uma pessoa. Bom, vamos analisar então as inconsistências do laudo. Primeiramente, quando a gente foi fazer esse trabalho, a gente procura, dentro da nossa metodologia, primeiro discutir o que é feito, tecnicamente, e ver alguma inconsistência que existe dentro do próprio laudo. Então veja só, nós primeiramente verificamos que esse laudo havia problemas de medida, ou seja, um local de suicídio, ele não é regra, ele é exceção. A regra é o homicídio. O suicídio é a exceção, e como exceção ele tem que ser comprovado, ele não pode ser dito ah é um suicídio porque eu não tenho elemento de homicídio. E justamente é a primeira inconsistência que a gente viu, e um tanto grosseira nesse laudo né, foi dizer que foi um suicídio né, sem você ter elementos caracterizadores de suicídio, e um desses elementos, ou seja, elementos importantes pra gente verificar um suicídio são medidas, medidas com altura do ponto de fixação do sistema de força, a distancia entre esse ponto e o nó do pescoço, pra saber a altura, se vê , foi comentado aqui, inclusive, até adiantaram o trabalho pericial, até falei com o Saul, a gente podia até ir embora, você tem as medidas, dimensões da própria altura da vítima que, você não precisa ser nenhum perito pra você verificar que há uma inconsistência, que há um problema né, quer dizer, uma pessoa de 1,75m, que esticando os braços vai jogar pra 2,20m, um sistema de força que está apoiado a 1,90m, então você tem problemas de medidas que não foram sequer citadas no laudo pericial original né. E aí seria a própria estatura do cadáver também não foi verificada, o comprimento do arame utilizado pro sistema de força também não foi verificado. Isso tudo são inconsistências, não é? Que já prejudicam de mais qualquer diagnóstico de suicídio. Bom, além disso, o laudo é lacônico com relação ao sistema de força, ele só fala de um arame e não fala de sistema de força, não fala como esse sistema de força foi elaborado, como ele foi fixado no pescoço, como ele foi fixado no ponto superior, no caso registro, também são elementaríssimos que também não foram abordados. Existe também uma pequena, pequena não, mas uma pouca análise da

RELATÓRIO FINAL

posição do cadáver, quase nenhuma. e a posição, é uma posição extremamente suspeita, também vocês verificaram de pronto aqui, uma pessoa que se enforca voltada pra parede, isso já é uma condição atípica que merece você falar assim ó, para tudo pra gente começar a estudar aqui. Cadáver voltado pro anteparo já é difícil, e a gente vai verificar daqui a pouco que o Higino estava encaixado, pior ainda, ele estava com o queixo encaixado, os pés com região plantar dos membros inferiores, ao invés de a gente usar pé, a gente fala membros inferiores, mas os pé com a região plantar completamente apoiada no piso e com os membros inferiores, ou seja, com as pernas esticadas, você não tem sequer uma flexão das pernas. E a gente tem, então a gente tem um quadro que seria pelo menos suspeito e seria pelo menos importante ser descrito e não foi, a gente vai verificar então o que que todos esses elementos que não foram descritos, mas que nós visualizamos por meio das fotos, como é que isso aí implica numa análise pericial. A gente também verificou completa falta de descrição ou ausência de descrição com relação ao sulco, as características do sulco no pescoço do cadáver. Desculpa os parentes, a gente fala cadáver gente, mas é um termo técnico nosso, é, peço desculpas pelo linguajar técnico né. Então, o pescoço do Higino Pio, ele tinha um sulco completamente atípico né, um sulco pouco profundo, inclusive até delineado um pouco no laudo de necropsia que a gente vai até dizer, falar um pouco, um pouquinho sobre ele, mas era um sulco contínuo, pouco profundo, que também teria de ser bem descrito no laudo de local pra que você chegasse ao diagnóstico de suicídio. E esse sulco sequer foi abordado, apenas disse que há um sulco no pescoço, ponto. E a outra coisa foi a própria conclusão do laudo, você concluir o laudo que em face dos alinhamentos das vestes e da ausência de violência e de ausência de violação do ambiente, como é que você pode falar em violação de ambiente quando você está falando de um cárcere? Violação do ambiente é a sua casa, aí sim. Olha, a pessoa estava trancada no banheiro da casa dela, se enforcou, aí não teve violação na casa, ela fechou a porta por dentro, nós já fizemos, eu e o Saul umas dezenas de suicídio. A suspensão incompleta pra gente, ela é até passível de ocorrência, a gente já fez vários cadáveres em suspensão incompleta, mas a gente vai verificar que a suspensão incompleta, ela também existem requisitos, ou seja, existem requisitos que fazem com que haja uma compressão do sistema de força fazendo com que esse sistema de força faça uma constrição ao redor do pescoço da vítima, e a gente vai falar sobre isso. E ao mesmo tempo, a gente tem a conclusão de um laudo baseado numa falta de desalinho, ora, a pessoa está dentro de um sistema prisional, completamente dominada, vai reagir

como? Vai desalinhar o que? E em segundo momento, você tem tempo suficiente dentro do sistema prisional também pra colocar o local do jeito que você quiser, ou seja, arrumar o local do jeito que te aprouver. Então, vocês veem que só aqui no primeiro tópico a gente já citou várias inconsistências do laudo que já torna extremamente temerário você afirmar pelo suicídio, e nós estamos apenas começando. Bom, aí nós passamos, eu inclusive nem abordei isso muito com muita insistência no laudo, na redação final do laudo, por isso que a gente até, foi até bom que a gente não conseguiu se reunir pra assinar, que eu vou dar uma olhadinha melhor, pra gente fazer essa divulgação, amanhã, mas inconsistências também no laudo necroscópico. O laudo necroscópico é interessante, os vestígios que você tem, os sinais que você tem, tanto do enforcamento quanto do estrangulamento, internamente eles são muito parecidos, eles extinguem externamente, eles extinguiram externamente, principalmente com relação ao sulco, a profundidade do sulco e algumas características com relação a rompimento de carótida, rompimento de osso, de oide, e o que que aconteceu. Perdão, e o que que aconteceu? O médico delineou um quadro que caberia tanto para suicídio quanto pra estrangulamento, e de repente ele saca o suicídio por enforcamento, sendo que ele tem, e aí agente vai verificar melhor, ele descreve uma ruptura na carótida do mesmo lado que o nó, isso pra gente, pra perícia, é extremamente atípico, por quê? Porque você tem um laço, você puxa pelo nó, mas a compressão, ela é feita do outro lado, né a gente também faz circo, a gente faz teatro aqui, então você puxa o nó e a compressão ela é feita no lado oposto ao nó, e não do lado do nó. Acontece a compressão do mesmo lado que o nó, quando você está fazendo força também no nó, então a gente vai ver que você tinha elementos também de estrangulamento e não foram citados. Esse tipo de análise não é, esse tipo de equívoco pode ter ocorrido tranquilamente, acontece, ocorre, principalmente em 1969, quando a bibliografia médico legal, estudos médicos legais não estavam bem adiantados. Hoje, nós estamos falando em 40 anos depois, a nossa escola hoje tem uma série de experimentos, ótimo, e casuística que dá pra gente. Então, vamos lá, então veja bem, omissões: a rigidez cadavérica também não se falou qual foi o tipo, onde que estava a rigidez, se era completa, incompleta né, os tipos de livores também não se falou se era fixo, móvel. A gente tem alguns, o próprio diagnóstico, se vê, ele fala de ausência de fratura, de oide, de cartilagem, o sulco contínuo pouco profundo, então alguns elementos que coloca no laudo médico legal, são elementos mais pra estrangulamento do que pro enforcamento, e por isso foi, perdão, livores são zonas

RELATÓRIO FINAL

onde o sangue é depositado pela gravidade, por que o que que acontece quando você, quando morre, a circulação cessa, então ela fica praticamente por capilaridades, seguindo a gravidade, não é, então os livores eles tende a se acumularem nas regiões mais baixas do corpo, conforme a posição que o corpo venha a assumir depois de morto. Esses livores, eles começam a se instalar e eles são móveis, ou seja, se você apertar até determinado momento você apertar ele movimentada, a partir de uma certa, de um certo tempo, oito a dez horas, esse movimento passa a ser fixo, esses livores passam a ser fixo, aí nem você apertando, você aperta, você afasta, mas ele não volta, e se você virar o cadáver, continua onde ele está. Mas a gente vai melhorar essa explicação daqui a pouco. Então vamos lá. Ausência de escoriações e equimoses na face, ora, um cadáver encostado, como até foi aventado a pouco, um cadáver encostado na parede com o queixo encaixado, quando a gente tem um enforcamento, a gente tem, o enforcamento é um processo pelo qual o corpo passa, a partir da constrição das vias aéreas e aí, umas dessas fases é justamente quando o corpo se debate, e um corpo que está encostado no anteparo, principalmente com o queixo encostado, ele teria que ter algum tipo de, pelo menos uma escoriaçãozinha, um hematoma dessa batida, desse movimento do corpo reagindo, tentando buscar o ar, ou reagindo a essa constrição das vias aéreas, e isso não ocorreu, mas vamos tocar em frente. Bom, alguns sinais internos de estrangulamento, talvez ele tenha falado do enforcamento porque existiam livores nas pernas, então, em tese, ele falou olha esse cadáver, está com constrição das vias aéreas, tem um sulco e tem livores nas pernas, ou seja, ele ficou na posição vertical né, ficou ereto. Talvez eles nem soubessem que o corpo está pisando no chão, talvez eles achassem que o corpo estivesse suspenso, porque o médico legista não tem contato, mas, mesmo assim, esses livores, você tem que ter uma noção do que vai acontecer, das posições assumidas pelo cadáver, então esses livores, se você pega, você pode estrangular a pessoa em qualquer posição e posteriormente você a pendura, com certeza, como esses livores se estalam ao longo das horas, eles vão se instalar obedecendo a gravidade no mesmo jeito, então também os livores, eles não são determinantes pra você dizer que houve enforcamento tá. Bom, a gente passa aqui a algumas análises de posição do cadáver, daí eu vou levantar, e vou falar aqui com o microfone. Então veja bem, como já foi dito, Higino João Pio estava com o corpo ereto, região plantar encaixada, completamente em contato com o piso, e é interessante verificar que os membros inferiores também estavam eretos, você não encontra aqui inclinação do joelho, e ele não está tocando, a

gente vai ver melhor aqui, essas fotografias, ele não está tocando, em momento nenhum, a parede com o joelho, então ele está se apoiando nos pés, e outra coisa interessante, vocês estão vendo que esses, os braços dele estão dobrados, os braços dele estão dobrados, essa posição é completamente antinatural pra quem se enforca gente. Quem se enforca, o braço cai, e aí com o tempo, você mantém esse braço na posição vertical pra baixo, quer dizer que esse braço está dobrado, aí a gente já começa outra discussão que é a rigidez cadavérica dele. O Higino estava rígido quando foi colocado nessa posição, porque, inclusive, primeiro ele está com a perna completamente rígida e ereta, e segundo esse braços aqui mostram que ele já tinha rigidez também nos braços, inclusive fica até interessante porque dá pra você aventar uma pessoa por trás, enquanto outra está amarrando, a gente vai ver depois, vai discutir o sistema de força, e então outra pessoa está fixando o sistema de força, enquanto uma está segurando, por trás, e aí no momento que ele abandona os braços, ele permanece porque ele já estava com a rigidez e aí ele continua com os braços dobrados. Outra possibilidade até poderia ser ele estar manietado aqui, estar com as mãos amarradas, depois você vai e tira a amarra da mão e ele continua com a amarra da mão. Então, essa posição ela é extremamente atípica, extremamente atípica, pra não dizer, pra não dizer incompatível com o enforcamento dessa natureza. Vamos tocando Saul, então da posição do cadáver a gente verifica as regiões plantares de ambos os pés encontravam-se completamente apoiado no piso, dedos comprimidos contra a parede, sustentação do corpo incompatível com a aplicação contínua da força necessária pra produzir a constrição. Ele está tão em pé, que ele chega a estar em equilíbrio, ele chega a estar em equilíbrio e pra gente ter, a gente já trabalhou com várias suspensões incompletas, eu já dei laudo positivo pra gente deitada no chão, pra você ter ideia. Já dei laudo positivo pra gente deitada no chão, mas eu tenho elementos, aí eu falo, eu tenho que ter elementos pra comprovar que houve um suicídio, né, nesse caso é até um laudo que dou em aula, eu tinha uma garota, dezesseis anos, caída, com as pernas esticadas, tendentes, ela escorregou, foi escorregando, a gente bateu um pé de impressão digital, eu vi o pé dela escorregando, de acordo com o tempo, eu vi o laço com uma constrição extremamente forte, a corda cedendo dentro da elasticidade que lhe era peculiar, eu vi até a baba dela quando foi enforcada em uma trajetória iniciando na vertical, e posteriormente indo, derivando, fazendo angulação com o tempo, aí sim, você tem um quadro de enforcamento tranquilamente delineado com o tempo, ela se constringiu, sentiu a falta de ar, caiu, a

RELATÓRIO FINAL

perna escorregou, a aí sim, você tem continuamente uma força aplicada no sistema de constrição, uma força aplicada no sistema de força. E aí sim, você vai ter uma constrição contínua e você vai ter um quadro de suicídio. Não é, nem de longo, o que está ocorrendo aqui. A vítima colocada na posição que foi encontrada, após a rigidez cadavérica haver se instalado, ou manietado enquanto o ambiente estava sendo arrumado. Então, dessa posição deu pra gente verificar isso aqui. Toca lá Saul. Já foi. Bom, a cabeça da vítima, aqui eu tampei tá gente, até em respeito aos parentes, coloquei uma tampa aqui, mas o queixo, primeiro essa toalha aqui, que a gente vai falar depois, é uma coisa que não acontece, ninguém coloca toalha pra não sentir dor. Que que é, você coloca pra que aí no meio. Isso talvez pessoas ficasse com medo de fazer marcação muito forte, mas não tem, ou até essa toalha possa ter sido usada para constrição primária, pro estrangulamento. Então veja bem, a cabeça estava voltada para a parede e o queixo estava encaixado no azulejo, existia um azulejo, volta na anterior, que eu acho que o azulejo está lá, na foto anterior não tem não. Aqui ó, essa parede, ela tinha meia parede de azulejo, o queixo do Higino está exatamente aqui ó, ele está encaixado nesse azulejo tá, ele está encaixado nesse azulejo, e a face direita encostada nesse azulejo, na parede. Então é uma posição extremamente atípica pra quem está se enforcando e pra quem sequer está sendo comprimido no pescoço. Então veja só, a cabeça voltada para a parede, o encaixe do queixo sobre a aresta do azulejo e a ausência de equimoses e escoriações no queixo e na face do cadáver consiste em condição extremamente atípica, pra não falar incompatível, face à movimentação que se espera durante o processo de asfixia por enforcamento. Quer dizer, a pessoa quando ela se enforca, ela se debate gente, vocês podem ver até em filme, a pessoa se enforca, no momento da concessão final, começa a faltar ar e ninguém, tanto que a gente fala, às vezes a pessoa numa banheira, por exemplo, se matar numa banheira é um trem, extremamente difícil, porque na hora que você está sentindo falta de ar, você sai na hora, o problema é que às vezes a pessoa escorrega, às vezes tem uma apneia, que aí o sistema nervoso que trava, e a pessoa fica dura entendeu, mas a partir do momento que você sente sufocar, você começa a se debater e o próprio organismo, o sistema nervoso também começa a reagir, e você não tem nenhuma, volta só um pouquinho só, e você não tem nenhuma escoriação, a face dele está limpa, tem uma congestão normal de, da congestão de ar que a gente vai ver, do estrangulamento, mas não tem nenhuma lesão contusa, isso é descrito no laudo de necropsia, ele não apresenta nenhuma lesão contusa, nenhuma escoriação, que seria típico pra um cadáver que está

tão próximo de um anteparo como esse. Bom, aí nós passamos pro sulco do pescoço, vejam só, esse sulco do pescoço era contínuo e uniforme, portanto homogêneo quanto a sua profundidade, que inclusive, não era muita, e aí é interessante, como o laudo, e o laudo necroscópico ele ainda descreve que é ligeiramente ascendente e demonstrando pouca ação da força gravitacional na sua formação. O mais interessante desse sulco é que ele é tão contínuo que ele é incompatível com enforcamento. Ele segue o pescoço todinho, ele só para em um momento, no momento do nó, nem aqui ele para, porque aqui você tem concessão e aqui ocorre uma coisa interessante, essas dobras da pele, elas demonstram que você estava aplicando muita força nesse ponto. E a gente vai ver que o nó nesse ponto era fixo, do sistema de força, já estou introduzindo o próximo assunto, o nó aqui era fixo, que inclusive é outra coisa absurda, o nó aqui era fixo, então veja só, você não tem maior força aplicada no outro lado do pescoço, você tem a maior força aplicada desse lado do pescoço, em cima do próprio nó, inclusive a, daqui a pouco a gente faz outra ponderação. Veja só, formato contínuo e angular do sulco, bem como a existência de dobras na pele, na região do pescoço correspondente a do nó do arame indicam compressão na referida área decorrente da torção do arame, a gente vai ver, da amarração do arame aqui, então quer dizer, primeiro foi amarrado o arame aqui, pra depois, não ou falar em fixar, mas tentar fixar o sistema lá em cima. Então veja só, isso aqui já demonstra que é um pouco incompatível você pegar a vítima ou o suicida, pega, fixa primeiro, aperta o pescoço, comprimindo, mete a cabeça na parede, eu vou fazer um teatrinho aqui, ele mete o rosto na parede e tenta se enforçar sozinho, é uma situação no mínimo esdrúxula. Outra coisa interessante, o filtrado hemorrágico que está descrito no laudo, que a gente chama de sinal de Friedberg, ele é verificado na carótida direita e não é verificado na carótida esquerda, que seria a região normalmente no enforcamento, a região contrária ao nó, onde teria maior compressão. Ele está exatamente na região do nó exatamente na região do nó, na região direita. Então, o filtrado hemorrágico descrito na carótida direita e não verificado na carótida esquerda, demonstra maior compressão naquela região, dissonante, portanto, da localização do nó, que também se encontrava no lado direito. Lesão que geralmente se produz no lado contrário ao do nó, pescoço, região de maior compressão no pescoço, isso aqui é bibliografia, FRANÇA, clássico da medicina legal, 1995. E aí a gente passa para mais uma inconsistência aqui é, se vê que a gente já delineou várias que sozinhas já faria qualquer um pensar, e nós já estamos aqui na sétima, na oitava, na nona.

RELATÓRIO FINAL

Dep. Edison Andrino: primeiro eu queria te cumprimentar pela explanação bem didática e detalhada aí, o que a gente nota com toda essas informações é que não havia nenhuma preocupação de quem cometeu este ato, de esconder isso, porque como é que você dá um laudo de suicídio, com todas essas contradições aí, o que era a certeza da impunidade, ou era tão comum fazer isso que ninguém dava mais importância, no mínimo pra disfarçar com alguma justificativa, com alguma coerência, que é o que não parece aí, entendeu.

Pedro Cunha: na verdade, a gente tenta, a gente verifica aqui uma tentativa de um quadro de suicídio, montar um quadro de suicídio, houve a tentativa né, o cadáver está sendo colocado no chão, está sendo colocado numa, tendo o pescoço envolto com arame, o arame está lá envolto também no registro, então, existiu esse quadro, essa tentativa de formar esse quadro de suicídio né, quadro esse que não sei aí por outros motivos, qual foram, não foram questionados, por quem era de direito questionar. Mas vamos.

Anselmo: Pedro me permite, rapidamente, eu só esclarecendo aos membros da Comissão da Verdade que, após a explanação do Pedro, nós vamos abrir pros debates, ok?

Pedro Cunha: então veja só, aqui a gente já fala também da ausência de lesão contusa, considerando a posição em que o corpo foi encontrado, com o tronco próximo da parede, estando o queixo e parte da face nela apoiados, seria naturalmente esperado que existissem lesões de natureza contusa ou escoriativas no corpo e, principalmente, na face, devido às convulsões e excitação, que normalmente seguem à constrição do pescoço e geram movimentos com a energia suficiente para produzir lesões, isso é CROCE, 2004, também é tipo de bibliografia, mas a gente verifica sempre nos locais de crime, nos locais de suicídio, justamente quando você tem um anteparo próximo, algum tipo de lesão, produzido pela, pelo embate do cadáver com o anteparo. Muitas vezes por hematoma, muitas vezes por escoriações. Bom, e aí a gente aborda outro aspecto, já não bastava o que já tem, a gente ainda tem aqui a rigidez cadavérica, e o tempo da morte. O exame de local foi realizado às doze horas do dia três de março, e aí é interessante que ele já fala que, tanto pelo laudo, descrição do laudo, quanto pelas fotografias que já demonstram a rigidez completa, ora, a gente viu alguns depoimentos, inclusive parece que tem uma pessoa que disse que falou com Higino oito horas da manhã. Impossível, ele estava morto já. Ele deve

ter morrido por volta da meia-noite, uma hora da madrugada. Dali, em torno, por quê? Porque ele já estava com a rigidez completa. Então, essa rigidez completa vai se instalar cerca de doze horas, dez a doze horas, vai depender da literatura, ambiente, mas a partir de oito horas, sendo, colocando um mínimo do mínimo do mínimo, a partir de oito horas está instalada. Então, Higinio não morreu próximo das onze horas, ou depois das oito horas da manhã, ele morreu na madrugada do dia três, tá bom, pelo menos. Porque aí a gente também teria um tempo de desfazimento dessa rigidez que aí vai até as trinta e seis horas, dependendo do caso, vinte e quatro geralmente se desfaz a rigidez. Então, veja bem, a rigidez, o referido laudo, fotografias do cadáver, demonstra que apresentava rigidez completa, a flexão e suspensão dos membros superiores, aliada à extensão dos membros inferiores, ou seja, aqui dobrado e aqui esticado e a ausência de flexão dos joelhos demonstram que o cadáver já apresentava rigidez completa quando foi colocado na posição em que foi encontrado. E aí, a gente repete, esse membro superior dobrado, inclusive, ele sugere que de repente uma pessoa por trás tenha segurado, ou que ele tenha sido colocado, manietado e depois desfizeram, e ele permaneceu com os membros superiores flexionados. Bom, o laudo pericial também, ele fala, ele cita, que há a porta do banheiro, esta fechada e alguém, da escola de aprendizes, foi e abriu. Só que inclusive não é uma coisa, que o perito criminal cita, ele não consegue comprovar, não era uma situação que estava lá na hora, é uma situação que o perito ouviu falar. E aí ele coloca isso pra dizer que o local não estava violado, ora, como você vai dizer que o local não estava violado se ele, além dessa porta, você pode entrar por aqui ou por aqui. E você ainda poderia entrar lá, mesmo com outra, com a porta de acesso ao camarote, você poderia entrar por essa, por essa ou por essa. Então, veja só, o acesso ao interior, o laudo de local não descreveu que além da porta, acesso ordinário, o banheiro tinha duas janelas basculantes que permitiam a passagem de pessoas para o seu interior, aí conforme descrito no item quatro do laudo né. Da mesma forma, não fez referência aos acessos da suíte proporcionados através das quatro janelas basculantes também descritas no item quatro. E aí, de repente, ele diz a não, em face do local, da preservação do local, a gente diz que é suicídio. Então nem esse aspecto ele é pertinente, o local tinha várias vias de acesso. Outra aqui, outra inconsistência, e isso aí é mais interessante, embora não seja determinante, é a posição do chinelo da vítima, gente aí é, pela quantidade de cadáveres que a gente já fez, chinelo acompanha a vítima, chinelo acompanha a vítima. A vítima vai de chinelo, sobe, tiro o chinelo ali próximo e se enforca, né, raros

RELATÓRIO FINAL

são os casos em que o chinelo não está perto da vítima. E esse chinelo, esse par de chinelo, ele está aqui na sala, próximo da cadeira, da escrivaninha, enquanto a vítima está no banheiro, não é, está lá no banheiro. A gente não tem fotos do pé da vítima, que inclusive seria interessantíssimo a gente ter, se o pé estivesse limpo ia ser mais um elemento interessante, né porque aí, nem descalço a vítima andou. Volta lá, então veja só, é atípico, em se tratando de suicídio, essa distância entre o chinelo, fotografado, né, em desalinho lá. Esse elemento ainda não é determinante, mas ele, mas a gente sempre verifica que o calçado está próximo ou sob o corpo. E aí a gente vem pra estrela da festa, que é esse sistema de forca, que é muito engraçado, é um nó fixo aqui, estão vendo, isso aqui não corre não gente, isso aqui está fixo, é um nó fixo no pescoço, é um registro de chuveiro, na verdade não, na época era banheiro, era banheiro, era uma privada que tinha ali, e tinha esse registro, esse registro estava, a gente, pela fotografia, ele estava a cerca de 1,90m, no máximo 2,00m, que quer dizer, pro Higino levantar a mão passava tranquilamente isso aí, então, eu que tenho 1,75m, ou tinha, se eu levantar a mão aqui, eu passo 2,20m tranquilo. Então veja só, esse sistema de forca aqui, esse nó no pescoço, ele está fixo, e aqui que é muito interessante, sequer amarrado está. Não tem amarração aqui, não tem nó aqui, ele deu uma volta, no máximo duas, agora o cadáver já estava tão encaixado, ele já estava em pé, com o queixo apoiado, já estava tão encaixado, que não precisou de amarrar o sistema de forca, não tinha como o cadáver cair. Então veja só gente, eu não estou falando de um vestígio, dois vestígios, três vestígios, quatro vestígios, que de persi sozinhos já trariam dúvidas, eu estou falando em quase uma dezena de condições extremamente atípicas, entendeu, que desfazem esse quadro de suicídio que foi montado, ou que foi tentado montar e perdurou aí ao longo desses quarenta anos. Então, aqui você se, isso aqui não sustenta, se pegar, se tivesse mole, se caísse, caia, e ele só não caiu porque estava encaixado. Então, passa aqui Saul pra gente, então ó, a alça produziu a compressão uniforme ao longo do pescoço, sendo o ponto de maior compressão do pescoço aquele situado na altura do nó, nó fixo no pescoço, além de atípico, determina uma sequencia de fixação do arame na parede incompatível com a posição em que o cadáver foi encontrado, ou seja, ele teria primeiro que se, fixar o nó no pescoço dele, apertar esse nó, pra depois ir andando, pra poder fixar aí, quando que ele dobrou o joelho, quando que ele caiu, não caiu. Ele continuou, pelo contrário, ele ainda encaixou o queixo. Então, você não tem, são todos elementos, foi até difícil de a gente colocar, na ordem, falei tem muita coisa aqui, então, é incompatível essa

sequencia, é incompatível com suicídio. O sistema de força seria, ele somente seria eficaz o sistema de força, se, por exemplo, como eu tenho até umas fotos que eu poderia, como o da menina, que ela, ou do Herzog, ou do próprio Herzog, por exemplo, aquela foto do Herzog, pelo menos, está com os membros dobrados, ele está fazendo força, ele está com uma força, com uma componente gravitacional que aciona o sistema de força, isso em bom peritês. Então, ele está com uma componente gravitacional que aciona esse sistema de força, aqui você não tem, ele somente seria eficiente se você tivesse flexão de membros, ou deslizamento desses membros, no caso da menina que eu falei, que deslizou o pé, e aí você aciona um sistema de força móvel, o fixo já é outro caminho, porque o fixo, o ideal pra um sistema fixo é o cara estar em suspensão completa, porque aí sim, está fixo, aí também não ia estar tão apertado como estava do Higino, ele ia deixar, mesmo sistema fixo, vamos supor que o cara pegasse, enrolasse aqui primeiro e aí fosse lá, pendurasse numa árvore e pulasse da árvore. Beleza, tem um sistema fixo aqui, a compressão é no laço e aí ele ia morrer, mas aqui não, desse jeito realmente é incompatível. Somente seria possível aqui se os membros inferiores estivessem algum tipo de, ou tivesse deslizado, ou tivesse algum tipo de flexão pra que você tivesse essa componente de força gravitacional acionando o sistema de força. Bom, aí tem a toalha, e aqui essa tênue fixação, a tênue fixação, porque a extremidade não foi amarrada, não tem amarração aqui, ela foi simplesmente passada, isso são os fatos do próprio local que estão mostrando, não tem nó aqui gente, eu já tentei ampliar, tem uma passagem, no máximo duas, porque também a foto não permite ver, mas nó não tem. Não existe nó, e por que não existe? Porque não precisava, então o que acontece, a pessoa que foi fazer esse, essa beldade aí, essa simulação, quando ele viu que ele pegou e passou e o cadáver ficou, ele falou deixa aí e vamos embora, entendeu, deu, vamos nessa, entendeu, e ficou. Então, sequer tiveram a preocupação de amarrar em cima o sistema de força. Então, ó, a constatação de inexistência de amarração da extremidade superior do sistema de força indica que ele resistiria ao peso do corpo, caso esse não estivesse parcialmente apoiado sobre a planta de seus pés, com as pernas rígidas, utilizando ainda a parede com anteparo, na medida em que sua face e seus pés encontravam-se comprimidos contra a mesma, proporcionando uma posição de equilíbrio. Toca lá Saul, e aqui, por último a gente faz a consideração dos desalinhos, que, essa ausência de luta e desalinhamento, de sinais de luta, a gente é, como diz o colega, um plus a mais, mas não pode ser o fundamento essencial pro diagnóstico diferencial

RELATÓRIO FINAL

de suicídio, principalmente, quando você está com alguém dominado, preso dentro de uma base militar, então você, essa pessoa não vai está sinal de luta realmente, por que? Porque se eu chegar lá com cinco, três, quatro caras, vão dominar sem nenhuma reação. Bom, conclusão do laudo, não houve enforcamento e, por consequência, não houve suicídio. O diagnóstico diferencial para o evento é homicídio por estrangulamento, consumado em local e circunstancia que a gente não pode precisar. Realmente não tem elemento material pra falar isso. A vítima foi colocada em local em que foi encontrada, suspensa pelo arame, após a rigidez cadavérica haver se instalado. Então essas são as conclusões, aqui é o nome da equipe: eu, Pedro Luiz Lemos Cunha, Mauro José Oliveira Yared, Roberto Meza Niella, Saul de Castro Martins, e aí meu muito obrigado pra vocês, aqui está o e-mail nosso da Comissão Nacional da Verdade, qualquer dúvida, qualquer informação, estamos abertos. Muito obrigado. Essa apresentação vai estar disponível daqui a pouquinho, vou passar a pen-drive, o laudo que eu vou pedir pra vocês, eu não consegui reunir o nosso pessoal, e a gente tem um ritual lá, que tem que passar pra assinar, escanear, então, amanhã ou depois eu retorno a Brasília, amanhã, quarta-feira a gente garante que esse laudo vai estar disponível também pra qualquer pessoa que acesse a pagina da CNV. Obrigado!

Anselmo: mais uma vez eu gostaria de agradecer aqui o Pedro, ao Saul e ao Roberto pelo brilhante trabalho, na peritagem da Comissão Nacional da Verdade, e agradecer a presença de vocês, e eu vou passar agora, rapidamente, a palavra ao, primeiramente, aos membros da Comissão da Verdade que quiserem fazer uso da palavra, pedir algum esclarecimento, fazer alguma saudação, e em seguida, eu abro, rapidamente, à plateia que tiver interesse também de fazer algum questionamento aos peritos aqui presentes, esclarecimento a respeito do caso, nós vamos abrir um rápido período de tempo, mesmo porque nós temos, um período aqui dentro da Casa, da Assembleia, que a gente precisa também desocupar a sala. Vou passar então, primeiramente, aos membros da Comissão da Verdade, Dra. Elenize, sem questionamentos, Dra. Rosângela, sem questionamentos, professora Derlei.

Derlei: eu gostaria de agradecer aos peritos e me dirigir principalmente à família, eu sei que é um sofrimento permanente, e uma sessão como essa é um sofrimento muito grande, mas o estabelecimento da verdade dos fatos pra história é fundamental. Eu peço perdão pra família, por a gente estar impondo de novo todo esse sofrimento, mas é importante pra registro histórico, é só.

Anselmo: obrigado professora Derlei. Passo a palavra aqui, Júlio que fazer alguma, não? Dr. Dado, Deputado Dado Cherem.

Dep. Dado Ceherem: eu queria, eu queria agradecer e parabenizar o Pedro e toda sua equipe pela brilhante explanação que foi feita aqui e eu acho que derruba tudo e qualquer argumento que foi essa força imposta, essa mentira imposta durante quarenta anos de sofrimento e à famílias, aos filhos, aos netos, enfim, e a cima de tudo, a memória do Higino Pio, é um homem que deixou um legado como ele deixou, não podia ser tratado da maneira como ele foi tratado. A história agora, como disse a Derlei, ela tem que ser falada a verdade. Eu tenho uma dúvida, de ordem técnica, primeiro está provado e comprovado que o prefeito Higino João Pio foi assassinado, certo, e se ele foi assassinado, pelo tamanho dele, pelo corpo dele, com certeza foi mais de uma pessoa, não foi apenas uma pessoas que fez isso, porque alguém segurou, provavelmente alguém o estrangulou, isso vocês também tem como afirmar ou não?

Pedro Cunha: infelizmente não tem elemento pra isso, por isso que a gente coloca na nossa conclusão que são, ele foi estrangulado porque nós temos o vestígio de estrangulamento, a gente tem a constrição do pescoço, o nó, a constrição que foi feita em cima do nó, isso mostra pra gente, dá o estrangulamento, e a única lesão que a gente tem no corpo, mesmo porque não foi achada mais nenhuma então, como é a única e há sinais internos de asfixia, mas a gente não tem elementos pra afirmar nada, então fazer conjectura aqui, eu considero, embora eu as tenha, mas eu considero leviana fazê-las, principalmente em público, tá bom, mas a gente pode posteriormente até conversar, dentro de uma linha de investigação, pra de repente, imputar algum tipo de responsabilidade, ou mesmo saber um pouco mais a cerca da verdade, o que nós não temos elemento pericial pra poder afirmar contundentemente o que aconteceu e como aconteceu.

Dep. Dado Cherem: e na sua, vamos assim dizer, na sua experiência como perito, enfim, que já viu de tudo, enfim, eu assim, sou um leigo, não tenho nada que possa afirmar isso, mas imagino que é impossível uma pessoa só ter feito isso.

Pedro Cunha: eu não digo que seja impossível, a gente não diz nada que seja impossível, até a gente ter elemento material para dizer que não ocorreu daquela forma, tá bom. Mas você tem, a gente, poderia haver uma situação, a gente sabe se

RELATÓRIO FINAL

determinado momento estava dormindo, foi dopado, como que ele foi estrangulado, então a gente não tem essa certeza, não dá pra dizer se foi uma pessoa, ou duas pessoas, não tem, realmente, a gente não tem elemento material, porque a perícia, ela se resume a uma coisa, vestígio material, perito que fala sobre qualquer outra coisa, ele está contando uma história falaciosa, não é perícia, perícia e vestígio material, então na medida que o vestígio material, ele me limita, mas em compensação também ele me dá certeza pra afirmar as coisas, e isso faz com que a gente trabalhe até com muita tranquilidade, mas desde que a gente não saia do vestígio material.

Anselmo: eu passo a palavra ao deputado Amauri Soares, e em seguida o prefeito Edson Periquito, ok.

Dep. Amauri Soares: queria parabenizar vocês da Comissão Nacional da Verdade, Derlei, em teu nome, todas as pessoas que tem trabalhado isso e pedir desculpa pela nossa ausência, parabenizar também vocês da Comissão Nacional da Verdade, eu concordo plenamente com o que o senhor falou a respeito de toda análise feita e não conhecia essas fotos. Imaginei no início da sua explanação, e melhor, não imaginei, fiquei me interrogando, o que não é coisa de perito, talvez né, se interrogar e falar em público que é o que eu estou fazendo agora. Por que que seria importante saber se tinha janela e se tinha outras portas e outros acessos? E tá aí na pergunta do Dado, porque o dado quer saber se foram um, foi uma, foi duas, foi dez ou quantas pessoas fizeram. Do ponto de vista objetivo, do ponto de vista material, se alguém que está preso, está com as pernas e as mãos amarradas numa cama, por exemplo, uma pessoa sozinha consegue estrangular, aí não precisa nem ser muito forte, pode ser menos forte do que a pessoa estrangulada, mas não tô também supondo nada e imagino que não tenha sido exatamente o caso. Só dizer que eu concordo e parabenizar, concordo tecnicamente com a leitura que vocês fizeram, evidentemente que não sou perito, muito embora policial, concordo com a leitura que vocês fizeram do fato e pra nós fica comprovado o homicídio, o homicídio por estrangulamento e uma péssima, e um péssimo teatro de ocultar esse homicídio, porque, por que que fizeram de uma forma tão mal feita né, porque consideraram que seriam eternos né, então bastava arquivar aquele, e por certo deu o inquérito, o óbito de uma pessoa dentro de um estabelecimento, de uma instituição pública, qualquer que seja, vai dar um inquérito policial, então bastava arquivar aquele inquérito que ocorreria em alguns meses, que possivelmente, eu não conheço, mas que possivelmente foi o que aconteceu e daí

nunca mais alguém voltaria a falar daquilo, porque quem fez isso se considerava eterno e protegido pelos mesmos poderes, pelas mesmas forças e pelo mesmo Estado. Eu falei Estado e não governo, vou repetir, diferenciar Estado de governo. Pelo mesmo Estado, pelas mesmas forças econômicas e políticas, e eu me pergunto até que ponto, relativamente, não estão, só para interrogar e daí não entra aqui na, mas parabenizar mais uma vez a Comissão Nacional da Verdade e vocês, o trabalho que é feito aqui em Santa Catarina, por diversas pessoas, diversas forças, que tem como referência aqui a Derlei, parabéns!

Anselmo: obrigado deputado! Passo a palavra ao prefeito de Balneário Camboriu, Dr. Edson Periquito, por favor.

Prefeito Edson Periquito: eu agradeço pela oportunidade, cumprimento todos os integrantes da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão Estadual da Verdade também, que trazem, dentro de uma explanação belíssima, muito bem elaborada, e totalmente técnica, o esclarecimento de um fato ocorrido que, na minha opinião, eu não sou técnico, minha formação é administração pública, mas ficou muito claro a grande mentira, a grande farsa, o uso desmedido da violência que matou o nosso prefeito eleito da nossa amada cidade. César que dor que você e a tua família carregaram com vocês ate o momento de agora, até esse momento aqui de hoje. transformar um líder, uma pessoa que foi eleita legal e democraticamente nas urnas, transformar essa pessoa, em nome dessa loucura, dessa insanidade, desse regime vergonhoso, ditatorial, impositor, transformar um homem de bem num suicida, transformar a história da família que duvidada até hoje, deve estar sendo, quando que dizia, entendia que o patriarca dessa familia tinha sido morto, mas aversão oficial dizia que não. quantas pessoas entenderam o prefeito Higinio Pio como sendo um homem que não resistiu á pressão, que covardemente possa ter tirado a própria vida e no entanto ele foi uma vítima de uma violência, e o senhor com a sua explanação deu até pra que a gente compreendesse que até talvez deitado estava, amarrado, com suas mãos amarradas, uma espécie de torniquete, porque o senhor provou bem como é que fica o pescoço de um suicida, ao ficar pendurado, de um enforcamento. Ali tem sim o uso da violência César, que passa a ser uma vergonha pra um país igual ao nosso. Mas que a luta de muitos fizeram com que a gente viesse viver essa situação diferenciada de hoje. O Estado, ele precisa se desculpar com vocês César, é irreparável, é irreparável. Não falo em financeiro, eu falo em moral. A história, a partir de hoje, ela

RELATÓRIO FINAL

passa a ser outra. Em nome da sociedade balneacamboriuense, na condição de estar prefeito, como estou nesse momento, eu acredito que a gente tenha que unir as nossas lideranças, as nossas autoridades e fazer o reconhecimento do que aqui hoje a gente vivenciou pra, em respeito à memória do nosso prefeito Higino Pio, e sobretudo de sua família. Gostaria que a comissão, tanto a estadual como a nacional, pudesse nos orientar pra que a gente pudesse, em nome do município fazer algo que possa confortá-los, porque repará-los é impossível, repará-los é impossível. Agora, confortá-los, restabelecendo a verdade, recuperando a memória, a história, o tempo de dedicação, de vida, o levantamento que foi lido pela senhora no começo, da pessoa austera, do homem honesto, do líder político que foi o nosso querido prefeito de Balneário Camboriu. Eu tinha um ano quando isso aconteceu, eu tinha um ano de idade, um ano e alguns meses. E ele já liderava o nosso município, e tendo sido o primeiro prefeito eleito da nossa cidade, então César, eu te agradeço por ter me convidado pra eu estar aqui presente e quero deixar aqui os meus cumprimentos especiais, reconhecimento, o amor, o carinho que eu tenho por você e toda sua família, e agora pra que a gente possa, diante da responsabilidade que temos, como administrador do município, nos solidarizarmos com o colega prefeito, seu pai, líder de sua família, e que a gente viesse daí, junto com vocês que tem essa propriedade, vocês que tem esse conhecimento, vocês que tiveram essa dedicação, o País, e eu creio que ele quer esclarecer sim a verdade, porque o senhor não teria interesse nenhum, nem o senhor, nem a sua equipe, que fique bem claro, nem o senhor, nem ninguém de trazer à baila a discussão aquilo que não fosse o entendimento técnico de vocês, que possa ser o reparador da verdade, então o município de Balneário Camboriu tem que escrever na sua história, que o prefeito Higino Pio foi morto, mataram, é homicídio, cometeram crime, tiveram a vida dele, por questão de entendimento político sim, por divergência política, e nós devemos isso, enquanto poder público nós devemos esse pedido de desculpas a você César e a toda sua família. Finalizo dando os parabéns a todos vocês. Vocês estão dando uma contribuição que vocês não tem ideia do que passa na mente e no coração do César que hoje é o líder dessa família, homem sério, nos mesmos moldes do seu pai, homem honesto, homem digno, homem honrado, que tem uma família exemplar, que tem uma família que constrói, uma família que trabalha pra fazer o bem, tem uma vida toda dedicada dentro do nosso município, tem uma história construída o que nós temos o orgulho e o privilégio de desfrutarmos de sua companhia e de sua amizade. Parabéns

a todos e César saia daqui com a tristeza da perda do pai, mas com a felicidade do esclarecimento da história dele. Ele lutou pra viver, pode acreditar nisso, ele lutou pra viver. e ele deve ser um orgulho pro senhor e pra toda sua família, muito obrigado.

Anselmo: prefeito, a Rosângela, membro da Comissão, vai pegar os seus dados aí, pra gente depois passar as orientações necessárias, certo. Eu passo a palavra agora ao nosso representante do Ministério Público Federal. Dr. Maurício Pessutto, para que faça o uso da palavra e coloque aí a posição do Ministério Público Federal, com relação a questão do caso, por favor.

Maurício Pessutto: boa tarde a todos, em nome do Ministério Público federal, eu gostaria de registrar inicialmente a relevância, a importância de se constituir, dentro da Comissão Nacional da Verdade, um núcleo, uma equipe de perícia, porque esses fatos demandam esclarecimento, inclusive em nível técnico, e esse nível técnico implica na realização de perícia, de perícia técnica, de análise das provas materiais, que sejam apresentadas ou decorram dos fatos que estejam em apuração. Seja na produção de fatos, eventualmente criminais acontecidos no presente ou no passado, esses fatos deixam vestígios, deixam elementos de prova que podem e precisam ser tecnicamente analisados pra que a verdade possa ser, com clareza, com objetividade, desprendido de paixões, e com aplicação da lei, com a aplicação da Constituição, identificados. Isso é absolutamente necessário então é um valor nacional que nós possamos ter dentro da Comissão Nacional da Verdade, a constituição de uma equipe que nesse momento nos possibilita o acesso a uma prova tão relevante, identificação e verificação do que aconteceu no caso especificamente aqui que hoje estudamos que é o caso Higino João Pio. Evidentemente que o Ministério Público Federal tem todo interesse e absoluta necessidade no acesso, inclusive sobre vias formais a este estudo, pra que possa integrar e instruir inquérito civil público, que já tramita no âmbito do Ministério Público Federal, com o objetivo de esclarecimento desse fato específico e de constituição da responsabilidade pertinente. Então nessa linha, o trabalho que ora é realizado e em conjunto né, Comissão Nacional da Verdade, Comissão Estadual da Verdade, que hoje nos possibilita este encontro, este elemento, esta prova técnica é absolutamente fundamental e o Ministério Público Federal precisa e buscará recebê-la formalmente pra instrução do inquérito, era isto, obrigado.

Anselmo: Dr. Maurício, eu já lhe adianto que tão logo eu receba formalmente o laudo pericial do Dr. Pedro e sua equipe, eu já encaminharei, por cópia, ao Ministério

RELATÓRIO FINAL

Público Federal, pras devidas providências ok. eu faço agora a observação ao pessoal da plateia, se alguém tem um questionamento de ordem técnica, gostaria de fazer uso da palavra, rapidamente, naturalmente, para inquirir, melhor, questionar os peritos sobre alguma dúvida. se houver interesse. Assim que o senhor receber o microfone, por favor se identifique, diga quem é, onde é que você mora pra que fique registrado, por favor.

Rogério Queiroz: meu nome é Rogério Queiroz, eu fui o ex-presidente da UCE, destituído da presidência em abril, em março de 1964, preso duas vezes, presidi e presido ainda a Comissão Estadual de Ex-presos Políticos. Participei como membro indicado de ex-presos políticos da Comissão Estadual de Indenização, que foi constituída no governo Paulo Afonso, e de indenização pecuniária e foi esse valor, esse valor foi pago pelo governo Esperidião Amin. eu só quero, após minha identificação, quero dizer que acompanho de perto os movimentos, as atividades da Comissão da Verdade, com a Derlei, estou sempre em contato, e fiz que li a notinha hoje no jornal sobre a reunião e fiz questão de vir, eu estou com o deputado Dado, que estou conhecendo agora, e o Amauri e prefeito Periquito, pra fazer uma pergunta objetiva, porque na verdade, depois dessa análise tão concreta, tão extensa, tão intensa para nós leigos fica uma pergunta que eu farei agora, talvez, me desculpe se já foi feita e já foi respondida. A conclusão do seu relatório é que foi assassinato?

Pedro Cunha: sim, sim. Homicídio.

Rogério Queiroz: então tá, eu perguntaria ao presidente da comissão, então, e a Derlei como que fica, se foi agora, realmente, como é que se diz, comprovado que foi assassinato, que foi morte por terceiros, qual é o próximo passo, quer dizer, vai ser, não é questão de indenização à família, indenização pecuniária, financeira, não é isso, no caso agora do Rio de Janeiro, aquele General, Coronel, que prestou contas e foi assassinado em casa, e tal, e perguntaria o seguinte, vai haver a procura de quem fez o assassinato, quem cometeu o assassinato, essa pergunta bem clara que eu faço, muito obrigado!

Pedro Cunha: vou passar a palavra porque esse procedimento posterior não cabe a nós.

Anselmo: Dr. Queiroz, respondendo ao senhor e todos aqui, o próximo passo, no âmbito da Comissão Estadual da Verdade, é concluir o nosso relatório até dia 30/06,

encaminhar à Comissão Nacional, recebendo esse laudo ou vou encaminhar ao Ministério Público, porque já há um inquérito civil, há um inquérito criminal, no âmbito do Ministério Público está sendo apurado, então eu pego o laudo e encaminho ao Ministério Público, e do ponto de vista legal, em termos de denúncia, em termos de aprofundamento na investigação criminal a competência é do Ministério Público Federal, não é da Comissão da Verdade. Nós temos aqui a tarefa árdua, mas histórica, de justamente relatar a verdade, buscar a verdade, aonde ela esteja e fazer com que essa busca, fazer com que esses relatos se tornem públicos para que isso se torne parte da nossa história uma história que foi esquecida, uma história que foi coberta, foi manipulada, certo, durante todo esse tempo. Esse é o grande papel da Comissão da Verdade, buscar os elementos, buscar a verdade e mostrar a verdade a todo povo brasileiro para que o povo não esqueça, para que nunca mais aconteça. Esse é o nosso trabalho, ok, obrigado. Pergunto se mais alguém gostaria de fazer algum questionamento, pois não. Peço ao senhor, ao colega, que se identifique né, quem é e de onde vem.

Tomás Pereira: meu nome é Tomás Pereira, eu sou jornalista, moro em Balneário Camboriu, eu queria fazer mais um depoimento e corroborando ao trabalho brilhante aí dos peritos, e com o dever de jornalista que sou. Eu fui preso político também, três vezes. A primeira vez eu tinha dezessete anos, era um guri, um moleque, presidente do grêmio estudantil da escola lá em Santana do Livramento, onde eu nasci, e as outras duas vezes, já em Porto Alegre, quando eu cursava a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e a segunda vez, que foi terrível, fiquei sessenta e três dias, não inclusive uma mora aqui de Florianópolis foi presa comigo, é dona de uma empresa aqui em Florianópolis, o nome dele é Nelson. fui uma vez torturado pelo próprio diretor do Dops Pedro Carlos Selique, que depois foi deputado estadual, eles me enrolaram, fingiram que queriam me enforcar e botaram, acho que uma toalha, porque eu estava encapuzado, acho que uma toalha e que aliás o que me levou a ficar mais tranquilo, porque eu pensei comigo, desta vez ele não vão me matar senão não teriam botado a toalha pra que não aparecesse a escoriação. Mas na outra vez, que o senhor falou no laudo que eles alegaram que não tinha vestígios de escoriações, machucaduras, enfim, portanto não teria sido machucado, no QG do terceiro exército, lá em Porto Alegre, eu fui torturado sem que me desse um tapa, um choque elétrico. Pegaram uma colega, nós estava preso junto, e colocaram ela no pau de arara, cada

RELATÓRIO FINAL

vez que eu dizia não, batiam nela. Toda vez que eu dizia não, ela apanhava e não eu. E ela estava no pau de arara, você sabe que no pau de arara a gente fica com as genitais pra cima,ela, eu vi ela ser estuprada treze vezes, dessa vez eu não estava com capuz, eles que estavam com capuz. Então eu sofri, a não ser psicologicamente é claro. Parabéns pelo trabalho de vocês. Pio, acompanhei aqui você, olha, eu acho que a sociedade deve perdão a tua família, tenha certeza disso.

Derlei: quer falar Niella?

Carlos Niella: sim, eu só queria agradecer a importante colaboração da família, principalmente que foi quem nos proporcionou a altura, um dado muito importante, que até então a gente não tinha, então a colaboração pra nós é fundamental nesse caso. Foi fundamental, obrigado.

Derlei: mais alguém? Pereira? Nós temos aqui o ex-prefeito de Florianópolis, que nos ajudou a colocar um monumento aqui na praça, em frente à Assembleia, e foram, interessante, porque foram quinze dias de chuva torrencial, e não saía, e não era possível fazer os alicérces, foi um desespero total, mas o Bitta, era prefeito na época, e conseguiu, muito obrigada aí, publicamente.

Júlio César Pio: o pai do Bitta na época era secretário do meu pai. Só ter a tua presença aqui já é uma honra, e do teu filho também, que foi meu amigo, foi prefeito aqui em Florianópolis, obrigado pela presença de vocês.

Derlei: ninguém mais deseja usar a palavra? Sim, senhora.

Tânia Regina: boa tarde, o meu nome é Tânia Regina Angioletti, nós éramos vizinhos do seu Pio, nasci lá, depois tive alguns anos fora, e agora trabalho com pesquisa de história, sou professora de história. Então eu quero agradecer à Casa, as peritos, à Comissão, porque agora, realmente, a gente pode contar a verdadeira história né, pro, a partir desse dia, pros nossos jovens, pros nossos adolescentes, realmente que a história era outra, não era aquela que foi tão sofrida na época assim, foi muito triste, mas que eu me compadeço com a família e tudo assim, que foi uma tragédia e que agora a gente pode colocar a cabeça no travesseiro e dormir. Embora todos soubesse que era mentir, que aquilo ali era uma encenação né, eu tinha apenas oito anos, e minha vó dizia nem fala o nome do seu Pio aqui por perto, por que senão todo mundo vai preso e a gente pode apanhar. A gente tinha que ficar calado. Além de tudo, sabia que ele jamais, que ele era um homem bom, todo mundo gostava muito dele na

cidade, as crianças, eu era criança e gostava muito dele, como que ia entender que ele se suicidou, nunca, não havia, isso não cabia na cabeça da gente, ele era um homem religioso. E contar isso agora pros alunos, até nesse momento é que o fato, tu tens que contar os fatos históricos, então tem que dizer que ele, foi constatado como suicídio, a partir desse momento não, a história é outra, eu estou tão feliz, obrigada gente, muito obrigada.

Derlei: essa foi a tarefa a que nós nos propusemos, tentar estabelecer a verdade, depois é tarefa do Ministério Público. Como professores de história, também sou professora de história, realmente é fundamental contar essa história como ela aconteceu, e não a versão dos militares. Ninguém mais deseja usar a palavra? Nós prometemos de enviar para a Câmara Municipal, para o senhor Presidente da Câmara Municipal, o laudo, para o senhor prefeito o laudo e ao Ministério Público. Se ninguém mais deseja usar a palavra, nós damos por encerrada essa audiência pública, agradecemos a presença de todas as autoridades, agradecemos a presença da imprensa, a atuação da imprensa para nosso trabalho é fundamental, porque muito tempo passou e a gente não tem contato com todas as pessoas, é muito difícil de encontrá-las e atuação da imprensa é fundamental, muito obrigada a todos.

ANEXO VI

DEPOIMENTOS COLHIDOS EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Data: 30 de maio de 2013

Auditório Antonieta de Barros

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

A audiência pública teve início às 16.00h. O Coordenador da Comissão, Dr. Naldi Otávio Teixeira, Procurador do Estado, convidou os seguintes membros da Comissão para tomarem assento a mesa de reunião:

- Luciana Carminati – Deputada estadual;
- Dr. Anselmo Machado – advogado;
- Derlei Catarina De Luca, professora e escritora;
- Dr. Roney Danielle – Desembargador;
- Dr. Ricardo Gama – Corregedor Geral do Estado;

Dr. Naldi agradeceu a presença de todos, e deu início aos trabalhos, colocando à disposição dos presentes, um livro de registro de presença, (a/c da secretária Juliana). Em seguida, explanou sobre os procedimentos, conforme roteiro pré-estabelecido: a) durante os 30 primeiros minutos, as pessoas que desejarem expor sua opinião (o que pretende, o que ver, e qual sua expectativa), acerca da “*Comissão Estadual da Verdade*”. Durante a exposição, as pessoas que desejarem fazer perguntas, podem fazer sua inscrição com a secretária Juliana. Os inscritos terão direito de falar por 10 minutos, prorrogável por até mais 3 m. para conclusão.

Com a palavra a Deputada Luciana Carminati:

Membro da Comissão Estadual da Verdade, Representante da Assembleia Legislativa.

“Fui assassinado, morri cem vezes, e cem vezes renasci, sob os golpes do açoite. Meus olhos em sangue testemunharam a dança dos algozes”, em torno do meu cadáver. Tornei mineral, memória da dor, para sobreviver recolhida as chagas do corpo a lua vermelha da minha crença, no meu sangue amanhecendo”.

Pedro Terra nasceu privado de liberdade. Um poeta que foi parido entre grades, tortura e escuridão. Pedro Terra foi o nome escolhido por Hamilton Pereira da Silva, para driblar os militares e fazer conhecer ao mundo a crueldade do submundo da ditadura militar brasileira.

*Ao ser deixado sozinho durante o interrogatório, roubou um lápis deixado sobre a mesa, e começou a escrever seus primeiros versos escritos num papel de maço cigarro, já que as cartas escritas pelos presos passavam por censura, Hamilton escrevia seus poemas aos familiares e amigos supostamente copiando poesias, de um livro que havia lido na cadeia, de um tal **PEDRO TERRA**. Surgiu aí seu pseudônimo. Posteriormente foi necessário mudar a estratégia, e as poesias passaram a sair*

prisão através do seu advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, em pequenos papezinhos que transportavam dentro de canetas bic amarelas.

Hamilton que foi Pedro, poderia se chamar Arno, Divo, Frederico, Higino, João, Luiz, Paulo, Rui, Vânio. Catarinenses que desapareceram lutando.

A audiência de hoje é um marco para iniciarmos o processo de reconstrução da memória, e avançar no esclarecimento da verdade sobre as centenas de casos de desaparecimentos forçados e mortes de militantes políticos.

É uma causa que interessa a toda a sociedade, e não apenas aos familiares e ex presos políticos. A Ditadura militar ofendeu e prejudicou todos que lutam por um mundo justo, e acreditam na democracia.

A História de Hamilton se junta a de Arno, Divo, Frederico, Hamilton, Higino, João, Luiz, Paulo, Rui, Vânio, e tantos outros companheiros que desapareceram na luta, mas jamais podem ser apagados da memória.

A Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, instituída pelo Dec. 1415, de 1º/03/2013, tem a finalidade auxiliar a Comissão Nacional da Verdade a examinar e a esclarecer as violações dos direitos humanos praticados por motivação exclusivamente política, no período de 18/09/46 a 05/10/88, em Santa Catarina. Esta é a primeira audiência pública chamada pela Comissão Estadual da Verdade.

Como membro da Comissão Estadual da Verdade, quero como representante da Assembleia Legislativa, desejar em nome dos demais membros: Roney Danielle do Tribunal de Justiça, Dr. Naldi Otávio Teixeira, Procurador do Estado, Dr. Marcos Antônio Luiz da Silva, Dr. Anselmo que representa a OAB, Derlei Catarina De Luca, representante da sociedade civil.

Desejar que essa audiência traga informações, histórias, documentos enfim. Que o direito da memória não seja privilégio e patrimônio de alguns, mas que pra gente construir uma verdadeira democracia precisamos recontar essa história. Então, desejamos em nome da Assembleia Legislativa, uma boa audiência a todos. Obrigada!

*Com a palavra **Sérgio Uliano**, ex -vereador em Criciúma, participante do “Coletivo da Memória, em Criciúma”.*

Boa tarde a todos e todas!

Gostaria primeiro de registrar uma sensação que sinto, cada vez que venho aqui na Assembleia Legislativa. Dias atrás, nós fizemos uma reunião lá no plenarinho, e eu não registrei essa sensação, porque lá só tinha 3 min pra falar, hoje está mais folgado.

Mas eu já posei aqui dentro, em 1975, na famigerada Operação Barriga Verde, quando estavam prendendo e caçando o pessoal do PCB aqui. Depois que prenderam os mais notáveis, e eu era membro da base do partido na época, era Presidente de um Diretório Acadêmico, aqui em Florianópolis, e gente fugiu para Assembleia Legislativa, e a liderança do MDB, daquela época, que não existe mais, a liderança nos acolheu aqui, o líder era o Deputado Murilo Campos, guardo dele essa grata recordação. Interessante isso aconteceu em 1975, e 03 anos depois nós já estávamos consolidando o Comitê Brasileiro Nacional da Anistia, do qual fui dirigente no sul do

RELATÓRIO FINAL

estado, quando a Derlei voltou do exílio, me lembro que nós fomos lá na sala e fizemos uma recepção lá pra Derlei, o Wilson Rosalino, não sei se está aqui.

Feito esse registro, eu gostaria de fazer essa indagação acerca da criação da Comissão da Verdade. Ela foi criada por Decreto? Essa Comissão (eu gostaria de fazer essa indagação), depois a Comissão vai responder, já tem orçamento? Já tem assessoria definida? Qual o órgão de comunicação com dessa com a sociedade? Já foi enviado para Assembleia essa Lei, o que permitiria o orçamento?

Aqui no Estreito, onde era a sede Policia Federal, ali teve vários catarinenses que foram torturados, durante a “Operação Barriga Verde”. É possível transformar aquilo lá, tombar e transformar num local de memória?

Por fim, quero de registrar uma preocupação. Eu creio que num pé de pagina de algum jornal, ou na internet, que a Comissão quer investigar os dois lados? Será isso verdade? Se for verdade, então nós temos que, retroceder um pouco no tempo, e corrigir um ato falho da história. Temos que ir ao Tribunal de Nurenberg, e pedir para que julguem também naquele Tribunal, os atos violentos praticados pela resistência Francesa contra os nazistas. Não existe essa história dos dois lados.

*Até na encíclica do Papa Paulo VI, “**A encíclica popular do progresso**”, está escrito ali: “**Que diante uma tirania, e de uma iniquidade, o povo tem o direito de resistir, praticando inclusive atos de força se for o caso**”. Registro dessa forma, essa preocupação. Tirania e iniquidade, foi o que a ditadura apresentou, caçando dirigentes sindicais, concentrando ainda mais a renda, aumentando o número de pobres, diminuindo o valor do salário dos trabalhadores. Isso é iniquidade, e tirania foi o que fizeram, tentar transformar o Brasil em um imenso quartel a céu aberto. Foi isso que fizeram. Eu vi, eu não tive juventude, eu tenho isso bem claro na minha memória.*

*Por fim, num terceiro momento, eu queria partilhar, socializar uma experiência que nós temos em Criciúma: Nosso “**Coletivo de Memória Verdade e Justiça João Batista Rita**”, João Batista é um desaparecido. Nós Sabemos que ele foi preso pela Operação Condor, que era uma união das várias ditaduras aqui da América do Sul, principalmente do Cone Sul, e foi visto pela ultima vez no Rio de Janeiro. Tem um livro aí, pra mim ainda muito suspeito, “**Memória de uma Guerra fria**”, tem que investigar melhor. Que diz que o corpo dele foi incinerado numa fazenda, numa fornalha de um engenho de açúcar, no interior do Rio de Janeiro.*

Nosso coletivo, nós trabalhamos com três linhas de ação, uma delas, é pesquisa de memória de ditadura. A questão de uns trinta a quarenta dias atrás, nosso coletivo participou de uma Conferência Municipal de Cultural e conseguimos aprovar no plenário da conferência, o registro dos locais de memória, porque lá tem uma escola que foi cadeia, onde funciona hoje a Fundação Cultural, era o plano do carvão, foi cadeia. O campo do Criciúma foi cadeia, nos dias do golpe, bem nos dia do golpe. O exercito de Blumenau se deslocou para Criciúma, ocupou em primeiro lugar o Sindicato dos Mineiros, fizeram seguida a intervenção do sindicato e prenderam seus dirigentes. Então nós já identificamos todos esses locais. Vamos agora marcá-los. O Vereador, João Melo do PT de Criciúma, fez passar na Câmara uma lei, que foi aprovada por unanimidade, permitindo que esses locais sejam marcados, como locais de memória.

Nós investigamos também, e nessa segunda investigação, nós conseguimos identificar o inquérito das primeiras prisões que foram feitas lá em Criciúma. Foi no campo de

Criciúma, no Plano do Carvão, e na escola Lapagesse. Nós conseguimos o inquérito, oportunamente vamos disponibilizar para Comissão da Verdade. Porque nós só pesquisamos. E nesse inquérito aparecem algumas coisas interessantes. Até gente que serviu a ditadura na época que hoje é homenageado lá, em prédios públicos. Nós temos lá também uma escola que tem o nome de um torturador, porque agora através da Comissão da Verdade, nós sabemos que a cadeia do comando se estendia do torturador até o ministro militar, e tem uma escola lá com o nome de um desses torturadores, então nós já iniciamos o trabalho político, sensibilizando a comunidade escolar, falando quem foi esse torturador, e oportunamente vamos precisar aqui da Assembleia, já tivemos contato com a Deputada Luciane, a esse respeito. E o outro trabalho que nós estamos realizando, todas as semanas, pelo menos uma ou duas vezes por semana, nós vamos em escolas estaduais, falamos com pessoal de 7ª, 8ª série, do ensino médio. Numa oportunidade a Diretora da escola colocou três turmas do 3º ano do ensino médio, num auditório, e nós não estávamos lá falando sobre smartphones, sapato, bolsa, e sei lá. Nós estamos falando sobre política, memória, memória nacional, as razões do golpe, o golpe, a tortura, o pau de arara, a cadeira do dragão, os choques elétricos. E todos aqui sabem o quanto é difícil manter a atenção voluntária de adolescentes ou muitos jovens, durante uma hora e meia, pois a nossa última experiência, auditório cheio, ninguém saiu antes de terminar o evento, e o evento durou uma hora e meia. Nosso povo tá com sede de memória. Memória, participação! Então todas as semanas, uma ou duas vezes, nós vamos às escolas, estaduais e municipais tem se manifestados bem abertas, principalmente os professores para essa questão, nessa área de humanidades.

Na escola que leva o nome do torturador, nós fizemos uma reunião com os professores, esta semana voltaremos lá para conversarmos com pessoal de 7ª e 8ª série, conduzindo com toda a sensibilidade o trabalho político. Esse é o trabalho que temos feito por lá. Pra mim o de maior importância é essa conversa com adolescentes e jovens. Teve uma reunião no bairro Santa Luzia, que foi com a comunidade, associação de moradores, diretores de escolas, lideranças religiosas. O pessoal tinha na faixa de 40 anos. O que a gente notou? Que eles ficaram abismados diante do depoimento de uma companheira nossa, Marlene Socas, que foi barbaramente torturada, no DOI CODI de São Paulo. Ela foi presa, aliás, ela foi sequestrada, porque prender quando tem uma decisão judicial. Ela foi sequestrada na Av. São João, alguns minutos depois ela estava nua, no meio de doze homens, no DOI CODI. Nessa época estava também nossa Presidente Dilma.

Eu vejo que esse é o principal trabalho que nós estamos fazendo, que dizer, na reunião com a comunidade, associação de moradores, o pessoal tinha uma faixa de 40 anos, o pessoal não sabia. No Brasil não houve essa ruptura com a ditadura, eu acho que a ruptura, o espaço, está aberto para operarmos a ruptura hoje, agora, se soubermos avançar.

E pra finalizar gostaria uma pequena reflexão, sobre o momento atual no Brasil, e na América Latina, porque isso diz respeito ao núcleo do assunto que nos traz aqui, e para que foi criada a Comissão da Memória, em números coletivos de memória, no Brasil inteiro. Há uns 60 dias atrás nós fizemos uma reunião em SP, a Derlei estava lá, tinha representante de 21 estados, em SP. Comitês, Coletivos de memórias, criados espontaneamente, se nenhum, não foram criados por lei, no nosso caso, não tem apoio, que foi criado por nossa conta mesmo, vem a Florianópolis, vai aqui, vai ali, por nossa conta.

Dr. Naldi Otávio Teixeira - Concedeu mais três minutos para conclusão.

Conclusão do Dr. Sergio.

Todo mundo já ouviu fala no Platão. O Platão quando mataram o mestre dele, ele passou para construir a república ideal, e disse que a República ideal, deveria ser governada por filósofos sábios e virtuosos, aí ele individualizou a coisa, o mérito, demérito, como se o meio ambiente fosse neutro, como se as intuições foram neutras. No século XVII, Espinosa viria corrigir isso aí. Espinosa com outras palavras disse: “Pobre da Republica cuja felicidade dependa apenas da virtude dos homens, e pregou a virtude das instituições. Ora, a virtude das instituições é o que mais precisamos no Brasil e América Latina. Há décadas que as forças progressistas, democráticas desse país, da América Latina, vem pregando a necessidade de uma série de reformas: reforma tributária, reforma política, reforma urbana, que as nossa cidades cresceram sobre lógica do núcleo privado, da especulação imobiliária, e esta aí o caos, reforma educacional, reforma do Judiciário, mas essas reformas nunca acontecem, porque que elas nunca acontecem?

Se nós chegarmos ao Congresso Nacional e conversarmos 10 parlamentares e perguntarmos se eles são a favor da reforma política, eles vão dizer que são, os dez vão dizer que são. E porque que o Congresso não faz as reformas? Eu faço esse raciocínio, porque esse país está caminhando para ingovernabilidade, vai ficar ingovernável com o atual sistema político eleitoral que tá aí. Um deputado federal, não os populares que tem militância de graça, mas aqueles que fazem campanhas milionárias, eles gastam na campanha muito mais que os salários que vão ganhar de ordenado, durante os quatro anos de mandato. Tem lógica isso?

Se nós atentarmos para uma coisa chamada “financiamento privado de campanha”, aí tem lógica, porque daí é o deputado que gasta, é o empresário que financia. Duzentas grandes empresas Brasileiras, isso está no TSE, é fácil de ver, são as maiores financiadoras de campanha. Será que um banco, uma empreiteira abre s cofres, tira milhões, chama alguns candidatos, entrega a eles? Não fazer a campanha de vocês, vocês têm olhos tão bonitos. Então, eu queria dizer o seguinte: tem lógica porque não é o deputando que financia. Qual é a independência que esse deputado perante o poder político subordina as decisões políticas, perante o poder do dinheiro. E pra finalizar, porque que faço essa reflexão? Porque em 64, eu era um adolescente, ingênuo, inocente, um menino da roça, mas me lembro, mas também está nos livros de história, porque manchete de jornal, gravação e filmagem, não evapora, é fácil de investigar, pesquisar hoje. Quanto a Getúlio a manchete era: “Getúlio num mar de lama”, “Família do Getúlio faz corrupção na caixa”.

*Na época do Jango, as manchetes eram as mesmas. “Caos-corrupção, bagunça - corrupção”. Todos contra o comunismo ateu! Essas eram as manchetes criando o caldo de cultura para o golpe. E quais são as manchetes de hoje no Brasil? Principalmente da Rede Globo, da Editora Abril. Esta retornando tudo, nós estamos vendo hoje no Brasil uma rearticulação de direita, muito perigosa. É preciso refletir sobre essa questão, porque ou o Brasil avança, faz as reformas e avança, ou os pescadores de água turva vão encontrar um ambiente generoso para fazerem suas conspirações, que já se nota pela internet. **Muito Obrigado!***

Com a palavra **Rosângela de Souza**, advogada, presa em 1979, na Novembrada.

Boa Tarde! Querida Marise (companheira de cela), Ligia, a mãezinha do Frederico, assassinado pelo estado brasileiro, e é isso que tem que deixar muito claro. Uma coisa que nós não podemos esquecer, não foram pessoas, simplesmente algumas

peças que cometeram atos de brutalidade, assassinato e desrespeito a nação brasileira. Foi o próprio estado brasileiro, e é isso que nós estamos apurando, e é isso que a Comissão da Verdade deve apurar.

O estado brasileiro ele é constituído pelo Poder Executivo, Legislativo, e Judiciário, e pelas forças de segurança: polícia federal, polícia militar, polícia civil. Todos esses órgãos, os poderes se organizaram para destruir aqueles que queriam construir uma vida melhor, e é isso que nós queríamos, e é isso que tem que deixar bem claro, e que nós fizemos foi resistir e foi lutar. É claro que em 64 não pude resistir, eu tinha apenas 8 anos de idade, mas em 1975, na Operação Barriga Verde, quando eu era uma simples estudante, não fazia Direito ainda, fiquei sabendo que algumas pessoas foram presas. E um amigo meu me chamou para irmos em frente ao Hospital de Caridade, possivelmente Celso Ramos, para gritar o nome de uma estudante, Alice, amiga do Marcão hoje. Ele disse: “uma amiga estudante de direito foi presa”. Eu disse por quê?

Eu era estudante do Instituto Estadual de Educação, e a repressão ali era fortíssima, e um dia eu fui de meia $\frac{3}{4}$, mas era rendada, e eu fui para sala do Diretor, e fiquei quase 5 horas na sala do Diretor, e vocês imaginam o que era, e eu não compreendia o era tudo aquilo destruído

A partir daí, comecei a lutar pela liberdade da Flavia Shillyn presa no Uruguai. E daí não parei mais, comecei a lutar até que aconteceu um fato muito interessante, me aprofundei muito na história, porque quando foi votada essa famigerada Lei da Anistia, eu estava no Congresso Nacional, contra a lei da anistia, em agosto 1979, eu estava lá, e lutei contra já. E eu estava lá porque? Porque eu era tão rebelde, tão rebelde na faculdade de Direito, que o Diretor da faculdade de Direito, me deu uma bolsa, e me mandou fazer um curso no Congresso Nacional para ver se eu ficava mais calminha. E cheguei lá, o Congresso tava de cabeça pra baixo na luta pela anistia, e mal eu sabia que 3 ou 4 meses depois eu estaria na cadeia, depois de aprovada a lei da anistia. A lei da anistia foi em agosto, e no dia 02 de dezembro eu estava na cadeia. Fui retirada da minha cama às 6hs da manhã, por policiais federais, e os meus carcereiros eram meus amigos de sala de aula, com metralhadoras. Eu ia todos os dias levada para interrogatório, debaixo de metralhadoras pelos meus companheiros de sala de aula.

Eu era funcionária do Tribunal de Justiça, e fui chamada pelos Desembargadores, e eu uma pessoa que trabalhava 44 horas semanais, porque naquela época a jornada não era 40 horas, nós conquistamos isso depois, os servidores públicos estaduais. A jornada era de 44 horas. Eu trabalhava 44 horas semanais, estudava à noite, quando o Desembargador Tico me chamou para trabalhar no gabinete dele, perguntaram pra ele: “Vais contratar uma terrorista?” Uma terrorista que trabalhava 44 horas semanais e estudava a noite. Enquanto eu não fui demitida eles não sossegaram. Seis meses depois eu estava na rua, do meu cargo em comissão claro, porque eu era concursada, não poderia ir para rua. O Adolfo foi pra rua. O Adolfo que era servidor público estadual da casa civil, foi demitido sumariamente. Eu não fui por quê? O Presidente do Tribunal de Justiça, quero fazer minha homenagem a ele, Des. João de Borba, foi extremamente honesto conosco. Ele teve que ficar calado, mas logo que eu saí da prisão, eu e o Hamilton, que o Hamilton também era funcionário do TJ, estudante de medicina. O Desembargador, João de Borba me chamou no gabinete dele no mesmo dia em que saí da prisão, eu logo disse: pronto vou ser demitida, vou responder processo pela Lei de Segurança Nacional. Nós fomos libertados, mas

RELATÓRIO FINAL

respondemos processo, e fomos julgados por um tribunal militar em Curitiba. O Des, João de Borba me chamou, eu e o Hamilton, me lembro até hoje. Ele fechou a porta, abraçou e o Hamilton e disse: “muito obrigado pelo que vocês estão fazendo”. Eu nunca falei isso, agora que ele faleceu, porque ele falou isso, porque ele falou só pra nós. Ele pediu para que não comentássemos com ninguém, pra que a gente não comentasse com ninguém no Tribunal sobre o que estava acontecendo, mas que ele estava completamente do nosso lado e nós poderíamos contar com ele. Isso foi uma alegria pra nós, saber que nós poderíamos contar com ele. Me lembro do abraço dele até hoje. É claro que eu contei para alguns funcionários do TJ, foi uma solidariedade imensa, e os desembargadores que poderiam fazer alguma coisa, ficaram calados. A imprensa inteira nos chamava de baderneiros, hoje nós estamos aqui, é por isso que, agora eu contei uma historinha, mas vou finalizar em 10 minutos.

Nós queremos que essa comissão levante a memória, esse país precisa levantar a memória, precisamos da verdade, e de justiça. Justiça é revogar a Lei da Anistia, justiça é por na cadeira essas pessoas que nos colocaram na cadeia injustamente. Essas pessoas tem que ir pra cadeia, porque não é vingança, porque vingança não serve absolutamente pra nada. Nós queremos justiça e queremos as pessoas na cadeia, porque está na nossa Constituição que o Brasil é estado democrático de direito. E só está na Constituição, porque tudo que nós não somos é uma democracia ainda. Tudo que nós não somos é uma democracia! Porque a classe trabalhadora continua sendo presa. Quando eu estou num piquete de greve, quando eu estou do lado da classe trabalhadora, a primeira coisa que acontece comigo, é ir pra cadeia, sou a primeira a ser presa. Depois daquela minha prisão pela ditadura militar, eu não sei mais o que não é ser presa. A minha ultima prisão foi há um ano atrás quando prenderam três dirigentes sindicais, eu me apresentei como advogada, me levaram para 7º Batalhão ali em Barreiros. O policial militar me prendeu por desacato a autoridade. E só me liberou quando eu disse que ia chamar a OAB. Na hora que eu peguei o telefone pra chamar a OAB, o comandante chegou, botou todo mundo no carro, e mandou todo mundo embora pra delegacia, mas ele me deu prisão por desacato.

Enquanto os três trabalhadores estão respondendo a processo por desacato, o dirigente sindical negro, que apanhou na cara e foi chamado por negro safado na minha frente, e levou três bofetadas do policial, o Ministério Público mandou arquivar o processo, por racismo, e por violência e abuso de autoridade. Tá arquivado o processo, tô brigando para desarquivar, e no entanto os três dirigentes estavam passeata, três professores estão respondendo a processo por desacato. Isso é um estado democrático de direito? Só quem tá na luta, nas ruas sabe o que democracia é essa que nós estamos vivemos, é isso que eu vim falar isso pra vocês, pra Comissão da Verdade. Nós queremos justiça!!!

Nós queremos justiça, porque nós precisamos construir a verdadeira democracia nesse país, e as pessoas que ofenderam a democracia, tem que pagar, tem que pagar. Não queremos que eles sejam torturados. Não queremos que eles sejam assassinados. Não queremos que eles sofram choques elétricos, que fiquem nus na frente de nós. Não quero ver ninguém nu, nenhum desses bandidos nus na minha frente, nem quero estuprá-lo,s como fizeram com nossos camaradas, mas nós queremos que eles paguem. Era isso que a mãezinha do Frederico quer, é isso que a minha mãe quer, quando ela sofreu ao ver a menina dela, linda, fofinha indo pra prisão pela policia militar as 6hs da manhã de casa. Os parentes, amigos, merecem justiça, é isso que nós esperamos da comissão da verdade.

Com a palavra o Dr. **Prudente da Silva Mello** – Reitor do CESUSC e Membro da Comissão de Anistia

Boa Tarde a todos e a todas!

Gostaria em nome da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em que o Secretário Nacional de Justiça, me solicitou então que representasse a Comissão nesse ato, e também estou trazendo “in loco” o Complexo de Ensino em Santa Catarina. Essa temática pra nós acho, que é uma temática hoje, além de estar na ordem do dia do país, ela também se encontra na ordem do dia hoje no mundo, e nós não estamos discutindo a questão de justiça de transição, e justiça de transição implica num dos aspectos mais modernos que está em discussão no mundo do direito. Então, a primeira questão é que muitos podem dizer: “não, vocês estão trabalhando com uma cultura ideologista”, “vocês estão tentando colocar velhinhos na cadeia”, “vocês estão tentando responsabilizar pessoas que o tempo passou”, “vamos nos preocupar com outras coisas”. E eu de certa maneira vou lhes dizer porquê nós temos a responsabilidade? E o Senhor da Comissão da Verdade em SC, tem um ponto dentro de uma “capilaridade” que se constrói hoje. Hoje tem a Comissão da Verdade em SC, mas nós temos outras comissões constituídas. Temos aqui a Comissão da OAB, Comissão do sindicato dos jornalistas, e as comissões se formando nas universidades e tantas outras. E essa questão porque que ela vem iniciar na atualidade. E além da atualidade um óbice de importância. Primeiro, porque a lei da anistia que foi colocada, e anistia vem do grego amnésia, “esquecimento”, e nós não podemos trabalhar com o esquecimento, nós temos que trabalhar com o conceito de memória, nós temos que trabalhar com o conceito de reparação da memória e da verdade. Justiça de transição contempla dois fatores: o primeiro: reparação, e nós estamos fazendo isso através das comissões estaduais que ocorrem, como também a comissão estadual da anistia, mas mesmo assim o que eles dizem: “Vocês são uma comissão que fica distribuindo dinheiro, como na ditadura, para tentar depreciar esse primeiro aspecto. Segundo, tentam nos desvalorizar quando a gente tenta resgatar a memória e a verdade, como que se aquele que exercesse quando a gente tenta resgatar a memória como se a gente não tivesse esse direito. Direito de resistência, constitucional, responsabilizar os dois lados. Responsabilizar quem? E o companheiro Sergio, colocou bem a importância desse aspecto, que se esclareça. Quem tem que ser responsabilizados são aqueles que golpearam a constituição legítima no golpe, atacaram a constituição legítima, aí a memória e a verdade tem que ser um elemento fundamental. E porque a memória e a verdade? Combinado com outro elemento que se faz muito presente hoje, dentro da nossa sociedade, que é a mudança das instituições do nosso país. Nós reproduzimos hoje isso, e isso está reproduzido institucionalmente, uma reprodução meramente constitucional.

É uma ilusão se manter inclusive pessoas que praticaram os atos durante a ditadura militar, e continuam praticando em várias instancias dentro dos governos, seguranças públicas dentro dos estados.

Quem assistiu o Fantástico ontem, eu já tava acompanhando, viu o caso Tainá, 4 pessoas sendo violentamente sendo torturadas, assim como já foram praticadas torturas já nesse estado, em nome de que? Em nome de que? E nome da confissão, coisa que se fazia. Houve mudança nesse tipo de comportamento, responsabilizando moralmente. Meu vizinho foi torturador. O filho tem que dizer ao pai: pai porque você fez isso? Pra perguntar para o adolescente, porque que isso foi feito?

Por isso a justiça de transição nesse quarto eixo, e ainda é a responsabilidade dessa comissão da verdade, que se institui no estado de SC, alguns estudantes que eu

RELATÓRIO FINAL

cumprimento do Colégio Cruz e Souza, com professor Sócrates que está presente. Nos não precisamos, e a nossa querida deputada.

Então, nós temos sim, um papel fundamental, cultural, porque aqueles que sofreram. Então, a corte interamericana já disse através do caso Araguaia, nós temos rever os nossos conceitos, temos sim que responsabilizar os torturadores, porque..Nós temos que avaliar a lei da anistia, porque ela foi interpretada de forma incorreta, não só no nosso STM, como fez agora recentemente o nosso STF. O nosso STF tinha que dizer, a lei da anistia tem que ser interpretada. O STF tinha que dizer. Por ultimo, eu só queria dizer que o tempo é escasso, mãos a obra. Primeiro é preciso transformar a vida,..o morrer tá difícil e o difícil é a vida. Muito Obrigado!

Com a palavra **Juliana Grigoli** - do “Memorial dos Direitos humanos” da UFSC.

Boa tarde a todos! Boa tarde a todas! Boa tarde também a mesa! Eu sou Juliana, aqui represento a UFSC, mas especificamente o “Memorial dos Direitos Humanos”, coordenado e orientado pelo Prof. Fernando Ponte de Souza, que hoje não pode estar presente, mas estamos aqui, então falando em nome desse grande grupo de pesquisa, que se dedica entre outras pesquisas, a estarmos então refletindo sobre a questão da memória histórica e política, de memória histórica no Brasil, e também na América Latina, diferentemente do companheiro Pomar, da Rosangela, da Derlei, eu não tenho nenhum parente diretamente envolvido com a questão da ditadura, mas a pesquisa que desenvolvo enquanto doutoranda é na verdade um compromisso político meu, e um compromisso como cidadã brasileira, que precisa e que necessita da verdade, e sente muita falta da memória. Porque? Porque até hoje o que foi contado nas escolas, mesmo até em algumas disciplinas na universidade, não revelam a total verdade ou aquilo que de fato ocorreu nos anos de ditadura civil militar no Brasil.

Eu represento talvez como tantas outras pessoas, que também fazem parte da minha geração, eu nasci em 75 no ano do AI5 esse desejo de termos essa histórica esclarecida para que hoje possamos fazer alguma coisa pelo nosso país. Algo que de fato seja concreto, algo que de fato possa mudar a realidade desse povo brasileiro. Com certeza enquanto não tivermos essa verdade esclarecida, enquanto não tivermos a revisão da lei da anistia que protegem os militares até hoje, nós não teremos nenhum tipo de conclusão, e nós nunca teremos uma democracia efetiva de fato.

Essa é uma reivindicação que eu faço a Comissão Estadual da Verdade, pra que as investigações sejam feitas, pra que a gente possa avançar enquanto democracia, e que a gente possa deixar um legado, um legado honroso para as próximas gerações, que estão vindo ou que já estão aí, como o meu filho de 9 anos, e como bebê que está aqui na minha barriga hoje, com 3 meses. Esse é o apelo que eu faço a essa Comissão Estadual da Verdade. Nós dependemos disso, nós precisamos disso pra que continuemos seguindo em frente de cabeça erguida. e pra que essas futuras gerações tenham a noção clara do que significa democracia, e também do que significa uma república. Republica também significa participação, também significa direitos ampliados, e democracia significa muito mais do que o voto, muito mais do que exercer algum direito, significa participação em todos os âmbitos, e essa participação ela só vai realmente se efetivar no momento que soubermos e conseguirmos superarmos as falsas verdades, e conseguirmos superar uma realidade de desigualdade e de pobreza. De acordo com as pesquisas, as punições não apenas em relação aos militares, mas como bem falou o nosso companheiro de Criciúma, é preciso apurar os casos de investimentos de empresas nacionais como também internacionais.

Existem documentários que relatam sobre isso, produzidos não só no Brasil, mas também na Argentina, documentários maravilhosos de Pina Solano, documentários sobre o cidadão Boilesen, que foi financiador das primeiras máquinas de choque que chegaram ao Brasil. E isso vai vir à tona? E isso vai ser apurado? Ou só puniremos então os torturadores diretos, que pra mim são mais do que delinquentes, são psicopatas, porque o que fizeram é justamente fruto de uma doença, psicopatia, e isso é muito sério, muito grave. Nos dias atuais a tortura continua sendo praticada, cotidianamente nos presídios. Como nós nos posicionamos sobre isso? Será que todos são de fato culpados? Será que todos os presos são de fato culpados pela bandidagem que praticam ou são frutos dessa história mal contada? Então são questões que estão aí, que a gente precisa parar pra refletir. As novas gerações, tem um pessoal aqui super-novo, o amigo da universidade que está pesquisando em relações internacionais. Nós precisamos ir a fundo nessas questões, nós precisamos saber da verdade. Nesse acervo que temos no Memorial, temos uma série de livros, temos documentos, já temos uma editora que é independente, chama-se “Editora em debate”, e nessa editora vinculada a Universidade nós conseguimos então publicar livros. Livros que não são publicados pelas editoras, as grandes editoras, porque elas não têm interesse em publicar determinados testemunhos, determinadas pesquisas que vão mais a fundo sobre a verdade. Toda essa documentação está à disposição da Comissão Estadual da Verdade, assim que vocês quiserem, assim como as minhas contribuições caso sejam necessárias. Eu faço parte do coletivo, conheço a Derlei, Marcelo, estamos aí na luta, nos reunindo, sempre que é possível, e agora neste momento, estou auxiliando o coletivo a coletar os depoimentos que estão sendo feitos em parceria com a TV Floripa, justamente para que a gente possa ter esse acervo, não apenas em áudio, ou escrito, mas o vídeo, como bem disse o companheiro, extremamente importante pra que as pessoas saibam justamente aquilo que aconteceu, e que infelizmente ainda se tem uma série de ações que as matem escondidas, ou obscuras, e ações que tentam ocultá-las.

Os meus e-mails foram invadidos várias vezes, eu tive os meus e-mails, bloqueados muitas vezes nesse ano. Eu tenho certeza que tem uma correlação direta com as informações que recebo das redes sociais, correlacionadas à questão da memória, verdade e justiça, e as pesquisas que nós desenvolvemos no “Memorial dos Direitos Humanos”, quero também deixar o apelo, uma questão pra ser refletida. “Memória é um direito humano”, e nós precisamos lutar por esses direitos. Enquanto a nação não tiver uma noção clara sobre isso, indígenas, agricultores, camponeses, cidadãos comuns que estão aqui lutando e trabalhando, podem ser punidos a qualquer momento, justamente porquê? Por ter posição política diante das coisas e não quererem ter seus olhos vendados por ninguém. Fica aqui o meu depoimento, não tenho uma participação direta, não sou filha de nenhum preso político, nem familiares, mas ao longo dessa caminhada conheci várias pessoas que foram envolvidas, e percebi que existem traumas na vida dessas pessoas, e que isso prejudicou demais a vida profissional, a vida emocional, principalmente de muitas mulheres que inclusive deixaram seus filhos pra trás, e que nunca mais puderam ter filhos devido as violências cometidas durante o cárcere, um absurdo isso, então foi tirado inclusive o direito de gerar vidas. Muito Obrigada

Com a palavra o **Sr. Clóvis A. Brighentti**

Boa tarde a todos, e a todas! Cumprimento a mesa, e parabênico por essa audiência pública. Acho muito importante trazer esse tema para o debate. Eu vou me apresentar, eu sou Clóvis, meu nome foi citado. Sou membro indigenista missionário, o CIMI, uma entidade da igreja católica. Sou doutor em história pela UFSC, atualmente participo da coordenação pedagógica do curso de licenciatura cultural indígena do sul da mata atlântica, pra indígenas Kaingangue, Guarani e Xokleng da UFSC.

Bem eu quero exatamente trazer essa temática para comissão, a temática indígena. Durante a minha pesquisa e do Dr. Ado, e agora mais recentemente, após conclusão, surgiram diversos documentos demonstrando como a ditadura militar violentou indígenas seja individualmente ou em sua coletividade. Dois acervos que vieram a tona, um só tornado aberto ao público em 2009, ou seja, muito recentemente no arquivo nacional em Brasília, que se refere a uma investigação que o SNI, através da Assessoria de segurança e Informação, a ASI, que era o braço do SNI, investigava a ação do movimento indígena no Brasil todo, eu me detive especialmente aqui no Oeste do estado, concretamente na terra indígena Chapecó.

A ação da igreja católica que atuava na aldeia indígena, e no estado, a terra indígena, e que tinha toda uma rede de comunicação. Chapecó, atual município de Iguaçú e Entre Rios. Nessa investigação, a proibição de indígena de participarem de movimentos, a punição, o indígena foi demitido na serraria, no posto indígenas participar unidades. Enfim, uma série de outros documentos de punições, de inibições da participação de movimento, inclusive contra as pessoas da própria igreja católica, Dom José Gomes, falecido. As pessoas do CIMI que trabalhavam na região, que eram perseguidas por essa ação da ASI, e que se fazia por através dos chefes de postos, que eram funcionários do estado, dentro da terra indígena e que tinham toda uma rede de comunicação com a inspetoria regional em Curitiba, Curitiba-Brasília, então através da ASI.

O outro acervo se refere ao relatório Figueiredo que também está sendo investigado pela comissão da verdade em nível nacional, mas que aqui no estado, com outros colegas da história, tá investigando, tá identificando questões específicas relacionadas aos indígenas aqui do estado, tanto a terra indígena Chapecó, as que já citei, como aqui no alto vale do Itajaí, na terra indígena Laclanon, à época chamada Ibirama, Laclanon Xokleng, e até o momento é possível identificar alguns episódios envolvendo agressões às pessoas, mas fundamentalmente ao patrimônio indígena. Essas agressões às pessoas, era quando elas pessoas se oponham a extração da madeira, dessas áreas indígenas. Em 64 aconteceram os maiores golpes na terra indígena Chapecó, com a extração praticamente de toda madeira da área indígena, assim que aconteceu o golpe militar em abril.

*Além desses acervos tem os depoimentos Indígenas, que eu acho que em determinado momento valeria a pena também ouvi-los sobre esses fatos, indígenas sejam Xokleng, Mocla, Kaingangue aqui do oeste, dessas pessoas mais velhas que conservam mais a memória desse período, embora alerta para essa dificuldade, como ainda é muito vivo na memória ainda, eles sentem-se ameaçados em se tornarem públicos certas informações, muitas vezes não é tão fácil colher informações e depoimentos dessas pessoas. Enfim, para finalizar deixo um resumo que publicamos nessa última edição da **Revista História Catarina**, tem vários colegas que também publicaram outros artigos, mas eu publiquei um artigo, “Como a ditadura militar reprimiu o movimento indígena em Santa Catarina”. É um pequeno resumo dessas informações que deixo*

para Comissão, e se interessar deixo para o arquivo e se desejarem, possam continuar essas informações, e o Relatório Figueiredo encontra-se já disponível na internet para baixar. Agradeço e parabênizo pelo trabalho!

Com a palavra **Dr. Naldi Otávio Teixeira**

Agradecemos ao Clóvis, e queríamos dizer pra vocês o seguinte: a primeira entrevista que dei como coordenador da Comissão da Verdade, Paulo Stuart Wright, disse ao reporte Silvio, que a Comissão tem por objetivo claro, levantar as graves lesões aos direitos humanos ocorridas no período de 1946 à 05/08/88, data da carta magna. Porque que fiz questão de dizer isso? É que nós queremos a verdade! Levantar os atos violentos, atos de lados, decorreram daquela época, com revelou pelo companheiro Clóvis, Violação aos direitos humanos aos indígenas que sequer tinham filiação política é considerado relativamente incapaz na nossa legislação. Por isso que a comissão tem que ser isenta, levantando todos os lados, para que não haja discriminação. Levantar todos os praticados contra violação dos direitos humanos naquela época. Aqueles absurdos desumanos!

Naldi

Na verdade foi feito um encaminhamento esse ritual da audiência, ao menos temos que seguir. Eu só queria furar a ordem, e chamar uma pessoa que está na plateia, e queria dar o privilégio: a Secretária de Justiça e Cidadania, Ada Faraco De Luca.

Depoimento da deputada **Ada Faraco De Luca**

Ocupando a Secretária, Justiça e Cidadania, com especialidade em políticas penitenciárias, creio eu que é por isso que lá estou. Mas a minha luta pela democracia é muito antiga, quero dizer muita antiga, porque parece que eu sou uma baita velha, mas não é por aí. Eu tinha 14 pra 15 anos, quando na madrugada de 64, quatro ônibus, dois jipes, não sei se ainda existe Jipe no exército, mas eram dois jipões, invadiram a minha casa, e levaram meu pai, que na época era deputado, na madrugada, inclusive a minha casa na época, era uma das poucas casas que tinha piscina, então quero ilustrar um pouquinho, um soldado caiu, e foi o maior escândalo, caiu dentro d'água, porque ele não viu, foi o maior escândalo. E ali levaram meu pai naquela noite, ele era deputado, e ela permaneceu preso em Criciúma, 4 meses, me lembro disso, que ele era novinho, mas não era tão novinho assim, 4 meses sem ver a luz do sol, mas sem ver a luz do sol mesmo.

No processo dele constam inclusive as fotografias onde ele estava preso, era uma sala com venezianas, e essas venezianas tinha um X com essas tábuas largas pregadas, e não tinha a luz do dia literalmente, proibido visitas, incomunicável.

Na véspera de ele ir embora, que levaram pra Curitiba, foram mais 4 meses, e dali para cá, eu que de, não vou ser modesta, mas é uma realidade, de Cinderela passei a ser leprosa, dali pra frente nunca mais parei de lutar, seja pela democracia, seja por direitos humanos, seja por tudo que venha a prejudicar uma pessoa, o cidadão, ser humano, e lutei muito. Fui coordenadora das diretas de São Paulo, praticamente ao Rio Grande do Sul. Teve uma matéria minha da Veja com fotografia e tudo, aqui eu não sei se houve repercussão, porque Santo de casa não faz milagre. Morei 33 anos em Brasília, lá fui candidata a vice-governadora. Participei da organização do até

RELATÓRIO FINAL

então MDB, que era o partido que tinha, porque não se faz política sem partido, e tudo passa por política, ilusão de quem pensa o contrário. Fui candidata à vice-governadora, participei da primeira eleição direta em Brasília porque lá era área de segurança nacional, e de lá pra cá, toda hora a gente era preso. Eu mesma, prisão de horas, claro, teve uma que gente ficou só uma noite presa, no sindicato dos professores, em Brasília. Mas, as outras, inclusive uma tive, aqui na beira mar, foram questão de hora, foram 5 prisões, mas que nunca me acovarde, mas nunca esqueci das pessoas que participaram do golpe de 64, que me enjoam quando falam a revolução, pra mim foi o golpe militar mesmo, mas nunca esmoreci, mas atendendo a um pedido do meu pai antes de morrer, na hora não, um pouco antes, foi a única coisa que ele falou e tu conhecias ele, vai minha filha, te candidata a deputada, e vai resgatar o que o golpe me tirou, ele tinha 39 anos quando foi cassado, era muito jovem quando se casou.

Quero dizer aos senhores que nunca me esquivei e nunca vou me esquivarei de nada. Tem ali o Reitor, as classes menos favorecidas. Ele sabe da minha luta pelos valores que não quero que sejam perdidos. Quando a gente abraça muita coisa como foi o meu caso, fui deputada, logo fui Secretária da Justiça e Cidadania não pelo status da coisa, não por ser secretária, mas sim pelos valores que eu não quero que sejam perdidos, que é lutar pelas classes menos favorecidas.

Mudando agora um pouquinho, mas que não deixa de ter sido mais ou menos, nós temos por fazer ainda, para termos uma justiça humanizada, muito, muito ainda por fazer, e temos muito, muito ainda por fazer, para cada vez mais conquistarmos a democracia e eu não eu deixo também de bater aqui, tu Aimberê, tu as vezes fala umas coisas assim que eu assino embaixo, mas outras não, e eu sou muito transparente, tu me conheces bem, por exemplo: eu parto da premissa, a anistia ampla, geral e restrita, eu acho que ela tem que ser assim, ampla, geral e restrita, foi assim que foi passado, e assim que nós devemos respeitar. Depois é outra luta!

Deixo bem claro para os componentes da mesa, que contem sempre com essa deputada. E eu quero lançar aqui, eu que daqui um ano meio, porque quando eu penso eu que está na hora lançar, aparece mais fatos eminentes, para escrever mais, e o negócio não termina, que é o meu livro, que começa com meu diário de menina jovem, e que de repente ficou sem pai, e naquela época a cassação era uma coisa estúpida. Tu era considerado em 64 uma leprosa, na calçada eu que andava, ninguém andava. Naquela época a minha mãe recebia pensão de viúva pelo Castelo Branco, coisa que era humilhante, é triste, é deprimente, e todos os bens, nada, nada dele, podia ser mexido. Então, nós sofremos muito eu e os meus três irmãos, e tenho certeza que se tiver alguém que foi filho de preso naquela época de 64, meu pai foi o único cassado no estado de SC, em 1964. Então eu vim aqui dar esse depoimento para vocês saberem que às vezes não estou aqui de corpo presente, mas que estou sempre me atualizando, através dessa guerreira também que é a Derlei, que a acompanhei a história toda, e o meu marido Walmor De Luca, que na época a gente não precisava dizer nada, ou falar nada, nós éramos bandeiras vivas a favor da democracia. Um abraço a todos vocês e contem sempre comigo! Tudo de bom, boa sorte para todos nós.

*Com a palavra o Sr **Vilson Santin**, Ex deputado estadual, integrante do MST*

Boa tarde a todos, e a todas, aqui presentes! Com muito respeito e sensibilidade, é que aceitei o convite da Deputada Luciane Carminati, para estar aqui nesse dia e

trazer um pouco do nosso sentimento, e acredito de um modesto trabalho que nós fizemos.

Eu sou ex-deputado. Fui deputado nessa casa no período de 91 a 95. Sou agricultor, assentado, no assentamento da reforma agrária no Município de Ponte Alta/SC, tem o nome do assentamento chama-se Anita Garibaldi, e faço parte há muitos anos, desde a fundação, da Coordenação Estadual Nacional do nosso movimento, pela terra, pela reforma agrária.

Nosso país, que todos nós sabemos aqui, foi o estopim da implosão, do famigerado golpe militar, golpe civil militar, gostaria que registrasse assim. Foi o golpe civil militar, os militares fizeram o serviço sujo, vamos falar as claras, mas por trás interesses dos interesses estratégicos do imperialismo, transacional, das montadoras, do sistema financeiro, e com isso sepultaram as reforma de base, reformas profundas, e o povo clamava por reformas, reforma agrária, reforma dos meios de comunicação, e da sociedade brasileira, certamente que se registra, seria outra, seria outra, totalmente diferente, se não fosse o golpe, que nos sabemos também foi dia 1º de abril, não foi no dia 31 de março, mas como o dia 1º de abril é o dia da mentira, ficava esquisito datar daquela forma.

Então, nesse contexto faço minha aqui, minha soma, manifestações do Leandro, Sergio, e no período, queria homenagear antes, a Derlei, a Derlei que está aqui, Derlei, a dona Gertrudes, e a Derlei e vários companheiros. Então, no período do mandato 91 e 92, nós criamos com a companhia salutar, ética, e amiga do Deputado Lírio Rosso, já falecido, em memória, já não está no nosso meio, de Criciúma, do PMDB. Nós criamos uma comissão de direitos humanos, que tinha o propósito de resgatar a memória histórica da ditadura militar, dos malefícios da ditadura, vamos falar assim, no âmbito do nosso estado, pegava de 64, no primeiro momento era até 79, nós mudamos a redação para os dias atuais, e que está, aqui está dias atuais, e nós estamos aqui, todos aqui nesse plenário, tratando dessa memória, dessa história, desse sofrimento, desse clamor. Tá aqui Dona Gertrudes. Eu trouxe aqui umas fotos que vou deixar.

Nós realizamos pessoal, e para os integrantes da comissão, que elogio e parabenizo por estar constituída e estar aqui trabalhando. Eu acho que é com esse primeiro sentimento, que me marcou muito, desse mandato popular que exercemos realizamos nesta casa. Foi essa parte, essa é uma parte viu Tais, tudo bem tais? Que Algo assim que me marcou porque foi um trabalho de equipe, foi uma coisa honrada, uma coisa tão bonita, em que pese o sofrimento, a dor a queixa, pra gente né? Foi algo assim extraordinário no sentido de um político, de um ser humano, de um ser social, estar com sua consciência limpa, e tranquila de estar fazendo algo de útil.

Aqueles que antes nós, tantos lutaram, tanto sonharam e que tiveram um fim tão trágico e injusto, que ainda isso não foi reparado, em grande medida não foi reparado, principalmente as reformas, o que aquela juventude, Dona Gertrudes colocava agora a pouco, aquelas batalhas, aqueles sonhos, muitos ainda não foram realizados, as reformas estruturais por exemplo, a reforma agrária, falar do nosso, do que a gente mais domina, e outras em que pese o avanço, que a gente reconhece, nesse nosso país e tal, reconhecemos mais em grande medida na questão estrutural, as estruturas de opressão, de injustiças, repressão, exploração que dão origens as mazelas que envolvem o nosso história desde 1500 pra cá, ainda não foram devidamente sanadas. Então, eu trago Luciane, e membros da Comissão, com muito respeito essa contribuição.

Nós fizemos um trabalho que resultou na época, companheiro Fritz, resultou, eu não me lembro direito, se eram 3 ou 4 volumes, eram volumes, de que nós resgatamos,

RELATÓRIO FINAL

que foi um trabalho extraordinário. Lembro da Dulce Maia, né Derlei? da companheira? Não me lembro se a companheira ainda vive?

Derlei - *ainda vive. Vive e forte a Dulce Maia.*

Santin - *Foi um trabalho gratuito, generoso, como é esse trabalho, e nós colocamos corpo e alma naquilo, e nós realizamos essa investigação, que o resgate da memória, que resultou nesses volumes, muito trabalho. E da minha parte você podem contar.*

E naquele período que já era aí a volta da democracia, a gente encontrou muita coisa da atualidade, fichas nossas nós encontramos, fichas dos movimentos sociais, o fichário, dos movimentos sociais, ta ali o Elvis. Encontramos as pastas né, as pastas dos, eram separadas por movimento social, então tinha pasta do MST, tinha pasta da CUT, tinha pasta da comissão Pastoral da Terra, tinha pasta do Movimento Estudantil, tudo com fotos, com os nomes. Então numa demonstração, desmascarando vamos dizer assim, aquilo que a gente achava que já estava superado, continuava agindo, continuava sendo feito e tal, e continua até os dias atuais, continua de outras formas, na forma de criminalização dos movimentos sociais, o nosso movimento é um dos deles, né?, que extremamente criminalizado todos dias, todos sabemos e tal, e outros movimentos e outras organizações dos trabalhadores desse país, historicamente.

Então, eu queria indicar para a comissão, que vocês pudessem ter acesso, Luciane, eu não sei sinceramente aonde que foi parar isso aí, que daí terminou o nosso mandato. Nós fizemos um ofício pra que a Assembleia Legislativa destinasse esse acervo, porque é muita coisa, informações muito importantes estão lá, que fosse enviado para a Universidade Federal de Santa Catarina. Depois terminou o mandato, eu vim aqui na Assembleia, um dia tava, achei jogado num canto, então já tudo meio esguadelhado, com diz o pessoal, né? Umás páginas já rasgada, capa rasgada, aí conversei com as pessoas, "olha isso não é pra ficar aqui desse jeito". E foi a ultima vez que tive contato com o material, foi nesse período. O ex Deputado Furlaneto que trabalha aqui na casa, viu Luciane? Agora tarde tá fuçando por aí, como diz o outro, pra ver o que encontra e tal, e tal. Ta ali o Furlaneto, obrigado Furlaneto! Era Deputado e acompanhou tudo, esse trabalho que fizemos época.

A gente também fez algumas sessões especiais de homenagens aos familiares dos mortos, desaparecidos, torturados nesta casa, que foram momentos extraordinários de muita emoção, que é impossível a gente transmitir palavras, a emoção que passou aqueles momentos. Fizemos o translado, eu estava me enganando, achava que era do filho da D. Gertrudes, o Eduardo, Frederico Eduardo, mas era o Arno Preis. Nós fizemos um translado junto com a Assembleia. Não me lembro, aonde Derlei?

Derlei: *Paraíso do Norte em Tocantins, na época o governador do estado SC não ajudou, o governador do Paraná cedeu o avião, lembra? Mario Pereira era governador do Paraná. Mario Pereira, disse da pra vir aqui com a gente, cedeu o avião. Fomos lá em Paraíso do Norte e o Nilmário Miranda, Suzana Lisboa, fizemos o velório aqui na Assembleia a noite inteira, depois enterramos em Forquilha.*

Santin - *Demos a ele um sepultamento digno, acompanhado por todos os familiares, amigos, pessoas da época. Então são atos, são gestos que se praticam, que não tem nada no mundo ao meu ver, mais assim digno do que isso. Então fizemos um trabalho gratuito, um trabalho de coração aberto, sem pretensão política, partidária e eleitoral. Eu mesmo fui questionado, mas isso aí não vai dar voto. Então você ao*

ponto que chega, né? Os questionamentos vem de tudo que é lado, de tudo que é tipo. Então esse trabalho que a gente realizou durante foram dois anos praticamente. Queria registrar que foi com a participação de muitas pessoas, muitas pessoas participaram, se envolveram, e nós procuramos fazer o máximo que a gente pode enquanto presidente daquela comissão que criamos aqui na Assembleia com o Deputado Lirio Rosso e com todos integrantes, Vou mostrar uma foto, que não dá muito para enxergar. Essa “foto”, que foi um crime que o estado, que pessoas do estado de SC, nos órgãos da polícia, se não me falha a memória, foi num órgão da polícia civil, lá em Canasvieiras. Nós estávamos coletando muita coisa, e nós éramos metido como dizia o pessoal lá, nós não tinha medo, nós ia e fuçava, e vamo, que vamo, e tal e tal, e sempre levantando mais informações, trazendo à tona aquele mundo obscuro, etc, etc. Como é que a gente vai falar em democracia, é isso que o companheiro falou, da juventude, dos adolescentes, nós queria mostrar isso aqui. Então, foi queimado, tinha muito material, foi queimado uma pessoa, anonimamente nos trouxe a denúncia, e eu e o Deputado Lirio Rosso fomos a local, tinha ainda fumaça, ainda tinha brasa, umas brasinhas e tal, do material que foi atirado fogo, e nós levantamos, viu Luciane? Nós conseguimos pegar ainda, restos, pedaços de papel e nitidamente era coisa referente ao sistema de repressão. Então foi uma maneira, queima de arquivo, literalmente falando, queima da documentação. Era muita coisa, era muita coisa, era coisa demais, que o espaço que ficou daquele aterro, daquelas cinzas que se formou, era muita coisa, e nós estávamos com agenda inclusive pra ir naquele local oficialmente, para levantar as informações, então deve ter vazado, alguém vazou e antes da gente chegar, foi cometido a meu ver, e também na avaliação do Lirio Rosso, na época né? Isso foi na verdade uma atividade criminosa. Então vê que toda essa coisa da anistia, ampla, geral e restrita, eu concordo, mas nós não podemos deixar de registrar esses tipos de comportamentos, e mesmo depois que “acabou”, continuava fazendo esse tipo de, criar dificuldades. Sobre a questão da abertura dos arquivos todo mundo sabe, né Derlei?, a dificuldade que foi “possibilitar” a abertura dos arquivos, etc, etc.

*Por ultimo, encerrando, disponibilizando viu Luciane e membros da Comissão, disponibilizando a nossa participação humilde nisso aí, nós estamos a disposição, e eu queria por ultimo dizer o seguinte: levantar algumas coisas que nos são muito caras, dessa juventude, dessas pessoas que perderam, tiveram suas vidas **enfaidas** e tal, e são bandeiras, e nos não podemos falar em democracia plena nesse pais sem antes tocar nisso aí, sem ter isso minimamente resolvido, uma é a questão da terra, é bandeira da reforma agrária, que necessita de segurança e soberania alimentar, pro nosso povo, não dá pra aceitar, que o entre aspas abre o negocio, vai tomando conta de tudo que resolveu comprar terras no nosso Brasil, e não é pouca coisa.*

A segunda é a democratização dos meios de comunicação. Enquanto existir nesse país, que não discurso demagógico, é realidade. Enquanto existir 5 ou 6 famílias monopolizando 98% dos meios de comunicação de massa nesse país, é piada nós falarmos que vivemos numa plena democracia. Então essa bandeira dos meios de comunicação, controle social, e concessão, e eles fazem o que bem entende, como não entende e sempre. E a outra é a questão que nós falamos, dessa questão da reforma urbana trazer presente isso também. Porque na campanha das reformas de base, também estava presente.

Então dizer presidente, que é com muita emoção, com muita responsabilidade que a gente trás esse depoimento, esse serviço prestado para sociedade catarinense principalmente para os familiares dos mortos desaparecidos, aqueles que foram

RELATÓRIO FINAL

vitimas, e que continuam ainda, tá aqui a D. Gertrudes né, e outras pessoas ainda que não tiveram essa justiça totalmente feita. Viu Luciane, então, da minha parte é isso, que a gente puder em outros momentos ta elucidando e ajudando, você sabe que pode contar com a nossa participação. Muito Obrigado!

Naldi - Gostaria que o expositor deixasse as fotografias com secretaria Juliana, para entrega formal das fotos. Realmente queria corroborar com as palavras do nosso palestrante Wilson, de dizer que essa Comissão realmente está sentindo muita dificuldade em publicizar, em dar conhecimento dos seus atos. Realmente a Assembleia Legislativa através da TVAL, a TV Floripa se colocou a disposição, mas não tem a abrangência que a gente pretendia. Então realmente o meio de comunicação é um pouco limitado ao alcance que a gente pretende, e o que ele constatou é uma verdade.

*Com a palavra **Marcelo Pomar**, Bisavô assinado em 1976, Avô preso e torturado em 1976 a 1979.*

*Eu queria parabenizar pela luta da Derlei Catarina De Luca, muito importante. A Derlei sabe que toda vez que vou falar sobre tema, isso me é muito caro, e eu me emociono, talvez porque tenha um peso muito grande na minha vida. Eu conheci meu bisavô com a foto dele assassinado pelo exercito brasileiro em 1976, um episódio que ficou conhecido pelo massacre da Lapa. O meu avô foi preso e torturado em 1976 até 1979, e eu mesmo só pude ter direito a reaver meu nome verdadeiro já com 15 anos de idade, em 1996, até então eu usava um outro sobrenome. Talvez por isso pra alguém da minha geração com 31/ 32 anos de idade, isso tenha um peso ainda muito grande, embora pra muitos colegas da minha idade, um pouco mais novos, essa não seja uma realidade. Um historiador inglês chamado “**Eric BASBAUN**”, importante historiador inglês, diz que: “A juventude vive num presente contínuo, sem relação orgânica com o passado político, que faz parte da sua história. Infelizmente muitos dos jovens da minha facha etária, um pouco mais novos acham que a ditadura militar é algo tão distante quanto a primeira guerra mundial ou a guerra no Vietnã, e não entendem que parte dessa democracia parcial, incompleta que nós vivemos hoje, é precisamente pelo fato de nós não termos feito as necessárias rupturas com a ditadura militar. Então, fico muito satisfeito de ver que a Comissão da Verdade está instalada. Foi um processo de luta duro, mas a gente sabe que a instalação da comissão por si só não é suficiente. Nós estamos assistindo em nível nacional um processo bastante conturbado da CNV, com cisões internas consideráveis, e acima de tudo com dificuldade em avançar. Pouquíssimos militares foram escutados até agora. Nós não vimos a contundência necessária, e o respaldo político necessário para que a CNV faça os enfrentamentos que precisam ser feitos. Eu espero que aqui a gente tenha a coragem e a legitimidade necessária pra fazer determinados enfrentamentos. Eu sei que aqui há um teto, uma limitação, é uma Comissão Estadual, mas eu acho que a tarefa fundamental desse coletivo é contribuir com a CNV, fazer as investigações que precisam ser feitas, tomar os depoimentos que precisam ser tomados. Procurar ocupar os espaços públicos, e sobre tudo os espaços da mídia pra fazer os debates. Não vamos imaginar que essa seja uma pauta de interesse da grande mídia local, não será. O Diário Catarinense não vai vir cobrir nossas atividades, é preciso cutucá-los, é preciso arrancar o espaço. É preciso fazer as denúncias contundentes. É preciso, na medida do possível, levar essa comissão para fora, simplesmente dos espaços institucionais, fazer atividades nas escolas, nas*

universidades, como forma de tentar ampliar e reverberar a importância desse debate, que é tão fundamental pra democracia. Então, parabéns pela postura da Derlei em especial, eu estendo a toda a comissão e acima de tudo a todos os lutadores e lutadoras que fizeram um esforço muito grande para que isso acontecesse.

Eu também represento nesse espaço a pedido Deputada Ângela Albino, do PCDB/SC, que coloca o seu mandato à disposição da CNV, no que for necessário pra ajudar, fazer acontecer os trabalhos, enfim. Então é isso, agradecer e me colocar a disposição. Obrigado!

Fala de **Gabriel Roberto Dauer** - Membro do grupo de pesquisa, extinção e cooperação regional OERAN

Boa Tarde Sras. e Srs. Meu nome Gabriel Roberto Dauer, estudo Relações Internacionais, na UFSC, faço parte do grupo de pesquisa, extinção e cooperação Regional OERAN. O OERAN é uma iniciativa conjunta de pesquisadores do CCJ e CCE da UFSC, com o objetivo de desenvolver atividades interdisciplinares, de investigação e extensão universitária, relacionadas as políticas de cooperação transfronteiristas na América Latina em diversas áreas. É coordenado pelas professoras Clarice François Dri e Letícia Albuquerque, também com o intuito de fomentar a memória para justiça transicional e uma democracia real e não utópica. Gostaria de salientar a importância da integração, entre essa Comissão e corpo estudantil de escolas, universidades, e quaisquer meios estudantis que desejem auxiliar no processo transicional, através de documentos, museus, praças, placas, livros, musicas, filmes, e no plano estudantil de escolas para consolidar ainda mais os direitos humanos. Também finalizando com objetivo de facilitar o processo e democratizar as informações ao público brasileiro.

Dr. Naldi Otávio Teixeira:

Agradecemos a sugestão do Gabriel, e certamente o tema será levado à comissão para estudarmos e deliberarmos também a respeito, se podemos, talvez firmarmos alguma parceria com as universidades, a que possam contribuir na busca dessa verdade. As reservas mentais têm que ser investigadas por muita gente. A comissão muito pequena para alcançar muita gente, que tem essa memória reservada e não querem nos revelar, mas seremos intransigentes nesse sentido.

DEPOIMENTOS DE EGLÊ MALHEIROS E SALIM MIGUEL

Data: 24 de junho de 2013, Local: Residência do casal

Presença de: dos seguintes membros da Comissão:

Naldi Otávio Teixeira - Procurador do Estado

Luciane Carminati – deputada estadual

Derlei Catarina de Luca - professora

Anselmo Machado - advogado

Cláudia Valim - secretária da comissão

Salim Miguel, preso 48 dias em 1964

Bem na verdade, a respeito desses 48 dias, tenho pouca coisa a contar, porque não passei por nenhuma entrevista. O pessoal que estava lá era da mais variada tendência. Tinha gente de extrema-esquerda, tinha gente de extrema-direita, na prisão. Então era difícil chegar a conversar com um e conseguir com ele falasse realmente à verdade, ele sempre achava uma fórmula de desviar um pouco o que queria contar. Então não posso dizer que eu tenho uma verdade-verdadeira pra contar. O que posso contar é aquilo que eu ouvi, e aquilo que eu acreditei ser a verdade, e aquilo que eu achei que era também um pouquinho de invenção da pessoa, de maneira que eu não posso afirmar. O que eu posso dizer pra vocês, seja uma verdade-verdadeira, é uma verdade relativa à minha pessoa. Eu não sei se pra mim eles faziam um papel, e pra os outros eles faziam papel diferente, ou se era o mesmo papel. Isso eu não posso garantir. Então, estive preso sempre no mesmo lugar, em Florianópolis. O que eu posso dizer é que a prisão é um negócio que marca a pessoa pro resto da vida. Seja ela uma prisão de anos, seja ela uma prisão de dias. A minha não foi uma prisão de anos, mas para mim e para o meu futuro, foi como se fosse uma prisão de anos, embora eu tivesse tido uma prisão de menos de dois meses. Mas, essa prisão de menos de dois meses, deixou uma marca profunda dentro do que eu sou, e como eu não sou uma pessoa muito fácil de fazer contato, e de conhecer, mas também me tornou mais fácil para as pessoas que me conhecem, não sei o que ficou nesse período de prisão fazendo parte da minha pessoa do que eu sou. Por incrível que pareça, embora eu tenha a impressão de que não tinha ninguém lá, de repente eu me dei conta que eu estive preso lá com mais 60 pessoas. O que eu posso garantir pra vocês é tinham pessoas de esquerda e de direita, tava todo num mesmo lugar. Cada um procurava passar a sua verdade. Eu não sei se era uma verdade-verdadeira ou se fosse dele para aquele momento. O que posso afirmar é que eu ouvi várias verdades transmitidas por diversas pessoas, diversas pessoas que estiveram ali. Eu ouvia uma pessoa de direita, e aí ele falava de maneira a agradar aquela pessoa. Mas se dali a alguns dias chegava uma outra pessoa pra ouvir a mesma, ela já não era aquela daquele tal dia, já era uma pessoa diferente.

Derlei: *Fala da travessia na ponte (ameaça), da livraria e do grupo sul?*

Salim: *Bem, a ameaça na ponte foi um desses negócios que me marcou pra sempre. É que uma madrugada eu ainda estava preso, foi nos dias em que estava preso. Parou um carro na frente da prisão, um oficial foi lá me tirar. Então eu disse: eu não vou sair, desse jeito não vou sair, preciso saber por que eu vou sair? Vamos ver se você conhece mesmo Florianópolis. Bom, se é uma coisa que eu conheço bem, é Florianópolis, como a palma da minha mão é Florianópolis. Daí me colocaram*

dentro do carro com mais duas pessoas, e começaram a circular pela cidade, mas aquilo pra mim não representava coisíssima nenhuma porque eu conhecia Florianópolis como a palma da minha mão, e de repente chegam perto da Ponte da Hercílio Luz, e um diz para o outro: o que se seria de uma pessoa jogada daqui dentro do mar? O outro se aproxima de mim um pouco mais perto da ponte, e diz: só jogando. Não me jogaram se não estaria aqui falando com vocês, não é?

Outra historia curiosa, é que um dia me levaram para um encontro e disseram: agora você vai ficar um pouquinho aqui, depois vai subir falar com o secretário da segurança. O secretário de segurança era um líder integralista, chamado Jader Magalhães. Eu era secretário de imprensa do governo Celso Ramos, e o Jader Magalhães era Secretário de Segurança, quer dizer que no governo tinha gente de direita e de esquerda.

Me disseram assim: vais ficar um pouquinho aqui, pra depois falar com o secretário de segurança. Tô esperando até hoje, porque fiquei sentado em frente a entrada secretaria durante umas quatro horas e de repente disseram: infelizmente ele não vai te atender hoje, vais voltar para a prisão. Eu disse: Obrigado pelo convite.

Dr. Naldi: *Quem foram os policiais que o levaram para ponte?*

Salim: *Eu sei. Foi eu no banco de trás com mais um pessoa do governo, e foi outro oficial da policia com mais um acompanhante no banco de frente. Éramos quatro. Dois no banco de trás e dois no banco de frente. Então a lembrança mais recente que eu tenho é da Ponte Hercílio Luz, um dizendo para o outro: Qual seria o impacto de um corpo jogado aqui da Ponte? Não me jogaram, se não eu não estaria aqui, né? Felizmente não me jogaram, porque se não eu não poderia estar aqui com vocês, né? A lembrança mais exata que me ficou, foi o outro dá uma risada e dizer: vamos sair daqui. Quer dizer: “eu sair daqui”, eles queriam me tirar dali, não queriam me jogar da ponte.*

Dr. Naldi: *Conta a história que o Sr. foi solto depois 48 dias, atuação de algumas autoridades, na época, o Sr. se lembra quem foi?*

Salim: *Eu tenho dificuldades de gravar nomes, de maneira que, quem me prendeu e quem me solou, eu não me lembro. Eu sei que, ao mesmo tempo que estava preso no quartel militar, a Eglê estava presa em outro lugar. Eglê diz onde estavas presa?*

Eglê: *Era no Hospital da Polícia da Militar.*

Eglê: *Salim ele está perguntando, você estava jantando, não estavas esperando nada de ser solto, quando te chamaram, quem é que eles disseram mandaram te soltar, e quem mandou o telegrama pra te soltar?*

Salim: *Não tenho a mínima ideia pelos motivos pelos quais em fui preso, e menos ainda os motivos que foi solto. Eu sei que de repente estava no restaurante esperando a refeição da noite, de repente eu ouso: Salim? (A primeira vez eu fiz que não escutei), aí mais alto: Salim? Salim? E daí um cara que estava na minha frente disse assim: Salim, estão perguntando por ti! Eu disse: Oi, tô estou aqui. Por favor sai e pode ir embora. Estão prendendo mais gente, por que vão logo me soltar? Eu não sei, eu sei que chegou aqui um ofício do Rio de Janeiro, em do nome do General Sizeno Sarmiento, mandando te soltar. Eu disse: isso é um absurdo! Eu não nem sei quem é o Sizeno Sarmiento? Podes não querer saber, mas que sabes quem é, sabes, e a força que ele tem, e um ofício dele mandando te soltar, ninguém pode te manter preso. Isso*

RELATÓRIO FINAL

até que é verdade. Vais quer ser soltou ou não vais? Eu quero ser solto, mas não desse jeito. Eu quero que um oficial vai me até o alojamento pra ver aonde é que eu estou, e as coisas que tenho pra levar, um pacotinho numa mão dava pra levar.

E eu tava acabando de ler o romance, que não época fez muito sucesso: "Quarteto de Alexandria". Hoje ninguém mais sabe qual era esse romance, mas na época todo mundo estava lendo o Quarteto de Alexandria. Aí ele disse: então pode deixar o jantar, e vai jantar com os teus. Espero que seja verdade. Sim, é verdade. Daí eu avancei um pouco e fiquei com o garfo e a faca na mão. Isso aqui eu vou levar como lembrança. Posso? Não disseram pode ou não pode, daí eu saí com o garfo e a faca na mão. Um garfo e uma faca estão emoldurados.

Mostra o garfo e a faca emoldurados na sala.

Derlei: *Tu falastes em Revolução, não foi revolução, né Salim?*

Salim: *Não, não foi é claro, mas é que de repente a palavra fica marcada. A gente sem querer usa uma palavra que não devia. Eu não devia ter usado Revolução.*

Derlei: *Salim conta da livraria*

Salim: *Bem, nós começamos tendo uma banca de jornais e revistas, e de repente eu virei pro meu sócio, era eu e um sócio, e disse pra ele: tá na hora da gente abrir uma livraria, porque as duas livrarias que nós temos são boas, mas são tão acomodadas, que não vendem nada diferente. Ele pegou e disse: como é que nós vamos fazer? Eu disse: livraria não temos como? Mas nós temos aqui o Café Rio Branco, nós temos um ponto que ele não usa. Eu penso que se a gente chegar e oferecer pra ele, pra abrir uma banca de jornal e revistas, ele vai nos ceder. Sócio: O que nós vamos dar pra ele? Salim: nós vamos instalar, e vamos dar pra ele o direito dele escolher todo o dia um jornal e escolher uma revista por semana. Esse vai ser o pagamento. Sócio: tu achas que ele vai aceitar? Eu disse: eu acho que ele vai aceitar, porque vai trazer mais clientes pra ele. Aí fomos, conversamos com ele, ele disse não: vou aceitar, vou aceitar. Então toda semana ele pegava uma revista e levava pra mulher, mas jornais ele não queria, ele não era muito de jornal, e não queria jornal.*

Até que um dia eu disse pra esse meu sócio, que morreu há um ano, Armando Carreira era nome dele. Perguntei pra ele: tu não achas que está na hora da gente dizer que está cansado de ter banca de jornal e revistas, e abrir uma livraria? Ele disse: eu não acho. Eu respondi: mas eu acho, como é eu que cuido mais disso do que tu, eu vou ver se encontro um ponto aqui pra abrir a livraria, e venho te avisar Não foi fácil mas consegui um ponto que era quase com a esquina da Rua Conselheiro Mafra com a Praça XV. Era um ponto pequeno, mas dava pra abrir uma livrariuzinha. Fui falar com o dono, acertei um pequeno aluguel que era quase nada, e cheguei e disse pra esse meu sócio que não estava interessado: oh! já arranjei o local, vamos acabar com a banca de jornais e revistas, e vamos abrir a livraria. Ele disse: mas vais fazer mesmo isso? Eu vou fazer isso. Sócio: e se eu não quiser?

Salim: *se tu não quiser, tu diz quanto é que custa a tua parte, que eu vou arranjar dinheiro com alguém pra te pagar e vou abrir a livraria, ele pegou e disse: eu vou ficar com a livraria também, e como vai se chamar? Eu disse: Anita Garibaldi. Sócio: poxa, já começa com um nome subversivo, Anita Garibaldi. Salim: A livraria não vai ter um caráter meio subversivo, meio repressivo? Salim: Ela vai ser uma livraria que em Florianópolis, não vai vender vender livros. Sócio: e tu achas que vai vender bem os livros? Salim: vai vender livros que dificilmente chegam as livrarias, ele pegou e disse: tu achas que vai ter boa venda? A Livraria Anita Garibaldi se*

tornou um ponto de referencial. Todo tipo de pessoa de repente acabava indo à livraria Anita Garibaldi.

Derlei: *quantas pessoas eram sócios da livraria e quem eram?*

Salim: *Os sócios da Livraria, era esse que faleceu há um ano atrás, o Armando Carreirão, era eu, e um terceiro que não aparecia, que era membro do partido comunista, eram os três sócios da livraria.*

Derlei: *Era o Galoti?*

Salim: *Não era o Galoti. O Galoti abriu uma livraria uns anos depois, ele abriu uma livraria, não naquele ponto, ele abriu uma livraria num ponto conhecidíssimo, quase em frente ao cinema.*

Marcos: *Como era o nome do sócio comunista que não aparecia, como era o nome dele?*

Salim: *Não sei.*

Derlei: *O nome de guerra era Cláudio, todo mundo falava com ele, chamava Cláudio. Você lembra o nome dele real? Ele morava em Florianópolis?*

Eglê: *O nome dele real eu não me lembro.*

Derlei: *Ele morava em Fpolis?*

Eglê: *Ele morava numa daquelas ruas que sobe na Bocaiúva.*

Derlei: *Não era o Dr. Nori?*

Eglê: *Não, não era o Dr. Nori, ele era funcionário do partido, não tinha outra atividade.*

Marcos: *Dr. Salim o Sr. foi filiado ao partido comunista?*

Salim: *Não*

Marcos: *Nunca foi filiado?*

Salim: *Eu nunca fui filiado a partido nenhum.*

Derlei: *Conta o final da Livraria!*

Salim: *Eu fui preso no dia 02, o golpe foi dia 01, eu fui preso dia 02, e no dia 03 ou 04 botaram fogo na livraria.*

Dr. Naldi: *Colocaram fogo nos livros em frente a livraria?*

Salim: *Eles puxaram os livros pra frente da livraria, fizeram um monte ali e botaram fogo.*

Derlei: *o Dr. Naldi se lembra?*

Dr. Naldi: *Eu passei ali e vi os livros queimados, tinha uma cerca, como se fosse exemplo para sociedade, a leitura. Contra a verdade e o conhecimento. Foi um crime contra o conhecimento humano. Você não pode conhecer nenhuma verdade, nenhuma ideia, cerceamento de liberdade de expressão.*

Salim: *E aí eu tava preso, quando chegaram e disseram assim: tem uma coisa que vai te interessar muito. Eu disse: qual é essa coisa? Colocaram fogo na livraria. Salim: o quê? Tas brincando? O que tem a ver com essa história toda? É que dizem que a livraria é de comunista.*

RELATÓRIO FINAL

Dr. Naldi: *Eles queimaram todos os livros?*

Salim: *Eu me lembro por exemplo de um dos livros que eles queimaram, foi um, agora me fugiu o nome?*

Derlei: *O Vermelho e o Negro?*

Salim: *O Vermelho e o Negro de Stendhal, foi um dos livros que foi queimado como livro comunista, mas eu tentei justificar dizendo que infelizmente não tinha nada a ver, mas que era um clássico da literatura, e um dos melhores livros que eu já tinha lido. Não era bem é isso, mas já você quer que seja isso, de qualquer maneira vamos colocar fogo.*

Derlei: *Mas isso que tu estás contando não pode ser? Por que tu estavas preso?*

Salim: *Como no fundo, como era livro que eu já tinha relido umas três vezes, era um clássico, maior admiração. Eu disse: mas porque vocês vão queimar esse livro, que eu acho que o autor nem ficou sabendo o que era o partido comunista? Responderam: mas esse livro é muito perigoso, vamos queimar, e queimaram.*

Eglê: *Queimaram o Seara Vermelho do Jorge Amado!!!*

Salim: *Ah sim, do Jorge Amado queimaram dois.*

Dr. Naldi: *Mas era uma montanha de livros, não eram poucos, eram bastante livros.*

Derlei: *É que a Eglê tá lembrando mais dos clássicos.*

Eglê: *Mas o Salim isso que você tá falando há um engano seu. Você não acompanhou a queima da livraria, você ficou sabendo quando estava preso.*

Salim: *É claro, é quando eu estava preso, quando de repente entra um cara, e eu estava lendo um livro que na época me marcou muito, depois eu fui reler já não era lá essas coisas, e me disseram: vem aqui, que isso aqui vai te interessar. Peguei e disse: mas estou aqui envolvido aqui nesse livro, enquanto eu não termina-lo, eu não paro. Então vais ter que parar um pouco que isso vai te interessar mais do que o livro. Eu disse: porquê? Queimaram a livraria que também era tua. Eu disse: pô não brinca? Não tô brincando não! É que esse moço que está aqui acabou de entrar, e a primeira coisa que ele conta, é que assistiu a queima da livraria, e isso me fez largar o livro. Fui falar com ele, ele me disse: coisa estranha, como é que dizem que você era um revolucionário perigoso, e você diz agora que nunca pertenceu a partido nenhum.*

Salim: *não, nunca pertenci a partido nenhum, e se os partidos continuarem desse jeito, continuarei sem pertencer a partido nenhum.*

Dr. Naldi: *O Senhor mesmo participou de política estudantil?*

Salim: Não

Naldi: *Qual foi a motivação da sua prisão?*

Salim: *A motivação circulava e eu não dizia que não era, eu dizia que não era, eu dizia que nunca pertencia a partido nenhum, nem de centro, nem de direita e nem de esquerda, de nada, no entanto dizem que eu sou líder do partido comunista aqui. Não há absolutamente nada que possa justificar essa afirmativa, porque basta percorrer os anais dos partidos políticos e nenhum deles vão encontrar o meu nome.*

Eglê: *Quanto a queima da livraria, essa queima ocorreu a tarde e a noite. Na manhã seguinte, eu saí do IEE, e fui até o serviço de imprensa do palácio saber se tinha alguma notícia do Salim. Quando eu estou indo assim, vejo na esquina, aquele monte de cinzas, aqueles livros queimados, parecia um choque no coração, sai dali fui até o serviço de imprensa, e estava entrando, estava entrando o padre diretor do Colégio Catarinense, e ele dizia assim: gente o que eu acabei de ver, eu só imagina possível na Alemanha nazista. Não é possível ver esse povo queimando livros, e isso ficou marcado porque era um padre jesuíta.*

Salim: *Eu acho que mais dramática do que a minha prisão foi da Eglê. porque nós morávamos num bairro novo, Agrônômica. As ruas não tinha nem nomes. E nós demos o nome de Graciliano Ramos. Dar o nome dele pra uma rua na Agrônômica, aí um vereador um que a gente se dava, o vereador disse para ele apresentar o nome pra ser nome de rua. Apresentou e na primeira votação ele não foi aprovado. Ele foi lá em casa e disse: o que eu vou fazer agora? Eu disse: tens uma saída fácil, dizer que ele era um parente do Nereu Ramos, e passou, até hoje está lá, “Rua Graciliano Ramos”.*

Depoimento: Eglê Malheiros Miguel, esposa de Salim. Prisão domiciliar, 50 dias em 1964. Na época professora do IEE, Instituto Estadual de Educação.

Derlei: *Eglê sobre a sua prisão? A Eglê era professora do IEE.*

Eglê: *Fui professora do Instituto, nessa ocasião quando eu fui presa, não podia mais entrar no Instituto. Eu estava proibida de entrar no Instituto.*

Derlei *Você lembra qual foi o dia da sua prisão?*

Eglê: *Acho que foi dia 02 ou 03, eu não me lembro exato. Eu fui proibida de entrar no Instituto, o Diretor na ocasião era o Pedro Bosco, professor Pedro Bosco, grande amigo nosso, e o Pedro disse: o que eu faço? Ou eu entrego o cargo, ou eu te impeço de entrar? Eu disse: olha, me impede de entrar, porque se for entregar o cargo, pode entrar pessoa que vai fazer o que você ta se negando a fazer. E se você não me proibir de entrar, arranja outro pra fazer o serviço. Aí eu fiquei em casa, tinha as crianças, a minha vizinha tinha telefone, porque naquela época era raro quem tinha telefone. Alguém me chamou ao telefone, e falei alguma bobagem qualquer, porque não foi nada de importante, mas eles como sempre a capacidade de censura é de interpretar o máximo. E aí fui levada para o Hospital Militar, aonde já tinham estado outras companheiras por alguns dias.*

Derlei: *Você lembra quem eram elas?*

Eglê: *Anita Pires, Ane Becker, mas elas já estavam soltas ou em outro lugar, porque eu não as encontrei. Pra dormir, a noite puseram uma enfermeira dormindo do meu lado, e ela trouxe um filho ou sobrinho pra fazer companhia, e dormiram com a chave assim em cima, a chave da sala do lado delas. Eu achei graça, porque se eu quisesse fugir, era a hora tinha, mas eu não tinha condições de fugir por causa dos meus filhos, eu não podia deixar eles pra trás.*

RELATÓRIO FINAL

Salim: Logo que eu fui solto? O que foi que você vai dizer? Eu não vou dizer nada. eu disse pra Eglê: vou descer, vou tomar um café no Ponto Chic, que era um ponto de referência do pessoal. Em Florianópolis era o Ponto Chic, hoje não existe mais. Ela disse: vais descer para o Ponto Chic, vais ser preso de novo! Eu disse: preso duas vezes é demais. Já não tive motivo pra ser preso da primeira vez.

Eglê: O que foi que aconteceu pra ele ser solto? O que tu vais dizer?

Salim: Eu não dizer palavra nenhuma, vou ficar quieto, até parar num ponto que tem na Praça XV. Aí fui descí, aí pensei assim: aonde é que eu vou? Aí eu pensei: eu vou tomar um cafezinho no Ponto Chic, e fui. Fui e me lembro claramente de estar no Ponto Chic, pedir café, paguei, veio o café, e eu com o café na mão pra botar na boca, e um cara lá de longe disse: ta aí esse comunista de novo, o que vai acontecer agora com ele? Foi preso e foi solto. Se foi solto é porque acharam que não tinha nada contra ele. Mas eu tomei o café, dois ou três amigos foram conversar comigo. Saímos do café, sentamos nos banquinhos que tinha ali por perto. Bati um longo papo, falei como é que tinha sido a prisão, os que me vinham falar comigo, e os que quando me viam saíam correndo pra não ficar perto de mim. E o que aquilo representou? Disseram: o que representou? O que representou foi o seguinte: Eu jurei pra mim mesmo que quando fosse solto não iria entrar para partido nenhum, porque continuava a não acreditar em nenhum partido político, e não entrei mesmo.

Derlei: Quando você foi presa, você levou as crianças?

Eglê: Não, as crianças ficaram pra trás, uma vizinha minha ficou com elas, aí avisaram a minha cunhada, eles vieram pegar as crianças e levaram pra casa dos pais do Salim. Durante o tempo que eu estive presa, eu não fui interrogada lá no Hospital nenhuma vez, mas me levaram pra responder o IPM (inquérito policial militar), pelas perguntas deles, eu vi que eles tinham informantes competentes. Fiz o meu depoimento todo, e me perguntaram no final o que eu achava dos planos do General Castelo Branco, a respeito da reforma agrária, e a respeito de leis protegendo a indústria brasileira, e eu tinha que por escrito. Achava que fosse difícil, mas se fosse verdade, parabéns, porque também lutava pela reforma agrária.

Nesse meio um tempo, sabendo que eu estava com as crianças em casa, houve um movimento na cidade, liderado por pessoas, para me deixar solta. Então me deixaram em prisão domiciliar. Na prisão domiciliar eu tive que fazer um depoimento, num setor do funcionalismo público, me esqueço agora o nome. Eu respondi lá as coisas e tive que fazer por escrito. Eu disse pra ele, disse o que eu escrevi: que achava estranho certas pessoas que estavam como orientadores das arguições, porque por exemplo, eu conhecia um professor colega meu, Jaldir Faustino da Silva, que foi um excelente Diretor, que reorganizou o IEE, que passado por um período de crise. Agora eu não conhecia um delator Jaldir Faustino da Silva, não sabia quem era. E assim foi, depois de uns tempos, cinquenta e tantos dias, veio ordem que liberassem a prisão domiciliar. Uma das coisas que impressionava, era a quantidade de gente fazendo delações. A quantidade de gente dizendo: “eu conversei com fulano, mas eu não tenho nada com ele”, “ele é tal coisa”, “isso ou aquilo”, e por outro lado pessoas que não eram organizadas como um partido comunista, se mantendo na maior dignidade, negando a delatar.

Derlei: Você lembra o nome de algum desses delatores?

Eglê: Tinha o Jaldir, tinha um que era gerente de uma loja de roupas muito importante daquela época.

Derlei: *Você se lembra do Prof. Simão Hess? Tinha um colégio com o nome dele. Ele fazia relatórios pra SNI.*

Eglê: *Eu não me lembro dele. Eu acho que na época o pessoal do partido era muito ingênuo. Se a pessoa vinha e dizia: “olha eu admiro a ideia de vocês, já conversavam tudo. Dentro do pessoal do partido que eu conhecia, com quem eu convivi, eu conto nos dedos, uma ou duas pessoas que não se comportaram dignamente.*

Luciane: *Você era filiada?*

Eglê: *Eu era filiada. Eu com menos de 20 anos eu fui secretária política do partido.*

Luciane: *do partido comunista?*

Eglê: *Sim, do PCB.*

Luciane: *Você foi violentada fisicamente, sofreu alguma violência?*

Eglê: *Não. Era uma época em que eles ainda escolhiam as pessoas que eles queriam maltratar. Então uma professora dificilmente nas circunstâncias, seria pressionada de alguma forma.*

Salim: *Quem sofreu um pouco foi o Reitor da UFSC, quando me convidou para trabalhar com ele. Ele disse que teve várias pessoas que foram lá perguntando pra ele como ele tinha aceito trabalhar na Universidade, um ex líder comunista? Aí ele disse: pra começar ele jura pra que nunca foi comunista, e depois se foi é um problema dele. Ele é um excelente funcionário, ele praticamente criou e implantou a editora da UFSC, onde ficou oito anos. Três ou quatro anos depois dele estar lá, a editora conquistou um dos mais importantes prêmios brasileiros, graças a maneira como ele a conduziu. Quando eu convidei, não convidei o comunista Salim Miguel, que nunca foi. Convidei alguém que já tinha experiência como editor, tinha trabalhado em dois lugares diferentes como editor, sabia como era dirigir uma editora. Ficou oito anos como diretor da editora da UFSC, e os outros foram bons editores, mas nenhum perto dele do que ele fez.*

Eglê: *Salim, eles estão interessados em saber como foi a reação com o golpe. Por exemplo, na ante véspera do golpe, eu tinha a plena percepção que era um jogo de ganha e perde. Ou a gente de repente ganhava e recebia o poder numa tigela de prata, ou então iria abrir uma marcha a ré muito grande. O Mario Bastos que foi um grande militante nosso, também pensava da mesma maneira, aí nós soubemos que o pessoal estava na sede da União de Estudantes, já praticamente tratando de como organizar o governo novo, aí eu e Mário chegamos lá, vimos umas pessoas, chegamos e dissemos: Vocês tem que sair daqui imediatamente, atravessar a ponte, porque se eles ganharem, a ponte vai ficar fechada. Mas não adiantou, no dia seguinte nós voltamos, estava toda a mesma turma lá.*

Derlei: *Você se lembra quem estava lá? Rogério Queiroz, Rose Becker, Marcilio Krieger.*

Eglê: *Não me lembro de nomes, de quem estava lá. O Marcilio não estava lá.*

RELATÓRIO FINAL

Uma das dificuldades que nós tínhamos com as crianças, é que eles incorporavam os slogan das brincadeiras da época que a gente acha que estava revolução. Tinha um filho nosso vestido um uniforme, uma farda do exército (fantasia), e eles chegavam e diziam: não queremos ninguém fantasiado aqui. As visitas que nós recebíamos, não recebíamos mais, as conversas não tínhamos, tinha que protegê-los e proteger da gente. Isso é uma das coisas terríveis que os golpes, é que de repente é fazer uma mudança total na vida dessas pessoas, sem essas pessoas quererem.

Derlei: *Você voltou para o Instituto quando Eglê?*

Eglê: *Eu voltei para o Instituto com a anistia de 79.*

Dr. Naldi: *A Sra. sofreu um processo administrativo por parte da Secretaria da Educação?*

Eglê: *Durante o meu período de magistério no Instituto, por várias vezes eu fui alvo de processos. Não só eu, o Prof. Martins Neto, Prof. Damiani, chamavam as pessoas para servirem de testemunhas das coisas. E os processos eram as coisas mais descabeladas possíveis, por exemplo: eu teria dito em aula, de acordo com a situação histórica de Portugal, na Espanha na época, não se poderia chamar Calabar de traidor, afinal de contas eram entre os interesses da Espanha, e de Portugal. O Brasil não tinha resistência como nação pra que alguém fosse traidor. Eram detalhes da história que a gente discute, e quando eu via já tinha processo contra a gente. Infelizmente nesses processos todos, me mandaram passear, aproveitaram o golpe de 64.*

Derlei: *Quando você voltou para Instituto com a anistia de 79, você foi reintegrada ou eles te aposentaram?*

Eglê: *No golpe de 64 eu não fui exonerada, eu fiquei em disponibilidade, e durante todo tempo que durou a ditadura, meu salário nunca foi alterado da base que tinha. Em 79 a minha volta, e uns meses eu pedi a aposentadoria. Eu me aposentei, eu não conseguia encontrar a escola que tinha dado tantos anos de aula do jeito como estava. A justificativa de tudo que era errado, é que era um colégio de massa, então eu disse: por ser um colégio de massa é que teria que ser melhor. Nós tivemos o chamado exílio interno, nos ficamos aqui até 65, aí o Salim foi transferido para o Rio. Embora fosse o Rio de Janeiro, a nossa língua, etc, etc., mas era inteiramente diferente da vida que se tinha. Eu lembro perfeitamente de ter entrado num supermercado, que nem conhecia direito na época supermercado, e queria escolher umas laranjas, e peguei na laranja pra ver como é que ela estava, o cara do caixa disse assim: que é isso? Tá mexendo nas frutas e não vai levar, faz favor de largar isso? Foi um choque tão grande pra mim, porque em Florianópolis ninguém faria isso comigo. Eu tinha tido milhares de alunos, etc. Então, são essas coisas que não são grandes do ponto de vista histórico, mas são importantes do ponto de vista da sinceridade das pessoas. Lá no Rio era difícil fazer um trabalho político bom, porque há muita divisão, há muito engano a respeito das coisas. Então a gente resolveu fazer a Revista Ficção que podia dizer alguma coisa, através da revista. A nossa preocupação embora o Salim não tenha transmitido isso agora, sempre foi usar o tempo de maneira positiva para ajudar o país a ir pra frente.*

Anselmo: *Durante esse período que ficaram no Rio, vocês chegaram dar abrigo ou algum suporte há algum membro ao grupo?*

Eglê: *Talvez a gente tenha feito isso sem saber através dos nossos filhos que levavam amigos ficarem guardados lá em casa, por alguns dias. Talvez através deles.*

Naldi: *O Sr. falou que durante a sua prisão tinham mais de 60 pessoas com o Sr. O Sr. lembra a destinação dessas pessoas?*

Derlei: *Lembra do nome?*

Salim: *No livro que eu publiquei (1º de abril). Tem a lista dos nomes das pessoas que forma presas. Tenho que procurar, quando nós mudamos pra cá, a grande maioria dos nossos livros foram dispensadas, alguns desses, mas eu devo ter um dois livros, vou procurar.*

Luciane: *Salim, como era o dia a dia na prisão, o que vocês faziam? Podia ler alguma coisa na prisão?*

Salim: *Quando a Eglê soube que tinha sido preso, antes de eu chegar na cadeia, ela mandou alguns livros, foram os únicos que eu consegui receber. Depois eu não tinha mais como receber livros.*

Eglê: *Você lembra quais foram os livros?*

Salim: *Eglê eu só me lembro de um, aquele em quatro volumes.*

Eglê: *Era o “Quarteto de Alexandria”, mas um dos que eu mandei, e só depois percebi o que tinha feito, era um romance policial chamado “A ordem é matar”.*

Luciane: *Salim, você sofreu alguma violência, tortura quando esteve preso?*

Salim: Não

Luciane: *E você vivenciou ou viu isso alguém ser torturado?*

Salim: *Nunca vi uma violência violenta, alguém que tivessem sofrido torturas a ponto de não aguentar na prisão, mas gente aparecer no dia seguinte todo marcado, por ter sido torturado, isso vi alguns, mas não guardei os nomes, mas foi um negócio de marcar a vida.*

Derlei: *você foi preso aonde?*

Salim: *Fui preso no quartel da polícia militar, na Praça Getulio Vargas, mas anos e anos depois eu precisava do um documento onde constasse que eu havia sido preso, fui lá nem registro eles tinham sido prisão eles tinham. Eu conhecia um comandante, ele disse que nem registro eles tinham.*

Derlei: *Você lembra do Coronel Neri Clito Vieira, ele estava no quartel nessa época?*

Salim: *Não. Ele estava se eu não me engano ele estava em Chapecó.*

Naldi: *Em 73, retomaram toda atividade de repressão, o sr. lembra de alguma coisa?*

Salim: *foi em 75*

RELATÓRIO FINAL

Anselmo: *Essa situação da ponte foi feita só com o Sr, mas pessoas passaram por isso?*

Salim: *Depois que eu fui solto a coisa que mais me marcou, foi essa história da ponte. o cara da repressão, e de repente você ouvia um dizer para o outro: Qual seria a situação de um homem jogando daqui da cabeceira, jogando no fundo mar? Aí o outro disse: só jogando! Pois é, mas nós não vamos chegar a isso, só vamos ameaçar. Não chegaram a jogar nenhum dos dois que estavam ali, nem eu e nem o outro.*

Anselmo: *O Sr. lembra o nome do outro?*

Salim: *O outro eu não me lembro do outro, e depois saí caçando, encontrei e perguntei pra ele, se ele tinha guardado alguma coisa a respeito daquilo? Ele disse: só a memória e ainda assim vai se esvaziando, daqui a pouco eu não vou mais me lembrar que me ameaçaram jogar da cabeceira da ponte. Pois é, eu não vou esquecer a vida toda, e não tenho esquecido mesmo. Se eu fecho os olhos, eu fico pensando. “poxa, se eles tem me jogado, nem essa memória tinha sobrado”.*

Anselmo: *Dr Salim, o Sr. lembra de ter ouvido mais alguma pessoa sofrendo essa ameaçada?*

Salim: *Não, andei interrogando, depois fui solto, e com o tempo eu fui esquecendo, não esquecendo inteiramente, eu nunca esqueço da cena na cabeceira da ponte, um dizendo para o outro: “qual seria é a sensação de um corpo jogado aqui? E outro respondeu: só jogando.*

Dr. Naldi: *o Sr. estava com algemas na ocasião?*

Salim: *Não. Não estava! O primeiro disse para o outro, pois é, mas não jogamos, tanto que está ele aí. Só essa sensação já era uma barbaridade.*

Anselmo: *O Sr. falou que tinha um casal acompanhando?*

Salim: *Não, iam 4 pessoas, dois presos, e dois que estavam cuidando dos presos.*

Anselmo: *O sr. sentiu por parte do pessoal, dos seus amigos um afastamento depois que o sr. foi preso?*

Salim: *Em Florianópolis quando eu fui solto, fiz questão de descer sozinho, sem a Eglê, sem filhos, sem amigos, sem na nada. Da Agrônômica até a Praça XV, pra ir tomar um cafezinho, e a Eglê pediu que eu não fosse: “não vai, não vai”, deixa passar uns dias, tu fostes solto antes de ontem e hoje já queres ir tomar um cafezinho sair? Pois é, porque o lugar mais conhecido de Florianópolis, era o Ponto Chic. Embora ela insistisse que eu não fosse, eu acabei indo, desci na Praça XV, a primeira coisa que fiz foi tomar um cafezinho, no Ponto Chic, e tomei o cafezinho. Me lembro de levantar o copo e por na boca. Ela disse: Não sentisse nada? Senti um pavorzinho, mas tomei o café e não deixei cair, tomei o café até o fim.*

Eglê: *Na época do golpe, a quantidade de gente fazendo delação era tão grande, que o almirante do 5º distrito naval, baixou uma portaria que só aceitava delação com nome e firma reconhecida.*

Derlei: *Você lembra o nome dele? Era o Rademaquer?*

Eglê: *Sim, era o Rademaquer. Tanto que os filhos dele foram meus alunos no IEE.*

Salim: *Rademaquer foi almirante aqui, né?*

Derlei: *Foi almirante aqui, depois chegou a ser Ministro da Marinha, que era o principal serviço secreto em SC era o CENIMAR, no 5º Distrito, na Prainha, depois foi transferido pra Porto Alegre.*

Eglê: *Quem participava do golpe, ficou muito ofendido quando houve essa transferência, uma diminuição em Florianópolis, perder o chefe.*

Salim: *O Rademaquer de POA foi para o Rio, e lá no Rio uma duas ou três vezes fui chamado pra fazer matéria com ele, me recusei; Aí disseram: você vai fazer isso com o Rademaquer? Bem, é que conheço ele de Santa Catarina e isso é suficiente.*

Derlei: *Vou pedir pra você contar sobre o capitão da polícia militar que depois foi assassinado depois no Chile, que era daqui, o catarinense?*

Salim: *Vânio, era nosso amigo, do nosso grupo, ele nunca quis ter qualquer participação política, ele nunca quis ser político, e no Chile com o golpe, ele foi assassinado lá no quartel. Uma vez que estavam falando um levantamento eu fiz questão que incluíssem o nome dele.*

Derlei: *Vânio José de Matos, nós colocamos o nome dele lá na praça. Tem um monumento na frente da Assembleia com o nome de todos os catarinenses assassinados naquela época, só não disse que no Chile.*

Eglê: *O Vânio era oficial da polícia.*

Salim: *Ele oficial da polícia em SP, ele foi um dos que foi mandado pra fora, e enquanto estava no Chile, estava indo bem, até quando não mudou o regime. Ele foi um dos primeiros assassinados.*

Derlei: *E do capitão Néri, você se lembra de alguma coisa?*

Salim: *Só me lembro que a gente se dava bem, mas não tínhamos nenhuma afinidade. O capitão Néri também não era filiado a nenhum partido.*

Eglê: *Quem estava em Fpolis tinha um determinado tratamento, que estava fora tinha um tratamento diferenciado. O Néri estava em Chapecó e lá ele foi bastante maltratado. Torturado não creio, mas acho que ele foi maltratado, espezinhado, etc. Em Criciúma onde o movimento dos mineiros era muito forte, a violência foi terrível, praticamente nunca se falou, nisso, Porque na verdade porque um período da história do Brasil, que ninguém conhece. Amigos nossos nunca ouviram falar da livraria queimada. Houve queima de livraria também em Porto Alegre, mas nunca saiu nos jornais, porque uma das formas deles se fortalecerem era impedir a comunicação, impedir a troca de informações. Nós fizemos um depoimento pra aquela moça, casada com um professor de química, da farmácia, na UFSC. Ela fez um teste de mestrado, não consigo me lembrar o nome dela, na UFSC.*

Derlei: *Salim você gosta mesmo é de escrever?*

Salim: *Tanto que publiquei, acredito que todos tenham mérito, mas publiquei 30 livros contando tudo que é possível: romance, conto, crônicas, depoimentos.*

RELATÓRIO FINAL

Derlei: *Salim, o que ficou pra ti de marca, de imagem? O que ficou na tua memória, sobre essa história da tua prisão, desse momento que o país viveu?*

Salim: *A primeira coisa que ficou foi o momento inesperado, que eu jamais imaginei aquilo, em que eu fui preso. Eu estava no então famoso Ponto Chic, tomando um cafezinho. Eu estava com o café na mão quando vi a praça ser cercada. Do lado de lá do café os carros podiam subir. Subiram em dois carros, ficaram parados, desceram umas pessoas, desceu um cara, subiu e disse assim: está preso! Eu disse: por favor cara não brinca rapaz, tô tomando um cafezinho aqui! Isso eu tô vendo, porque eu não to cego. Tô vendo que estás tomando um cafezinho, mas por quanto tempo eu não sei, vai ser o ultimo café que tu vais tomar. Eu disse: porque? Porque estas preso! Pô não brinca cara? Eu não tô brincando. Eu estou aqui com essa equipe toda pra te prender. Todo mundo sabe que nessa hora tu vens aqui, e sobes pra tomar um cafezinho, então era momento bom de te prender, não é? É o momento melhor pra me deixar solto. Mas não estás, estás preso. Tem aqui dois carros, escolhe um pra te levar. Eu não vou escolher nenhum, eu fiz nada pra ser preso, então não vou escolher. Ele disse: como é que vais para o quartel da polícia militar? Eu disse: pra começar eu não quero ir para o quartel da polícia militar. Não queres ir, mas tens que ir. Não, não vou. Conversou mais um pouco, saiu, ficou outro no lugar dele. Dali algum tempo ele voltou e disse assim; Ganhasse uma! Eu disse qual é? Aos invés de tu ires preso, vais pegar um táxi e vais pra prisão. E como é que tu sabes que vou pra prisão? Não porque nós não vamos deixar saíres sozinho. Vão dois soltados no carro contigo e no carro em que tu vais. Porque eu vou deixar eles irem, porque se eles não forem no teu, eles vão ter que ir no outro e tem que pagar o custo da corrida e eles não tem recurso. Eu disse: então eles vão no carro em que eu for. Alguém vai ter que pagar porque eles não tem recurso pra isso. Eu disse: eu pago. Eles disseram: és tão bondoso! Eles não tem nada a ver com isso.*

Então eles podem ir no caro em que eu for. Bem mais aí tu vais ficar na cadeia, eles não vão. Então não tem dinheiro para pagar esse táxi. Eu pensei, eu pago pra eles. Tu pagas pra eles? Então tu és bondoso a esse ponto? Mas eles não tem nada haver com essa história, porque eles vão pagar o táxi onde eu vou ser preso, não eles, mas então foi preciso isso, eles foram no táxi comigo até o quartel da polícia militar. Lá os dois saíram e perguntaram: quanto é? Vocês não vão pagar isso. Vocês me trouxeram, não vão pagar coisíssima nenhuma, podem ir embora. Vou pagar o táxi, e paguei o táxi. Tempos depois encontrei os dois, e um disse assim: estamos te devendo o táxi? Eu disse: Eu disse porque? Fomos nós dois que trouxemos pra prisão! Eu disse: então vocês me trazem pra prisão e ficam me devendo o taxi? Não entendo essa? Os dois riram e um disseram: nós entendemos a sua posição, mas que é estranha, é?

Marcos: *Nesse período da prisão, do Sr. e da Sra. veio a solidariedade dos amigos, do relacionamento político? Veio algum advogado, houve possibilidade de contato?*

Eglê: *O advogado que nós conhecemos, era amigo do partido. Foram presos 9 pessoas, dentre eles Cláudio Ávila da Luz. Quanto a solidariedade, a gente tentou organizar um auxilio as pessoas que estivessem precisando, famílias que ficaram sem apoio, mas não funcionou muito bem. Houve por exemplo pessoas que ajudaram o vizinho a se mobilizar no caso em que eu ficasse na prisão. De uma maneira geral os companheiros se comportaram direito. Um ou outro que andou dedurando os outros. O que eu acho que nós éramos um reflexo de uma preparação errada do ponto de*

vista de militância. Não havia um estudo coerente da situação, da possibilidade de haver o golpe.

Derlei: *Salim você não teve problema por ser estrangeiro?*

Salim: *Eu cheguei aqui quando ia fazer 3 anos.*

Eglê: *Eu acho que tem que notar, e se enganando nisso, não era preciso ser verdade, o importante era saber usar para o que eles queriam, o que eles consideram verdadeiro. Eu acho muito importante fazer o que vocês estão fazendo. Eu acompanho a política desde 35, meus tios foram presos. Eu sei de coisas que ninguém mais sabe!*

Naldi: *18/09/46, algum fato importante?*

Eglê: *46 era o Gen. Dutra, quando o partido comunista foi posto como ilegalidade.*

Derlei: *É o Gen. Dutra se colocou ao lado dos Estados Unidos na época da guerra fria.*

Audiência conjunta com Comissão Nacional da Verdade convocada especialmente para ouvir depoimentos de Mulheres Catarinenses, presas e torturadas e/ ou violadas nos seus direitos humanos.

Data: 05/09/2013, com início às 14.30 h

Local: Plenário Paulo Stuart Wright - ALESC

O Coordenador da Comissão, Dr. Naldi Otávio Teixeira deu início a audiência convidando os membros da Comissão para tomarem assento à mesa:

-Dr José Carlos Dias, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade

-Dr. Anselmo Machado, membro efetivo

-Dr. Alessandro Silva – Juiz da 2ª Vara do Trabalho de São José

-Professora Derlei Catarina De Luca

-Dr. Manuel Moraes -Coordenador da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco

Depoimento - Professora Derlei Catarina de Luca

Boa tarde a todos, muito obrigada pela presença do Dr. Alessandro, a maioria não sabe, mas o Dr. Alessandro faz parte do nosso coletivo, é muito interessante ter um juiz no grupo, ele faz ótimos artigos em nossa defesa.

Eu trouxe para entregar a Comissão Estadual da Verdade, uma relação ainda incompleta das mulheres catarinenses que foram presas durante a ditadura militar. Algumas a gente não conseguiu localizar, vou ler os nomes e se alguém conhecer ou tiver contato, conhecer familiares, por favor, nos avise.

Anita Pires, Brigitte Buchelli de Souza, Clair de Flora Martins , Derlei, Eglê Malheiros Miguel (já deu depoimento), Elineide Licia Martins, Eliane Marinho de Souza, Hildergard Brand, Ligia Doutel de Andrade, Ligia Giovanela, Marise Lipel, Marlene Socas, Rosangela de Souza, Rosemary Cardoso, Terezinha Molitermo

RELATÓRIO FINAL

Garcia e a nossa companheira que descobrimos agora, Maria Isabel Regis . A Gilda Laus não conseguimos encontrá-la.

Meu nome é Derlei Catarina de Luca, sou professora, professora de história, estudei em Cuba, e fui detida duas vezes em Florianópolis e duas vezes em São Paulo. As três primeiras prisões eu não vou falar nada porque, segundo soube pelos corredores, vai ter uma sessão especial com os estudantes, então a gente vai falar da prisão dos estudantes. Eu só vou falar da prisão do dia 23/11/69, na Rua Vergueiro, foi alguns dias depois da morte do Marighela, embora nosso grupo não tivesse na a ver com o Marighela. Eu fui presa pela Operação Bandeirante, à noite, era um domingo, e me confundiram com uma pessoa chamada Maria Aparecida Costa, eu estava com os meus documentos verdadeiros, Derlei Catarina De Luca, conversando com José Carlos Zanete, num bar, tomando guaraná, ele estava me pedindo em namoro. Acabei presa, confundida com a Maria Aparecida Costa, em nenhum momento perguntaram o meu nome. Quando eu cheguei na Rua Tutóia, onde funcionava a Operação Bandeirante, o Capitão Mauricio disse que eu tinha chegado na sucursal do inferno, que Deus ali não entrava, que eu ia conhecer a sucursal do inferno.

A Operação Bandeirante era dirigida pelo comandante na época Major Valdir Coelho (já falecido), e funcionava em 3 equipes, num rodízio de 24 horas. A equipe “A” era comandada pelo capitão de artilharia do exercito, Capitão Benone Albernaz, a equipe “B” era comandada pelo capitão Homero César Machado (capitão de artilharia do exército), e a equipe “C” era comandada pelo capitão Dalmo Lucio Muniz Cyrilo (capitão de intendência do exército), esses eram os que dirigiam os interrogatórios e as torturas. Tinha também um capitão Roberto, (pastor evangélico do exercito), tinha um investigador que batia muito, chamado Lourival Gaeta, tinha um investigador que era apelidado de Tavinho (Otávio), não me lembro do sobrenome dele, foi justicado depois no Rio por um comando do ALN, e os carcereiros se chamavam Marechal e Paraíba.

Algumas pessoas que estavam presas comigo: *uma atriz famosa, Diva Maria de Faria Bunier (estudante), Dona Edith de Negrais (jornalista da ANSA), Elza Lobo (socióloga), Hilda Gomes, esposa do Virgilio Gomes, Luzia que era uma cantora da boate “Som de Cristial” (eu nem sabia que existia, fiquei sabendo na cadeia), Maria Aparecida Costa (advogada do ABC), Maria Auxiliadora Bayard (Bahía), e Ozenilda Alice Garcia (operária do ABC).*

Os homens que estavam na outra cela: *Aton Fon Filho (advogado), Carlos Eduardo Pires Fleury (que depois foi assassinado), Dr. Davi Hunovich (médico, falecido a pouco tempo), Jeová Assis Gomes (posteriormente assassinado), João Amano, Takao Amano (advogado), e um engenheiro de Itajaí que não sei o nome, só sei que era um engenheiro de Itajaí, porque mandou um sonho de valsa e assinou engenheiro de Itajaí, não sei quem é até hoje.*

*Fui presa no dia 23/11/69, conheci todo tipo de tortura que eles faziam: “pau de arara”, “choque elétrico”, “cadeira do dragão”, “palmatória”, “telefone”. A **cadeira do dragão** era uma cadeira de ferro inventada pela igreja católica na Inquisição, na época era cheia de prego, agora não tinha mais prego, mas eles amarravam os braços e seguravam as pernas com uma madeira, e davam choque elétrico, cada vez que davam o choque elétrico o corpo fazia assim, faziam assim (....), o problema não era nem o choque elétrico, o problema era que naquela vara que*

eles colocavam nos pés, ela roçava o osso e quebrava o osso, eu tenho marcas nas duas pernas dessa cadeira do dragão. O pau de arara, a Marlene pode descrever bem aqui, é um cavalete normal, uma barra de ferro em cima, eles amarravam a gente com corda, eu fui amarrada com fio elétrico, acho que faltou corda na hora, e amarrava como se amarra um frango que vai botar ali naquela televisão de cachorro, quando bota o frango pra assar. Então, eles amarravam a gente assim, e colocam em cima do cavalete, a gente fica toda amarrada, as mãos e os pés, o cavalete passa por debaixo do joelho, e vão dando choque elétrico, vão dando choque elétrico, vão dando choque elétrico, pedindo pra falar, vão dando cacetete, batendo na cabeça. O grande problema do pau de arara é que a carga elétrica fica dentro do organismo, ela não tem por onde sair. Eu fiquei muito tempo no pau de arara, e depois que soltaram do pau de arara, colocaram no chão, o corpo dá pulo, cheio de eletricidade. Uma pessoa da repressão colocou o pé aqui e uma outra segurou nas minhas pernas, e uma pessoa disse assim: “pra ela não ficar aleijada, que ela é muito novinha”. O Jeová ficou aleijado, saiu da prisão numa cadeira de rodas, porque o pau de arara com o choque elétrico pode deixar qualquer pessoa aleijada, a Marlene pode falar isso pra vocês, depois a Rose pode falar isso pra vocês, o tanto que é. Eu a partir desse dia comecei a ter crise epilética, e o médico diagnosticou como epilepsia adquirida, que é excesso de eletricidade no cérebro. Tem um comprimido chamado Convulsin 100, que é obrigado a tomar pra não cair de vez em quando, se não a gente apaga, porque dá como se fosse epilepsia. Todas as outras torturas, palmatória, telefone, que é no ouvido, que deixa as pessoas surdas, de todas elas além da cadeira e do pau de arara, o que mais me lembro é da mão, porque eles davam muita palmatória, colocavam a mão da gente numa mesa e batiam, batiam. A mão inchava e no outro corria um liquido assim fedorento, então a gente não conseguia nem olhar pra próprias mãos, porque era uma bola. A tortura se repetiu até o final do mês, e eu entrei em estado de coma, não me lembro, soube depois pela Elza Lobo, e justo quando eu estava muito mal, entrou a equipe do capitão Dalmo Muniz Cyrilo. O Capitão Dalmo nunca me torturou, quem me torturava era o Capitão Homero, Capitão Mauricio, Capitão Albernaz sobre o comando do Major Vadir. O Capitão Dalmo resolveu, segundo a Elza Lobo, que ele não ia assumir minha morte porque nunca havia tocado em mim, eu ia morrer no turno dele e mandou para Hospital Militar do Cambuci. Fui para o Hospital do Cambuci, acordei era dezembro, eu lembro mais ou menos da data porque alguém comentou que era dia de Nossa Senhora, 8 de dezembro, por isso que eu mais ou menos fixei. No Hospital militar eu só lembro de uma pessoa na porta com arma, eu nunca tinha usado uma arma, tinha um soldado armado, um policial civil no pé da cama, na hora que acordei tinha uma freira do meu lado, mas também não sei o nome, não falei ela, ela não falou comigo, mas ela pegou na minha cabeça e disse que eu estava acordando, e saiu do quarto, acho quem foi ela que disse que era dia de Nossa Senhora, alguma coisa assim. Bom, a “Operação Bandeirante” me transfere para o Dops no dia 06/01/1970, eu fui transferida para Dops na companhia do Dr. Américo Lourenço Macedo Lacombe, que era Juiz Federal (sempre tem um juiz do lado), atualmente ele é advogado em SP, Dr Modesto de Souza Barros Carvalhosa (advogado), é um figurão, não sei se é da Globo ou da RBS, e Geraldo Santana que eu nunca mais encontrei. O Dops pede a prisão preventiva, encaminha para o juiz, porque até então ninguém era identificado, eu não tinha identificação. Se eu morresse a minha prisão não constava. A minha prisão passa a constar a partir do dia 06/01/1970, quando eles pegam as impressões digitais. Pegaram as impressões digitais e o Dops encaminhou ao juiz um pedido de prisão preventiva. Veio a resposta do juiz (sabe

RELATÓRIO FINAL

aquele lápis vermelho que antigamente os professores usavam na escola?), e tava escrito assim: **“não há elementos para instauração de inquérito”**, então eu não podia ficar presa, mas eles não podiam me soltar porque eu tava muito ruim. Então na verdade eu fiquei mais algum tempo presa pra poder me recuperar das feridas, pra poder me recuperar da costela que tava quebrada, pra poder não sair tão machucada da cadeia, compreenderam? Eles não me soltaram, eles não tinham como me manter presa, o juiz tinha dito que não havia motivo para instauração de inquérito, não tinha a prisão preventiva decretada, nada pelo estilo, mas eles não podiam me soltar porque eu era a prova de que eles torturavam. Fiquei muito tempo detida, tive uma ajuda muito grande do Dom Afonso Niehues, Arcebispo de Florianópolis, que solicita ao Arcebispo de SP que averigue (a minha família era toda católica) e ele se interessou e mandou averiguar. Existe um relatório, eu não conheço a pessoa, existe um relatório de um padre, chamado Padre Passos, permitiram que ele passasse na frente da cela, pra ele testemunhar ao Arcebispo de SP e o de Fpolis que eu estava viva. Foi assim então que a minha mãe soube que eu estava viva, a partir da informação do Arcebispo Dom Afonso Niehues, isso já era páscoa de 1970, e eles não tinham mais como me manter presa. Não fui interrogada nenhuma vez durante esses meses todos no Dops, até então que decidiram que iriam me soltar. Era de noite fui interrogada pelo famigerado Sergio Paranhos Fleury, e o Sergio Paranhos Fleury, era de noite, chamar de noite, já era um terror, ele bateu na mesa e disse assim: “não falou lá, vai falar aqui”, se considerando melhor que os militares. Tinha um militar gordinho bem atrás da sala e disse assim: delegado, “se ela não falou lá não vai falar aqui, ela é uma laranja sem suco”. Eu não falei nada, nada, eu não falei nada, nada, eu só disse o meu nome, eles não pegaram nada de mim, aí essa pessoa falou que eu era uma laranja sem suco, se eu tivesse que falar, era na Operação Bandeirante. No outro dia então, me levaram para rodoviária de SP, me colocaram no ônibus, e avisaram ao motorista que eu não podia descer até Fpolis. Como eu tinha prisão preventiva em Fpolis, desci no Estreito, do Estreito então fui até Tubarão, e de Tubarão caminhei até Içara pra entrar em contato com a minha família. Quero deixar registrado aqui algumas coisas: por exemplo: eu tinha tido duas prisões em Fpolis e a prisão de Ibiúna, e depois pesquisando nos documentos, agora, alguns arquivos abertos, existe um pedido do Dops de SP sobre a minha pessoa para o Dops de Fpolis, e o General Vieira da Rosa, e o Delegado Manoel Antonio Fogaça de Almeida, passam (era telex naquele tempo), passam um telex para o Dops de SP dizendo que eu tinha tido uma participação no movimento estudantil, mas nada mais, eu acho que isso ajudou muito na minha soltura, porque se eles aqui tivessem informado as nossas fichas, eles não teriam me soltado, porque já tinha a prisão decretada. Então o General Vieira da Rosa, nesse aspecto, posso dizer que ele foi um homem honrado, pelo menos no meu caso. Quero entregar a Comissão da Verdade que tem tudo de todos os casos. Então isso, Muito Obrigada e desculpa pela demora!

Dr. Anselmo: Dona Derlei, a Sra. Derlei a falou aqui que foi presa junto com o seu grupo, qual era efetivamente o seu grupo?

Derlei: Não, não fui presa com nenhum grupo, eu estava num bar com Zé Carlos Zanete, um menino do Paraná que queria namorar comigo, não era nenhum grupo, eu era militante de Ação Popular. Acabei na cadeia, porque ia namorar com o cara.

Dr. Anselmo: *Qual era o teor das perguntas que eles faziam durante a sessão tortura?*

Derlei: *Como eles me prenderam achando que eu era Maria Aparecida Costa, só me perguntavam do Marighela, da ALN eles me chutavam muito, me batiam muito, e eu apanhei muito porque não conhecia ninguém da família Pomar. Hoje a gente é bem amigo do Marcelo, o Marcelo é do Coletivo, mas na época eu não conhecia ninguém. Perguntaram muito do Aloísio Palmar, que militava em Foz do Iguaçu, não conhecia o Aloísio Palmar. Perguntaram muito do Duarte Pereira Pacheco (a Raquel conhece, todo mundo conhece), que era nosso dirigente, mas eles nem esperavam a resposta, porque eles perguntavam nomes tão aleatórios, eu não conhecia ninguém, dizia que não, dizia que não. Perguntaram do Duarte que eu até poderia ter me tremido um pouco ali, mas eles nem esperavam pra dar a resposta. Tudo que eles podiam perguntar na época, eles perguntaram. Eles só descobriram a minha ficha no Dops dois meses depois quando eu já estava quebrada e eles não tinham mais moral para me torturar. O lance é no começo, depois que você estabelece um contato com o torturador, ele não tem mais coragem. Eles batem muito, muito, muito no começo. Dois meses depois foi que esse Gaeta foi que descobriu a minha ficha no Dops, foi o único que teve um pouco de inteligência pra ir no Dops pesquisar pra ver se eu tinha alguma coisa, foi aí que ele descobriu a ficha de Ibiúna. Quando trouxeram a ficha de Ibiúna o Capitão Dalmo perguntou: “Porque que você não falou?”, eu respondi: “se eu tivesse falado vocês tinham me matado”. Aí deu uma discussão interessante, eu aprendi depois, é coisa de advogado, porque ele disse assim: alguém falou ali, não sei qual foi a pessoa que falou que eu tinha mentido, o Capitão Dalmo disse assim: ela não mentiu, ela omitiu, e omissão é diferente de mentira. E eu nem sabia da diferença, aprendi muito na cadeia. Claro, se eles não perguntaram, eu não menti, o capitão tava certo e eu também, porque eu não menti. Eles não perguntaram nada do que eu sabia e eu tinha todos os códigos da Ação Popular na cabeça. Agora não tenho mais, porque não lembro mais porque não tenho mais capacidade. Consegui limpar tudo, não lembro nem de telefone.*

Dr. Alessandro: *Derlei, isso que você descreveu foi nos anos 69/70, na Rua Tutóia/SP. Nesse período a repressão se acirrou ainda mais a partir de 68 no AI5, nesse período você era mais jovem, mulher e o aparelho repressivo era todo operado por homens. Gostaria de saber se essa tua condição de jovem, mulher, de gênero, essa questão de gênero, se ela foi usada como meio para te torturar, seja fisicamente ou psicologicamente durante as sessões de tortura, se a sua condição de mulher e por consequência mais indefesa, se isso também era usado pra te torturar?*

Derlei: *Essa é uma conversa que eu e a Marlene já tivemos nesse aspecto. Eu não me lembro, eu pessoalmente, deles terem me torturado mais ou menos porque era mulher ou porque era homem, acho que eles torturavam todo mundo igual. Recebi choque, recebi choque na vagina, recebi choque no seio, mas não era por perversão sexual que eles faziam, eu acho, porque na época nem na situação a gente podia detectar alguma coisa. O que posso contar, a mim parece folclore até hoje. O capitão Homero era meio apaixonado pela Vera Fischer, aí vai num Baile, a Vera Fischer era Miss, e era aqui de Blumenau, mas eu não sabia nem que tinha Miss Brasil, e nem sabia que a Vera Fischer era Miss, muito menos aqui de Blumenau, não sabia nada. Na clandestinidade a gente não sabe nada, nem lê coluna social. O Capitão Homero vai num Baile e está a tal da Miss Brasil e pede a ela pra dançar com ele, e ela se*

RELATÓRIO FINAL

recusa. Ele chega na cadeia na segunda feira e perguntou se eu conhecia a Vera Fischer? Eu disse que não, me chamou de mentirosa e me bateu no rosto, como que eu não conhecia se ela era Blumenau/SC e eu era de SC. Como se eu tivesse obrigação de conhecer a Miss Brasil. Apanhei na cara porque não conhecia a Vera Fischer. Na verdade apanhei porque ele tava com raiva porque ela não tinha dançado com ele, pra mim parece folclore. Não dá pra acreditar, tem umas coisas que não dá pra acreditar, só pra quem passou pela cadeia pra acreditar.

Dr. Naldi: *Derlei fala um pouquinho sobre a detenção em Florianópolis, anterior a de SP?*

Eu fui presa rapidamente em abril de 68, quando teve o massacre da Praia Vermelha no Rio de Janeiro. Fui detida e levada pra casa pessoal do General Vieira da Rosa, dormi no quarto da filha dele. Fui detida em Ibiúna, tava o Jerônimo, a Rose (que estão aqui presentes). Fui detida em no dia 05/12/68, quando então fomos levados pra Biguaçu, porque estávamos numa manifestação na frente do Teatro Álvaro de Carvalho, porque tinha uma formatura da Engenharia, e os amigos da engenharia tinha convidado o General Costa e Silva para ser o paraninfo, e nós então organizamos uma manifestação na frente ao Teatro Álvaro de Carvalho e o General Vieira da Rosa mandou nos prender e nos levar pra Biguaçu, que era pra gente não incomodar na ilha. Então é a turma de Biguaçu, fomos todos presos em Biguaçu. Eu tinha 20 pra 21 anos.

Quero deixar um esclarecimento aqui: “hoje eu faço livremente e faço piada, porque 30 anos de tratamento psiquiátrico me ajudaram a superar”.

O Zanete não foi preso, porque eles estavam procurando a Maria Aparecida, e ela era muito parecida comigo mesmo, a roupa dela servia em mim. Depois ela foi presa no Rio, única diferença era que o queixinho dela era bem fininho. Ela era muito parecida comigo, então eles acharam que eu era ela, eles não acreditavam que eu era Derlei Catarina De Luca. Na época não tinha internet, então eles foram no IBGE para conferir o município, aí chegaram e perguntaram assim: quem é o prefeito? Ascendino Pavei. E o vigário? Bernardo Junks, e aí conferia com que tinha dado no do IBGE. Então aí que eles começaram a imaginar que poderia ser Derlei Catarina De Luca.

Porque razão você acha que você foi presa?

Maria Aparecida Costa era militante da ALN, e aparecia nos cartazes, eles confundiram realmente. Eles me confundiram duas vezes, uma vez ai nessa prisão que eu apanhei por conta da Maria Aparecida e depois passado 03 anos, eu já tinha feito tratamento, já tinha ido pra Bahia, já tinha tido um filho, e eu tinha casado com o nome de Maria Luiza Vitali, tinha toda documentação bonita, certinha, casamento, tudo bonitinho, filho registrado. Eu era Maria Luiza Vitali, não era mais Derlei Catarina de Luca, mas tinha passado um engenheiro baiano, de novo um engenheiro na minha casa, que ia para o Uruguai e ele foi preso. E ele quando foi preso, ele entregou essa casa onde eu morava em Londrina, dizendo que ali morava Derlei Catarina De Luca. Quando eles chegaram, encontraram Maria Luiza Vitali com toda a documentação bonita, certinha. Não me prenderam, levaram o marido pra explicar se ele tinha uma amante chamada Derlei Catarina De Luca. Era um policial federal, o policial federal que não me prendeu porque eu tava com a documentação certinha, ele depois respondeu um inquérito administrativo por não ter me prendido. Eu tenho

a documentação toda do inquérito que ele respondeu pelo fato de não ter me prendido. Mas ele foi pra prender Derlei Catarina De Luca, e eu tava com toda documentação certinha. Então assim, uma vez eu fui presa com o meu documento verdadeiro, apanhei pela Maria Aparecida da Costa, e da outra vez que eles estavam procurando Derlei Catarina De Luca, eles não me levaram. Pra ver que eles não tinham bola de cristal, e não tinha internet naquele tempo. Hoje é mais difícil a clandestinidade. Eles nunca chegaram a saber da minha participação, só depois, quando outras pessoas, anos depois quando foram presas e disseram. Nós somos da Ação Popular. O nosso grupo não era do grupo armado. Ontem eu estava aqui na homenagem ao Paulo Stuart Wright, que conheci quando era menina, tinha uns 10 anos. É triste o que aconteceu com ele, mais pela família dele. Eu torço muito para que as Forças Armadas se sensibilize e digam onde estão os restos mortais de Paulo Stuart Wright? A gente sofreu muito com isso, por ser cristão, o ser humano não tem direito de tirar a vida de ninguém. Como eu gostaria que as Forças Armadas, não sei. Gostaria que os restos mortais de PSW tivesse um sepultamento digno.

Derlei, porque você foi presa?

Porque questionava o regime, e quem quebrou a ordem a ordem constitucional foi o exército, não fomos nós. Nós usávamos o legítimo direito de protestar contra um governo que não tinha sido escolhido pelo povo. Nós tínhamos o direito de protestar, nós tínhamos o direito de manifestar a nossa repugnância contra a ditadura. Na época não podia fazer esse tipo de reunião aqui, não podia ler jornal, não podia nada, até o Chico Anísio foi tirado do ar. Eles tinham um medo de estudante!

Depoimento: Marlene de Souza Socas

Meu nome é Marlene de Souza Socas, eu sou de Laguna/SC, e vim morar em Criciúma, e de Criciúma eu fui pra SP, por motivos profissionais, eu já era cirurgiã dentista, e fui pra SP pra fazer aperfeiçoamento nessa minha área de trabalho. Acontece que antes de eu ir pra SP, eu conheci aqui em SC, numa viagem de Laguna a Florianópolis, o Paulo Stuart Wright, então foi através do PSW, que acabei adquirido uma consciência política, porque eu sempre fui desde criança tocada pelas desigualdades que haviam na sociedade. Como eu não era comunista e não conversava com comunistas, eu não sabia explicar e não sabia onde estava a causa dessas desigualdades, e nem tinha uma certeza e uma direção histórica de como acabar com essas desigualdades, eu não poderia imaginar que elas poderiam ser acabadas. E a partir do Paulo, a partir das conversas com o Paulo, o mundo começou se abri para mim. Comecei a estudar Marx, Lênin, Engels, e o preferido do Paulo, Mao Tse Tung, de certa forma eu apaixonada também pelo MAO, e muito estudiosa de todas as revoluções. A revolução Russa de 1917, a revolução Chinesa, a revolução Cubana, a revolução Vietnamita, e todas as demais que já tinham ocorrido e que estavam por ocorrer, etc. Aí eu entro no mundo do Marxismo e começa pra mim a se vislumbrar um mundo maravilhoso, a visão da dialética e justamente essa dialética é que mostra porque que nós ontem presos, torturados, assinados, com os cadáveres ocultados, nós podemos estar aqui hoje falando e tirando toda aquela história que estava embaixo do tapete, e que nós queremos remover tudo que está embaixo do tapete, mesmo que o corpo do Paulo jamais seja encontrado, tantos outros desaparecidos que ainda estão nessa situação, mesmo que seja do fundo cristão, ou do fundo político, não é que não tenha importância, tem, tem uma importância histórica. É importante também a gente ter o seu ente querido ali

RELATÓRIO FINAL

sepultado, mas é importante a luta continuar com todos nós em frente, mesmo que os nossos desaparecidos não sejam resgatados. Eu fui presa em função da luta do povo brasileiro que estava resistindo a ditadura militar. Ditadura não só militar, mas sim civil, porque os empresários tomaram uma parte muito importante, a parte civil e militar. A parte civil da sociedade brasileira teve uma parte muito importante inclusive financeira. A Operação Bandeirante pra onde eu fui levada e torturada, e que a Derlei também foi, ela era financiada por empresários não só brasileiros, mas multinacionais, um deles executado pelo comando guerrilheiro. Eu sequestrada na Av. São João, eu tinha ido pra lá para fazer estudos de odontologia e acabei me envolvendo em parte por ter conhecido o Paulo aqui. Estava tentando entrar na Ação Popular, quando eu despertei para o mundo da revolução, para o mundo da possibilidade de uma revolução, eu também quis dividir com as pessoas essas ideias e atraí outras pessoas que também já estavam ou participando, ou querendo participar da luta armada. Como a Derlei frisou a Ação Popular não estava realizando ações armadas embora aceitasse a possibilidade, que até as igrejas defendiam, a possibilidade de todo povo oprimido, humilhado, explorado, tem o direito de pegar em arma, se for necessário. Essa era a visão da Ação Popular, mas empolgada com outros que eu conheci acabei também me envolvendo com a questão da luta armada. Conheci um monte de pessoas, conheci o Bacuri que foi torturado durante 109 dias, antes de ser assassinado. Conheci a família da Denise Crispim, filha do José Maria Crispim, do Partido Comunista Brasileiro, que foi constituinte de 1946, a esposa dele Encarnacion Lopes, que eu vim encontrar lá nas celas de tortura, tava sendo torturada, passei alguns dias sendo torturada, e depois acabei por grande surpresa, quem eu encontro lá? Encarnacion que também estava sendo presa pelo Bacuri, eu também apanhei bastante para dar conta do Bacuri. No primeiro momento, umas das coisas que a minha bolsa de mulher vai uma porção de coisarada, eu tinha ali um postal do Paulo que ele tinha me mandado, e eu beijei e sujei de batom, ficou a marca dos meus lábios. E quando esvaziaram a minha bolsa eu vi aquele postal ali, eu procurava no assunto e nem na pessoa que tinha me mandado, porque tinha a impressão de que aquela ideia poderia se materializar e transmitir pra eles alguma possibilidade que eu conhecesse Paulo Wright, e também dentro da minha bolsa estava um bilhete de Marcos Arruda marcando um encontro para tal dia, em tal lugar, há tantas horas. Me deixaram ali naquela sala, não vi mais esse bilhete, aliás até tinha esquecido desse bilhete, porque a gente não era preparado pra aquele tipo de coisa, não éramos profissionais, caímos numa luta armada sem a devida preparação, e isso conto por conta de responsabilidade, das pessoas que nos envolviam naquilo ali, a gente se envolvia também, nunca fui inocente útil, nunca fui coitadinha, mas teria que ser uma coisa bem pensada, tem muita coisa a ser discutida nessa questão da luta armada. Também não sou contra a luta armada, mas estive envolvida nela até em 69, em 69 que eu percebi que o pessoal da luta armada estava num redemoinho de gato e rato, estavam caminhando pra uma armadilha, ou seja, estávamos nós na clandestinidade precisando de comida, casa, dinheiro pra transporte, ou pra remédio, alguma coisa assim. Esse dinheiro era buscado aonde? Nos bancos, pelo pessoal de ação armada. Quanto mais se assaltava bancos pra nós termos condições de sobreviver, mais os militares perseguiram os assaltantes, de tal forma que a luta política, a luta de massas, a luta que eu aprendi com o Paulo Wright, aquelas ideias que ele me passou, a luta da classe operária não tava sendo encaminhada justamente por essa amarração da luta armada. Em 69, eu quero deixar registrado, porque já houve gente que foi executado por discordar, isso aconteceu com a ALN, há tem depoimento de um militante da ALN chamado Clemente, ele

mesmo executou um camarada, um companheiro, por discordar, fazer questionamentos ao encaminhamento da luta armada, isso não aconteceu comigo, felizmente, porque eu questioneei sim, e pedi explicações. Onde está a nossa luta a nossa política? Onde está nossa luta de massas? Porque não queríamos só derrubar a ditadura, nós queríamos também fazer a revolução socialista, eram duas tarefas que nós carregávamos com a gente. Como o pessoal da luta armada não tinha uma resposta pra dar, ou não sabia, ou não tinha refletido muito, eles acharam que eu estava divergindo dos princípios da organização, que naquele momento era Vanguarda Popular Revolucionária, cujo um dos expoentes mais conhecidos era o capitão Carlos Lamarca. Conheci bastante a Iara Yalberg que era companheira dele, que foi assassinada. Então nesse momento, em 69 eu me despedi do pessoal da ação armada pra poder realizar o meu trabalho político, e eu fui trabalhar em fábricas, para conviver com os operários, para entender o que significa a exploração, o que significa dificuldade, alguém ter que acordar ou fazer a sua marmita de véspera e levar para o trabalho as 5 horas da manhã, pegar duas, três conduções pra chegar até o trabalho e lá sofrer uma opressão, de ter que ter hora pra ir no banheiro, hora pra comer, hora pro café, tudo era tudo bem determinado. Era um exército de pessoas, tinha que ter uma disciplina férrea. Eu não era originária da classe operária, mas foi muito importante, e era uma das determinações da Ação Popular essa ida para o trabalho na fábrica ou no campo para que a gente sentisse na carne, porque é muito fácil falar de exploração, de fome, quem nunca passou exploração no trabalho ou fome. Eu passei de fome quando participei da greve de fome e senti o que é, 10 voltar a comer a gente uma fome que não termina nunca, não sacia facilmente. Essas experiências que eu tive tanto no campo, e trabalhando com fumo aqui em SC, me valeu muito pra sempre me manter firme que apesar de todos os sacrifícios, nós passamos sacrifícios de alguns dias e semanas, e meses de tortura e mais alguns anos de prisão, mas sempre os trabalhadores do campo e da cidade sofrem muito mais, sofrem a vida inteira. Então, nunca eu tive pena de mim, nunca me arrependi de tudo o que aconteceu e se tivesse que fazer tudo novamente eu faria, procurando fazer melhor. Por conta de que eu fui presa? Isso que me movimentava na luta, que me fez ingressar, mas como eu fui presa? Quais as condições? Eu voltei pra SC porque o Paulo Wright estava indo pra China, e nós íamos ficar separados cerca de uns 6 meses, e eu vim pra SC pra botar minhas ideias em ordem porque eu estava saindo da luta armada, tinha me despedindo deles. Quando chegou uma data aproximada que eu deveria me encontrar com o Paulo, a gente tinha um local de encontro, uma hora e a possibilidade da gente se encontrar de semana em semana, no mesmo banco da Praça Clovis Bevilacqua em SP, tal dita hora, tal hora, se ele não aparecesse naquela semana, tinha a próxima pra que a gente retomar o contato, mas acontece eu ainda tinha algumas pessoas conhecidas da luta armada, e é um deles que foi preso, vários deles caíram, foram presos, estavam sendo torturados e a tortura é uma arma realmente muito eficiente e rápida pra se conseguir as informações, e é por isso que muita gente morre porque eles vem com muita violência pra cima da gente, e eu fui entregue por esse companheiro que depois ele confessou: Marlene eu não resisti, porque como eu estava tentando resistir, chamaram esse companheiro e disseram: diz pra ela não adianta resistir que ela vai acabar falando. E Ele foi muito digno, ele disse pra mim: eu não consegui, foi só isso que ele disse, mas estava nas entrelinhas. Se puderes, se conseguires vá em frente. Eu fui presa umas 3 ou 4 horas, quando ele me levou os policiais ao ponto de encontro, imediatamente fui posta num carro, ele no outro, não consegui mais do que olhar pra e ele pra mim tentando conversar com os olhos pra pegar alguma coisa, algum ponto, que servisse em de defesa. Fui presa na

RELATÓRIO FINAL

Rua Tutóia, uma delegacia, onde funcionava a Operação Bandeirante, que era um órgão clandestino do exército, financiado pelos empresários brasileiros e internacionais, principalmente internacionais. Está fartamente documentado no filme “Brasil nunca mais”, era bom que todo mundo assistisse esse filme. Era umas 3hs, parece que o nosso encontro era as 3hs / 3.15 h, fui levada pra sala de tortura, e começa as torturas pela famosas palmatórias, a Derlei disse que era em cima de uma mesa, comigo não, dava a mão, a outra, aí eles se preocupavam de não quebrar nenhum dedo. Então quando eu dava a minha mão assim, eles diziam estica que é pra não quebrar, passa no cabelo que pra não fazer não sei o que, e eu ia passando. A palmatória é assim, ela estoura os vasos como a Derlei falou, vai estourando, vai rebentando artérias, pequenas veias que a gente tem embaixo da pele, há uma hemorragia, parecia que a gente ficava com luvas roxas até aqui, e as articulações ficam inchadas, a gente não pode segurar nada, alimento nem pensar, não era hora de pensar em comida, mas não daria. E os pés também, minhas mãos já estavam vertendo aquele liquido que a Derlei falou, já estava vertendo por aqui assim, uma água rosada, mistura de sangue, talvez suor, não sei, um soro que estava vertendo por aqui. Então começaram nos pés, eu tive que subir em algum local mais alto, eu tinha que dar um pé, outro pé, e aquilo foi se prolongando. Depois me fizeram sentar na cadeira do dragão, que a Derlei já relatou com um detalhe que ela não mencionou, eu vou mencionar, o assento era metálico, e nós éramos despidos completamente, a primeira coisa que eles faziam era tirar toda roupa para nos quebrar o moral, pra baixar, pra deixar a gente confuso, desnorteado, envergonhado. Então, a gente senta naquela cadeira, na parte metálica que potencializava os choques, não era somente para ficar amarrada, era pra dar choques. Então enrolaram o meu dedo mínimo, eu tava com pés e mãos atadas, e no dedo mínimo amararam um fio, e outro fio passava então pelo corpo inteiro. Quando eles achavam que o choque era pequeno, qualquer coisa, eles jogavam água também para potencializar o choque. Depois vai para o pau de arara, o pau de arara a Derlei mencionou, a cadeira do dragão, ela disse, eu não sabia, que vem da inquisição. Instrumentos de torturas tenebrosos que vem da Inquisição. Essa tortura do pau de arara vem da época escravidão, onde o africano era imobilizado completamente, ela falou, na posição de frango assado, as mãos e os tornozelos presos juntos, passando pelas dobras dos joelhos, e ali nos joelhos era passado uma barra de ferro que pudesse segurar o nosso corpo. O escravo era amarrado assim no chão e era chicoteado pelo seu feitor. Nós éramos pendurados no pau de arara e chicoteados pelo choque elétrico. Essas torturas não vinham separadas, elas estavam juntas com outras também. Uma delas é que a gente fica com a bunda pra cima, o corpo cai, porque a gente ta pendurado, a cabeça cai, e a bunda está toda encolhida, gente encolhe as pernas os órgãos genitais ficam ali expostos e é ali que eles trabalham: testículos, pênis, vagina, anus. De tal maneira que um estudante de medicina chamado Chael Charles Schreier, que tinha passado por ali alguns anos antes de mim, faleceu, morreu, foi assassinado, porque enfiaram no anus dele algum objeto, tipo um cacete de polícia, e evidentemente ele dilacerou seus intestinos e arrebentou artérias calibrosas, houve uma hemorragia intensa, ele não foi socorrido a tempo, ele veio a falecer. No pau de arara houve outro caso chamava-se Merlino, ele ficou muito tempo no pau de arara e na medida que o pau fica no meio dos joelhos, a circulação toda fica impedida de acontecer. Então não havendo circulação não há oxigênio pra células e nem para os músculos, e as carnes apodrecem. E esse menino faleceu dessa maneira, não recebeu atendimento por ter permanecido muito tempo no pau de arara. Então quando há uma morte repentina de um dia pra outro, como eu

suponho que o Paulo Wright tenha sofrido isso, que ele tenha falecido em dois dias, três dias, quatro dias, acho que ninguém tem certeza, parece impossível que de tanta pancada se consiga matar uma pessoa assim. A mesma coisa que Vladimir Herzog que entrou andando, ele pertencia ao Partido Comunista Brasileiro, foi convocado pra depor, isso já em 75, e lá ele morreu em torno 24hs ou 48hs ele morreu. Então simularam aquele suicídio, aquele enforcamento, que acabou provocando uma série de reações por parte da sociedade brasileira, e que levou a queda de um general lá qualquer, Dilermando parece, que era chefe de qualquer coisa ligada a segurança ou a tortura, qualquer coisa assim. Eu relatei pra vocês esses tipos de torturas que eu passei, mas estava na minha bolsa além daqueles objetos, uma porção de endereços de meninas que trabalhavam na fábrica com quem eu iria manter contato. Eles me deixaram sozinha ali talvez pra ver como eu reagia quanto ao conteúdo da minha bolsa. E eu fiquei bem quieta, porque eu imaginei eles estão me espionando, então conforme mexesse tava ali o postal do Paulo, e eu tava ali tentando mentalizar que aquele postal ali não fosse percebido, porque não era difícil de imaginar, um postal que tá comigo, que tá sujo de batom, com o formato do meus lábios, era porque eu tinha beijado aquele postal, e tava o nome do Paulo, mas eles também não perguntaram, e aquele postal passou e ficou, felizmente, eles não tiveram absolutamente nenhuma possibilidade de me relacionar com Paulo Wright, e isso passou. Mas tinha um bilhete, não assinado, que dizia assim: para me encontrar em tal hora, tal dia, tal hora, que era do Marcos Arruda e eles focalizaram naquilo, e eu não tinha como fazer desaparecer aquela prova, tentei mentir de todas as maneiras e quanto mais eu mentia, mais eu enrolada eu ficava, porque eu não estava acostuma a mentir, eu nunca menti desde criança, fui ensinada a não mentir, a sempre ser honesta e contar a verdade. Não era de uma hora pra outra que eu iria trabalhar com teatro, com intenção, com isso com aquilo, e ali era necessário, eu estava lidando com os meus inimigos, eu tinha que saber mentir, não soube. Não soube mentir e eles me pressionando para levar ao encontro do Marcos. A questão do tempo de tortura, eu acho importante a gente relatar: eu fui presa umas três e meia mais ou menos, fui levada pra rua Tutóia, onde funcionava a Operação Bandeirante e lá, devia ser em torno das 4hs que começa a pancadaria, 4hs da tarde, 16hs. Eu só me lembro que no fim do período daquela equipe, que a Derlei também relatou, que eram três equipes, elas trabalhavam 24 por 24hs, e quando eles terminaram eram 6 h da manhã, quando eles me jogaram, me levaram até a cela, eu ali desmontei como se fosse um saco de batatas, desmontei. Não sei se dormi ou não dormi, eu sei que as 8hs, 2hs apenas de descanso, eu tinha sido torturada das 4hs mais ou menos da tarde até 6hs da manhã do dia seguinte. As 8hs a segunda equipe já foi me buscar, que era do Capitão Albernaz, a Derlei já relatou o nome dele, que era sádico, sádico, doente esse homem. Fui descansar eram umas 4hs da madrugada do mesmo dia. Então 8hs da manhã até as 4hs do outro dia. Eram sessões prolongadas, muito difíceis, eram coisas onde a gente lutava pela vida, esgrimia, de tal forma o cérebro ficava tão concentrado naquela relação que eu não me lembrei de ter feito xixi, não lembrei nunca de ter ido ao banheiro pra fazer cocô, não tive sede e muito menos fome. Também eles não davam alimentos para quem estivesse sendo torturado porque evidentemente poderia causar uma convulsão, alguma coisa com vômitos e talvez até sufocamento, e o cérebro ficava tão concentrado naquela situação. Acabei por fim, não resistindo mais e concordei em levá-los ao encontro com o Marcos Arruda. Durante o trajeto eu ia mancando por causa das palmatórias nos pés que já tava com uma bolha muito grande, que durante 6 meses aquela bolha ainda durou, eu tava andando como uma pata choca, com o pé de lado eu não podia botar a palma dos pés

RELATÓRIO FINAL

no chão. E eu fui para aquele encontro com o Marcos, como é que vou fazer pra morrer, como é que vou fazer pra me matar, eu não posso entregar o Marcos, eu não podia entregar o Marcos de jeito nenhum, mas eu tava caminhando pra isso, eles atrás de mim com as armas engatilhadas e eu pensando, vou me jogar embaixo de um carro, aí escolhi um carro, não o carro é pouco pode não me matar, vou escolher um ônibus, mas o ônibus é tão terrível, tão pesado, e assim eu fui tentando conversar comigo mesma, eu olhava para os lados a coisa mais fácil era me jogar pra um carro, mas eu não sei se é o instinto de vida que fala mais alto. Eu fui covarde e eu não consegui morrer pelo Marcos Arruda. Levei os policiais até o ponto de encontro e o Marcos se aproximou, e foi preso. O meu desespero em relação ao Marcos, não era por ele, por um companheiro que estava acabando de levar a polícia a um encontro com ele, mas também porque eu me achei incapaz de continuar a luta. Eu comecei a me sentir indigna de lutar, de participar da luta pelo povo brasileiro, contra a ditadura e pelo socialismo por uma revolução socialista. Eu comecei a me sentir incapaz, eu não posso mais, eu também não podia mais me encontrar com o Paulo. Como é que uma mulher covarde como que tinha sido tão frágil e não tinha sabido morrer até aquele momento, como é que eu poderia continuar na luta, eu me sentia incapaz. Então esse era o sentimento. Essa pra mim foi a maior tortura que dura até hoje e certamente vai morrer comigo, mas não me importa o que os militares fizeram comigo, importa o que eu mesma fiz comigo, é uma situação que existiu, passei por ela, mas felizmente eu não me deixei derrotar, eu continuei assim que eu me equilibrei novamente, mesmo dentro da cadeia eu continuei a luta. É importante a gente estar numa situação de cerca e aniquilamento que é uma prisão. Nós estamos prisioneiros e os torturadores estão todos do lado de fora. Eu fiz o seguinte: o que é que eu pude fazer? Escrever cartas. Até umas companheiras brincavam comigo, a Marlene é o nosso Pero Vaz de Caminha do nosso coletivo de mulheres, porque eu escrevi. Eu deveria prestar depoimentos frente a um tribunal militar, porque nós éramos julgados por um tribunal militar, nada de tribunal de júri popular, isso não existia, era o tribunal militar. Então as companheiras achavam que eu devia dar uma de ignorante sem saber direito o que estava acontecendo, e eu fui. E a minha advogada falava muito. “ porque a Dra. Marlene, assim e assado, porque a Dra Marlene assim, assado.” E o juiz quando deu a sentença disse: “Pra a Dra. Marlene a pena máxima do art. da lei, 14 da Lei da segurança nacional”. Eu disse: há muito bem! Então quando eu voltei para o presídio, eu disse, vou relatar tudo que eu gostaria de dizer na cara daqueles caras lá, e não disse porque o coletivo de mulheres ali das prisioneiras achou que eu deveria falar o mínimo possível, porque não tinha plateia também, não tinha jornal, não tinha nada ali, nem televisão, nada, nada que pudesse registrar. Nem sei se eles registrariam. Então raciocinando dessa maneira, elas acharam que eu não deveria me aprofundar nessa questão frente aos golpistas. Eu obedeci embora não concordando. Tentei passar aquela figura de uma pessoa um pouco alienada, mas como eles me deram a pena máxima, eles compreenderam que eu não era tão alienada. Quando eu voltei para o presídio não demorou muito, eu comecei a elaborar uma carta pra eu mandar para alguns órgãos importantes da sociedade brasileira e pra Anistia Internacional. Ai a minha advogada disse: mas Marlene. (porque eu pedi pra ela levar para o juiz auditor de guerra), ela disse: “Marlene eu estou tentando te tirar e se tu colocas essa carta tu vais pegar mais 10 uns anos de cadeia”. Eu respondi: eu pago mais dez anos de cadeia, pago, mais essa carta tem que sair. E nem paguei 10 anos a mais. Absolutamente, eu cumpri 2 e 4 meses só um pouquinho mais além da minha pena. Nem foi por causa dessa carta porque os próprios militares acho que nem deram

pelotas pra aquilo ali, de certo jogaram no lixo, só que essa carta foi parar. e o Paulo Wright deve ter visto essa carta, o James Wright, que era irmão do Paulo Wright, era bispo da Igreja Presbiteriana, e o Dom Evaristo Arns da Igreja Católica, eles formaram um conjunto de religiões, parece que era Conselho Mundial de Igrejas, uma coisa assim, também não sei quem que começou, eu sei que foram se avolumando as denúncias, foram se avolumando. Uma das coisas que fez mudar a posição das Igrejas, que a Igreja Presbiteriana aqui nessa assembleia curvou a cabeça para os ditames do imperialismo norte americano que queria, porque queria a cabeça do Paulo Wright. Porque? Porque ele se recusou a lutar na Guerra da Coréia. Porque que o Paulo tinha sentimentos cristãos de não matar, de não tirar a vida de ninguém? E ele respondeu ao governo americano que ele era contra a guerra, porque a guerra era contra os seus princípios cristãos e ele não iria matar ninguém do outro lado do mundo que não tinha feito nenhum mal pra ele. Em vista disso ele foi considerado desertor, em vista disso ele também foi perseguido. Em vista disso que o embaixador Lincoln Gordon veio pra cá 11 dias antes do Paulo ser caçado. Pra vocês terem uma ideia dessa briga, que eu acho que os EUA tinha, essa ganância de pegar o Paulo, e triturar o Paulo. O Paulo foi caçado no dia 9 maio. O golpe foi dia 1º de abril, dia 9 o Paulo já tava caçado. O Juscelino Kubitschek que tinha sido ex-presidente só foi caçado em junho ou julho, só pra vocês terem ideia a sede com que o imperialismo vinha pra pegar o Paulo. Infelizmente essa Assembleia Legislativa curvou a cabeça, e sem preocupação nenhuma pela vida de uma pessoa, concordou em caçar o Paulo. E a Igreja Presbiteriana também, acho que se acovardou, se amedrontou, ou achou que era um grande poder que vinha lá dos EUA, e expulsou o Paulo das suas fileiras. Então sendo expulso da sua igreja, sendo caçado pela Assembleia, o Paulo ficou completamente desguarnecido, ficou exposto e teve que fugir do Brasil. Eu comecei uma correspondência com ele quando ele me mandou coisas do Chile, me mandou coisas da Suíça, mas parece que ele estava no México, era um triangulo que ele fazia para se comunicar comigo aqui no Brasil antes de eu ser presa, antes da morte dele. Eu sai da cadeia em 72, vim pra cá pra Criciúma, porque? Porque o Paulo estava tentando entrar em contato comigo, tava me mandando cartas pra cadeia, eu ficava apavorada. Parecia que o Paulo não sabia com quem estava lidando, mandando cartas pela carcereira, mandando bilhete pra mim na prisão. Eu consegui mandar recado pra que ele não fizesse isso, porque os torturadores não sabiam que eu tinha nenhuma ligação com ele. E quando eu saio da cadeia que vou pro Rio de Janeiro pra casa de uma ex prisioneira também, Maria Barreto Leite, companheira inesquecível, ele vai lá no Rio de Janeiro me procurar, não nos encontramos, aí eu fujo do RJ pra São Paulo, pra fugir também do possível encontro com o Paulo. Porque que eu queria fugir? Porque eu tinha certeza que alguém estaria me vigiando, era possível, nada poderia provar o contrário, claro que estava sendo seguida. Eu não vi alguém me perseguir, mas eu tinha uma pressuposição. Então fugi do Rio, voltei pra SP, fiquei na casa de um casal que me deu abrigo. Porque a minha intenção era permanecer em SP. Aí o Paulo telefona, descobre o telefone e vai e telefona pra lá. Quando eu percebo na frente da casa tinha dois carros normais, não tinha nenhum emblema e três homens em cada carro, e que ficavam o dia inteiro postados ali na frente casa e se por um acaso eu saísse para ir a algum lugar, ou fazer alguma compra no mercado, ou ir fazer um lanche ou ir até a auditoria de guerra pra responder as coisas que eram necessárias. Aqueles sectos dos dois carros iam atrás com 6 homens. Então se o Paulo se aproximasse de mim seria um verdadeiro desastre. Aí eu tive que fugir de SP e vir para SC, e passei numa Igrejinha onde havia um padre que nos ajudou muito durante a prisão. Eu falei

RELATÓRIO FINAL

com ele, só vim dar tchau, adeus ou qualquer coisa. To indo pra SC, ele disse: nossa, duas graças aconteceram hoje comigo. Uma é ver você em liberdade, segunda é saber que você vai voltar pra SC, porque eu vou lhe contar uma coisa: eu soube que eles estão querendo lhe seguir pra prender uma pessoa muito importante através de você. Então tinha que picar a mula o quanto antes vir pra cá, porque podia ter um desfecho diferente se eu permanecesse mais tempo em SP. Depois o Paulo tentou entrar em contato comigo, acho que marcou um encontro com a Derlei. Era eu, o Paulo e a Derlei numa casa, e a pessoa que ia nos receber disse: eu não vou aguentar três aqui na minha casa. E também parece que a Ponte Hercílio Luz ia ser interrompida, e o Paulo teve que logo ir. Isso foi antes da minha prisão. Eu passei por tudo isso, não me arrependo, não sinto dores assim de mim, não tenho dó de mim, absolutamente. A minha vida poderia ter sido cobrada naquela ocasião, poderia ter sido cobrada durante a cadeia que a gente participou de greves de fome, eu voltei para ser torturada na Operação Bandeirante por causa do Marcos Arruda, que quando ele levou os choques ele se contorceu todo, deu alguma coisa no corpo dele que ele se encolheu e entrou convulsões. Aí os torturadores foram lá tirar sarro. Ta vendo oh ele resistiu muito menos do que você, você resistiu muito mais do que ele, e eu não podia aceitar aquilo. Ao mesmo tempo que eu queria que terminasse a tortura do Marcos, eu sabia que não era assim, sabia que ele ia ter pela frente ainda muita tortura, mas eu não queria acreditar que em algumas horas ele tivesse entregue alguma coisa, vai falar, não poderia acontecer, e na verdade o que aconteceu foi isso, ele entrou em convulsão e tiveram que levar ele para o hospital imediatamente, e não poderia ser mais torturado porque ele poderia vir a falecer. Então foram lá no presídio, me pegaram e me levaram para Operação Bandeirante para ser torturada para que o Marcos falasse. Por assim, eu acho que são defesas que a gente desenvolve numa situação como essas. A gente aprendeu que a gente dava para se comunicar com a outra sala, isso fica uma ideia se acontecer com alguém. Na outra cela estava o Marcos. A parede tem uma caixinha de energia, então por ali nos aprendemos que a gente podia se comunicar com a outra cela. E na outra cela estava o Marcos, eu bati, fiz sinal, ele demorou muito a atender porque ele estava muito mal, muito mal. Ele me atendeu: Aí eu disse: Marcos, eu estou sendo torturada e vou gritar porque é impossível a gente levar um choque e não gritar, mas não fica impressionado porque eu já conheço esse ambiente, já conheço os torturadores, eu sei dos limites deles, e não te preocupa comigo, não fala nada porque não falei nada a teu respeito, eu disse que nós tínhamos um encontro apenas de amizade ou de estabelecer um relacionamento. Eu não falei absolutamente nada sobre qualquer atividade política, e assim eu acho que ele ficou mais fortalecido. Não tem importas, se eu for torturada não te deixes levar pelos meus gritos, eles não significam nada, faz de conta que não é nada pra ti, e te mantenha na tua defesa de não abrir a boca. E assim aconteceu! Dali eu fui levada de volta para o presídio. E tem um outro detalhe que a Derlei citou aqui, a questão do fichamento, eu fui presa no dia 10 de maio, que era domingo dia das mães, e eu só fazer o fichamento em outubro, então de maio até outubro eu também poderia desaparecer em qualquer lugar, em qualquer porção que a minha família não iria saber, ninguém iria saber, o que aconteceu com a Marlene Socas, é claro eu fui presa com documentos falsificados.

1) Questionamentos da mesa:

- a) *Marlene gostaria de saber se você também foi presa foi presa em SC?*

R= Não, só em SP, e foi só essa vez. Foi em 70, lá encontrei a Dilma Rouseff, estudando um pouco de economia Marxista. Eu saí em junho de 72, no final de uma greve de fome, e por isso que eu não saí do presídio, eu saí diretamente do Dops, porque nós entramos em greve de fome, nós fomos levadas para o Dops para sermos torturadas, eu e a Áurea Moreti, uma outra companheira que também entrou na segunda fase, isso tá bem descrito no livro do Maurício Politi, “Resistência atrás das grades”, com fotografias, parece que tem uma página que eu escrevi, claro que eu escrevi, e o que eu escrevi era pra quem? Escrevia para CNBB, para associação brasileira de imprensa, escrevia para Ordem dos Advogados do Brasil, escrevia para o MDB, e para Anistia Internacional. Foi tudo por baixos dos panos evidentemente. Eu só mostrei a cópia pra minha advogada pra ela levar para o juiz. Eu estou escrevendo isso para o juiz. Agora a cópia eu não falei, claro que eu tava mandando a cópia para o mundo inteiro. Houve depois uma certeza que as cópias foram enviadas, porque tem o livro “Brasil nunca mais”, na página 37, tá um pedacinho da minha carta quando descreve a tortura da cadeira do dragão, e embaixo no rodapé tem o meu nome, etc. Tenho certeza que a Anistia Internacional também questionou o governo brasileiro sobre essa carta, dessa pessoa que estava dizendo que estava sendo torturada, eu fiquei sabendo isso também só depois quando o Maurício Politi foi escrever esse livro “Resistência atrás das grades”, ele tentou fazer vários levantamentos, várias pesquisas, e encontrou esse questionamento para o governo brasileiro, então a carta realmente a carta chegou lá, e o governo brasileiro, claro disse que era invenção de comunistas e de terroristas.

b) E o presídio que você ficou presa?

R= Presídio Tiradentes em SP, que pra mim sendo dentista, ter o nome de Tiradentes no presídio era uma incongruência assim desastrosa. Como é que o nosso chamado herói da liberdade dá um nome a um presidido, mas são coisas da sociedade que os homens inventam, os homens criam, e assim como os homens criam, a gente também pode desconstruir. Nós criamos fazer um museu do presídio Tiradentes, era essa a nossa intenção e eu não sei se alguém manifestou e falou que eles derrubaram presídio, então conseguiram o portal, então ficou o Portal Presídio Tiradentes. Eu gostaria de dizer que tudo a gente aprende, tudo é uma lição pra gente, e o meu trabalho tem sido feito porque assim que a Dilma criou a Comissão da Verdade lá em Brasília, em Criciúma lá onde eu tava morando, há um tempo atrás, ainda na época da ditadura, na época do ditador Figueiredo, tava sendo discutido o Comitê Brasileiro pela anistia. A questão da anistia já foi levantada na cadeia pela Maria Barreto Leite, essa que eu falei que morava no Rio, e que me recebeu em sua casa. E as outras meninas da luta armada, muitos jovens. “Não os militares jamais vão dar anistia pra gente!”, mas havia uma outra mulher chamada Terezinha de Jesus Zerbini, casada com o General Zerbini, que foi fiel ao governo João Goulart e por isso foi colocado de pijama. Quando ela saiu da prisão, ela começa um movimento feminino pela anistia e tinha um jornalzinho chamado Maria Quitéria, assim que fiquei sabendo disso arrumei minhas trouxas fui pra SP. Terezinha tô aqui me apresentando com voluntária pra te ajudar nessa luta. Ela me deu uns jornaiszinhos, e vim para Criciúma e comecei a distribuir os jornaiszinhos dela. Daqui a pouco é criado o Comitê Brasileiro pela Anistia, então também em Criciúma a gente começou a luta pela anistia. Fizemos esse Comitê brasileiro pela anistia, fração secção de Criciúma e foi graças a essa luta que a Derlei voltou, Brizola voltou, Miguel Arrais voltou, Paulo Freire, tantos outros brasileiros, infelizmente Josué de Castro faleceu,

RELATÓRIO FINAL

*não pode voltar ao Brasil, e tantos outros voltaram, e o Brasil tomou já uma outra direção com a anistia. E quem que estava ali no Comitê brasileiro pela anistia? Sérgio Uliano, professor de história e eu também. E agora passado alguns anos a Dilma cria a Comissão da Verdade lá em Brasília e me chamaram para fazer um programa no rádio local, na rádio Eldorado lá de Criciúma. Eu disse assim: vocês permitem que eu leve um professor comigo que ele é sempre bem informado, chama-se Sérgio Uliano, parceiro do tempo do Comitê brasileiro pela anistia. Aí o Sergio foi, e estava sendo criado em SP um Comitê da Verdade lá da Assembleia Legislativa de SP, e quem era o assessor era o Ivan Seixas. O Ivan Seixas eu estive presa com ele, com a família dele, a mãe, as duas irmãs, nós convivemos muito tempos durante a cadeia e depois da cadeia também. Estabelecemos assim uns laços diferentes, gente é um laço de camaradas, é diferente dos laços familiares, é diferente dos laços amorosos, mas é um laço muito forte, muito precioso também. Aí eu pedi pro Ivan. Ivan me passa as dicas, me ensina o caminho das pedras, e ele me mandou um projeto por e-mail, e criamos lá em Criciúma, uma Comissão da Verdade que a gente resolveu chamar “Coletivo de Memória Verdade e Justiça João Batista Rita”. Quem foi João Batista Rita? Foi um menino de Criciúma, que foi estudante, preso, foi trocado por um embaixador, foi para o Chile, na época do “Allende”, com o golpe lá em 73, e com o bombardeamento do “Palácio de La Moneda”, em exatamente em 11 de setembro, quando explodiram aquelas as torres gêmeas lá em NY. Por coincidência em 73, dia 11 de setembro, a força aérea chilena, claro que com o monitoramento da Cia, bombardeou o palácio, com pessoas dentro, inclusive o próprio presidente. Em 11 de setembro depois em 2001, foram estouradas, implodidas aquelas torres gêmeas, que eu estou convencida que não foi Al Kayda, não foi ninguém que tivesse uma tecnologia tão esplendorosa de fazer demolir aquelas torres de aço, se não fosse a partir de um sistema de explosão da sua base, os aviões não seriam sido suficientes para derrubar. Então parece que alguns cientistas já estão percebendo que foram encontrados uma nanotecnologia de explosivos, coisinhas pequeninhas encontradas naqueles lixos que ainda estão lá daquelas torres. Então pra mim eu tinha certeza quando derrubaram. “isso é obra da CIA, só pode ser” !Não, não lá é o centro financeiro do mundo! Tem gente lá, morreram não sei quantas pessoas, e daí, aliás o **Irgum**, que é o outro ramo dos judeus, explodiram o Hotel Rei David, e havia ali uma parte de funcionários da Inglaterra, dos palestinos e dos judeus, e os próprios judeus mataram os judeus que estavam lá dentro , e daí? Eles não tem luxo nenhum, eles não cuidado nenhum, não tem respeito nenhum. Quando o imperialismo e o capital falam mais alto, as pessoas se transformam, deixam de ser pessoas, viram monstros, e eu estive nas entranhas desses monstros que foram esses torturadores.*

Depoimento: Rosemary Cardoso

Eu escrevi umas coisas, porque se não a gente dispersa muito. Esse tipo de depoimento, esse tipo de memória, como eu vi agora com a Marlene, traz muita coisa de dentro da gente. Quando a gente pensa, ou quando fala, ou quando rememora é muito dolorido pra gente. Então eu escrevi umas coisas do que eu pensei que seria o ponto de eu falar aqui. Quero agradecer a Derlei pela a oportunidade de vir a essa Comissão da Verdade. “Colaborar para que memórias dispersas e guardadas sejam gravadas em letras e imagens para serem vistas e lembradas e nunca mais repetidas. Estou aqui após algumas dezenas de anos porque acredito que essa memória histórica da ditadura, do passado, só tem valor se servir para transformar o

presente.” Nós éramos jovens de classe média, estudávamos na universidade, e lutávamos pela liberdade, democracia, socialismo. Liberdade e democracia que eram bandeiras já existentes no processo anterior que os militares destruíram ilegalmente pela força ao deporem o Presidente da República eleito pelo povo, e continuam por aí até hoje. Em 1968, eu fui presa pela primeira vez no Congresso de Ibiúna em SP. Depois no tempo de estudante continuei lutando como profissional para que a democracia voltasse através de partidos da ditadura e no meio desse processo fomos reprimidos, presos e torturados, na Operação Barriga Verde quando fui presa com mais 40 companheiros aqui no estado, sobre a acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro, trabalhando na Prefeitura de MDB, quando era então prefeito Pedro Ivo Campos, fazendo um trabalho de creches como assistente social. Começou a abertura democrática, nossas esperanças se ascenderam, começamos os novos partidos e foi uma surpresa muito boa quando entrando no PDT em 1980, encontro a Derlei no mesmo PDT, porque quando na época de estudante nós estávamos em organizações diferentes, inclusive não se acertavam, pra variar continuam não se acertando até hoje. O grande problema é que a gente não vai pra frente porque ninguém se acerta. Então a minha mensagem basicamente, eu vim aqui hoje por causa disso, a gente lutou, a gente sofreu e hoje muita gente continua lutando, muita gente continua sofrendo. Nós vivemos, 1969 parece que não ficou meio pra trás, acho que veio assim com toda vontade, pra cá, pelo mundo a fora, e eu me pergunto o que essa tortura, o que esse sofrimento, eu não sabia de todo sofrimento da Marlene, eu não sabia de todos os detalhes, eu sabia que ela tinha entrado nessa coisa, mas não sabia todos os detalhes. E hoje? Agricultores, trabalhadores sem terra, que lutam para terem o direito terem suas terras, que é um direito tão antigo como a civilização humana. O salário mínimo, existe tortura maior do que uma pessoa ganhar R\$ 680,00 e a outra R\$ 40,000,00 por mês, isso pra mim é uma tortura e continua hoje, e ninguém faz nada. As terras que são para serem desapropriadas para os trabalhadores que querem a terra, não são desapropriadas, e isso está na constituição. Eu não tenho a resposta pra isso, mas eu hoje vim aqui pra dizer que tudo isso que nós sofremos, toda essa luta que nós tínhamos pra que povo tivesse uma vida melhor, pra que houvesse uma participação, pra que houvesse mais igualdade, pra que houvesse mais direitos, que realmente fossem levados em conta, dá pra ser feito hoje. Os índios estão sendo mortos, estão sendo roubados pela enésima vez desde que os colonizadores chegaram aqui. As pessoas que moram nas cidades grandes, um dia eu vi na televisão essa mulher que tava lá falando, que ela demora duas horas pra chegar no trabalho para ir para o trabalho e duas horas para voltar, já são quatro horas que essa pessoa gasta por dia, mais oito horas que ela trabalha num trabalho que ela não gosta provavelmente, que ela é obrigada a fazer, e quem é que está falando alguma coisa sobre isso? Então essa coisa das pessoas não se unirem, essa coisa das pessoas irem aceitando tudo como vai acontecer, ah eu hoje ganho mais um pouquinho melhor pra mim, amanhã eu ganho mais um pouco. Eu queria finalizar dizendo o seguinte: “Só a verdade nos libertará”, vocês sabem quem falou isso? E ele continuou. “Ama a teu próximo como a ti mesmo”! Eu acho que seja lá onde for, seja o momento que for, o ano, o passado, o presente, nós temos que nos desafiar, fazer alguma coisa, pelo menos o que está na lei, pelo menos o que é da lei. Foi isso que eu aprendi, repetindo o que Marlene falou, eu não me arrependo, fico muito feliz que um dia na minha vida, a começar quando estava no primeiro ano de faculdade de serviço social, que fui trabalhar numa favela, quando espontaneamente eu dizia: tem que ter uma revolução. Não é possível, essas pessoas vem lá do interior pra vir para o hospital na cidade grande e ficam aqui e são expulsas da sua terra. Eu

RELATÓRIO FINAL

hoje sou uma agricultora, porque é a única coisa que eu acho que pode ajudar o ser humano, é que ele comece ter essa relação com a terra, a entender o que é produzir o seu alimento, até porque as pessoas que produzem o alimento não são também consideradas, sofrem lá o seu trabalho e é um trabalho meio escravo, e todas essas coisas que estão por aí, que nós podemos. Se a gente não consegue mudar, pelo menos sermos conscientes de que elas existem e que não está tudo tão bom assim.

Questionamentos:

- *Quando foi presa? Como você foi torturada? Onde foi torturada? Quem a torturou?*

ROSE - *A primeira vez eu fui presa foi em SP no Congresso de Ibiúna, lá a gente ficou uns 10 dias, mas não houve tortura, pelo menos pra mim não, não tinha tido o AI5, com o AI5 em 68 a coisa começou a entortar. Eu fui pra Joinville para trabalhar como assistente social em 1973, e comecei um trabalho de creches lá no Centro de Educação e Recreação Infantil. Em 1974, num trabalho que existia com o serviço social da Prefeitura e a Igreja Católica dos padres nos bairros, a gente pegou um folheto do ano da família, aquele era o ano da família, e nós decidimos fazer um questionário pra distribuir nas igrejas, e foi feito esse questionário, e numa reunião que a gente fez lá com um grupo de religiosas que era pra divulgar o trabalho, chegou lá no ouvido do.. eu não lembro o nome do homem, que era representante da Secretaria de Educação, e avisaram o Prefeito que aquela distribuição não podia ser feita porque aquilo era subversivo. Daí os questionários ficaram guardados, ninguém pode fazer, ninguém fez. Em fins de outubro de 75, a gente soube que prenderam o Mota, prenderam o Vladimir, isso a gente sabia. Os jornais também não davam nada, hoje que pelo menos os jornais mesmo que eles sejam tendenciosos, eles pelo menos existem alguns que não são a gente pode saber de algumas notícias, mas ninguém dava nada, o triste da história que naquela época a gente não sabia nada, quando dava, eles davam “os subversivos”, “prenderam os subversivos”. Então eu tava em Joinville trabalhando como assistente social, sabia que esse pessoal tinha sido preso. A minha história, é uma história bem simples. Uma semana antes eu morava sozinha com os meus filhos, meus dois filhos mais velhos, e chega esse fulano de olhos azuis, o negócio dos olhos azuis é que marcou bem, ele chega na minha casa de noite, um domingo a noite e pergunta: é aqui que mora a fulana? Eu bem inocente, também eu pensei.... “Não”, dizer, o cara chega na minha casa, dizer eu moro aqui, não né, não mora. Ele foi embora, e disse: to procurando a fulana e deu o meu nome. Não achei nada. Aí quando eu soube da prisão deles, então eu fiquei pensando... comigo não tem nada, eu já não tava mais do PC, porque já não tava concordando com algumas coisas deles, tava participando do MDB, pô eu não tenho nada com essa história aí. Quando eu soube da prisão deles eu fui tentar telefonar pra minha mãe pra saber como é que estava o meu irmão e fui na telefônica. Naquela época vocês lembram, quando a gente não tinha telefone, a gente ia na telefônica ligar, eu não podia ligar do serviço. Eu não sei porque a minha chefe disse não tu vai lá na telefônica, tinha alguma coisa, eles estavam assim meio escutando. Eu fui na telefônica e tinha um mezanino que a gente telefonava lá em cima, quando eu olho pra baixo, eu vejo o olhos azuis, eu digo ah bom já sei, é esse fulaninho aí, e fiquei toda meio apavoradinha, bom fui pra lá, a Dona Ana (minha chefe) disse: o negócio é o seguinte, vamos te esconder, vai pra casa do Bispo, fui pra casa do Bispo e fiquei um dia ou dois lá, depois ela me levou pra casa dela, fiquei uma semana na casa dela, nesse meio tempo o Pedro Ivo que era Prefeito de Joinville estava viajando pra*

*Alemanha, com essa história de cidades irmãs, e o vice-prefeito assumiu e por um acaso era amigo do meu pai, e era uma pessoa assim, que tinha uma visão do MDB bem avançada. Eu dizia: Dona Ana eu posso sair? Ela disse não, não pode sair, fica aí. Quando o Pedro Ivo volta e assume, essa minha chefe, D. Ana chega e diz: o Pedro Ivo disse que você pode sair. Eu saí e fui pra casa da minha amiga, ta aqui hoje, e fiquei lá aquela noite, no outro dia fomos para o trabalho, nós trabalhávamos juntas. Quando eu chego lá tinham três senhores me esperando, um deles os olhos azuis. Aí me levaram para delegacia, fiquei lá na delegacia até meio, depois me levaram para o batalhão, lá encontrei um outro rapaz que eu não conhecia, que também entrou no processo do PCB, me deixaram até 9 hs da noite, 9hs da noite veio a tal da condução, que trazia o pai do Rômulo que tinham prendido aqui em Florianópolis, e nos levaram para Curitiba, com o **bizoclão**, os tais dos óculos, e lá em Curitiba quando eu cheguei, então me levaram para uma sala e me deram tortura com o telefone, que eles botavam os fios e perguntavam, e fiquei lá em Curitiba uns 10 dias, e cada dia a gente fazia dois ou três interrogatórios com as equipes diferentes. Aí a gente voltou para Florianópolis, na policia federal tinha que assinar o depoimento com o Lucio, era o cara da policia federal com revolver. Fiquei presa de 12 ou 13 /11/75, foi antes da festa das flores em Joinville, acho que foi fim de setembro do ano seguinte, que eles fizeram um relaxamento de prisão da maioria das pessoas nesse período. E eu voltei pra trabalhar em Joinville, em fevereiro de 78 foi o julgamento e eu foi absolvida. Meu irmão ele realmente sofreu muita tortura, ele inclusive mandou carta para anistia internacional, ele pegou 4 anos de prisão, ele sofreu muito mesmo. Minha mãe faleceu nesse período, fui muito duro pra ela, dois filhos presos e principalmente o meu irmão que ficou muito tempo. Sempre aquela angustia de pedir ao STM, e pedir relaxamento de prisão, sempre aquela negativa, sempre negando. Eu volto pra Joinville pra trabalhar porque o prefeito lá tinha dado bastante apoio, mandava condução para esposas visitarem os maridos, etc. Voltei pra lá, em 77 depois que a minha mãe faleceu, aí eu fui ter uma grande decepção, aí eu fui entender a história do tal ditado, que eu acho que eu nunca tinha entendido, “o lobo vestido de cordeiro”. Eu acho que nós tínhamos lutado até então contra o lobo. Dali pra frente era contra o lobo vestido de cordeiro. O carinha que tava, os olhos azuis, era o chefe de gabinete do prefeito Luiz Henrique da Silveira do MDB, e ele era Tenente do batalhão, “AFONSO FRAIZ”, e eu fui ver na internet, ele continua nesse governo.*

Questionamentos para os membros da comissão:

- Em que consistiu a operação Barriga Verde?

Rose - *Muitas das pessoas que foram presas nessa Operação Barriga Verde estavam no MDB. Meu irmão por exemplo foi presidente da juventude do MDB, o Mota tava no MDB, eu tava no MDB. Muitas dessas pessoas dessa operação estavam no MDB.*

- O que foi a Operação Barriga Verde?

Rose - *Foram a prisão das pessoas que pertenciam ao PCB. Essas pessoas eram acusadas de pertencer ao PCB.*

- Era uma operação do exercito?

RELATÓRIO FINAL

Rose - *Era da policia federal, esse fulano que me espionava lá em Joinville era do exercito, ele era tenente eu acho do exercito. Quando nós chegamos a Florianópolis a gente estava sob a supervisão da policia federal. Tanto é que eu fiquei presa no hospital dos servidores, e tinha sempre uma policial federal comigo e a policia do estado também. Tinha um policial do estado no corredor no caso. Mas a operação barriga verde era contra PCB, mas muitas das pessoas estavam no MDB. Essa ligação, nós estávamos no MDB, e fomos presos, acusados de pertencer ao PCB, eu por exemplo já não era mais no PCB. Esse fulano que me prendeu no fim foi trabalhar no MDB.*

Questionamentos da plateia:

Jerônimo Vanderlei Machado: *hoje sou aposentado da UFSC, historicamente não só fui fundador jovem do MDB em 66 no combate contra a ditadura e pela democracia, e pertencia ao partido comunista com o irmão dela, evidentemente muito mais jovem que a gente, mas entrou para o partido comunista desde 68/69, se eu não me engano, mas na verdade a Operação Barriga Verde depois que a ditadura prendeu o Prestes, o pessoal do Prestes, as cadernetas dos comunistas, e tal, pegou nomearia de todo mundo, prendeu os comunistas de SP, MG, prendeu os de Curitiba, lá pegou o Vladimir, inclusive foi companheiro nosso aqui, militante junto com o irmão dela naquele período, aí veio para Florianópolis e prendeu 42 pessoas aqui. Eu particularmente só não fui preso porque eu já estava exilado em Paris, tinha saído daqui em 74, mas o meu nome estava na lista, tanto que, me demitiram, eu era funcionário do BESC foi demitido no processo da Barriga Verde, pelos inquéritos da policia federal e agora a alteração foi feita realmente contra os comunistas, que éramos clandestinos e os comunistas todos, a maioria, como irmão dela, eu, o Mota, o Vladimir, o Max, o Alécio, nós todos éramos na época militantes legais do MDB, porque o nosso partido era clandestino.*

Rosemary Cardoso: *Exatamente, mas a acusação era de pertencer ao PCB, mas como eu disse esse pessoal estavam todos no MDB. E o carinha que me espionava lá depois foi contratado como chefe do MDB. Esse que é o ponto pra mim, quer dizer, me levou muito tempo para eu entender tudo isso, e hoje nós estamos nessa situação que nós estamos vivendo, que não tão diferente, antes era o lobo, agora é o lobo vestidinho de carneiro, que não assusta, todo bonitinho.*

Sra. Lúcia: *você foi presa, quem eram as pessoas que foram presas? Você disse que um era militar, e os outros quem eram? Você foi levada pra onde? Onde era a tortura?*

Rosemary: *Não sei, eu não conheço!*

Sra. Lucia: *Eles eram de que órgão?*

Rosemary: *Não sei, eles estavam a paisana, esse pessoal não andava de órgão.*

Sra. Lucia: *Você foi levada pra onde? Onde foi a tortura?*

Rosemary: *Me pegaram no trabalho, estavam 3 caras me esperando, um que eu conhecia já, que era o tal fulano aquele, que ficou lá o chefe do gabinete, e me levaram para delegacia, porque eles também tinham uma coisa que eles tinham que ficavam vendo se era aquela pessoa, acho que por isso que ele foi lá pra me ver a coisa vinha lá de cima. Eles tinham que checar se era aquela tal pessoa. Eles*

andaram prendendo pessoa errado. Dali eu fui para o quartel, fiquei lá no quartel em Joinville e daí veio a tal da condução que nos levou pra Curitiba, depois a gente sabia que era do exército, quando eu tava lá presa eu sabia que era uma corporação militar porque no dia 19 de novembro tinha uma música lá que era coisa de quartel, então eu sabia que eu tava num quartel, mas no julgamento lá depois quando as coisas foram esclarecendo, a gente sabia que era alguma coisa militar.

Sra. Lúcia: *Você chegou a ser julgada?*

Rosemary: *Fui julgada e absolvida.*

Depoimento: Rosangela de Souza

Sou Rosangela de Souza, advogada, e a minha situação é bastante diferente das companheiras que foram ouvidas aqui, porque eu fui presa 3 meses após da lei da anistia, um momento político já bastante diferente. Por incrível que pareça fui a primeira presa política junto com os companheiros Adolfo, Hamilton Alexandre, Milton de Vasconcelos, Geraldo Barbosa, Ligia Geovanela e a Marize. Nós éramos todos estudantes, e eu particularmente acreditava que após a promulgação da lei anistia, uma lei que a gente não queria daquela forma, inclusive quando a lei da anistia foi aprovada houve uma coincidência, eu estava em Brasília, participei das manifestações, porque tinham umas emendas na lei da anistia que não foram aprovadas e uma das emendas era para que ela fosse ampla geral e restrita do ponto de vista dos perseguidos políticos. É bom sempre deixar muito claro porque que nós queríamos uma anistia ampla, geral e irrestrita. Naquela época não existia sequer a possibilidade de nós anistiar os torturados e os que usurparam de forma ilegal o poder em 1964. Ouvindo a Rose falar foi muito interessante porque eu entrei na universidade em 1975, e eu não fazia muita ideia do mundo que eu vivia. Eu entrei no curso de Letras, e foi na Operação Barriga Verde, eu estava em casa, um dia a noite, um amigo bateu na porta da minha casa, eu morava aqui no centro de Florianópolis já nessa época, ele chegou apavorado porque uma amiga dele tinha sido presa, era o Norberto De Pizzolati, e pediu assim: ô Lelê, ela está no Hospital, ali no Celso Ramos, vamos lá gritar o nome dela? Eu fui. Saí de casa e fui gritar o nome da Alice. Alice, Alice, era uma estudante que eu nem conhecia. Saí com esse meu amigo, fomos num fusquinha, estacionamos na frente do Hospital e começamos a berrar, não aconteceu nada. Berramos, berramos. E dali, eu já estava na federal, aí eu fiquei sabendo que um professor tinha sido preso, quer era o irmão da Rose, eu não conhecia a Rose, estou conhecendo agora. Aí comecei a me interessar pela questão política, e depois conheci a Maria Helena, arquiteta do IPUF. A Maria Helena era uma das líderes do movimento feminino pela anistia, uma pessoa que foi uma grande referência na minha vida, que eu era bastante jovem, me lembro dessas pessoas, é uma emoção grande encontrar essas pessoas aí. Maria Helena muito obrigada! O que eu sou hoje eu devo à vocês, e comecei a militar no Movimento Feminino pela Anistia, não integrada, mas aonde elas estavam com passeata, panfletando, distribuindo coisas, tava ali metidinha junto, me envolvendo junto com elas. Depois fui fazer o curso de Direito, fazia letras de manhã, e fazia direito a noite, e quando comecei a trabalhar passei no concurso público do Tribunal de Justiça, parei de fazer letras e fiquei só no curso de direito. Eu não era do partido comunista, primeiro eu fui do MEP, depois entrei no movimento pró-partido dos trabalhadores, brigava muito com a minha companheira Marize, ela era do partido comunista, e na prisão foi muito interessante, todos eram do partido comunista, a única pessoa que era do

RELATÓRIO FINAL

movimento pró-PT era fui eu, acho que eles se enganaram, eu nem era dirigente, eu não podia participar das entidade porque eu trabalhava o dia inteiro, eu era fui funcionária do Tribunal de Justiça, a jornada naquela época era 44 horas semanais, eu tinha muitas vezes trabalhar inclusive nos sábados de manhã, não era 40 horas ainda, eu trabalhava com os Desembargadores, então eu era servidora pública e estudante, e militava nas horas de folga na construção do partido do trabalhadores, na luta pela construção única dos trabalhadores, na época não existia a CUT, mas existia os encontros, os enclates, movimento para construir um sindicato livre, e dentro da universidade, ao meio dia, eu saía para almoçar, saía daqui todos os dias uma hora e meia de almoço eu militava e no período da noite. E quando nós fomos chamados para fazer uma manifestação, para o encontro do General Figueiredo, a gente se organizou no DCE a noite, foi uma reunião que a gente fez de forma clandestina, claro que não era um clandestino na época da ditadura, mas não foi convocado amplamente. Na época da ditadura mais dura, porque já tínhamos a lei da anistia, não era qualquer coisa as pessoas já estavam voltando nessa época, mesmo assim nós tínhamos medo de repressão. Organizamos um movimento. A Marize dirigente do Diretório acadêmico, não do DCE, mas biomédicas e tinha o Adolfo da UCE, e a Ligia do DCE, fomos chamados e organizamos o ato. O ato não vou contar aqui porque não cabe, todo mundo sabe, não é essa questão, nesse momento que houve a Novembrada, o que foi a Novembrada, vai ter outros momentos pra falar. Fizemos a manifestação contra os golpistas, o ditador General Figueiredo, e o governador do Estado que era o Jorge Konder Bornhausen, que era um usurpador, e eu gostaria de por o nome dele como dos responsáveis pelas torturas nesse país, que a gente fala sempre daquele que prendeu, mas nós temos que responsabilizar essas pessoas que não eram governantes, eles eram usurpadores. Eu me recuso a chamar e considerar o Jorge Bornhausen como governador, porque governador é aquela pessoa que é eleita, ele tomou de assalto o governo do estado, mesmo que tenha sido indicado pelos ditadores. A questão foi a seguinte: quando eu cheguei no Tribunal de Justiça, podia até perguntar: não eras uma servidora pública, o que estavas fazendo no ato público? Eu fui liberada! Eu panfletei das 6 horas da manhã, cheguei no DCE, a gente panfletou para avisar a população do que ia acontecer. Eu cheguei no DCE as 6hs da manhã, 15 para 8 eu dei tchau para os meus companheiros colegas e fui para o Tribunal de Justiça trabalhar. Em 5 anos eu nunca faltei ao serviço para militar, eu trabalhava, militava nas horas de folga. Cheguei no Tribunal a minha chefe Edith, que se eu não me engano era casada com o presidente municipal do PDS (Arena), e era presidente do IPESC, ele, eu só sei chegou, me lembro até hoje a cena, ela chegou com a mãozinha assim., ela assim: Rorô eu tenho boa notícia pra ti, o governador mandou liberar todos os servidores públicos que querem recepcionar o General Figueiredo, eu tenho a leve impressão que tu debes estar morrendo de vontade de recepcionar o General, eu nem terminei de ouvi-la, saí correndo e voltei a tarde e fui recepcionar o Figueiredo. De fato nós éramos em 150 pessoas mais ou menos, e tinham uns 4.000 servidores públicos, tinha muita gente, e muito servidores públicos. O executivo obrigou os servidores a irem recepcionar, assinavam o ponto, e nós do judiciário, que eu quero fazer honra aqui ao presidente da época, João de Borba, uma pessoa extremamente democrática, muito democrático, não sofreu nenhuma repressão referente a ele nesse fato, ele não obrigou ninguém a ir, ele disse quem quer ir, vai. E havia uma grande revolta contra o Jorge Bornhausen, porque? Um dos motivos é que nós queríamos um estatuto novo, porque os trabalhadores CLT tinham direito ao 13º, e os servidores públicos estaduais ainda não tinham direito ao 13º. Então nós já tínhamos um movimento, um começo de luta e de organização dos

servidores públicos estaduais, assim como na federal dos professores universitários, e ele era uma figura extremamente odiada. O Jorge Bornhausen era um ser, como hoje completamente asqueroso, sempre foi e continua sendo, e na época era um horror porque ele era governador, pior ainda. A mobilização da novembrada foi algo organizado pelos estudantes, mas com o absoluto apoio dos servidores estaduais. E quando o Jorge Bornhausen começou a falar, os servidores junto conosco começaram a chamá-lo... mentiroso, mentiroso.. Era unísono, mentiroso. mentiroso... E como a Marize fala, ele chegou com um copo de whyski, balançou o copo de whyski na sacada e mostravam pra nós que eles estavam lá e o que nós não éramos, nós não éramos nada, e aquilo foi criando uma rebelião que todo mundo conhece. Dali, terminando o ato público, quando deu a confusão, eu nem fui mais além, não fui para o calçadão, a Marize foi para o DCE fazer reunião e eu voltei para o Tribunal, voltei para trabalhar no Tribunal e não consegui trabalhar porque todo mundo queria saber o aconteceu, era uma sexta feira, 30 de novembro de 1979. Trabalhei e tal, no final de semana nós fizemos uma reunião na universidade. Mandaram um recado de que eu iria ser presa, que o Jorge Bornhausen falou que aqueles iriam ser presos. E eu disse que não, na reunião, na análise de conjuntura, aquelas análises de 5, 6 horas. eu coloquei que não tinha a mínima possibilidade de momento político de prisão porque as pessoas estavam saindo da prisão, como que nos colocariam na prisão, então eu resolvi não fugir, mas por via das dúvidas eu fui para casa dos meus pais. Eu morava na Trindade, deixei a minha casa na Trindade, meus pais moravam na Colônia Santana, e fui pra casa deles. No domingo de manhã às 6 horas, acordo com minha mãe chorando, meu pai já tinha saído ele era trabalhador rural, já tinha ido trabalhar, 6 horas da manhã, minha mãe aos prantos, eu falei pra minha irmã, dormi no quarto com minha irmã, eu disse: vieram me prender. A minha irmã começou a gritar histericamente, e eu tive que acalmar a família inteira, os meus irmãos, o berreiro, todo mundo chorando, aquela coisa, não vai. Eram 3 policiais, não lembro do nome deles, mas a Comissão da Verdade Nacional vai buscar o processo, que está no Superior Tribunal Militar, e lá eu vou tentar resgatar o nome de todo mundo, todos os responsáveis pelas arbitrariedades que a gente sofreu. Eu saí de camisola, mas me deixaram trocar rapidamente, foram lá me agarram, me botaram no carro com metralhadoras, eram 3 policiais, e vieram com mandado do juiz, to louca pra saber o nome desse juiz, para fazer uma fiscalização na casa, porque eu devia estar cheia de documentos clandestinos. A minha mãe começou a gritar: “a minha filha é uma santa, é uma pessoa maravilhosa”. O pior que eu tinha que eu levei pra lá porque eu achei que eles não iam me procurar lá, que eles iam me procurar na Trindade. Tinha levado tudo. Eu me lembro que era um documento que começava assim: “A Revolução na América Latina ou é Revolução ou Será Caricatura de Revolução”, é a única coisa que eu lembro de ter naquele documento, não sei mais. Aí pedi pra minha irmã botar dentro dela, nós tínhamos fogão a lenha, queimar o documento, e ela ao invés de fazer isso, começou a gritar como se aquilo tivesse algo que pegasse fogo, queimava, ela só berrava e dizia: “não”. Eu disse: meu Deus! Histericamente ela jogava aqueles os papéis no quarto, aí eu peguei e botei dentro do colchão. Eu cheguei perto dos policiais e disse assim: eu não moro aqui, eu moro na Trindade, todos os meus documentos estão na Trindade, a minha mãe dizia: mas podem olhar a casa, pode, a minha filha é uma santa. Quando me levaram pra Trindade no fusca, um dos policiais, federal, mas moço, moreno, ele falou pra mim assim: tu tens cara de maconeira, e eu tenho essas olheiras que a minha amiga Lucia não se conforma a vida inteira, cabelo desse tamanho, eu tinha 46 quilos, desse tamanho, e tinha cara de

RELATÓRIO FINAL

maconheira, mas eu nunca fumei maconha. Naquela época não tinha fumado maconha ainda, depois eu fui fumar com 29 anos, dei umas fumadinhas, porque a gente não podia fumar maconha, era proibido pela nossa militância, porque a gente não podia se arriscar, além do exemplo, aquela discussão, nós éramos extremamente conservadores, era um fator de degeneração da juventude, a maconha, a droga, eu sou militante contra o uso de drogas até hoje, e além disso a questão de segurança, mas acontece que eu morava numa casa, claro república, tal... A minha amiga não era militante, que vivia o tempo todo escutando musica americana, Led Zepelin, que eu brigava um monte, que eu mais das músicas de Chico Buarque, ela fumava maconha e guardava aquelas chepazinhas, era uma casa pobre, pobre, toda furada e ela botava os restinhos de maconha dentro desses buraquinhos, eu brigava com ela. Aí Araceli não bota as maconhinhas. Eu dizia: meu Deus do céu. já imaginei as manchetes do outro dia: “além de comunista, maconheira”, que era um horror, que ser comunista tudo bem. Naquela época infelizmente eu não era trotskista ainda, infelizmente, demorei mais um ano. Chegaram lá não viram, aí pegaram uns panfletos que não tinha nenhum problema, porque o pessoal de Criciúma da juventude secundarista trouxeram pra apoiar uma luta que nós estávamos levando para universidade, pegaram uns 50 ou 100, e tentaram levar o meu livro do Lênin, “Estado e Revolução”, abri o berreiro, comecei a chorar, porque naquela época era difícil comprar livro, era caro e a gente era uma pobreza. Aí eu chorei e disse para os policiais, isso aí é de Direito, é livro de direito, estado é sobre estado brasileiro, revolução, golpe estado de vocês, aí eles disseram: deixa esse livro aí. Eu chorava que me acabava e pedi para eles não levarem o meu livrinho “Estado e Revolução”, do Lênin. Demorou um montão, quando eu cheguei na policia federal o delegado me chamou, e a minha família já tinha estado lá, e como é uma família mais conhecida na cidade, levaram advogado particular, o advogado já tinha feito um acordo com o policial federal, deu assinar uma confissão de que eu era uma inocente útil, de que eu não sabia que tava metida com o pessoal do partido comunista, e se eu assinasse aquele termo eu já poderia sair embora e sair livre. A Marize disse que eu berrava muito sempre, que eu brigava muito. Briguei com todo mundo, expulsei o meu advogado, expulsei todo mundo da sala, disse que eu não ia assinar coisa nenhuma. Começou assim já, altos brados, o advogado saiu correndo de lá. Eu disse que iria sair de lá com os meus amigos do partido, embora eu não fosse do partido comunista, eles não entendiam, porque pra eles todo mundo que era do partido era comunista. Eu digo eu não sou do partido comunista, claro que eu não falei, que eu não ia sair de lá enquanto e que eu não era do partido comunista, mas eu não ia assinar nada. Aí fomos presos naquele dia, me deu vontade de fazer xixi, se eu fosse no banheiro só se a polícia federal fosse junto, então começou por ali, a gente não podia ir no banheiro, se não fosse acompanhado por alguém, e tinha que deixar a porta aberta. Eu era interrogada todos os dias, não sei se a Marize lembra disso, mas eu particularmente era, numa sala com cheiro de maconha que eu não sei se eles não defumavam a sala antes de nos interrogar. Como eu não era maconheira, não acontecia nada, pra mim tava até bom, porque eu sempre gostei do cheirinho da maconha, o cheirinho pelo menos eu achava agradável, mas eu acho que eles achavam que a gente devia ser tudo maconheiro, coisa que não era. Possivelmente era essa a tática, e eu não podia falar porque se eu falasse que eu conhecia o cheiro, eles já dizer que eu já era, mas era numa sala com cheiro de maconha, todos os dias, era 3-4 horas. Eu fui levada para o hospital da policia militar atrás da Escola Técnica, eu e a Marize, eu fiquei num quarto e ela em outro. Estávamos incomunicáveis, ficamos durante 8 dias incomunicável, não podíamos falar com ninguém, só interrogatório, e a gente

cantava né Marise, ficava cantando, berrando, recitando poesias.... Não podia ter livros, revistas, nenhum trabalho manual, e aí nós pedíamos para um senhor que cuidava de nós para ele trazer material de sabão, esponja, e escova, pra gente ficar lavando banheiro, ficava o dia inteiro esfregando as frestinhas do banheiro, lavando o chão, lavando o quarto, que era uma forma da gente se distrair, e cantávamos muito. No terceiro dia chega um policial federal da Bahia, era um homem imenso, era de etnia negra e ele batia na mesa, dava ponta pé, que nós tínhamos que falar, sinceramente eu não tinha o que falar. Nós éramos militantes estudantis, eu não fazia parte do movimento clandestino nenhum, no sentido eu era do MEP, mas era mais do movimento estudantil, na luta pela legalização da UCE, da UNE, dos centros acadêmicos, a luta pelo ensino público e gratuito, e pela liberação dos partidos políticos, partido comunista, movimento PT, eu era do movimento pró-PT, então não tinha muito que eu falar. Ele era muito ignorante, dava ponta pé, falava, berrava, um dia ele foi no meu quarto, porque a minha mãe conseguiu me mandar umas revistinhas, tio patinhas, ela deve ter pensado essa mulher deve estar louca sem ler. Nenhum livro chegava e ela começou a me mandar revistas em quadrinhos, e ele descobriu, não sei como que eu tava recebendo essas revistinhas, ele entrou no meu quarto e quebrou tudo, quebrou, dava ponta pé, disse que eu não tinha que ficar incomunicável, que não podia ter contato absolutamente com nada, com ninguém e com coisa nenhuma. Um dia chegou jovem lá, de bolsinha de couro, sandália de couro, batinha, como a gente se arrumava. O cara chegou lá.. Oi Rosângela, tudo bem? Se deitou, me lembro bem dele deitado na cama, e começou a falar bem do Stalin e do Fidel Castro. O cara ficou louco, quanto mais ele falava bem deles, mais eu falava mal. Quem que tu és? Não entendia. Eu que tu és assim, eu também defendo o Stalin, porque lá na União Soviética, imagina Fidel Castro, Cuba. Eu dizia: eu não concordo com Fidel Castro, eu não concordo com Stalin, e o cara ficou ali umas duas tentando... Ele saiu mais confuso do que qualquer outra coisa! Depois fomos julgados, nós fomos enquadrados, como se eles tivessem alguma moral ética, nós fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por ofender a honra das autoridades constituídas. Pena mínima eu acho que era de dois anos de prisão, pena máxima cinco anos. Fomos enquadrados, houve um grande movimento pelo não enquadramento da Lei de Segurança Nacional, fomos enquadrados na LSN, julgados por Tribunal Militar um ano depois em Curitiba, a gente foi julgado em 1981, fomos presos dia 30 de novembro, a gente se deslocava cada mês durante o ano inteiro para ir a Curitiba, responder os interrogatórios, ouvir as testemunhas. Uma das testemunhas de acusação, disse que eu tinha de fato chamado palavras de baixo calão pro Presidente Figueiredo. Uma das palavras era: 1, 2, 3, 4, 5000, Figueiredo vá pra puta que o pariu! Era o berro do povo Filho da puta! Aí o juiz perguntou, tava o tribunal todo armado, e perguntou se ele me conhecia, ele disse que sim, seu eu tinha chamado o presidente palavras de baixo calão? Ele olhou pra mim e baixou a cabeça. Que palavra de baixo calão que essa moça chamou o Presidente? Ele olhou assim meio envergonhado, ah ela chamou o presidente de istepô. O tribunal veio a baixo. Aí o juiz, o que é isso istepô? Aí eu imaginei o povo inteiro lá, istepô, istepô...rs. Fomos absolvido por 3 a 2, dois militares nos condenaram, 2 militares nos absolveram e o juiz togado nos absolveu. O promotor de justiça não concordou com a sentença em relação a mim e a Ligia, fez um recurso ao STM, e depois de dois ou três anos fui julgada e fui definitivamente absolvida. Eu só quero deixar aqui claro, que não dá para comparar, era um outro momento político, mas não foi por isso que nós deixamos de sofrer, de ser discriminada. Eu trabalhava no Tribunal de Justiça com os desembargadores, e os desembargadores me caracterizavam como terrorista.

RELATÓRIO FINAL

Logo depois que eu fui absolvida, eu me formei, me formei em junho/81, entrei em Direito, o desembargador Tico Bright Fernandes Neto, me convidou para ser assessora, eu era servidora concursada, ele me convidou para ser assessora jurídica. Um dia ele falou que houve um tumulto no Tribunal, ele foi chamado, em reunião, porque ele tinha contratado uma terrorista para ser assessora jurídica dele. Então vocês imaginam, isso em já 80, e final de 81, eu ainda uma pessoa que tinha participado manifestação política, logo após a lei da anistia, pedindo liberdade, era considerada pelos seus amigos, pelas pessoas com quem convivia, eles não eram meus chefes, pelas pessoas quais eu trabalhava como terrorista. E o Desembargador João de Borba, quando eu saí da prisão ele me chamou no gabinete dele, eu e o Milton, foram dois presos do tribunal, coitado do desembargador, presidente do tribunal na época. O João de Borba ele me chamou no gabinete dele, eu achava que eu ia ser demitida, porque o Adolfo foi. O Adolfo trabalhava na casa civil, no poder executivo e foi demitido. Eu disse: agora eu vou ser demitida, eu era estável, concursada, mas nesse país pouco vale, mas não, ele nos chamou, chaveou a porta do gabinete dele, comigo e o Milton de Vasconcelos, junto com ele na sala, a hora que ele terminou de chavear, ele abriu os braços e nos abraçou, disse que nos amava e agradecia por tudo nós tínhamos feito. Esse era o Desembargador João de Borba!!! Pediu pra gente que não comentasse nada, que ficássemos quietinhos, que trabalhasse e tal, mas que ele se sentia muito honrado por ter nos quadros do tribunal dois servidores como eu e o Milton de Vasconcelos.

Questionamentos da mesa:

- Entre a sua prisão e a sentença quanto tempo efetivamente que você foi presa?

Rosângela - *Efetivamente eu fiquei presa 10 dias, 8 dias incomunicável, e no nono dia a gente pode receber visita, depois não fomos mais presos. Ficamos um ano preso com processo.*

- Ficou sem trabalhar nesse período?

Não. Eu saí da prisão e fui direto para o Tribunal, foi quando eu recebi o abraço do desembargador João de Borba. Eu tive os 10 dias descontados e depois que eu fui absolvida, o Tribunal me devolveu o dinheiro.

- O tratamento em termo de tortura não houve?

Rosângela - *Tortura física não. Nós fomos extremamente ameaçados psicologicamente, por parte do delegado, esse que veio da Baía, ele era um terrorista. Se ele não nos destruiu foi porque não podia, porque o povo tava na rua. Ele era delegado da polícia federal, eles trouxeram umas pessoas da Baía, e disseram que ele era da Bahia. Outro dado interessante foi que a maioria dos meus carcereiros, grande parte, eram meus companheiros de sala de aula. Eu fazia o curso de Direito à noite, aí quando estava na prisão eu descobri que eles eram tudo policial. Eu não fui presa por engano, viu Jerônimo, porque eles tinham toda a minha vida ali, tudo que eu fazia na universidade, tudo. Ele botou uma vez em cima da mesa, ele berrou, ele gritou, e disse: “eu sei a tua vida inteira, eu sei o que tu fazes, o que tu participa”, mas eu não fazia nada. Era panfletos... Aí ele abriu uma mala e botou tudo em cima da mesa, e era coisas que eu vendia pra vocês. Eu vendia jornal, eu*

vendia bônus pra greve do ABC, documento em apoio a revolução da Nicarágua, a questão Lula, o chamamento do partido dos trabalhadores, legalização do partido comunista, então qualquer documento que eu panfletei lá na universidade ele tinha, ele abriu ali. Então eles sabiam da minha vida, e os meus companheiros de sala aula, aí a Marize inclusive ela disse: não porque eu me lembro que tu falava demais, tu discutia demais. Eu falava e discutia demais com eles, porque eles meus companheiros de sala de aula. Então eu me lembro que eles vinham me buscar com a metralhadora para o interrogatório, e eu dava chute na metralhadora, eu disse isso é um horror, eu pegava a perna e jogava longe a metralhadora, ia longe, eu não me conformava, eles eram meus companheiros que eu tomava café e conversava, e eles eram os meus algozes, eu dizia: vocês não podem estar fazendo isso, já passou a anistia, já acabou. Então é por isso Marize que eu era mais irreverente do que tu. Como era meio brabinha eles um dia eles me botaram numa cela, eles disseram: tu vais ficar de castigo aqui nessa cela por 24 hs pra ver se tu te acalma. Aí me botaram numa cela ali na policia federal, onde é o famoso cadeião. Fiquei um tempo ali, aí me botaram um colchão sujo, cheio de cabelinhos, sem lençol, o vaso sanitário era um buraco no chão, sujo. Eles me deixaram nessa cela de castigo por 24 hs.

- Havia um interrogatório durante o dia? Tinha que sair pra fora? Era o mesmo delegado? Como era a comida? Era uma comida só durante o dia? Quem entrava no cárcere e saía?

Rosangela - *Nós éramos interrogados todos os dias. Nós ficávamos aqui no Hospital, e eles nos pegavam, vinham esses meus “amigos”, de sala de aula, com metralhadora, nos pegavam do quarto, nos colocavam no camburão e nos levavam pra policial federal, pro cadeião lá no Estreito. Isso foram todos os dias, não teve um dia em que não houve interrogatório, então nós passávamos grande parte lá ouvindo e sendo interrogados por esse policial federal que veio da Baía especialmente pra nos interrogar. A alimentação, eu fiquei sabendo depois que a cozinheira era a mãe do Márcio de Souza, inclusive eu queria prestar uma homenagem ela também, ela era cozinheira do hospital militar, e disse que ela cuidava muito da nossa alimentação e eu não posso reclamar. A gente recebia o café da manhã, ele vinha com um cafezinho as 10hs, almoço, café da tarde e janta. Ele vinha com a bandeja, o policial militar, bastante simpático e nos tratou bem. Eram 4 refeições.*

Jerônimo: *É sobre a referência, Ro que tu fizesse, da universidade, eu penso que na sua época, porque na nossa já existia, a minha época de universidade foi bem anterior a tua, o controle que eles faziam da gente como estudante, por certo aquela referência que tu fizesse, aquele controle a que tu sofrias, se devia também a ASI (assessoria de segurança e informação), que existia na universidade, por essa razão eu faço até uma lembrança a comissão, que é bom que não se esqueça desse pequeno detalhe, sobre as instituições públicas, como a universidade que tinha ASI, pra controlar as nossas atividades e as nossa vidas como estudantes, isso nas empresas públicas também, **Telesc, Celesc, Besc** e universidade federal, porque as instituições públicas elas tem essas comissões de segurança que foram dirigidas, criadas, impostas pela ditadura evidentemente pra nos controlar, então isso que tu fazias como estudante, evidentemente tinham esses controles pela universidade, por isso que eles tinham esse pacotes, as malas, os documentos, essas coisas todas.*

- Você se lembra do nome desses colegas de sala aula?

Rosangela - *É isso que eu vou tentar fazer a pesquisa quando a comissão nacional da verdade se comprometer de pedir o processo e me entregar o processo. O Jerônimo me lembrou de uma outra questão, que eu falei pra vocês que eu morava na Trindade, fui presa na casa dos meus pais, e o endereço da universidade, o meu endereço era o endereço dos meus pais, então na época nós denunciávamos, porque o Stemmer, era o reitor da universidade, ele abriu os arquivos da universidade para que a policial federal soubesse aonde nós morávamos, aonde nós poderíamos ser encontrados. Eu gostaria de fazer essa denuncia, eu vim aqui com esse objetivo e esqueci de falar, eu acho que tem que ser verificado, Cacá Stemmer (Caspar Erich Stemmer), já falecido.*

Depoimento: Marise Lippel

Meu nome é Marise Lippel, fui vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, na época da prisão, também era representante do corpo discente da UFSC, representante estudantil junto ao Comitê Feminino pra Anistia e direitos humanos. Eu também fui presidente do Diretório Acadêmico biomédico, onde tinha o pessoal da medicina, farmácia, odonto. Era militante do Partido Comunista Brasileiro, e nós tínhamos realmente alguns trabalhos de estudo. Na época eu entrei em 76 na UFSC, acredito que em 77 mais ou menos a gente começou a se aproximar de pessoas que já eram do Partido Comunista Brasileiro nos anos anteriores, e com isso criar uma certa identidade com essas pessoas, a ser inclusive preparada por essas pessoas também. Na época nos tínhamos uma militância, essa militância era bastante ativa dentro do movimento estudantil principalmente. Quem conheceu Florianópolis sabia que Florianópolis se dividia em dois momentos, um dentro da cidade universitária e o outro dentro da cidade onde a maior parte era constituída por servidor público, não era a Florianópolis que a gente conhece hoje em dia. Como nós vivíamos num período de exceção durante a ditadura militar, notoriamente o movimento estudantil é que era a grande voz dos movimentos sociais, era o palco onde eram realizadas as manifestações, e dali por diante eram feitos os trabalhos junto as organizações populares. Como a Rosangela colocou, as discussões eram muito ricas naquela época, existiam vários partidos políticos clandestinos, em cada um de nós pertencia a uma corrente ideológica, nós éramos opositoras na época, e hoje a gente vê quanto tempo perdido, na verdade deveríamos compor por uma força única até pra que a gente pudesse ser mais rápido. Vou falar um pouco da prisão. Como participante, integrante, eu era vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, foi um dos organizadores do ato publico, nós nos preparamos para aquele ato público, só que quem conhecia a cidade sabia que até novembro era riquíssima em discussões, manifestações movimentações porque os universitários estavam presentes na cidade, depois final de novembro as pessoas iam embora para suas casas, e não existia muita movimentação na cidade universitária e por isso mesmo nós estávamos um pouco desguarnecidos de militância pra poder fazer o ato público, nós estávamos preocupados com isso, mas não podíamos deixar de colocar as nossas posições durante a visita do Figueiredo, que era justamente a pessoa que representava naquele momento a ditadura militar, e também porque estava presente o governador Jorge Bornhausen que para nós também representava o braço do governo federal, e portanto da ditadura militar no estado. Além de toda a situação em que vivia a população naquele momento, era um período de grande inflação, era um período de grande descontentamento, com os aumentos abusivos, principalmente naquele

período era dos combustíveis, onde naquele momento do ato público estavam presentes os taxistas, que se consideravam bastante prejudicados. E com isso nós tínhamos uma preocupação muito essencial de que a falta de militância poderia não constituir como um êxito a nossa manifestação. A partir do momento que nós saímos do diretório central dos estudantes, nos dirigimos até a Praça XV, estávamos levando a carta aberta a população, onde nós manifestávamos o nosso descontentamento ao **status quo** naquele momento no país, com as fachtas alusivas a esse descontentamentos “abaixo a inflação”, “mais arroz”, “mais feijão”. Enfim, dessa forma quando nós os militantes chegamos a Praça XV, eu me mantive surpresa pela adesão imediata das pessoas que estavam ali, a ponto de que eu fiquei muito contente, eu lembro na época que eu achava que não ia conseguir distribuir panfleto e ficar carregando a faixa ao mesmo tempo, isso não vai dar certo. No primeiro momento que as pessoas começaram a buscar os panfletos na nossa mão, eles tinham adesão tão voluntária que eles mesmos pegavam os panfletos e começavam a distribuir. Dessa forma sobrou mão pra poder carregar as faixas que era o que a gente queria, pra poder marcar presença, marcar o território como a gente dizia na época. Feito isso a gente viu que, exatamente como a Rosângela falou, eu sou uma testemunha do fato, porque eu tava abaixo do balcão, que é a sacada do antigo palácio do governo do nosso estado, e realmente depois que os impropérios, os palavrões existiram a partir do momento que o Presidente da República mais Jorge Bornhausen saíram a sacada e irritantemente apontavam pra as pessoas e balançavam um copo uisque com gelo, e aquilo irritou de tal forma a população que já estava ali bastante descontente, já estava gritando palavras não ofensivas até então, e começaram realmente a gritar palavras que eu não consideram ofensiva, eu considero só que eram palavras apropriadas pra pessoa ta fazendo aquele tipo de ato. Pra mim não é ofensivo, é uma palavras que eles estavam adequando a personalidade daquelas pessoas que estavam lá. Nesse momento eles saíram e baixaram a escadaria do palácio do governo, foi aonde com seus guardas-costas, e ali foi aonde começou a pancadaria. Dando ato contínuo pra aquela desastrosa presença naquele momento, eles foram até o senadinho, que era uma quadra dali, e ali naturalmente a questão estava daquela forma, completamente tumultuada e com bastante agressividade, nós nos dispersamos, porque não conseguimos mais nem ter contato visual um militante ao outro, e nós já havíamos combinado de nos encontrarmos no DCE após a manifestação para fazermos um relato das ocorrências. Lá no DCE uma vez reunidos, nós sabíamos que alguma coisa teria como consequência daquele ato público. Dessa forma então, entramos em contato com Nelson Vedekin que era advogado na época, e também com o Kuster, e fomos orientados por eles a não sair de casa, e cada um ir pra casa de seus pais, e não sair de casa porque havia possibilidade da prisão ser feita na rua, e não saberíamos para aonde iriam nos levar, dessa forma nós teríamos testemunhas. É importante que nós nos recordemos que foram as primeiras prisões feitas após da anistia. Todo aparato naturalmente estava montado ainda. Não existe forma, as salas de tortura estavam montadas, a gente tinha certeza disso. Então a gente tinha absolutamente certeza que nós iríamos ser torturados como nossos companheiros antes foram em 75/78, ocorreram. Eram orientação para todos nós que permanecêssemos onde estávamos. Então, em 02/12/79 eu fui presa em casa, eram 5hs e poucos da manhã. quando chegaram na minha casa duas ou três agentes da policial federal, com mandato de prisão pra mim, para que o me pai assinasse porque na época eu tinha 19 anos. Pra mim ainda é muito difícil foi um momento muito complicado até porque, a minha mãe tava presente, e o meu pai já tinha sido preso uma vez, então eu sabia exatamente o

RELATÓRIO FINAL

que era a ocorrência, o que iria ocorrer. Nesse mandato de prisão nós fomos recolhidos a sede da Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal da Capital. Na época eu me lembro que comentei com o meu pai: “Agora eles batem na porta, né pai? Bem diferente do passado! Então bateram na porta, fizeram com que o meu pai assinasse, porque eu era menor de idade. Foi a primeira vez que eu escutei o relato da Rosângela, eu não tive mais contato com os meus colegas pra saber exatamente como tinha sido a prisão de outras pessoas. A partir do momento que eles fecharam a porta foi aonde começaram realmente todas as torturas que a gente conviveu, que foram torturas muito mais psicológicas, mas nós não tínhamos nem ideia de que torturas seriam dali por diante, exatamente porque a gente sabia do que tinha acontecido com os nossos colegas no passado. Eles me tiraram da minha casa, eu me lembro que tinha um fusca muito antigo um pouco mais adiante da minha casa, a casa que vivo hoje. Me jogaram no fundo banco de trás, no chão do carro, e os dois, eu me lembro que eram muito altos, grandes, esses dois agentes da polícia federal, eles com uma metralhadora no meu pescoço, eu deitada debruço, dizendo a todo momento que eu ficasse quieta porque aquilo era pra minha própria segurança, e eu me lembro deles darem muitas, muitas voltas eu não sabia para aonde eles estavam me levando. O que até então parecia que era um ato legal, com mandato de prisão, a partir daquele momento eu não sabia o que estava acontecendo comigo. Nós fomos levados para a polícia federal, lá realmente o testemunho da Rosângela que ela já falou pra vocês, é o que aconteceu. Na polícia federal eu lembro de chegar, sempre sozinha, sempre incomunicável. Nós não sabíamos o que estavam acontecendo, quem tava falando, o que as pessoas estavam falando. Eu sabia que no conjunto das pessoas que estavam dentro do DCE, nem todas tinham uma militância com partidos clandestinos, alguns sim outros não. A gente também não sabia quem, o que falar, o que eles iriam falar. A gente tinha ligações com pessoas de outros estados, pessoas que eram da organização nacional. É também nós sabíamos até aonde que as pessoas iriam comentar, o que seria comentado. A única coisa que a gente tinha certeza é que não poderia falar, e única coisa que tinha que segurar firme exatamente pra que outras pessoas não caíssem, porque a gente não sabia o que estava acontecendo, a gente não sabia se estava no estado de direito ou não. Quando eu cheguei lá existia um quarto que era totalmente forrado com fotografias nossas. Ali eu deparei com a gravidade da situação, porque eram fotografias feitas em situações que eu nem imaginava que poderiam ser feitas. Que eu sabíamos que estávamos sendo perseguidos, que a polícia federal há muito tempo já estava perseguindo a gente, até porque a gente participava dos movimentos da anistia, dos comitês nacionais, da reconstrução da UNE, o nome da gente sempre estava em algum momento nessa questão. A partir daquele momento eu vi que a gravidade era maior do que eu imaginava, porque as fotos eram tiradas de momentos que eu nunca imaginava a que de pessoas que estavam ali. Existia sim Rosângela, um grande cheiro de maconha como tu dizes, porque tinha na sala de apreensão de tráfico ali. Eu me lembro que foi a primeira vez que me deparei com uma quantidade grande de maconha, e era muito grande realmente. Era uma sala que tinha e era muito grande, por isso o cheiro era muito forte. Sim, tinham celas ali, já fazia parte da tortura psicológica deles pra gente, era buraco completamente infecto, era um horror o local ali. A todo momento eu escutava deles de que eu teria que dar nomes, os locais de reuniões, que eles sabiam que a gente fazia parte do partido comunista, e que os nomes deveriam vir, e pra isso eles usavam de que iriam prejudicar, sequestrar pessoas da minha família, uma das coisas que eu lembro, de que eles falavam bastante era que: “Não nos enganarás porque o métodos de tortura continuava”, a

única coisa diferença é que eles sabiam que não poderiam deixar marcas, mas isso eles sabiam fazer bem. Uma criança de 19 anos escutando, a gente sabia exatamente qual era nosso fim. Até então a gente não imaginava, porque não tínhamos tido contato advogado, não tínhamos tido contato nenhum, com pessoa nenhuma. Então o objetivo deles era esse, era ainda arrancar mais nomes, ainda arrancar mais situações em que eles pudessem comprometer outros companheiros. Nós fomos depois levados para cela, a cela da policia militar, eu não lembro o nome da pessoa que era gestor daquele local, mas eu lembro de um excelente tratamento pra nós, pra mim foi o que, hoje eu lembro que foi uma das pessoas que deu para segurar, porque teve um momento especial que.... Como a população estava se mobilizando pra a soltura nossa, até porque a população viu que naquele momento nós não tínhamos culpa nenhuma do que eles estavam nos colocando, porque a população que estava ali naquele momento ela viu exatamente qual foi a participação de todos nós. Além da própria discordância da situação em que se encontrava o país, essa população ela se manifestou de uma forma muito bonita, porque Florianópolis era considerada exatamente como um antro de pessoas de direita, conservadoras, a burguesia local era muito selvagem, isso porque a gente trabalhava o tempo inteiro dentro do movimento estudantil, a gente sabia que era dessa forma, e pra nossa surpresa, realmente essa população que foi a rua pedir a nossa libertação, mas nós não sabíamos o que estava acontecendo, porque estávamos justamente incomunicáveis, porque tudo que eles nos passavam era ao contrário disso. A todo momento eles nos forçavam a assinar documentos pra que fosse divulgado pra população pra que não houvesse mais reuniões, não houvesse mais ato público, e nós discordávamos e por isso lógico a pressão o sobre nós, a tortura psicológica sobre nós aumentavam também. Eu me lembro em que teve um momento pra fazer com que a tortura psicológica aumentasse, eles me levaram pra uma janela, onde eu vi a minha mãe do outro lado, me abanando e eles diziam: “agora tu estais vendo a tua mãe, se tu continuar vê-la assim como ela está lá, com saúde, tu vais fazer o que a gente quer. E a gente a todo momento não esmorecia, até naquele coincidente o pai de um dos presos era pediatra, isso foi uma coisa até hilária na época, pra poder conversar com a gente, eles conseguiram que ele fizesse a visita pra verificar a saúde das presas. Eu nunca me esqueço que o pai do Geraldo quando veio, ele veio ainda com um estigantomêtro infantil, de criança, cheio de bichinho, que não cabia direito nos braços da gente. E Ele disse: “ainda bem que vocês muito magrinha e posso continuar a farsa que vim pra falar”. E foi aonde foi nos comunicado o que estava acontecendo, que não era pra gente cair na tentação de nenhum momento concordar com eles, porque o pessoal que tava lá fora, tava firme e que iria continuar, ali que realmente a gente conseguiu segurar pra poder dar continuidade o processo que existia na cidade. Nós ficamos incomunicáveis todos esses dias, no nono dia a gente pode receber a visita do advogado, então foram 15 dias, pra gente parecia uma eternidade, durante aquele tempo o que a gente fazia na cela? A Rosângela acabou de dizer pra vocês, era até uma manifestação da gente, pra que a gente pudesse se concentrar na firmeza do nosso propósito, a gente pedia material de limpeza e ficava esfregando o chão, patente, a Doutora fala que era pra tirar a nossa cabeça da depressão. Eu me lembro da história da Rosângela, ela veio depois de mim, quando eu já estava na cela quando ela veio, e a Rosângela realmente era uma briguenta. Eu dizia: como que ela pode querer catequizar esses caras? Ela ta querendo catequizar esses caras aqui dentro, só vai irritar mais esses caras, vai sobrar pra nós. Eles bater na gente mesmo! Há tempo que vim saber que eram os colegas dela, por isso tanta revolta existia ali também. Perguntaram sobre a questão da alimentação, existia

RELATÓRIO FINAL

alimentação de hospital que era oferecida pra gente, mas a gente não comia, a partia do 2º, e 3º dia, eles ficaram preocupados porque a gente não comia, ninguém tava comendo, por isso inclusive que o pai do Geraldo pode entrar pra verificar a saúde das presas. Depois daí cada um voltou as suas atividades, a maior parte já estava terminando inclusive a sua faculdade. Todos nós tivemos grandes dificuldades em conseguir emprego, praticamente ninguém conseguiu emprego, a Rosângela e o Hamilton ainda estavam aqui dentro, e tiveram a sorte de ter Borba. Fora isso todos nós, fomos violentamente perseguidos, e recebemos informações do próprio governador do estado que nós não conseguiríamos aqui em SC, que desistíssemos de procurar, e eu fui para Blumenau e consegui através do Deputado Jaison Barreto um estágio e fui ali fazendo a minha vida profissional. Quando eu saí da prisão uma das tarefas nossas era arrecadar fundos, para pagar os advogados, até então a gente não sabia se eles iriam cobrar os honorários deles, era o que a gente tava empenhado, a levantar junto com Nelson Vedekin, os advogados que poderiam trabalhar no processo que iria ser instaurado pra nós. O nome do delgado era José Benedito de Oliveira e Souza, ele era titular da Delegacia da Ordem Política e Social, da Superintendência Regional do Departamento de policia federal de Santa Catarina. Em 25/03/1980, eu fui intimada a comparecer na auditoria da 5ª região militar, em Curitiba pra depor no inquérito, então nessa data eu fui inquirida pra depor. Todos nós fomos absolvidos, no nosso julgamento. Foi um período muito difícil, onde nós fomos trabalhar não poderíamos falar do que tinha acontecido para dar continuidade a nossa vida profissional, mesmo assim a gente continuou a militar dentro dos partidos. Coincidentemente eu acabei casando com outro preso político, da época de 75, que veio a ser o Sergio Giovanela, meu falecido esposo. Em 73 ele fazia parte também da comissão provisória da juventude do Movimento Democrático Brasileiro, e em 05/11/75 foi preso durante a operação Barriga Verde. Em 12 de novembro ele foi transferido do DOI 5º, da 5ª pra Superintendência Regional da Polícia Federal pra ser indiciado num também processo policial sobre atividade do PCB no estado de SC. Em 76 ele começou a responder em liberdade, e teve a prisão preventiva decretada, em 78 então foi oferecida a denuncia, e no qual foi inocentado por não se encontrar relacionado entre os acusados do processo 749/75 da auditoria que foi estabelecido entre os outros militantes. Terminando, eu gostei muito da leitura da Raquel, e gosto muito de fazer também um link nas questões que estão sendo colocadas, até porque assim, entendo que a Comissão da Verdade ela tenha estabelecido alguns critérios pra isso que ela foi constituída, não foi por acaso, pra fazer esse levantamento de todas as pessoas que foram presas, torturadas, desaparecidas e mortas durante esse período. A gente não pode esquecer, e por isso perguntei pra Derlei, e faço questão de perguntar sempre pra todos, pra gente não esquecer que ainda vivemos um regime de exceção, constatado inclusive pelas recentes manifestações em que os aparatos que existem ligados ao governo federal, e todos são ligados ao governo federal, eles podem ser dentro das suas unidades federativas, mas eles são ligados ao governo federal. Está existindo uma repressão as manifestações populares de uma selvageria, hoje por intermédio da internet a gente consegue acompanhar on line essas selvagerias, e é disso que a gente não pode esquecer, é por isso que estamos aqui, exatamente para que a gente constitua uma memória, pra que a gente não esqueça de todo o trabalho que existiu anterior a essas manifestações, pra que a gente vivesse num estado, e eu acho que é um estado de direito de democracia em que pudesse ao menos a liberdade de expressão está constituída, o que a gente não vê apesar de saber que hoje estou aqui, dentro da assembleia relatando os fatos de uma prisão feita a uma criança de 19 anos,

exatamente porque? Porque fui presa? Por subverter a ordem constituída. Quando no país se proibia a reunião de pessoas com o objetivo de derrubar a desigualdade social existente no país, que era essa a grande meta da gente, a gente não sabia o caminho, mas a gente sabia que era isso que nós queríamos, a ordem constituída era justamente a proibição dessas pessoas de reunião, que tinham por objetivo a lutar pela igualdade democrática pra garantir o direito de reunião de expressão. Fui presa por lutar dentro do movimento estudantil pelo fim da ditadura militar, pela anistia ampla, geral e restrita, pela reconstrução da UNE na época, e não era terrorista, não comia criancinha, mas era comunista, exatamente por isso é que fui presa. Durante muito tempo nós ficamos calados, inclusive a própria sociedade aqui da ilha, tem naquele ato de manifestação, muitas vezes levam como uma piada a ocorrência, fazem questão de lembrar do César Cals que era ministro da energia na época, que acabou levando um tapa na orelha. Enfim, levam para uma questão jocosa, e na verdade a gente faz questão de dizer que não, foi ali o grande ato de rebeldia da ilha pra que fosse constituído enquanto cidadão a defesa dos direitos democráticos. Então, o link que eu faço, “tortura nunca mais”, mas nunca mais de fato. Hoje a gente vê na mídia a expressão daqueles que detém o poder de prisão continuando com as torturas, abertas hoje nas vias públicas em cima daqueles que se manifestam. Eu não me imaginaria no de 2013 vendo o que eu vi recentemente nos jornais, de que o governo do estado do Rio de Janeiro, assim como o de Pernambuco, eles proibirem as pessoas se manifestarem nas ruas usando lenços, usando máscaras, pra isso é o suficiente que a prisão exista para averiguação. E nessa prisão existente para averiguação quantos Amarildos nós não vamos ainda existir, quantos Amarildos nós ainda vamos ter que ver pra que daqui há 30 anos as pessoas possam vir numa assembleia e relatar suas prisões, e as suas torturas que foi exercida. Por isso é importante de que esse movimento não pare só na Comissão da Verdade, como disse a companheira recentemente, a luta continua, infelizmente é assim, a luta continua sim. Eu acho que nós deveríamos sim, fazer um link e fica uma sugestão para coletivo, um link sim, desse trabalho já, agora, com as recentes manifestações e as pessoas que estão a frente, pra saber até aonde que nós podemos nos ligar. É interessante que o trabalho seja focado porque nós temos uma resposta e temos prazo pra dar essa resposta, mas que a gente não perca de vista o grande trabalho ainda está pra vir, que é realmente fazer com que nesse país nós possamos ter liberdade de expressão, liberdade de manifestação e contestação sim, dos atos de exceções que nos são infringidos. Obrigada!

Questionamentos da Mesa

Dr. Alessandro: Ela nos aqui relatou que após a prisão foi difícil conseguir um emprego, uma colocação profissional e que havia uma determinação expressa do governador na época para que as pessoas que estivessem envolvidas com essa situação não fossem contratadas pelo executivo estadual. Quem era o governador dessa época? E se existiu algum modo, alguma forma de documentação, ou se existem pessoas que podem testemunhar efetivamente esse tipo de ordem?

Marise: O governador na época era o mesmo que montou o circo, eu sempre digo que foi um circo, eu sempre coloco a responsabilidade pelo desfecho daquele ato público, da forma, foi do gestor público, porque a ele cabe tomar decisões, e não foram tomadas decisões corretas na medida em que a manifestação transcorreu de forma

RELATÓRIO FINAL

intranquila inclusive pra pessoa independente de quem fosse, que era o mandatário, que era o General Figueiredo. Onde essa notícia chegou pra nós bem clara pra nós, era o governador Jorge Konder Bornhausen, e que hoje me coloco muito surpresa porque se diz socialista.

Dr. Naldi: A fonte dessa informação?

Marize: *Infelizmente na época em que se está, não existe documento, é sempre a palavra contada.*

Rosangela: *O Adolfo foi preso conosco, ele era servidor público do executivo e foi demitido depois que saiu da prisão, e a exoneração dele nós podemos buscar, deve estar no Diário Oficial. É o indício de prova que nós estamos falando.*

- Helen: estudante da UFSC, faz parte da União Catarinense dos estudantes, do Instituto Paulo Wright.

Esse é um dos relatos de hoje que mais me emocionam porque trata diretamente do movimento estudantil, ela fala diretamente das entidades estudantis, de como isso ajudou a movimentar a sociedade em prol dos direitos que deveriam ser garantidos pra nós, e que até hoje a gente sabe que não temos os direitos plenos, é de uma emoção muito grande ouvir tudo isso. Eu queria te fazer algumas perguntas Marize? Uma é a seguinte: Você falou que o seu marido também foi preso, eu queria saber se você sabe de algum relato de tortura que ele sofreu dentro desse período, e se mais alguém da sua família esteve presa, ou foi perseguida por causa da militância? Uma segunda pergunta: se o conselho universitário da UFSC ou a reitoria da UFSC, que foi aonde você estudava, aonde Lelê estudava, se tem algum relato ou algum posicionamento deles durante esse tempo? Vocês são estudantes universitárias que estão sendo presas, a universidade se manifestou? O que a universidade fez? A favor ou contra? Se vocês tem algum relato de algum professor que tenha algum tipo de envolvimento? Algum membro de conselho universitário de algum órgão institucional que tenha envolvimento direto, que relacione a prisão de vocês, além da abertura dos arquivos com endereços da casa de vocês que já é uma coisa gravíssima, e que nenhuma instituição tem o direito de fazer isso, um documento sigiloso, a não ser que eles tenham conseguido um ofício solicitando isso, não sei se a universidade teria permissão pra fazer isso, pra entregar. Eu acho que todas as comissões estaduais e a comissão nacional precisam cobrar responsabilidade de cada universidade pública, e de cada universidade particular também que esteve envolvida com a delação dos universitários. Uma outra coisa, se ao final quando você saiu da cadeia, se você conseguiu voltar pra universidade e assistir as aulas? Você ficou 15 dias presa, no 16º dia você simplesmente voltou pra universidade? O que esses 15 dias de prisão trouxe pro teu dia a dia? Qual foi a dificuldade, até pra comissão ter isso relatado, não é só tortura, seja ela física ou psicológica, uma não é mais difícil que a outra, uma não mais dura do que a outra, uma não dói mais do que a outra, eu acho que todas duas são violências gravíssimas. Além dos 15 dias de violência, tem os outros dias de violência da memória que ficou, até hoje de você ar enquanto faz o depoimento, a violência permanece até hoje, então eu gostaria que você fizesse o seu relato também.

Marize - *Sobre a questão da universidade, eu imagino que os arquivos da universidade a gente quem que abrir, essa é outra coisa, a gente pede abertura de*

outros arquivos, da universidade não é diferente. Existia uma luta interna muito grande porque a gente sabe que os reitores naquela época não eram votados, eram impostos, naturalmente nós éramos inimigos deles, até por isso nós representava uma unidade estudantil. Naturalmente nós não éramos as pessoas mais bem vistas pela reitoria, por isso a gente era o representante discente junto a reitoria e para os outros colegas, mas concordo contigo, a universidade, não só a nossa, como as outras universidades, os documentos tem que ser revisados pra ver até aonde que elas participaram realmente dessa época nefasta e corroboram pra que essas pessoas fossem presas. Acho que a responsabilidade de cada um tem que ser colocada. Tu perguntastes pra mim sobre as questões das prisões? Eu estou tentando refazer essa história com a minha mãe e escrever um pouco pra poder colocar para o pessoal da Comissão da Verdade. O meu pai foi preso na época, mas como foi já colocado aqui as prisões ainda naquela época eram feitas de forma diferente, ele não foi torturado, mas ele sempre teve sequelas, isso eu lembro perfeitamente, a vida inteira em casa, do meu pai ter sequelas no serviço dele, ele também era servidor público, ele não conseguia galgar outros espaços no serviço público exatamente porque ele era considerado como comunista, mas ele tinha um carinho muito grande pelos funcionários porque ela era sempre um grande articulador, onde os funcionários tinham nele como uma pessoa de resposta pra questões trabalhistas, e outras nessa instância. Veio dele pra todos os filhos esse legado da resistência, da luta pela justiça social, na minha casa era sempre uma questão era bem colocada. Hoje por exemplo pra enriquecer, a mãe colocou que uma das questões que ela lembrava era da irmã do Prestes passar em casa para recolher fundos pra poder ajudar a causa, e alguns companheiros que tinham sido presos. Tem uma riqueza de detalhes que as pessoas por muito tempo as pessoas ficaram caladas. A maior sequela que esses tempos deixaram conosco, foi o medo e o silêncio. A gente tratou de trabalhar isso durante muito tempo, eu por exemplo depois dei continuidade aos trabalhos de militância junto com o meu marido, dentro de partidos que eram constituídos, organizando a juventude democrática do partido, o movimento de mulheres, nós tínhamos uma organização grande lá em Blumenau, era nos permitida porque na época era o Prefeito Renato Viana, e o Senador Jaison Barreto também nos ajudava, e gente tinha constituído isso em termos de organizações populares na periferia, que era muito bonito o trabalho da gente. Tu me perguntastes como foi a volta a aula? Na verdade tinha uma característica daquele pessoal da nossa época, exatamente porque nós éramos tido como maus exemplos dentro da universidade porque éramos militantes, por éramos muitos sérios eu sempre falei pra Rosângela, nossa quando eu vejo hoje pra minha filha, eu digo: meu Deus eu tinha 19 anos. Como que a gente podia ser tão sério? Nós éramos muito sérios! Era uma condição pra cada militante tirar sempre as notas mais altas, e todos éramos dessa forma. Por consequência naquela época nós não estávamos mais pendentes de nada. Eu tava terminando, eu com 19 eu tinha tirado a primeira faculdade que justamente que tinha terminado, e tinha mais um ano e meio da especialização. Eu fui em seguida pra São Paulo pra fazer essa especialização, por isso então no final quando eu sai da prisão em seguida, eu já tinha costurado a possibilidade de fazer no Adolfo Lutz uma especialização de 6 meses, e eu fui fazê-la em São Paulo, foi aonde a gente foi em SP constituindo com o pessoal de SP que já tinha preso, o convite junto pros advogados também junto com o Nelson Vedekin pra poder fazer parte da banca de advogados que fez a nossa defesa. Depois dali eu fui tentar emprego foi aonde que a recepção foi essa, eu tinha tudo pra trabalhar dentro de um serviço público porque era voltada pra aquilo, a minha faculdade da forma como eu a fiz, foi voltada pra essa questão. Não tenho

RELATÓRIO FINAL

*documentado, mas foi colocado, o Adolfo tinha sido também expulso dos quadros como servidor público, e foi colocado pra mim dessa forma. Tu perguntaste sobre o meu esposo, a prisão dele, do Sergio Giovanela foi de uma forma muito violenta, ele era cirurgião dentista, trabalhava no sindicato de fiação e tecelagem, isso foi relatado naturalmente depois pra mim, quando a gente estava junto, até então na época eu não o conhecia. Chegaram dois agentes também da polícia federal, eles sempre em dupla, e disseram para o meu marido que a irmã dele tinha sido atropelada ali na frente do prédio. Que é um prédio pequeno que tem nas ruas principais de Blumenau. Ele ficou muito assustado, quando ele desceu correndo pra ver o atropelamento da irmã, eles já colocaram um saco, ele disse que lembra perfeitamente, era um saco de aninhagem, assim levaram ele, porque ele imagina que fosse que fosse um carro, que não era um carro oficial, levaram para Curitiba dessa forma, não reconhecendo, só soube depois que foi para Curitiba, foi realmente sequestrado. Foi na operação Barriga Verde. O nome do meu pai é Arno Lippel, o mesmo sobrenome. O Sergio ficou por pouco tempo lá. Depois o Mota foi preso, Roberto Mota, e outros companheiros, ele foi solto, e o que ele relatava sobre das torturas, principalmente porque ele via os colegas dele voltar pra cela e do jeito que voltaram. Todos eles foram testemunhas, infelizmente essas pessoas, a maior parte delas já faleceu, mas eu até porque acabei me casei com o Sérgio, e eles eram muito amigos, eu convivi bastante com esse pessoal, o Jerônimo que está aqui era um dos amigos também. Eles tinham uma amizade que era uma coisa muito bonita de ser ver, era uma irmandade na verdade, que ninguém falasse mal um do outro, porque era verdadeira uma irmandade, até porque eram pessoas muito simples, de famílias muito humildes, e que passaram muitas dificuldades pra fazer o secundário aqui, então eram estudantes secundaristas, já faziam participação em movimentos secundaristas. O que eu relato pra vocês agora, não diferente do que eu vi na Argentina e eu sempre tento fazer um link porque eu fiquei muito impressionada quando eu fui lá. Dentro de um local de tortura, que era dentro de uma carceragem, e eu espero que um a gente possa um dia fazer aqui também, eles fizeram um museu, o museu dos torturados, e ali colocaram pertences deles. Nossa, quando eu vi aquelas fotos, eu voltei no tempo e vi exatamente o tempo de vocês, o nosso tempo. Eram pessoas da classe média na maior parte, jovens, muitos jovens, completamente idealistas querendo de alguma forma se organizar pra que a população pudesse mais justiça social, era essa a grande questão. Esses eram aqueles que eles chamavam de terroristas, esses eram o que eles chamavam de militância com agressividade, eram essas pessoas, e como tal havia uma fragilidade nessas pessoas, por mais que elas denotassem, e eu quando eu tive presa e passei por esses momentos e vi como nós somos ainda fortes pra aguentar esse tipo todo de pressão psicológica, das torturas que a gente passou na prisão, mas isso, eu que o conhecia fora cada um deles, eles eram doces e frágeis, exatamente por isso um atrás do outro faleceu, pela grande pressão que receberam durante época da prisão e acabaram mais tarde a tendo doenças que foram cognitivas, por causa da época da prisão. Todos eles, um por um eu vi morrer exatamente por isso, pela agressividade da época prisão, pra mim foi uma coisa muito forte porque inclusive as mortes foram muito próximas, então foi uma coisa muito pesada. Durante muito tempo, depois de aparecer síndrome do pânico, enfim, fui **enseifada** de varias, coisas, eu tive dificuldade de memória, perdi uma época da minha vida 70%. Primeiro a gente aprendeu a esquecer, na época de militância nós éramos treinados para esquecer, a gente esquecia, e tinha que esquecer, até porque era pra gente não lembrar, e depois a gente queria muito, imensamente esquecer aqueles anos de tortura todo. Isso na cabeça de uma pessoa é*

muito pesado, a herança psicológica que ela tem desses anos é muito forte. Eu não sei da onde que a gente tira essa resistência de ainda hoje estar aqui, durante a vida toda continuar. Porque a vida inteira eu olho pra trás, ano que vem estou entrando com a minha aposentadoria, a vida inteira e é sem parar, eu trabalhei sem parar, a vida inteira. Eu olho pra trás e vejo que todos nós construímos alguma coisa no momento profissional que tivemos, e eu me orgulho muito disso, e me orgulho de cada companheiro desse tempo que eu vejo hoje aqui, e de que pude vivenciar. Foram épocas riquíssimas de pessoas que ajudaram a construir alguma coisa pra melhorar a qualidade de vida das pessoas que estão aí.

Depoimento: Maria Isabel Camargo Régis

Pra mim por várias razões, é bastante difícil falar desse momento. Eu acho que eu sou uma presa política saindo do armário, por convite da Derlei, poucas pessoas da minha relação sabem que eu fui presa, que agora vocês vão saber. Fazendo um pequeno resumo da minha participação política, começou lá pelos meus 9 / 10 anos, eu sou sobrinha da Anita Pires. A Anita era militante da Ação Popular, era da UCE, da JUC, e ela também fazia conexão entre o movimento estudantil e o trabalho do Paulo Wright com as colônias de pescadores, onde havia o trabalho de alfabetização de adultos. A Anita morava conosco, desde os 12 anos que ela morava na minha família, então eu de vez em quando eu ia junto com ela nessas viagens que ela fazia até as comunidades pesqueiras. Provavelmente isso me marcou, e ali quando eu tinha por volta de 16 anos, em 1968, eu morava em Brasília, e comecei a participar, chamava-se grupo de estudos sociais, que era um grupo cristão, aonde a gente discutia a questão da grave desigualdade social, e nesse momento já discutíamos se seria ético para os cristãos abraçarem a luta armada, tendo em vista a necessidade de mudança da situação econômica e social que vivíamos. Era um momento de reflexão onde todos viviam angustiados com essa questão, esse dilema, para as pessoas cristãs, e a situação que nós gostaríamos de mudá-la. Em 68, eu fazia algumas tarefas no movimento estudantil, alguma ou outra panfletagem, mas também me integrei num trabalho de alfabetização de adultos, com os trabalhadores da construção civil em Brasília. Em 1970 eu fui pra São Paulo, fui fazer o curso de Ciências Sociais na USP. A partir de maio/1970, eu tive o privilégio de poder compartilhar o dia a dia da vida do Honestino Guimarães. O Honestino era casado com a Isaura, a Isaura tava grávida, e eles acharam que seria bom ter mais uma pessoa compartilhando, porque o Honestino viajava bastante, a Isaura ficava sozinha, tava grávida. Eu passei a morar até o final do ano, morei com o Honestino. O Honestino era dirigente da UNE, o pessoal, os estudantes é importante saber que 1970, apesar de alguns lugares dizer que 1970 a UNE tinha morrido, não existia mais, existia. O Honestino trabalhava diariamente no movimento estudantil, discutindo, estudando com os estudantes de todo o Brasil. Em início de 71, eu fui morar com uma militante da AP, antes disso ainda em 1970 discutindo com o Gui, ele me recomendou que enfim naquele momento já a AP considerava que era necessário preparar a guerra popular, tinha visão já da guerra popular prolongada, ia se precisar de pessoal na área da saúde, eu era estudante de estudos sociais. Então eu fui fazer curso de auxiliar de enfermagem no Hospital São Paulo, e passei a estudar a noite, e continuava a militância no movimento estudantil. Reabrimos o centro acadêmico de Ciências Sociais, CEUPS, passei a ser diretora do CEUPS. Depois final do ano, o Gui disse que não era mais, que era pra eu continuar no movimento estudantil. Então eu interrompi o curso que seria de dois de técnica de enfermagem.

RELATÓRIO FINAL

Ao longo do ano de 71, eu já morando com uma militante, que era professora de Geografia, estudante de Geografia da USP, o nosso apartamento era o que se chamava de um aparelho, era uma casa fechada, para preservá-la para o uso exclusivo de dirigentes da ação popular. Um desses dirigentes que faziam as reuniões na minha casa, foi preso. Por volta do dia 20/11/1971, no apartamento da Carioca Verde de São Paulo, 7 horas da manhã toca a campainha, e eu fui abri, tinham 4 homens com metralhadoras que me empurram pra dentro da casa, mandaram eu erguer os braços contra a parede, e aí eles já entraram, acordaram a minha amiga com revólver na cabeça, e eles revistaram a casa toda. Pegaram um saco e foram colocando todos os papéis que encontravam. A gente saiu algemada, dois entraram num fusca e a gente entrou atrás, e os outros entraram em outro carro, e nós fomos para o Dops de São Paulo. No Dops nós entramos na sala do famoso delegado Sergio Paranhos Fleury, e nessa sala já existia, quando nós entramos um monte de companheiros nossos, muitos dos que eu conhecia da Ciências Sociais, da Medicina. Então essa pessoa que se chamava Danilo, soube notícias dele através dela falando ontem, o Danilo passou a cooperar com a polícia, realmente não só contando mínimos detalhes sobre todo mundo, o que ele sabia ele foi falando, e depois eu soube que ele inclusive deu aula para CENIMAR sobre como era o organograma e como funcionava a Ação Popular. Era muita gente que ia chegando, e a gente não foi assim interrogado logo de cara, porque na verdade o Fleury tava administrando essas pessoas que ele tinha delatado, e que ele tava entregando pra ele pegar o máximo de pessoas que ele pudesse naquele momento. Depois nós soubemos que na verdade o CENIMAR já estava fazendo um trabalho de inteligência e cercando a Ação Popular que eles pretendiam prender mais tarde, e por acaso foi preso acaso o Hugo foi preso antes que seria o momento adequado pelo CENIMAR. Então aconteceu o seguinte: o Fleury viu dentro de uns sacos plástico que os investigadores tinham pegado na minha casa que tinha um bloco com o carimbo da Câmara Federal e alguns envelopes com o timbre da Câmara Federal, e ele então me perguntou como eu tinha aquilo? Aí eu disse: o meu pai é deputado federal, na verdade meu pai tinha sido deputado federal até 1970, nas eleições de 70 ele tinha sido derrotado, não era mais. Não vou dizer que é, até ele descobrir que não é, eu vou ganhando algum tempo. Ele logo perguntou de qual partido? Da Arena! Então senti que aquilo desanuviou, realmente o tratamento comigo mudou o tom. Deu uma certa sorte porque a gente não foi interrogado na mesma hora, ele tava ocupado com essa questão e eu não tinha importância nenhuma porque era simpatizante, eles estavam pegando o máximo de pessoas. Então a gente foi pra cela e eu pude ficar na mesma cela que a pessoa que morava comigo, a Maria Aparecida. Deu pra gente conversar e dar uma combinada. Na cela já haviam várias pessoas que tinham sido presas, algumas em Porto Alegre, outras em São Paulo e todas já haviam sido torturadas, tinham sequelas, umas sequelas neurológicas, outras de ambulância, locomoção. Depois de uma semana que a Aparecida foi interrogada, eu fui interrogada na segunda semana. Depois que eu soube que o meu pai foi informado da minha prisão, ele veio até o Dops e perguntou por mim, eles disseram que eu não estava lá, claro ele sabia que eu estava. Então ele procurou o Henrique Turner, e graças a intervenção do Henrique Turner é que eu tive um tratamento privilegiado. Eu fui interrogada pelo Fleury, pelo CENIMAR, pelos investigadores do Fleury, e não foi torturada, tive esse privilégio. Era um privilégio não ser torturado porque todas, eram umas 15 que passaram pela cela, eu fiquei um mês presa, todas foram torturadas. Quem era o Henrique Turner? O Henrique Turner tinha sido até o início de 71 chefe da casa civil do governo Abreu Sodré e nesse momento, desde o ano anterior o Fleury estava sendo processado pelo

promotor Hélio Bicudo. O governo Sodré se mobilizou pra fazer a defesa do Fleury. Eu fui presa em novembro, dois meses antes o Hélio Bicudo tinha sido afastado do processo, e na verdade o Henrique Turner foi testemunha de defesa no processo do Fleury. O Hélio Bicudo estava processando o esquadrão da morte, e nesse processo ele chegou para o Fleury, era o chefe, e ele enfrentou várias dificuldades, e apesar do Fleury estar protegido desde o planalto, tinha ainda uma atuação o ministério público, e ele era promotor, mas dois meses antes ele foi afastado, e dois outros promotores continuaram a investigação. Então era uma situação onde o Fleury estava um pouco acuado, mas de qualquer maneira o Henrique Turner tinha sido testemunha de defesa e fazia parte desse esquema de defesa do Fleury. O meu pai tinha trabalhado, durante muitos anos, como deputado federal da Arena, na mesma comissão, na Comissão de Relações Exteriores em que o Henrique Turner tinha sido, ele era deputado federal antes de vir pra casa civil do governo Sodré. Então eles tinham convivido bastante na Comissão de Relações Exteriores, tinham bastante proximidade, então o meu pai foi procurá-lo e em caráter pessoal, pediu que intercedesse por mim. Ali eu estava numa situação, a tal história da bolsa né Marlene, bolsa de mulher, num dos interrogatórios feitos pela turma do Fleury, eles vieram com um papelzinho na mão que eles acharam dentro na minha bolsa. E nesse papelzinho era o seguinte: uma das minhas tarefas no movimento estudantil era organizar o mural. A gente organizava um mural pra burlar a questão da censura, então a gente tinha um mural aonde a gente colocava as vezes notícias que saía na rede estrangeiras, as vezes coisas que a gente saía por fora, e as vezes coisas que saía na imprensa, mas as pessoas não tomavam conhecimento, então fazia o mural. E gente tinha um grupo arregimentado de pessoas pra gente alimentar esse mural, e eles viram dentro da minha bolsa um papelzinho com umas anotações sobre os temas que a gente devia abordar ali naquele momento no mural, e entre eles estava lá “esquadrão da morte”, justamente porque nesse momento tava essa situação do Hélio Bicudo ter sido afastado do processo. Então esses investigadores pegaram aquilo e eles gozavam da minha cara, e eles diziam com muito orgulho “nós somos o esquadrão da morte”. Ali o que eles queriam, a coisa principal que eles queriam que eu falasse? Primeiro que eu confessasse o meu envolvimento, e eu fazia um pouco na situação ali que eu não sabia nada que acontecia, porque a minha colega Aparecida, disse: Bel deixa comigo, eu vou assumir o que for necessário, você não sabe de nada. O Hugo já está relatando tudo, e não adianta a gente ficar ocultando o que ele falou, o que ele já sabe. Então eu tentei manter essa situação, mas tinha uma dirigente que tinha sido presa, que ela não falava nada, nem o nome dela, e eles queriam saber quem ela era. O Hugo possivelmente sabia de onde ela era, tinha um nome, nome frio, e que ela era de Santa Catarina, e eu era de Santa Catarina. Então eles queria saber coisas sobre ela, e eu na verdade não sabia de nada sobre ela. Essa moça já foi mencionada, ela é a Clair. Pra mim o pior momento foi quando eu fui acareada com a Clair, e eles pegavam a Clair e batiam a cabeça dela na parede e ela não abria a boca, e eles queriam que eu dissesse quem ela era. Eu também não sabia, eu falava o nome que eu sabia o nome frio. Então foi nesse momento que eu fui mais ameaçada. Se não falar vai para o pau e tal. Eu acho que o Fleury tinha se comprometido com Henrique Turner de me preservar. Ali tinha outra situação que era um pouco difícil pra mim também, que tinha uma mala cheia de documentos, que uma das pessoas que iam na minha casa tinham pegado, uma mala minha que tinha o meu nome, e tinha levado essa mala e estava cheia de documentos. E uma das questões que a gente sabia que eles queriam saber era onde ficava a gráfica que a Raquel terminou de relatar. O Danilo, o Hugo não sabia onde era essa gráfica, e possivelmente ele não

RELATÓRIO FINAL

sabia quem sabia. Ele disse que quem sabia era um menino, bancário, que apanhou até morrer, parece que ele também não sabia onde era. Eu acho que pela intervenção, aí no caso do Henrique Turner, eu fui poupada de falar sobre a questão da gráfica, já que ali tinha uma mala, que tinha o meu nome, cheia de documentos impressos da organização. Eles não me perguntaram sobre a gráfica. Depois de umas três semanas eu fui chamada, e entrei numa sala e lá estava o meu pai. Então de todas nós eu fui a única que também tive o privilégio de conseguir esse contato com a família. Ficou um delegado junto, não pudemos falar nada, o meu pai, tadinho, encheu o olho de lágrima, e só passou a mão no meu rosto. Depois na ante-véspera do Natal, dia 23 de dezembro, eu saí, e não saí indiciada. Eu tinha sido arrolada como testemunha, até hoje eu não tenho clareza se eu ia ser testemunha do que? Se eu não tinha falado nada, mas de qual quer maneira foi uma forma também de me obrigar a manter em contato com o Dops. O Fleury quando me liberou, disse que cada vez que viajasse, eu tinha que informar e dar o meu endereço. Eu saí dia 23/12, depois eu acho que no dia seguinte a Maria Aparecida também saiu. Houve o julgamento, eu não fui chamada no julgamento, e a partir disso mesmo depois, voltei uma vez com a minha mãe, ela me acompanhou. Voltei lá, eles me mandaram de novo ter contato com o Fleury pra dar o meu endereço. Foi por volta de 21/22 de novembro de 1971, em São Paulo. Eu queria comentar um pouquinho uma coisa que eu acho que é importante, que sempre me preocupou fazer esse relato, em relação a alguma estigmatização que possa ser feita em relação ao meu pai. O meu pai tinha sido deputado federal desde 1962, não por convicção, mas por algumas situações que foram criadas, ele se viu constrangido a se registrar na Arena. Eu não gostaria que o fato dele ter falado com um político que foi do esquema de proteção do esquadrão da morte, que façam alguma relação da relação do meu pai com esse esquema de defesa do Fleury, pelo contrario, eu acho que o meu pai era um democrata, era um homem que se colava com um homem de centro. Eu acho que depois desse contato próximo com a questão da prisão em que ele temeu que eu viesse a ser torturada. O meu pai era advogado, depois que ele deixou a política, ele reassumiu a cadeira de professor de direito. Meu pai é o que dá o nome do plenário, Plenário Osni Régis dessa Assembleia, então ele se engajou na Ordem dos Advogados, na seccional de SC, na Comissão de Direitos Humanos, em defesa das minorias indígenas, e o que ele passou a se empenhar contra as práticas habituais de tortura dos presos comuns. Ele me chamou, uma vez ele comentou comigo, ele disse: a esquerda só se mexe contra a tortura quando é a tortura contra presos políticos, ela não se mexem em relação a tortura de presos comuns que ocorrem diariamente em todas as delegacias e presídios desse país. Ele disse: isso é um grave erro. Então durante algum tempo ele trabalhou na Comissão de Direitos Humanos da OAB sistematicamente recolhendo denúncias de tortura dos presos comuns, e entrando com o peso da OAB contra essa prática. Infelizmente algum tempo depois mudou a direção da Ordem e eles não quiseram mais que continuasse abordando esse tema. Eu não me lembro aqui o ano exato que ele atuou na Comissão da Ordem e quando ele deixou de atuar. Foi grande frustração pra ele ter que abandonar esse campo de luta. Então por isso eu queria encerrar aqui a minha fala, dizendo que eu acho importantíssimo o fortalecimento da política que foi recentemente sancionado pela Dilma, em relação ao “Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura”, que nesse momento se dirige fundamentalmente para os chamados presos comuns. O Fleury, e todo o esquema do Fleury, o esquadrão da morte, ele se estruturou contra os presos comuns, depois esse now hall de tortura e de prática de extermínio, ele foi então utilizado pela ditadura contra os presos políticos. Eu queria encerrar aqui com essa questão de que eu acho

importantíssimo se fortalecer essa política que está sendo implantada, o sistema nacional de combate a tortura.

Questionamentos:

Manoel: *Eu queria te mostrar um estudo que a Comissão D. Helder tem feito desse depoimento do Daniel, essas são as informações foi que o Hugo deu. Todas as pessoas aqui citadas são da rede de Hugo. Pergunta importante é sobre o Honestino, você tem alguma informação além desse contato?*

Maria Isabel: *Infelizmente não. A partir de 72 eu me desliguei da Ação Popular, depois eu saí da prisão em dezembro. Tive alguns contatos ainda em 72, depois me desliguei. O Honestino por iniciativa dele tentou e a gente se encontrou em 72 duas vezes, mas por uma questão pessoal, de se encontrar, de conversar, de matar a saudade, em função de uma relação pessoal que já tínhamos estabelecido em 70. Logo depois da prisão do Honestino eu fui informada da prisão dele no dia seguinte, eu acho da prisão, eu fui informada através do, que eu posso falar hoje, o Marcio Volares de Almeida, acho que está no PDT. O Marcio que me procurou e me pediu que eu escrevesse um texto sobre o Honestino, pra gente divulgar na mídia sobre a prisão dele, porque nós todos sabíamos que ele seria assassinado. Tinham mandado um recado pra ele já, acho que de Brasília, que a gente sabia, eu sabia do tempo em que ele vivia lá na casa dele, que ele foi preso em 68 na UNB, e ele saiu com Habeas Corpus e depois ele entrou na clandestinidade. Então quem tinha prendido ele em Brasília tava revoltado, e tinha prometido que quando pegasse ele, ele seria morto. Eu sei que houve a insistência de várias pessoas pra que o Honestino fosse para o exterior, mas ele nunca quis sair. Eu não sei, teria que talvez ver quem que tava envolvido com os órgãos de segurança em Brasília, em 1968 que tinha pego o Honestino. Eu suponho que quando ele foi preso no Rio que esse pessoal tenha feito questão de pegá-lo. É muita coisa, e eu não sei se traz alguma luz. Eu acho quem tava no comando da segurança na UNB, e que tinha gana de pegá-lo.*

Manoel: *Qual seria a sistemática de perguntas do Fleury?*

Maria Isabel: *antes de vir para esse depoimento, eu tentei entrar em contato com a minha memória, e eu não consigo me lembrar. Eu lembro da situação, eu lembro da cena, porque eu fui interrogada sim, na sala dele, tinha aquela coisa oficial, tinha uma mesona, ele sentado aqui, do lado assim uma outra pessoa que eu julgo que era do CENIMAR, que tinha um jeito de militar, o cabelo cortado bem rentezinho, bem barbeado e acho que de terno, de roupa civil, mas era totalmente diferente do outro pessoal que eram os investigadores do Fleury e ficou do lado, e ele ficava me observando o tempo todo, e o Fleury que ia me interrogando e eu tava sentada na frente dele. O Fleury em nenhum momento me ameaçou de nada. Eu não me lembro, eu não sei formular a pergunta que ele fazia, pra mim foi um longo tempo, eu não lembro quanto tempo que foi de perguntas, em nenhum momento ele perguntou do Honestino. Ele não perguntou nomes, e nem codinomes. O que ele queria saber era sobre o grupo que se reunia na minha casa, e eu não sabia de nada, e qual era a minha participação. E esse era o meu maior medo, eu tinha pavor de que eles me perguntassem do Honestino. Logo depois dessas prisões, o Honestino teve que sair da casa em que ele morava. Em 72 algumas pessoas tentaram entrar em contato comigo, e a pergunta era sempre essa: se eles tinham perguntado pelo com o Honestino? Não*

RELATÓRIO FINAL

houve essa pergunta. Das pessoas que foram presas não sabiam do meu contato com o Honestino anterior.

Manoel: *Você conheceu o Gilberto Prata, ouviu falar nesse nome?*

Maria Isabel: *Não*

Manoel: *E do nordeste, alguma informação sobre o Paulo Wright, perguntaram sobre o Paulo?*

Maria Isabel: *Não perguntaram. Interessante porque eu era de SC, o Paulo era de SC, não perguntaram. A única coisa que eles perguntaram realmente era sobre a Clair. Eles queriam saber quem ela era, mas não fui torturada pra isso. Eu também não sabia. Não sabia o nome verdadeiro dela, nem sabia qual era a história, a trajetória dela em SC nada, como a gente era do meu estado, eles achavam que eu sabia. Mas o Fleury não me perguntou, foram os caras dele que me acarearam, fizeram a acareação com ela, bateram nela na minha frente, me ameaçaram, foi a única pessoa foi a Clair. O Danilo eu não fui acareada com ele.*

Questionamentos da Plateia

Marlene: *Não é bem uma pergunta, é mais uma questão de complementar o que estava tentando dizer pra mesa quando a gente formou o coletivo lá em Criciúma, logo que a Dilma em SP fizeram a sua Comissão da Verdade e que homenageamos o João Batista Rita, nascido em Criciúma, mas foi estudar em Porto Alegre, de lá ele foi preso, e foi solto em troca de um embaixador Suíço parece, onde houve uma lista de 70 nomes. Ele foi para Chile, com o golpe do Chile ele refugiou na Argentina, ali ele foi pego pelo esquadrão da morte, em coordenação com a Operação Condor, que era toda essa articulação das ditaduras do CONESUL. Ele e o Major Joaquim Cerveira, foram presos na Argentina, trazidos aqui para o Brasil, torturados até a morte. Uma pessoa da repressão presenciou isso, e deve ter ficado muito angustiada porque denunciou lá na ONU, essa carta, uma cópia dessa carta veio pra minha mão, eu acho que depois e entreguei pra Derlei como dossiê como que a gente tinha naquelas épocas anteriores, logo que a gente começou essa luta. A nossa greve também de fome que eu não relatei aqui, mas não completei porque a minha preocupação era de não tomar muito tempo da mesa e dos ouvintes, ela também tinha relação com o esquadrão da morte, porque o esquadrão da morte entrava nos presídios com toda autorização dos diretores dos presídios. Onde a gente estava no Presídio Tiradentes, vários presos comuns foram retirados dali para serem levados pelo esquadrão da morte, pra serem torturados até a morte com a assinatura do esquadrão da morte, que era uma cordinha de nylon amarrada no pescoço e jogados como presuntos; que se avisava através de rádio que havia um presunto. E o nosso grande temor que eles mexessem com os nossos companheiros ali no Tiradentes, que eles queriam levar inclusive o Frei Beto pra outros presídios, os frades franciscanos e mais outras pessoas que tinham bastante envolvimento, eles iriam ser separados de nós e levados para presídios distantes, e a gente tinha quase uma certeza que eles poderiam ser eliminados pelo esquadrão da morte. Então, fizemos essa greve de fome, e acredito que essa greve foi vitoriosa porque nenhum deles foi assassinado. Essa questão do esquadrão da morte era terrível, era uma ameaça que pesava sobre todos nós prisioneiros. A questão da tortura, da luta contra a tortura que ela existe em cada delegacia de cada esquina, eu sempre faço uma luta individual, sempre*

denuncio e sempre afirmo, inclusive estive a pouco tempo no presídio discutindo essa questão com as presas.

Maria Isabel: Como ela trouxe essa questão da Operação Condor, eu tenho uma pequena suspeita em relação a morte do Goulart. Em 75 eu passei a trabalhar na Folha de SP, eu fui repórter de política da Folha de SP, e eu tenho observado que ninguém relata a passagem que ocorreu em 09/09/76, o Lincoln Gordon esteve em SP, e eu era repórter da Folha e fui entrevistá-lo. Ninguém menciona a passagem do Lincoln Gordon exatamente nesse interin entre a morte do Juscelino Kubschek e João Goulart, em setembro de 76, dois meses e pouco antes da morte de João Goulart, e o que me deixou encafifada que eu gostaria de relatar, pequenos indícios. Eu era repórter da política e fui informada pelo meu editor que o Lincoln Gordon estava em SP, e que ele iria dar uma entrevista coletiva, e que ele hospedado no Hotel Hilton, no início da Consolação. Então fui pra lá e fizemos a entrevista com ele, qual era a questão básica? O que Lincoln Gordon está fazendo no Brasil? 9/9/1976, ele tinha saído da embaixada brasileira desde acho que 66, faziam 10 anos, ele nunca mais tinha voltado ao Brasil. Então porque naquele momento ele estava no Brasil? Então fiz a pergunta óbvia, e ele disse que ele tinha vindo em caráter exclusivamente pessoal, que ele não tinha mais vínculo nenhum com o governo americano, que ele nesses anos ele estava dedicado a consultoria com as empresas privadas, e que ele tinha vindo em caráter pessoal reencontrar amigos, e que vinha participar de uma celebração que os empresários iam fazer pelos 200 anos da publicação do livro de Adam Smith. Bom, eu não sabia nada sobre esse evento e quando eu cheguei na redação eu fui perguntar para o pessoal da economia se sabia de alguma coisa, ninguém sabia desse evento. Olhei os outros jornais no dia seguinte, ninguém sabia. Eu acho inverossímil que o empresário brasileiro fosse homenagear o Adam Smith. Então era uma desculpa muito esfarrapada, ele não tinha desculpa, e a outra questão era o seguinte: ele não tinha como explicar como ele estava ali. E o que me deixou com a pulga atrás da orelha naquele momento: ele tava assim esquivo, e ele disse que não podia prolongar a entrevista porque ele disse que tinha esquecido o português, então tinha problema de língua, ele tinha ficado 10 anos sem falar português. Agora eu recém li o livro de um outro jornalista Paulo Moreira Leite, que fez uma entrevista quando ele foi correspondente Washington, em 2000 ele fez uma entrevista com Lincoln Gordon. O Lincoln Gordon continuava frequentando a embaixada do Brasil nos Estados Unidos, ele continua tendo o contato íntimo com os brasileiros até o ano 2000. Então essa era mentira que ele não falava mais português. E o que me deixa mais cabreira? Ele começou a entrevista dizendo que ele tinha vindo em caráter exclusivamente pessoal pra rever amigos e que ele não pretendia dar entrevista pra imprensa, mas que o Estado de SP tinha sabido da vinda dele a SP, o jornal Estado de SP, e que ele achou que não seria bem ele dar entrevista apenas pra um jornal, que não ficaria bem, então ele mandou chamar pra uma coletiva. E o que fiquei cabreira e comentei com um colega da Agência Folha, eu falei: que estranho o Estadão não mandou um repórter de política, eu acho que pra entrevistar o Lincoln Gordon tinha que ser um repórter de política. E esse meu colega se referiu ao repórter que o Estado tinha mandado que ele era da polícia. É uma coisa complicada gente, não tem prova, não sabe, quem do meio jornalístico que era da polícia? Ele me disse: cuidado ele é informante da polícia. E eu fiquei com aquilo, aquela pulga atrás da orelha, era tudo muito estranho. O que o Lincoln Gordon tinha vindo fazer no Brasil, e porque o estado em vez de mandar um repórter de política, foi um sujeito que eu nunca encontrava quando ia fazer cobertura de política, eu só encontrava ele

RELATÓRIO FINAL

quando eu ia fazer cobertura de julgamento de preso político. Então na Folha a gente tinha um espaço de atuação em que eu cobria essa parte, e a gente foi abrindo espaço pra relatar como eram os julgamentos nas auditorias militares. A gente descrevia, às vezes eu botava um trecho do processo, e a gente ia caracterizando como era esse processo, e o Estadão ia esse sujeito, e o noticiário do Estadão era assim: era lacônico uma coisinha desse tamanho, aonde saía assim: “ontem o juiz da auditoria militar tal, tal, condenou fulando, beltrano a tanto tempo.”, era isso. Eu fiquei cabreira, mas fiquei com aquilo. O jornal não deu muito destaque pra presença do Lincoln Gordon, os jornais não deram destaque pra presença dele, como se já fosse pagina virada, há 10 anos que ele não era mais embaixador do Brasil. Enfim, depois quando começou a surgiu a suspeita de que o João Goulart tivesse sido assassinado, e que surgiu aquela denúncia de que o Fleury estaria por trás do assassinato, eu comecei a fazer essas associações. O Fleury, o pessoal do Esquadrão da Morte, assim pelo que eu li, eu li a biografia do Fleury que foi escrita pelo (aquele jornalista do jornal da tarde), o Percival. O Fleury tinha uma espécie de um assessor de imprensa, um porta voz que se comunicava com a imprensa, e a gente sabe o que acontece, e geralmente privilegia pra dar informação quem é amiguinho dele, dar o furo, dar o furo primeiro de que apareceu o cadáver, em tal e tal lugar. Então eu comecei achar que o Fleury tivesse comunicado a esse repórter do Estado de SP a presença do Lincoln Gordon que ele tivesse ido fazer o contato com o Lincoln Gordon. Pela biografia dele eu vejo que ele tinha muito orgulho dos contatos que ele tinha com os americanos. Tem uma passagem do livro dele em que ele fala de uma das namoradas, das amantes dele, que ele levou pra um encontro com os americanos que estavam dando assessoria pra eles, num jantar que foram então. Ele gostava de exibir o contato com os americanos. Ultimamente quando eu assisti o filme, “O dia que durou 21 anos”, quando eu vi aquela cena do Lincoln Gordon convencendo o Kennedy de que o João Goulart era comunista, ele tinha aquela gana contra o Goulart, o negócio que eu pensei que nesse momento em 1976, que já se sabia que o Carter seria eleito, e tinha uma proposta de direito humanos, e que o governo Brasileiro seria pressionado a abertura, eu fiquei com essa suspeita que o Lincoln Gordon não ia deixar passar essa, de que o grande feito da vida dele que foi articular o golpe de 64, que fosse por água abaixo, e que o João Goulart voltasse para o Brasil. Eu acho que ele quis terminar o serviço. Em função desse pequeno indício de que ele não tinha como explicar a presença dele no Brasil, que ele falou várias mentiras, ao longo dos anos eu fui vendo, e desse pequeno detalhe do repórter do Estado eu creio possa ter haver alguma conexão. No filme aparece uma cena em que ele convence o Kennedy a dar dinheiro ao Brasil e foi o dinheiro que veio em 1962 pra garantir uma bancada no Congresso Federal que se opusesse ao João Goulart, (“o Ibad. Ibad é um biombo de financiamento da Cia das eleições”. O Estado de Pernambuco foi gasto cinco milhões de dólares pelo Ibad contra as eleições de Miguel Arrais em 61/62, armando usineiros, pagando médicos para fazer laqueaduras, dentistas, transportes, tudo que você imaginar, comprando programas de rádios e de tvs, financiando artistas, um grande mega projeto de cooptação financiado pela Cia.) Então é nesse momento, até é muito interesse esse diálogo que aparece do no filme, eu aconselho que vocês vejam, quem não viu o filme “O dia que durou 21 anos”, dá pra ver na internet. Então, tem essa passagem que inclusive o dinheiro que ele pede dinheiro pro Kennedy, o Kennedy diz: não, isso é o valor de uma campanha presidencial dos democratas nos Estados Unidos. Ele diz não: mas nós precisamos desse dinheiro para impedir que o Brasil se torne um país comunista porque o João Goulart é comunista, e são parentes. Já que eu falei do meu pai aqui

no meu depoimento, o meu pai em 1962 foi o único deputado de SC, que foi eleito deputado federal sem o financiamento do Ibad, foi o único que não se vendeu pro Ibad.

Mário Moraes - *“Presidente essa informação é importantíssima porque se ela nos ajudar e você rastrear você pode entrar numa linha de investigação que nós temos em Pernambuco sobre o financiamento da repressão. Então mapeando, se o pai dela não foi financiado conseguir sim, é claro que é muito difícil. Mas enfim, você terá um quadro de quem foi financiado, se você cruzar inclusive quem caçou Paulo Wright você tem um cenário bastante garantido em SC”.*

Maria Isabel: *Aqui foi publicado a lista do Ibad, de quem foi financiado pelo Ibad, eu fiz essa comparação, a publicação dos que foram financiados pelos Ibad e os que foram eleitos pelo Ibad, dos que foram eleitos o único que não está na lista é o meu pai. “Inclusive Presidente, existe um acervo no cofre do Congresso Nacional que são os arquivos da CPI do Ibad. Um dos depoentes dessa CPI é o Miguel Arrais que recebeu informações sobre a Operação Condor, que tem vinculações e dá esse depoimento no Congresso Nacional. Esse acervo existe no Congresso Nacional e nós estamos também acessando esse acervo”.*

Marlene: *É sobre a morte do Fleury, não sei se está bem esclarecido que a gente já teve uma espécie de certeza que aquilo foi queima de arquivo. Não terá sido encomenda do Lincoln Gordon pra ocultar qualquer informação, porque procedente do Fleury teria um crédito muito grande. Qual é a tua opinião baseado nessa tua experiência ou até dos outros também?*

Maria Isabel: *As vezes eu fico pensando realmente, eu digo, enfim, já sabia tudo que tinha que se saber sobre o Fleury, acho que se sabia de todas as conexões do Fleury com o planalto, mas talvez porque queimar o arquivo? Talvez a coisa mais grave que ele tivesse guardada e que seria um grande problema, seria o assassinato dos ex-presidentes da república.*

Vereador Lino: - *A respeito das pessoas que na época participavam, aquelas 15 pessoas que estavam na casa, tem nomes, não sei se na época eram só nomes fantasias, mas eles vieram de várias regiões, não sei se de SP, isso aí eram já é uma outra rede, não sei se de depoimento citar a Comissão da Verdade de SP, pra prestar de depoimento porque abre uma cadeia de famílias que vão atrás desses outros desaparecidos naquele universo, naquele momento, não sei se tá claro, nós estamos na comissão de SC, mas tem outras comissões. Se tu tens pistas, se deixasse de depor pra essas outras comissões da verdade em SP, e as pessoas aonde pararam, se todos morreram ou não morreram, como é que ficou isso? Isso é uma dúvida que ajuda outras pessoas de outras comissões da verdade em outros lugares.*

Maria Isabel: *Eu infelizmente não tenho nenhuma informações que possa levar ao esclarecimento, a não ser a essa questão do Honestino que eu acho que deve ser investigada em Brasília, quem era da área da segurança, quem prendeu o Honestino, quem interrogou o Honestino em Brasília em agosto de 1968. Então eu não tenho outras informações pra prestar.*

RELATÓRIO FINAL

Vereador Lino: *Outra questão, mais um comentário, a gente vai tentar participar da comissão municipal da verdade de Florianópolis, são três depoimentos, foi a Rose, depois a Raquel e agora você, tô levando a questão do contexto mais recente, uma questão que é importante levantar não se ajuda nisso, são as prisões comuns e no caso a população negra que vive no massacre, genocídio. O Amarildo Rocha sumiu por exemplo, então é importante essa comissão ter movimento anti prisional hoje enfim, ajudar nessas outras. porque a luta continua na forma dos trabalhadores, nas periferias, que são mortos invisivelmente. Então, é importante também nesse sentido continuar essa luta em outro patamar, não sei as CPI's das prisões, etc.*

Gerônimo: *Apenas na questão que a Isabel levantou, essa questão de nomes e de referências, Ibad, Aliança para o Progresso e Lincoln Gordon, acho que outro que hoje que não se falou aqui também e que passou por aqui, lembra Isabel do ponto 4 da Secretaria de Agricultura e a passagem do Dan Mitrioni aqui em Florianópolis que acabou a ser justificado pelos Uruguaios, pelos tupamaros se eu não me engano. Dan Mitrioni outro nome incógnito também que no nosso entendimento na época era um “formador” das câmaras e dos processos de torturas, etc e etc. É outro nome, outra referência que associado a essas tuas lembranças, referências ao Ibad, aliança par ao progresso e Lincoln Gordon, acho que Dan Mitrioni é uma casca que não deve ser esquecida, muita gente já esqueceu, mas a gente não esquece não.*

Mário Moraes - *Na verdade em cima da proposta de sua Excelência o Sr. Vereador, a Comissão da Verdade Dom Helder, utiliza como parâmetro o Protocolo de Istambul, esse documento é um documento de referência das Comissões da Verdade, você baixa na internet também facilmente e chama-se “Protocolo de Istambul”, e nesse documento que ele é resultado das Comissões Nacionais da Verdade, ele trata da questão de como lidar com esses procedimentos de escuta, como nós estamos fazendo aqui, e um dos encaminhamentos que nós adotamos a partir da experiência do Protocolo de Istambul é que toda documentação referente a qualquer seja a família ou vítima deve ser enviada o mais rápido possível para família. Por exemplo, se houver qualquer informação aqui sobre o Honestino ou qualquer investigação, como esse depoimento seu ele deve ser encaminhado. Isso pra gente seria ser importante pra comissão do referido Estado, pra comissão nacional e para família, porque isso vai fazendo com que a preocupação que o vereador tem que é correta de fazer esse cruzamento, por isso que nós estamos aqui. Então veja, hoje á tarde pra nós foi muito importante porque são coisas que a repressão foi nacional, ela foi coordenada nacionalmente. Então não vai ser a gente, nenhum estado isolado que vai fazer, não a gente tem que trabalhar em conjunto. Existe a experiência do protocolo de Istambul que dá legalidade a esse ato, a documentação nossa é pública. Portanto, não vamos ser nós que lutamos pelo acesso a informação que a gente vai se agregar a família das informações porque é importante. Lá em Pernambuco a gente ta trabalhando a internacionalização dos casos, porque? Como a nossa justiça ela tem os limites da Lei da Anistia nós podemos a partir da sentença que condena o Brasil no Araguaia, principalmente nos sequestros onde você não tem o corpo, o crime é continuado, bem lembrado aqui inclusive ontem. Então essas denúncias deverão ser levadas e conhecidas à esfera da OEA, hoje, independente do resultado das comissões, e nós estamos fazendo isso em associação com as entidades internacionais que tem acento no estado ou fora do estado. Por exemplo, o CEJIL ta estudando a internacionalização junto com o Gajop do caso do desaparecimento forçado de Eduardo Colier e Fernando Santa Cruz. Nós temos documentos novos que provam*

por exemplo, a prisão do Fernando. Documento original e muito importante, porque até hoje nunca se tinha nenhuma citação da prisão de Fernando, e nesse documento, é um documento que é um levantamento do guarda costeira assentado na região da Bahia, eles fizeram um relatório onde consta a informações a prisão de 13 presos políticos, e desses 13 presos políticos constam informações importantes sobre Ana Rosa Kucinsk, presa, diz a data e diz presa, isso pra gente nunca houve essa informação, Wilson Silva marido dela, Fernando Santa Cruz preso, segundo a documentação esse documento no dia 22 de fevereiro, que é uma incongruência porque ele foi preso no dia 23 de fevereiro segundo depoimento da família. Tem informação sobre David Capistrano que também é inédita nesse documento, e tem informação sobre Honestino que é exatamente falando da prisão dos dirigentes da AP e cita Honestino junto com Paulo Wright. Vejam como esses documentos são importantes, então a primeira coisa que a gente precisa romper é a ideia de que não tem documento, existem documentos sim. Eu posso até dizer que sobre todos esses casos que vocês relataram hoje a tarde, e deve existir acervos importantes, fichas, levantamento, todo estudo sobre cada uma de vocês. O que é que precisa ser feito? O governo com a Comissão Nacional da Verdade e o acesso direto ao acervo do SNI através do Arquivo Nacional. Foi feito isso pela comissão estadual e nós conseguimos já hoje 30 mil documentos. Em torno de 15 mil só do acervo do Dops de Pernambuco, e 16 mil do arquivo nacional. Hoje nós temos em torno de 30 mil documentos em análise, por isso que a gente precisa desses sistemas para fazer o cruzamento desses documentos, porque é uma quantidade de informação muito grande, sem falar que a comissão nacional também faz estudos importantes. Então, a gente precisa avançar nesses estudos e se possível na internacionalização dos casos. Aqueles casos que não forem resolvidos na esfera nacional, serão responsabilização do estado responder na esfera internacional. Isso é previsível, isso é possível, isso é uma forma importante de pressão pra que haja revisão, e haja a responsabilização. Só uma coisa, a Isaura foi ouvida a respeito do Honestino?

Maria Isabel: *Não. A primeira mulher com que ele era casado nessa época, em 68 ele já estava com ela, talvez a Isaura pudesse ter mais conhecimento de quem era o cara que tinha essa gana de pegar o Honestino, lá de Brasília. A Isaura mora em SP atualmente, Isaura Botelho. (Vamos fazer isso!!!) Eu tenho o contato de uma pessoa que tem contato com ela.*

Marlene: *A questão do Dan Mitrioni que o Jerônimo mencionou e que eu acho que passou pelo Brasil, e também Chandler, Arthur que também era um outro treinador sobre as questões de torturas, que parece que foi executado por um comando guerrilheiro lá em SP. Ele foi assassinado e parece que o filho estava do lado, a ditadura a aproveitou, a criança parece que não morreu, mas viu o pai ser executado, em função com essa ligação com a tortura no Brasil. Não sei se a comissão investigou ou não? Foi um comando guerrilheiro que executou quando ele estava saindo de casa.*

Tereza: *Eu perguntei se ele era funcionário de uma multinacional? Isso ta relatado em um daqueles documentos que eu passei, que é um relatório do serviço de inteligência brasileiro sobre esse caso, é em SP. Ele colaborava, assistia inclusive alguns interrogatórios dos presos. Então ele era presidente da Ultragás. Era o Boilesen. Tem um outro caso que também está no relatório que imputa que ele vai dizendo assim: organização tal, por exemplo APML aí diz se participou de ações?*

RELATÓRIO FINAL

Quais ações? Quem foram os militantes e que participaram e tipo de ações? O PCBR, tais, tais e tais ações, participou fulando, cicrano, dá os codinomes, aí diz: que é o caso do jovem do torturador, investigador no RJ, o Otavinho que era o braço direito de Fleury no Rio. Então tem esse relatório que é isso que é do CISA e do CENIMAR que vai e relata isso e responsabiliza qual foi a organização. Acho que o Chandler foi uma tentativa de sequestro, e que o segurança devido um atraso ou acidente, acabou havendo um tiroteio e ele foi morto. Está no relatório do CENIMAR.

Audiência Pública com jornalistas e historiadores

Data: 23 de setembro de 2013

Local: Plenário Paulo Stuart Wright da Assembleia Legislativa /SC.

A audiência pública deu início às 14:56h, com a palavra o Coordenador da Comissão, Dr. Naldi Otávio Teixeira com a presença da Professora e escritora. Derlei Catarina De Luca, para ouvir jornalistas que já trabalharam o tema.

Deponentes: Marise Verissimo, Marcos Espíndola, Celso Martins e Maikon Jean Duarte.

Depoimento de Maikon Jean Duarte (Joinville), autor do documentário sobre a DITADURA CIVIL - MILITAR EM JOINVILLE/SC (1964 - 1984)

Olá, Boa Tarde! Eu sou professor de História em Joinville, e em Joinville eu participo do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz, que é um centro de Direitos Humanos que existe desde 79, é o terceiro mais antigo do Brasil, e há seis anos eu comecei dentro dos direitos humanos quando estava na graduação em história, a pesquisar e a trabalhar o tema o direito a memória, o direito a verdade e história em Joinville específico. Dentro desse trabalho a gente começou a perceber algumas questões fundamentais que gente não encontrava no material produzido pela historiografia local, ou seja, a história que era produzida em Joinville, pela própria universidade, ou pelos historiadores autodidatas, o período da ditadura militar ele era deixado de lado, principalmente no nosso entendimento, que existe em Joinville o discurso muito forte, de uma cidade do trabalho, de uma cidade da ordem, da paz, então numa cidade que se trabalha, que se tem a ordem, que se tem paz, a ditadura militar ela passou silenciosa, ela passou sem acontecer nada. Então, infelizmente a historiografia durante certo período deixou em silêncio, é só no final dos anos 90, que a gente começa a ter uma preocupação da ditadura militar em Joinville. Daí nós vamos ter uma série de trabalhos acadêmicos, tem o trabalho do Celso Martins, que

contribuiu bastante com o debate da ditadura militar em Joinville. E nessas pesquisas que eu acabei fazendo, ele resultou nesse documentário, que chama Ditadura Reservada, que um projeto contemplado pelo Sindec (fundo de pesquisa municipal) e o documentário é dirigido pelo Fabrício Porto, jornalista de Joinville, e ele me chamou para fazer a pesquisa. Então, muitos do documentário vai falar sobre o apoio ao golpe dos setores civis e empresarias, e também a resistência da ditadura militar, mas pra hoje eu tentei pegar outro aspecto dessa pesquisa, o filme, eu trouxe algumas copias pra deixar para Comissão, ele já fala sobre bastante coisas sobre a ditadura militar, mas tem um tema que é muito silenciado ainda, que é a questão da participação civil empresarial na ditadura militar em Joinville. Então, isso é um tema dentro dos direitos humanos que incomoda muita gente, porque tem um silêncio muito grande. Quais foram os empresários, os setores empresariais que se envolveram no golpe? De que forma eles se envolveram? Então, nesse momento eu busquei todas as bibliografias que tinham, os livros publicados sobre o tema, os depoimentos que a gente recolheu no filme, eles davam algumas idéias, e algumas coisas que poderiam ser debatidas sobre esse tema, e também os recortes de jornais, que é pra gente tentar entender o que os jornais estavam falando na época, o que trata sobre esse tema. É muito interessante, porque se a gente for olhar o período da ditadura militar dos anos 60 em Joinville, o poder municipal, os prefeitos estão muito ligados com os setores da iniciativa privada, seja imprensa, ou seja no setor industrial. Então, a gente pode perceber que em Joinville há uma articulação muito forte da sociedade civil, tanto na política municipal, no setor empresarial, educacionais, religiosos e na mídia local. É claro que não é todo setor religioso que foi apoiar a ditadura. A gente tem uma série de relatos, de setor da igreja católica, por exemplo, que fizeram oposição a ditadura, que deram abrigo a pessoas que estavam na condição de perseguição. Mas, tem um setor significativo que acabou se envolvendo de maneira bem forte. Tem um personagem histórico em Joinville que é o ex prefeito Helmut Fallgatter, ele faleceu em 2000, ele foi prefeito de Joinville de 61 a 65. Nesse período que ele era prefeito de Joinville, ele tinha um cargo no setor privado da Drograria Catarinense, um grande laboratório da cidade, e também era um dos proprietários do jornal “A Notícia”. No período da morte do Helmut Fallgatter, do ex prefeito, o Jefferson Saavedra, colunista do jornal A Notícia, ele fez um perfil político do Helmut Fallgatter, e tem um detalhe, e aí vai falando, do envolvimento dele com o setor privado, e também do papel dele na modernidade da imprensa em Joinville. Porém nesses relatos ele não aborda os textos que o Helmut Fallgatter escrevia na época. Segundo consta o prefeito Helmut Fallgatter, era responsável pelo escritura dos editorias a notícia, Então a gente encontra nesse editorial, muitas coisas interessantes. Eu só trouxe um trecho aqui, só para esclarecer, eu procurei pegar trechos de depoimentos e textos dessas pessoas que estão publicados em livros já lançados. Eu poderia trazer muitos recortes de jornais também, mas para facilitar o acesso a quem tiver interesse, esses livros aqui por exemplo, “O Exército e a Cidade”, da professora Sandra, que é lançado pela editora Univille, ele traz um relato que é bem interessante, que é de abril de 64, era um trecho que Helmut Fallgatter, publicou em forma de carta, no jornal “A Notícia”, como ele fala assim: “ Como uma só família unida nos mesmo sentimentos levar os cumprimentos do Povo ao glorioso Exército Brasileiro, tão dignamente representado entre nós, pelos valorosos do 13º Batalhão de Caçadores, por motivo de sua ação corajosa e salvadora que libertou o Brasil da ameaça do comunismo que tentava trair nossa própria soberania”.

RELATÓRIO FINAL

Esse é um texto que ele publicou na primeira semana do golpe de 64, e é muito interessante porque ele coloca uma exaltação de maneira significativa ao papel do 13º Batalhão, que hoje é o 62º Batalhão de Infantaria, e o papel que esse Batalhão teve na promoção do Golpe em Joinville. Importante lembrar que no golpe de Joinville em 64, ocorreram várias prisões, na cidade de Joinville que o Batalhão realizou, Garuva, São Francisco do Sul, Jaraguá e Guaramirim. Então são cidades aos redores onde aconteceram uma série de prisões, inclusive estudantes do colégio que hoje eu leciono, que é o Governador Celso Ramos, que era um colégio de ensino médio, e vários estudantes ligados União Joinvillense de Estudantes secundaristas foram presos, depois acabaram voltando a serem presos em outras operações da ditadura militar em Santa Catarina. O Curioso é o seguinte: quando a gente fala do Helmut Fallgatter é obvio que existe um discurso enaltecendo a figura dele como prefeito. Cap. 3 Não vou entrar no mérito de querer julgar as modificações ou não modificações que ocorreram no período dele como prefeito de Joinville. Mas o fato que chama a atenção é que como ele uma pessoa ligado ao setor privado de Joinville que são os meios de comunicação, o laboratório da Drogaria Catarinense, e a imprensa, e depois assume o cargo político, e faz a defesa irrestrita do golpe militar. Então do período que ele esteve a frente do jornal a notícia, você vai encontrar uma série de editoriais enaltecendo o papel dos militares. Tem um texto chamado “tempo de resistência”

Audiência Pública para ouvir estudantes

Data 14/10/2013,

Plenário Paulo Stuart Wright da Assembleia Legislativa de SC

A audiência pública deu início às 14:40hs, com a palavra o Coordenador da Comissão, Dr. Naldi Otávio Teixeira, com a presença dos membros da Comissão da Verdade, Professora e escritora Derlei Catarina De Luca, representando a Sociedade Civil, e Dr. Anselmo Livramento Machado, representando a OAB. Audiência convocada para ouvir estudantes detidos no Congresso da UNE em Ibiúna em 1968 e outros.

Depoimento de: **Deputado Edson Andrino**, preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, SP, 1968.

Gostaria de cumprimentar o coordenador da comissão, representando a Procuradoria Geral do Estado de SC, Dr. Naldi, cumprimentar o representante da OAB, Dr. Anselmo, a Derlei que é membro da comissão. Cumprimentar a todos, o Jerônimo, ex- prefeito o Sérgio Grando. Eu vou procurar ser bem objetivo. Aqui ta o Jerônimo que nos acompanhava naquele momento, o Grando um pouquinho separado, mas também participou. Na realidade aqui em Florianópolis a gente foi preso algumas vezes, mas uma prisão que prendiam e soltavam logo. Uma vez que lembro bem, não sei se era o Médici que vinha a Florianópolis, e nos pegaram na fila do restaurante universitário. Eram 6 ou 7 que eles sempre pegavam (o Jerônimo, eu, o Markian, o Vladimir, o Motinha). O Markian pelo nome (Getulio Markian Kalinoski), então não tinha jeito. Eram prisões meio que temporárias, então eu me lembro desse dia na fila do RU (restaurante universitário), e foi o Vilela (Edson Vilela) que era o comissário conhecido da gente, tava muito frio, eu disse: O Vilela tu vais me levar numa noite fria dessas pra cadeia? Eu te deixo ir na Lagoa buscar uma

blusa, e claro que eu fui buscar a blusa e não voltei mais. Eles ficaram presos e eu fiquei na Lagoa até o Médici embora. Na realidade aqui em Florianópolis particularmente, havia uma ligação dos comissários às vezes com a gente e facilitava as coisas. Mas a questão de SP, XXXº Congresso da UNE, eu fazia na época a faculdade de direito e economia, e fui representando a faculdade de economia, apesar de ser um congresso clandestino nós fomos tirados em assembleia geral dessas faculdades. Todo mundo sabia quem ia para o Congresso Nacional de Ibiúna. Eu viajei com o Paulo Alves, que hoje é médico em Florianópolis, passamos em Itajaí, foram dois estudantes conosco, uma moça e um rapaz do seminário. Chegamos em SP, tinha um problema muito sério da faculdade Mackensi com a Filosofia, tavam disputando, brigas, e nós tínhamos que ir para São Roque, se eu não me engano, a Derlei também tava nesse processo, a Rose, o Paulo, o Jerônimo, etc. E viajou aqui comigo um rapaz de Chapecó que iria para o congresso de Ibiúna e ele desapareceu em SP, aí houve uma preocupação muito grande, porque que ele tinha desaparecido do SP/SP/Centro, porque que ele não tinha ido conosco. Então, como a gente tinha uma senha, dependendo do dia e do horário que você chegasse na cidade, e eu me lembro bem o horário que eu cheguei. Tinha uma menina com a Realidade debaixo do braço, e eu tinha que perguntar pra ela quem era o dono do cinema, e o dono do cinema ela me responderia era coveiro da cidade, e claro que eu perguntei, e ela me respondeu a senha, eu acabei saindo com ela, cheguei numa Kombi que estava atrás de uma casa meio escondida, e já estava cheio de estudantes, e dali nós fomos levados pra Ibiúna. Chegamos em Ibiúna, chovia muito, no meio de uma fazenda, onde eu sempre digo, aquilo não era um congresso para discutir política, aquilo era teste de faquir, porque não tinha comida, chovia muito, todo mundo com frio, com cobertor nas costas, e aí bateu fome, foram numa cidadezinha pequeninha compraram mil pães, a polícia atrás do pessoal, chegando numa cidade daquele tamanho comprando mil pães, é claro que a polícia descobriu, e eu me lembro bem que era um galpão enorme que a gente dormia, até as 10hs eram as moças que iam tomar banho numa cachoeira, depois das 10hs eram os marmanjos, tinha uns que já iam um pouquinho antes. Aí de manhã cedo, depois de uns três dias naquela agonia, não se conseguia fazer o congresso, em função das circunstâncias de chuva, de frio, essa coisa toda. Eu lembro bem que de manhã, eu olhei pela janela, acordei no galpão, vi um policial armado, putz policial aqui, o cara meteu o pé na porta, arrombou, comunista, não sei o que, xingava todo, saiu todo mundo de fila. O Jerônimo, eu me lembro bem, eu levei a roupa do couro, o Jerônimo levou uma mala que parecia que ia para Europa, e eu tive que ajudar o Jerônimo a carregar a mala um bom tempo. E eu me lembro nós entramos no caminhão, no mesmo caminhão, entrou eu, o Jerônimo, o Mota, e numa subidinha o caminhão tava muito cheio de estudante, muito pesado, e numa troca de marchas, o caminhão parou, e eu disse: “eu vou pular”, alguém disse tu não pula, eles contaram quantos tinham, e vão contar de novo, tá faltando um, eu acabei não pulando. Não sei se foi bom ou não. Ao fomos para o Presídio Tiradentes, três dias depois greve de fome, passou alguém vendendo bala de goma, e o pessoal furou, teve um deu uma dor de barriga terrível. O interessante que no presídio, uns ficavam presos no andar de cima e outros no andar de baixo, eu fiquei sem o sapato, então a gente trocava, a imprensa fotografava o intercâmbio com os presos conosco. Depois foi o caminhão nos pegar lá em SP e nos levaram para Biguaçu para sermos fichado. Eu gostaria de fazer uma referência aqui, porque na época, depois foi muito divulgado, o Parasar mandou jogar os estudantes no mar.

**Audiência Pública para ouvir presos na
OPERAÇÃO BARRIGA VERDE**

Data: 21/10/2013,
Plenário Paulo Stuart Wright da Assembleia Legislativa de SC.

Depoimento: JULIO CESÁR SERPA

Boa Tarde a Todos! Eu peço desculpas, eu fiz uma cirurgia e tenho uma certa dificuldade pra falar. A comissão da verdade está fazendo um trabalho a nível nacional e eu não poderia deixar de ser, também aqui em SC. Em 75 nós tivemos aqui em SC, um acontecimento, evento como a maioria dos companheiros que aqui estão, e vários e vários companheiros foram presos e alguns na maioria vieram que infelizmente faleceram, alguns por esse acontecimento em SC. Muitos eu conheci, todos dizem assim, e vários dizendo, e deles viraram até alcoólatras por esse tempo que tiveram presos, 11 meses, um ano, e assim por diante, Foram companheiros valiosos, valiosos mesmo, que perderam. eu não diria a vida naquele momento, mas perderam o que eles tinham de melhor, que era a sua dignidade, a sua família e por aí a fora. E esses companheiros, em Joinville por exemplo faleceram 3 ou 4 companheiros, e em Florianópolis a mesma coisa, em Criciúma. Claro, nós vamos ficando velho, eu quando eu fui preso eu tinha 26 ou 27anos, hoje estou com 65anos. Então, claro que também um pouco muito pela velhice. Na época em 75 quando fomos presos, nós tínhamos um partido razoavelmente organizado no estado. Eu tinha um companheiro legal, que até na época ele tinha saído de uma prisão, e voltou a se encontrar conosco em algumas reuniões, um ou duas reuniões, que ele tava recentemente voltando e acabou caindo de novo, foi preso o Edgar e ficou mais 11 ou 12 meses preso na época. Então foi uma época muito difícil, nós todos com familiares, eu tinha 3 filhas, e a minha esposa que aqui está, estava esperando uma quarta menina que nasceu até prematura. Foram épocas assim que dificultou muito a nossa, tanto quanto nós estivemos presos e afastados da nossa família, mas isso foi um pouco tempo de nossa vida, mas o que nós sofremos e depois as prisões. Eu acho que eu não tive muito problemas com a prisão, mas a maioria dos nossos companheiros tiveram essas dificuldades. Eu quero dizer que eu não estava preparado pra falar, eu vim aqui só assistir, é um evento que é importante nós participarmos por isso que estou meio embasbacado, falando a palavra correta. Basicamente companheiros foi isso que aconteceu à época. E tivemos também, claro que nós tínhamos uma participação a época, pertencíamos a um partido comunista. Naquela época esses partidos eles diziam que eram irregulares. Nós éramos tão pequenos, mas tão pequenos, claro que tínhamos a sabedoria, sabíamos aonde queríamos chegar, mas eram muito pequenos. Tanto como o partido comunista brasileiro, como o partido de esquerda, nós tínhamos o poder talvez de convencimento dos companheiros, mas nós não tínhamos capacidade logística pra deflagrar uma revolução, aquilo ali foi um acontecimento, a maioria de nós fomos presos, nem sabíamos na realidade porque fomos presos. Claro que todos nós, até por termos o companheiro Edgar de Joinville, do estado de SC, nós tínhamos uma certa desconfiança, não medo, mas uma desconfiança de que uma hora ou outra nós seríamos presos.

Derlei: *Sr. Julio, o senhor lembra mais ou menos a data que o Sr. foi preso?*

Julio: *Eu fui preso na realidade duas vezes, que eles me levaram dia 20 de setembro se eu não me lembro. Prenderam eu e a Rose Cardoso, e eles não conseguiram provar nada a época de que era que eles estavam procurando, eu consegui enrolar no batalhão em Joinville, e a outra vez que eles me prenderam foi em 04 ou 05 de dezembro do mesmo ano, em 1975.*

Derlei: *O Sr. já disse que era militante do PCB, além das reuniões teóricas vocês tinham algum trabalho prático?*

Julio: *Muito pouco, se fizesse era mínima coisa, foi uma prisão de consciência exatamente.*

Derlei: *O Sr. poderia nos relatar em poucas palavras como foi a sua prisão? O Sr. estava em casa, no trabalho, como é que foi?*

Julio: *A primeira prisão eu estava no trabalho, até a Zilma a minha esposa, eu era operário, nós estávamos numa situação difícil, ela tinha ido até ao banco pra mim pra retirar se eu não me engano, eu não me lembro, era alguma coisa do governo. Então, eles me pegaram na empresa, e eu fui preso e fiquei até uma ou duas horas no exercito em Joinville. Quem me prendeu a primeira vez? Eu acho que era o pessoal do exercito mesmo. Eu convenci eles, a me levarem na minha casa e avisar a Zilma, e tal. E o que eu queria? Que eles me levassem em casa pra mim falar com a Zilma e sumir com o material do partido, tudo. E isso que foi feito, eu consegui que eles me levassem casa, conversei com a Zilma e ela jogou fora, ou queimou, ou enterrou, fez alguma coisa com o todo o material que poderia me comprometer, e ali pelas 11hs, 11 e pouco, quando apareceu o pessoal que veio daqui de Florianópolis e foi pra Curitiba, que deram os primeiros cacetes foi em Curitiba. Então, tiveram lá pra me reconhecer pra saber se era o Julio que eles estavam procurando, e o seu Uri eu lembro até hoje, o Uri disse que não era eu. Botaram eu e mais dois soldados do exercito pra ele reconhecer entre nós três. O que ele disse depois pra que eu vim a ser preso no futuro: é que olhou pra mim, cabeludo então qual dois ali, apontou pra um soldado daqueles ali, pra dizer que era o soldado tal que ele conhecia, dali que eu me safei. A segunda prisão eu não me lembro se foi 4 ou 5 dezembro, eu estava vindo pra casa, já tinha saído do serviço, eles já tinham ido acho na minha casa atrás de mim e quando eu descii do ônibus pra ir pra casa, aí que eles me pegaram, bem na descida do ônibus, que eles sabiam aonde era que eu descia do ônibus.*

Derlei: *O Sr. poderia me dizer qual o nome da empresa que o sr. trabalhava?*

Julio: *Granalha de Aço que não existe mais.*

Derlei: *O Sr. foi preso dentro da empresa?*

Julio: *A primeira vez sim.*

Derlei: *Quando eles chegaram pra prender o sr. provavelmente perguntaram para o patrão o para as relações humanas, quem era?*

Julio: *Sim, eles que me indicaram.*

Naldi: *A segunda prisão foi também em Joinville? Pelo exército?*

Julio: *Foi também em Joinville, pelo exército.*

Naldi: *Qual foi o tratamento que dispensaram durante a prisão?*

RELATÓRIO FINAL

Julio: *existem dois tratamentos aí que a gente precisa distinguir: o primeiro tratamento foi de porrada, cacetada e tal, e denuncia pra sugar tudo o que a gente tivesse pra dizer, os primeiros 15 dias. Depois deu uma aliviada quando nós viemos pra a penitenciária de Florianópolis, o primeiro tempo nós ficamos no comando da polícia, e depois nós fomos para penitenciária agrícola de Florianópolis, aonde nós também não tivemos muita violência assim. Claro que tiveram pessoas que apanharam muito mais, tipo o Edgar lembra do Mota quando chegou na penitenciária nós não o reconhecemos, e a gente o conhecia bem. Ele não está mais vivo, mas foi um sujeito que sofreu muito, muito mesmo. E assim por diante, pessoas mais e outros menos.*

Naldi: *O Sr. falou que foi preso com a Rose, ela também sofreu violências?*

Julio: *claro, ela sofreu e muito mais do que eu.*

Anselmo: *eu gostaria de saber do depoente se ele lembra o nome de algum dos torturadores, lembra do nome de alguma autoridade que o prendeu?*

Julio: *Olha, em Joinville um dos policiais eu lembro o nome, um tal de Espezim. Espezim era o delegado de polícia na época ou coisa parecida. E uma das pessoas na época também estava junto, cuidou de nós, eu não sei se aquilo era cuidar, que ele estava lá, ele ia lá, era o Frois, hoje ele trabalha na Prefeitura de Joinville, e chefe de gabinete do Prefeito.*

Naldi: *Esse Frois foi um dos torturadores?*

Julio: *Não. Ele só acompanhou as pessoas lá em Joinville.*

Anselmo: *O Sr. se lembra se o Espezim está vivo ainda?*

Julio: *Espezim era delegado em Guaramirim, deve ser vivo ainda sim.*

Anselmo: *eu gostaria de ouvir do depoente se ele poderia detalhar a que espécie de tortura que ele foi submetido, se foi apenas a violência física do ponto de vista de socos, ponta pés ou se ele realmente foi colocado a um instrumento de tortura?*

Julio: *a tortura, a maioria sabe, primeiro que psicologicamente eles já acabavam com qualquer pessoa, porque eles jogam e tu não sabe pra onde é tu vai. Eu estava em Joinville e eles me levaram pra Curitiba, eu não sabia pra onde é que eu tinha ido. Eu fui vendado de Joinville até Curitiba. Claro que lá principalmente no primeiro dia eu levei muito tapa, muito socos e até choques elétricos, e assim por vários dias. Depois chegaram os companheiros que foram presos depois de mim. E claro quando esses companheiros chegaram, tanto eu quando o Irineu que conhecíamos mais o partido em Joinville, nós fomos de novo agredidos tanto com chutes, choques elétricos por todas as partes do corpo.*

Anselmo: *exatamente nas dependências de qual instituição?*

Julio: *DOI CODI era nas dependências do exército em Curitiba, eu não sei aonde é, nunca procurei saber, já tinha passado por lá e não me interessou, mas foi nas dependências do exército, até porque quando eu fui ao banheiro, trepei no vaso sanitário e vi várias viaturas do exército e do corpo de bombeiros também.*

Depoimento: Edgar Shatman

Boa tarde a todos, meu nome é Edgar Shatman, eu fui preso várias vezes, em 1967, 1971 cumpri uma pena de dois, e depois fui preso em 05/12/1975, aí Operação Barriga Verde, eu estava na empresa e vi aquela movimentação toda, eles me encapuzaram e me levaram para delegacia. Ai fiquei um tempo ali, e me levaram para Curitiba encapuzado. Percebi que era um centro de tortura, eu ouvi os companheiros gritando, o clima era muito pesado. Eu fui colocado num cubículo e eles colocaram aquele veneno pra pulga, pra barata, aquilo me deu uma asma, aquilo me deu uma alergia, eu achei que tinha chegado a minha vez. Eu ouvia os gritos dos companheiros, aliás eles estavam em frangalhos, eles estavam mesmo em um campo de concentração, vestido com uma capa ou um saco assim, e eles diziam: você vai ficar assim também. Passado um tempo, um ano, depois levaram nós pra Florianópolis, em Florianópolis nós ficamos no comando da policia militar, ai passaram algum tempo e fomos pra Canasvieiras, em Canasvieiras nós ficamos lá até o final de 1976. Desde que eu soube pela imprensa que havia essa comissão eu achei de uma importância muito grande, porque as nossas memórias vão embora conosco e aí pra contar a história pra novas gerações, como é que vai ser? Então isso fica gravando. O pessoal de Joinville fez um DVD, eu encontro pouco da história das prisões da operação Barriga Verde daquela época. Outros cineastas daqui de Florianópolis, Francisco Pereira Filho, que fez um documentário chamado “Audácia”, também teve seus presos. Então são documentos que ficam, mas dessa da comissão ela tem um alcance maior, porque tem um alcance nacional, eu acho muito importante isso. Eu fui muito nas escolas, era chamado nas escolas pra falar com os alunos, mas muitas vezes eles sabiam mais do que eu através da internet. O Sr. senta ali na mesa, não eu tenho que falar pra plateia. Pela internet eles conseguem muitas informações. Eu fui em muitas escolas e teve uma receptividade muito grande, emocionante até. Essa juventude querendo saber, uma curiosidade muito grande, onde havia um espaço eu falava abertamente sobre as prisões, divulgava os livros, os CD’s, tudo que falava sobre a ditadura. Teria muita coisa pra contar, mais ou menos fica até meio receptivo porque aquilo que o Julio falou, eu passei. Havia um padrão de tortura, era soco, choque, eles não perguntavam nada, batiam sem perguntar nada, mas te desmoralizar, fazer tu cair. Meu pai perguntava: porque isso? Vocês são loucos! Tempo de loucura. É impossível aceitar a ditadura, para mim era muito difícil aceitar a ditadura, eu não aceitava, por isso eu fui várias vezes presos. Eu fui condenado a dois anos de prisão. A primeira prisão, interessante, porque em 1967 havia ainda o Hábeas Corpus, havia ainda uma certa liberdade de imprensa. Eles prendiam mas não tinha muita convicção, havia um certo receio, eles até queriam pedir desculpa, “desculpa por ter prendido você”, porque não havia consolidado. Pirou depois de 1968, no final quando foi editado ato institucional nº 5.

Derlei: *Qual era a empresa que o Sr. trabalhava?*

Edgar: *Eu trabalhava na Metal Premar, não existe mais essa empresa.*

Derlei: *Em 67 e em 75?*

Edgar: *Em 75.*

Derlei: *E em 67?*

Edgar: *Em 67, fui preso em Curitiba e trabalhava na Pinheiros Produtos Terapêuticos.*

Derlei: *Quanto o Sr. foi solto, voltou para empresa?*

RELATÓRIO FINAL

Edgar: Não. A empresa tinha falido, porque eles tinham empréstimo do BRDE, e o BRDE executou porque eu era um dos dirigentes da empresa, e quando eu saí os operários não tinham como receber o dinheiro, não tinham como vender mercadorias e a empresa foi pra falência. Isso na Operação Barriga Verde em 75. Eu só voltei em 1976 no final, nesse período quase um ano a empresa não aguentou, faliu.

Derlei: A Operação Barriga Verde ela foi especificamente dirigida aos militantes do partido comunista. Aqui em SC prendeu segundo a gente conseguiu juntar até agora de dados, cerca de 46 pessoas, pode ser que tenha sido mais porque a lista não é fechada ainda, mas nos processos que a gente viu tem o nome de 46 pessoas. Eu sempre tive uma curiosidade e era importante a gente saber como começaram essas prisões? Porque tem que ter havido um ponto inicial. Quem foi preso? Como é que começaram essas prisões?

Edgar: Isso aí veio da Operação Bandeirantes de SP, daí veio descendo, veio para o Paraná, no Paraná eles prenderam o pessoal, torturavam, o pessoal falava. Quem que não falava com arame na unha ou na gengiva? O cara fala o que quiser. Matei meu pai? Matei e piquei, porque ninguém aguenta a dor é incrível. Alguns companheiros falavam e aí foi criando uma corrente. O companheiro falava, buscava aquele companheiro, torturava e companheiro falava e criavam-se uma corrente de prisões. As prisões geravam-se assim, porque são bem poucos que aguentam a tortura. Mas nós conseguimos salvar muita gente, mesmo com aquele clima a gente conseguiu, porque eles nunca tinham todas as informações. Tinha companheiro lá em Joinville que dizia: “mas eu não fui preso, porque?” Ah Porque? Porque ninguém falou! Porque sempre tinha o mínimo espaço de confundir os torturadores, os perseguidores, de inventar alguma coisa plausível para eles acreditarem. Graças a Deus muita gente não foi presa também por causa disso, mas em geral eles torturavam mesmo e pessoal falava.

Anselmo: O Sr. era filiado há algum partido político?

Edgar: Não. Eu fui filiado ao PCB quando ele conseguiu a legalidade em 08/05/1985, aí nós nos filiamos ao PCB. Mas antes a gente participava do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.

Obs: Na realidade como disse o Júlio nós éramos muito pequenos, modéstia parte um de nós valia por 20, porque nós éramos militantes mesmo, na luta pela redemocratização, na luta pelas eleições diretas. Por exemplo, nós apoiamos o Coronel Pedro Ivo Campos, que na época da prisão, da Operação Barriga Verde, deu uma mão enorme pra nós, ele era prefeito de Joinville (Coronel Pedro Ivo Campos). Se não fosse ele que autorizou a Prefeitura a dar bolsa (cesta básica) para as famílias, nós teríamos passado mal. Nós éramos todos operários, tudo gente simples, e o Pedro Ivo com muita valentia ele distribuiu as famílias. Não só isso, ele autorizou a Prefeitura as mulheres pra visitar os presos políticos. Ele dava assistência, ele ia lá na minha casa, mandava buscava a Lúcia pra me conversar. Mandava buscar a Zilma mulher do Serpa pra conversar, pra dar uma força moral, pra dizer: “não, isso vai passar, isso vai passar.” Então nós temos uma gratidão muito enorme ao Prefeito, ao Coronel Pedro Ivo Campos, há outros. Presidente da Câmara na época também ajudava, alguns Vereadores também ajudavam. Então nós não estávamos isolados assim sabe, mesmo com aquele terror, tinham pessoas que ousavam mesmo, se arriscavam e nos ajudavam, aquela solidariedade, mas o maior

de todos foi o Pedro Ivo Campos porque ele dava cesta básica e sem comida ninguém pára em pé.

Anselmo: *Não ficou claro pra mim, o Sr. preso em 67 e foi preso em 75. Em 75 trabalhava numa empresa a qual o Sr. exercia até um cargo de gerente. Em 67 o Sr. também já trabalhava em alguma empresa?*

Edgar: *Em 67 eu trabalhava na empresa Pinheiros produtos terapêuticos.*

Anselmo: *Mesmo depois dessas suas prisões em 75 o Sr. esclareceu que empresa quebrou. O Sr. constantemente tinha dificuldade de conseguir emprego ou sempre foi muito tranquilo o retorno ao trabalho?*

Edgar: *Ninguém dava emprego, eu trabalhava de servente de pedreiro, fazia biscate, mas a minha mulher que trabalhava, que sustentava a casa. Também eu vivi muito tempo na clandestinidade, mas assim a manutenção quem dava era a Lúcia, a Lúcia quem trabalhava.*

Derlei: *Qual a empresa que ela trabalhava?*

Edgar: *A Metalúrgica Duque.*

Derlei: *Eles sabiam que o Sr. tinha sido preso?*

Edgar: *Sabiam, inclusive quando ela ia me visitar em Curitiba, na penitenciária do AHU, eles não descontavam o dia. Nós tínhamos construído uma meia água, uma casinha e eu comprei do grupo da empresa eles tinham uma loja de eletrodomésticos e eu comprei ali à prestação e fui preso, e não podia pagar à prestação. Passado dois anos, eu fiquei preso dois anos, naquela época eu fui condenado ha dois anos. Quando eu fui lá pra acertar, eu disse: os juros deve ser alto? Ele disse: não, não, nós temos autorização aqui de não cobrar juros, cobrar só o normal. Fiquei desconfiado, mas dois anos? Não é todo mundo que faz isso, né? (Derlei).*

Derlei: *O Sr. sabe o nome do dono da empresa?*

Edgar: *Guilberto Agman*

Obs: Naturalmente tinha autorização do dono da empresa, ele não iria fazer isso. O que mais deixava feliz na prisão era encontrar notícias de pessoas desse tipo, Pedro Ivo, Sr. Agman, tantas outras. Tem uma historia que me deixou muito feliz, na segunda prisão (dois anos), eu tava cumprindo no Paraná, na Prisão Provisória do AHU, era o centro lá, agora eu acho que não existe mais, depois demoliram, não sei. Como a minha família era de Joinville, nós conseguimos transferência, aliás o advogado conseguiu, aliás um grande advogado Dr. Assis Breda, um advogado muito corajoso, conseguiu a minha transferência para Joinville, e lá tinha um militar, ele toda semana estava lá, o nome dele é Paulo Silvio Cazale (coronel), e ele era muito autoritário, mas eu sentia naquele autoritarismo certa falsidade, e disse: para aí não é assim, ele está fingindo, ele está representando, aos gritos chutava a cadeira, aí os outros presos diziam assim: você tá mal hein? Você vai ser fuzilado desse jeito, o homem ta uma fera. Passado a tempestade, aí vem o sol, vem a bonança, vem o vento. Eu trabalhei no CVV (Centro de Valorização da Vida), como voluntário, um trabalho espetacular de prevenção de suicídio, e um dia vinha um pessoal de SP precisa de um

RELATÓRIO FINAL

auditório pra fazer um curso pra nós. Disseram vai lá na FUNDEMA, lá tem um auditório que serve pra nós. Eu fui lá, e quando eu cheguei lá, o Diretor da Fundema era aquele oficial Paulo Silvio Cazale, quando ele me viu começou a gritar e disse: “eu vou fazer o que eu fazia contigo lá”, chutava cadeira, tudo. E me abraçou de uma maneira, eu disse: “não faz isso que eu começar a chorar aí”. Ele disse: você entendeu? Eu disse: entendi. Ficamos amigo. Ele disse olha eu tenho umas coisas que eu preciso dar um depoimento, mas vocês vão soltar quando eu morrer. Aí tal, se encontra na rua, fazia aquela festa. Coronel vice-comandante do batalhão, veja como são as pessoas. Outro dia eu encontrei ele com a cabeça toda raspada, bem magrinho, eu disse: meu Deus! Ele disse: é. é leucemia, eu vou pra Curitiba fazer quimioterapia, mas aquele acordo de nós fazermos a gravação está de pé, eu volto de lá e nós vamos fazer, mas não voltou, ele morreu. Até dentro do exército tinham pessoas extraordinárias, era uma pessoa que se revelou depois, e não era arrependimento, a gente via que era sincero. Assim outras histórias também, mas essas são histórias bem marcantes. A ditadura foi um período negro, mas foi um período de que ou você é ou você não é, você patriota, você concorda com que estão fazendo aí ou não, é preciso ter muita coragem. Meu pai dizia: vocês são loucos! Foi um período de muito entusiasmo, não é que eu tenho saudade gente, mas que tinha um entusiasmo tinha. Mesmo na prisão eu e o Julio passamos juntos, era sempre brincadeiras, piadas, um tempinho que eu guardo com muita alegria, muita felicidade, não quero que volte. Tinha um lado humano, fraternal, nós nos desesperávamos, mas pensávamos naquele pessoal que lutou no passado, por dias melhores, por um Brasil melhor, nós tínhamos como exemplo e isso nos reconfortava, nós éramos herdeiros daquele pessoal.

Naldi: *Sr. Edgar, o Sr. falou que foi preso em Curitiba, depois transferido para policia militar, se lembra o local da polícia militar que o Sr. foi preso? No quartel ou no Hospital? Porque teve dois lugares de prisão.*

Edgar: *A prisão de 67 eu fui para o exército, na Rua Rui Barbosa, na 5ª região militar, ali eu fiquei pouco tempo. Na primeira prisão nós ficamos pouco tempo, um ou dois meses só, o advogado entrou com Habeas Corpus e os juízes todos aprovaram e a gente saiu. Na segunda prisão eu estava fazendo compras com a minha mulher, fui preso, depois fui levado para delegacia de polícia em Joinville, de lá vim pra Florianópolis, fiquei na casa de detenção de Florianópolis, fiquei num fosso, não me recordo quanto tempo, mas foi bastante porque saí de lá bem barbado e cabeludo, e fui transferido para o AU, pra prisão provisória do AHU em Curitiba pra cumprir a pena de dois anos, depois foi transferido pra Joinville pra delegacia de polícia aí fiquei até, nem bem terminei a pena já saí antes.*

Naldi: *Sobre a Operação Barriga Verde, o Sr. falou que foi levado pra Curitiba, depois transferido de Curitiba para policia militar, e depois então para colônia penal agrícola em Canasvieiras. Nós gostaríamos que o Sr. relatasse qual foi o tratamento que o Sr. recebeu em Curitiba, que tipo de violência que foram tratadas, e na sequência na policia militar e depois colônia penal agrícola?*

Edgar: *Aqueles 10 dias, é o mesmo que o Julio falou, era de apavorar a gente com socos, ponta pés, choques. Eu vomitava muito, eu tinha asma, isso me dava uma asma constante, mas depois quando fomos transferidos aqui pra Florianópolis, amenizou bastante. Depois quando fomos pra Canasvieiras amenizou mais um pouco ainda.*

Naquele tempo era o governador Antônio Carlos Konder Reis, e o pessoal contava que ele mandava pra nós frango, carne pra fazer churrasco no final de semana, até um garrafão de vinho vamos dizer, mas eu acho que era cachaça aquilo. Tinha um período que dava saudade, tu não tem saudade Julio?. Eu consegui sobreviver assim psicologicamente porque eu sempre mantive o astral alto. Às vezes a noite me vinha sonhos, pesadelos e eu sempre lutando contra isso, contra esse baixo astral, contra aquelas recordações terríveis, e eu dizia: meu Deus eu sou um privilegiado porque eu estou vivo, estou inteiro, quantos ficaram? Muita gente ficou, deram a vida. Eu não, estou aqui inteiro, 73 anos e ainda namoro. Gente, eu sou assim, eu peço desculpas pra quem não me conhece, porque eu sou otimista ainda, eu procuro passar esse otimismo, essa fé, porque do contrário a gente vai ficar no coitadinho, aí eu era inocente, me fizeram isso, me fizeram aquilo. Coitadinho coisa nenhuma, a gente sabia o que queria, nós queríamos derrubar a ditadura e nós conseguimos.

Anselmo: *O Sr. lembra de mais algum companheiro na prisão?*

Edgar: *Aqui de Florianópolis: Roberto Mota, Alécio Verzola, Marcos Cardoso, Cirineu Cardoso. De Criciúma: Jorge Feliciano, Ciro e outros. De Joinville: Irineu Ceskin, João Jorge Machado de Souza, Osni Rocha, Waldemar, Toninho, Antônio Justino e tantos outros, a maioria já foi embora.*

Derlei: *O Sr. tem contato com essas famílias?*

Edgar: *A gente tinha uns contatos esporádicos, recentemente a gente ta intensificando esses contatos.*

Derlei: *Os familiares de Waldemar João Domingos, ficaram de aparecer, a gente entrou em contato, ficaram de aparecer, mas não apareceram.*

Edgar: *Antônio Justino eu convidei também, mas ele não conseguiu assimilar, absorver que aquela luta era uma luta patriótica, e nessa luta a gente se machuca, às vezes perde a até saúde, às vezes perde a vida, e ele não assimilou isso. Ele viu o DVD “Ditadura Reserva”, e ele ficou apavorado, e disse: isso vai acontecer outra vez.*

Anselmo: *Se ele recorda além dos que ele já citou, de mais algum nome de um torturador, de pessoas que infringiram violência física, o Sr. lembra?*

Edgar: *Quando a gente chegou aqui Florianópolis vindo de Curitiba, uma pessoa que me marcou muito foi Lúcio Acosta, ele me bateu, ele deu um soco em mim, caí, mas eu falei pra ele: “vai ser difícil você se esconder, você é muito grande, tem a pele preta, vai ser difícil, porque a coisa vai mudar, vai mudar. Aí ele me deu um chute, tudo, esse marcou bem.*

Anselmo: *Ele era da polícia, do exercito?*

Edgar: *Ele era chefe da policia federal, antigamente era no estreito.*

Naldi: *Mas o Sr. foi preso na policia federal também?*

Edgar: *Não, porque quando a gente de Florianópolis de Curitiba, a gente ia pra polícia federal, aí eles faziam a triagem, faziam o interrogatório, davam umas*

RELATÓRIO FINAL

lambadas, eu levei umas lambadas também, mas eu falei pra ele: “ quero ver ele se esconder?”, ele ficava mais louco ainda.

Anselmo: *O Sr. sabe se ele está vivo ainda?*

Edgar: *Pra mim foi uma tática anunciar que morreu pra não ser mais procurado, acredito que ele não morreu. Foi uma tática que se usa, que os criminosos usam. Morreu, o sujeito, bom se morreu não vamos mais procurá-lo, mas na realidade acredito que ele não morreu, ele foi transferido para um outro lugar. Uns foram transferidos, outros ganharam embaixada em Portugal com algum Coronel, é uma tática que se usa pra despistar, acredito que ele não morreu.*

Perguntas da plateia:

Elisio Eduardo Marcos (Associação Catarinense de Imprensa): *O Sr. e o Sr. Julio fizeram referência ao período em que estiveram presos em Curitiba, em diferentes locais, falou em quartel e falou em delegacia, em alguma vez o Sr. teve alguma referência ou o Sr. Julio a Clínica Marumbi, ouviu essa expressão em algum lugar em Curitiba?*

Edgar: *Não, não ouvi essa expressão, a não ser que o Julio, Julio tu ouviu falar?*

Julio: *Eu ouvi falar na época, é como eu disse: eu não sei onde é, e nunca me interessei a saber aonde eu fui preso lá, porque lá eu fiquei uns 15 dias, eu acho que foram os piores dias da minha vida, e eu não queria. Fui várias a Curitiba e nunca tentei identificar o local em que fui preso à época.*

Lucia: *o Sr. falou que foi condenado há dois anos de prisão pela segunda vez, e qual é o crime que lhe imputaram pra lhe condenar?*

Edgar: *Eu participa do movimento estudantil em Curitiba, estava fazendo o segundo grau no Colégio Estadual do Paraná Capanema, os estudantes eram muito politizados, e pichavam muros, e era panfletagens e tal, mas aconteceu um caso em Apucarana que elevou mais ainda a temperatura, é que uns guris, uns rapazes lá queriam fundar num Colégio um grêmio estudantil pra discutir, pra dançar, pra namorar, sabe como é a meninada, e foi proibido deles construírem esse centro estudantil, mas eles insistiram e foram todos eles presos, e trazidos pra Curitiba. Foi chamado “o processo dos meninos de Apucarana”. Passado muitos anos, muitos anos, eu fui a Curitiba e fui apresentado a um velhinho, um sr. de idade, e ele disse: lembra-se de mim? Eu sou um dos meninos de Apucarana. Isso aí revoltou muita gente, eram umas crianças, umas adolescentes querendo fundar um grêmio estudantil, e ser preso, trazido pra Curitiba sobre a mira de metralhadora. Deus, Deus meu aonde é que nós estamos? Isso acirrou mais ainda a revolta, e aí começamos a descida dos panfletos. Em Curitiba tem o Edifício AZA, acho que era o maior edifício e a gente subia lá em cima e deixava os panfletos lá e corria. Ficava na rua olhando o vento, dava o vento saí um panfleto, saía o outro, saí outro. Ah viva! Coisa de criança, pra que prender, pra que torturar a gente, são loucos!!!*

Derlei - *O sr. me permita uma observação, talvez esse menino que o sr. tenha se referido, e pela referência do Ed. Aza, seja Narciso Pires de Oliveira, que é o atual*

presidente do “Tortura nunca mais em Curitiba”, e um desses meninos de Apucarana o Três Reis, foi morto pela ditadura em SP.

Derlei: *o Mortati também foi morto, um dos quatro de Apucarana.*

Edgar: *Aliás o Paraná é uma tradição de luta muito importante, em SC não é tanto, mas o Paraná tem uma garra, uma dedicação, uma coisa louvável mesmo o Paraná. O pessoal era o estudantado, o operariado, era um pessoal que se entusiasmava, e peguei esse entusiasmo todo lá, lá do Paraná mesmo, não quero falar mal de SC, mas eu peguei lá isso aí, essa coisa de lutar, de levantar a cabeça sempre, a grande Paraná.*

Lucia: *Qual o crime pra ser condenado ha dois anos de prisão?*

Edgar: *Distribuição de material subversivo, que contrariava a Lei de segurança nacional. Teve gente que pegou mais, eu que tinha uma cara meio de guri, acho que ficaram com pena, baixinho e me deram dois anos. Se alguém quiser tem o DVD “Ditadura reservada”.*

Depoimento: Ciro Arnaldo Vicente (advogado)

Uma boa tarde a todos! Eu não tenho tanto entusiasmo como tem o nosso namorado, mas de qualquer modo vou tentar colocar as coisas que me ocorreram, num certo nível de registro histórico. Eu fui preso na primeira quinzena de novembro de 1975, e como não tinha uma culpa muito grande acabei sendo solto, fiquei só 59 dias preso, e acabei sendo solto no começo de janeiro de 1976. Entretanto quando fui preso, fui sequestrado, fiquei 10 dias sem que ninguém soubesse onde é que eu estava, nem a família, nem ninguém. Porque ocorreu isso? Também sempre fui um cara com muita vontade de mudar as coisas, e fui presidente do Diretório Acadêmico da faculdade de direito em Itajaí, quando as faculdades de Itajaí começaram em 64/65. Então, fundei o diretório, fui secretário, tesoureiro e presidente. Nessa função as faculdades não se regularizavam e nós fazíamos greves, passeatas, derrubamos diretoria, eu fui expulso duas vezes, passei 6 meses estudando em Blumenau porque não queria que ficasse em Itajaí. O pessoal de Itajaí fez movimento eu voltei pra faculdade. Em 68 encaminhamos nossa representante para o Congresso de Ibiúna da UNE, foi presa lá, tivemos que movimentar os advogados pra liberá-la. Ao mesmo tempo em que existia essa função de liderança estudantil, também era presidente do sindicato de bancários em Itajaí, e também tínhamos lutado por salário, por greves, passeatas. Enfim, fechamos o banco, enfim exercíamos uma função que era tida pela região como subversão da ordem. Todos que eram contra, eram subversivos. Nesse enfoque é que eu acabei na primeira semana de novembro recebendo uma visita de dois caras no meu escritório, também advogava, trabalhava no Banco do Brasil Também fui funcionário do Banco do Brasil em 64, durante período revolucionário. Entrei por concurso em 64, e me aposentei em 88. Portanto, passei praticamente a minha vida bancária durante regime militar. Nesse aspecto como era subversivo desde 65 no diretório acadêmico, e eu acabei sendo monitorado durante esse período até 75 quando fui preso. Então eu passei a minha vida no Banco do Brasil, 24 anos de atividade no Banco do Brasil, sem nunca receber um cargo comissionado, apesar da agência em que trabalhava todo ano fazer um baita elogio pra minha atividade, porque eu era advogado, minha capacidade técnica, profissional, coisa e tal, e a

RELATÓRIO FINAL

diretoria do banco nunca me deu um cargo comissionado, passei até a me aposentar só com cargo do concurso efetivo. Em 75, fomos presos, fomos levados como subversivos, no meu escritório chegaram dois ou três caras dizendo que eram do Dops, e pedindo para que descesse no 1º andar, lá embaixo pra identificar um sujeito que eles prenderam, o cara dizia que eu conhecia, tudo mais o cara, o sr. vai lá pelo menos pra identificar. Aí saí da porta do escritório com eles, aí senti um negocinho aqui atrás meio duro. Os caras disseram: o sr. não reaja, não diga, nada se não vou lhe atirar. O sr. está preso, e não há como sair dessa. O sr. desça como se estivesse indo conosco pra identificar a pessoa e nós vamos levar o sr. pra um lugar que depois o sr. vai saber aonde é que é. Cheguei lá embaixo tinha uma veraneio verde, nunca mais gostei de veraneio verde depois daquilo, dentro dela tinha um colega nosso, que era um dentista, Nelly Calduro Piccoli, um dentista comunista daquele fanático, que não parava de falar o tempo todo contra os caras, e levaram junto uma prova de que ele era comunista, era “O Capital”, não era o Capital, era “A Capital”, era um romance de um escritor brasileiro e que eles estavam levando como sendo a prova de que o cara era comunista. E fomos com aquela veraneio pra Florianópolis, no dia seguinte ou uns dias depois, saímos de lá, nos vedaram, saímos de lá e fomos pra um lugar que não sabíamos onde era, depois soubemos que era Curitiba onde ficamos lá os 10 dias sequestrados sem que ninguém soubesse. A família só soube do meu retorno quando viemos pra Florianópolis, em retorno e lá ficamos mais 50 e poucos dias, passando como já foi dito aqui, pela policia federal, policia militar, e acabamos lá em Canasvieiras onde eu fiquei até janeiro, alguns companheiros ficaram depois de mim lá mais tempo. Não vou fazer louvação ao regime militar, eu sou contra autoritarismo, detesto, até na democracia um cara autoritário me dar de dedo. Nós lutávamos contra um monte de coisas erradas, a nossa luta não foi uma luta comunista no sentido específico de regime comunista, mas foi uma luta pela democracia, pela liberdade de expressão, de direito de dizer o que bem entende, e responder pelo o que a gente diz depois se for o caso. Então a minha história é essa. Também fui fundador do MDB desde o início, nos anos 65, por aí quando terminaram os partidos, e na montagem do MDB nós tínhamos todos grupos sócias que eram contra o regime militar, portanto tínhamos também o nosso pessoal, que era o pessoal do partidão. Esse pessoal, a gente fazia reuniões constantemente, participava de reuniões de até sítios, a noite, à luz de velas, com um sujeito lá porteira com lanterna pra se for caso, pra alertar a gente se alguém tava chegando. Enfim, esse tipo de comportamento próprio de quem é contra o regime de força, um regime que persegue, prende e mata, como ocorreu no regime militar. Acho que é isso que eu posso pra relatar! Pleiteio desde 2011, na Comissão da Anistia que a Comissão me indenize, e me equipare aos meus colegas contemporâneos, juntei no processo mais ou menos 200 colegas que o Banco do Brasil me informou lá, dizendo que todos eles se aposentaram com o dobro do que eu ganho, como aposentado do Banco do Brasil, até hoje a Comissão não me deu nada, vou continuar lutando. Saiu agora um resultado dizendo que eu tenho direito apenas a 80 mil reais, que é um fixo, quando na verdade quem tinha vinculo empregatício, tinha que ser prestação mensal. Eu vou entrar com ação, talvez não seja o resultado, porque uma ação judicial vai demorar mais 10 anos, mas que os filhos que recebam se tiverem que receber. Agora não vou dar o braço a torcer, acho que a Comissão tá errada quando ela me dá um valor fixo, quando na verdade a lei é clara, tem vinculo empregatício, tem que pagar não sei quanto o valor, mas tem que pagar mensal e permanente. É bom pra todo mundo saber, na verdade a gente luta, luta, não pra locupletar do estado, não, mas que o estado cumpra a sua obrigação de indenizar aquilo que roubou de cada um de

nós, de cada um que foi preso. Muitos colegas do Banco do Brasil, muitos colegas da Petrobrás, muitos colegas de outras áreas, estão até hoje esperando há mais de 10 anos uma correta reposição daquilo que eles perderam, e a Comissão da Anistia infelizmente até hoje não fez a reposição correta, descumpra a lei e torce o resultado das disposições legais pra não dar aquilo que deveria dar obrigatoriamente, não é pra mim só é pra um monte de gente, então esse protesto eu tenho que fazer também.

Questionamentos:

Naldi: *Sr. Ciro, o sr. falou que ficou preso 59 dias, algum momento o sr. sofreu torturas psicológicas ou físicas?*

Ciro: *Era padrão como todos colocaram aqui na frente. Era choque, material enfiado debaixo da unha, murro, cadeira do dragão, era normal, padrão, ninguém pode dizer que não recebeu, porque todo mundo que foi sequestrado e preso acabou recebendo esse choque.*

Naldi: *Então o sr. foi submetido a esse tipo de tortura aonde?*

Ciro: *Todos nós fomos presos e fomos pra Curitiba, lá ficamos no DOI CODI, no exército, nunca mais fui lá e nem quero saber onde fica, o fato é que ficamos. E lá ocorreu tortura com todos que estavam presos, seja um bom ou seja um mal, seja um comunista, seja só um mero adepto ao comunismo, ou um EMEDEBISTA.*

Naldi: *Aí o sr. foi transferido pra cá?*

Ciro: *Depois de 10 dias voltando pra SC, fomos pra policia federal onde também houve tortura inicialmente, primeiros dias, depois fomos para polícia militar, depois para Canasvieiras aonde não houve mais tortura, não houve mais nada, nós ficamos presos lá.*

Naldi: *O sr. foi torturado em Curitiba no DOI CODI?*

Ciro: *Eu suponho que seja, todo fala que era o DOI CODI, na verdade era no exército.*

Naldi: *Na polícia federal aqui em Florianópolis?*

Ciro: *Também.*

Naldi: *Na polícia militar?*

Ciro: *Não.*

Naldi: *Na colônia Penal?*

Ciro: *Não. Na colônia penal era mais a vontade.*

Anselmo: *Dr. Ciro, o sr, na prisão em 75 o sr. já era advogado? Já tinha a carteira da ordem?*

Ciro: *Sim, já.*

Anselmo: *A OAB lhe prestou alguma assistência, o sr, lembra quem era o presidente a época?*

Ciro: *Dr. Lauro Mussi já falecido, foi um dos que prestou a máxima atenção possível, depois descobriu aonde é que eu estava , porque na verdade os 10 dias eu estava sequestrado, sem que ninguém soubesse aonde é que era.*

RELATÓRIO FINAL

Anselmo: *Mas ele era Presidente da Subsessão em Itajaí?*

Ciro: *Sim, exato.*

Anselmo: *E da seccional de SC o sr. lembra?*

Ciro: *não me lembro agora.*

Anselmo: *Mas não prestou nenhuma assistência?*

Ciro: *Que saiba não.*

Anselmo: *Qual foi a assistência que o Dr. Lauro prestou para o sr., ele compareceu, tentou verificar aonde é que o sr. estava?*

Ciro: *Não, um colega meu que foi até Curitiba inclusive, depois soube que estava lá, mas não conseguiu, me ver, e depois foi me receber em Florianópolis quando soube que eu estava lá, me contactar.*

Derlei: *O sr. tem mais contato com pessoal que participou da Operação Barriga Verde?*

Ciro: *lá em Itajaí nós tínhamos um 6, o Brondebeck (morreu), eu, o Piccoli, Nicotim, Manoel Maes, Penha, Edezio Ferreira Moreno (advogado no Paraná), foi preso conosco.*

Derlei: *Como começaram as prisões da Operação Barriga Verde?*

Ciro: *Na verdade quando eu fui preso, uma semana antes alguém ligado ao partido, eu tinha um companheiro do partido, Theodoro Chercov, o codinome era Raul, ele era de SP, e periodicamente ele visitava a gente em Itajaí, na região, e dormia lá em casa, almoçava lá em casa, e ele dizia: cuidado que qualquer hora vocês vão acabar se ferrando por aqui, me dava esse conselho, mas eu não tenho a ideia porque quando eu fui preso no começo de novembro foi uma surpresa, ninguém esperava isso, eu só fui me dar conta de prisão quando estava dentro da Veraneio com o colega Piccoli do lado. O colega quem eu tinha que identificar era o Piccoli (falecido), que um comunista fanático, daquele brigão, que enfim, durante o período todo que nós viajamos de Florianópolis até Curitiba ele ia xingando os policiais que estavam na frente.*

Anselmo: *O sr. identificou mais algum outro colega, alguma pessoa conhecida do partidão na prisão?*

Ciro: *Não, eu ficava numa cela junto com o Piccoli, uma celinha, tinha um beliche, mal dava pra rodar, nós saímos da cela só pra fazer o depoimento e receber a tortura, ia um ou dois companheiros que estavam ali. Não havia esse aglomerado de pessoas sendo ouvidas num tempo só. Quando nós fomos pra Itajaí eu e o Piccoli, nós fomos os últimos a ir pra Itajaí, porque eles queriam levar mais gente de Itajaí, eu combinei com o Piccoli o seguinte no nosso cubículo, nos não vamos mais dedar ninguém pra não dar confusão. Eles queriam levar o Delfim de Padua Peixoto Filho, do MDB, que tinha sido candidato a prefeito, era candidato a deputado queriam levar, um prefeito que era de direita, que era o Julio César, então eles perguntavam muito por esses caras, e nós batíamos pé que não. Aí um dia estava o Edézio Ferreira, torturado ao extremo, com a tortura manda dizer que matou até a mãe. E o Edézio querendo dizer que o Delfim era comunista, que a reunião que foi feita na*

casa dele era do partido comunista, e eu teimando que não era, eu cheguei a dar um murro na mesa, na frente de todo pessoal lá, dizendo que não era, me ameaçaram de me dar umas porradas, o pessoal que tava fazendo o depoimento, aí o Edezio voltou atrás, e disse que era uma reunião do MDB, que nós participávamos da filiação, se não, não poderíamos participar, reconheceu e ninguém mais foi levado pra lá.

Naldi: *o sr, lembra o nome, ao menos o primeiro nome do torturador em Curitiba?*

Ciro: *não, me lembro da coça aqui, mas de lá não lembro e nem quero saber.*

Naldi: *o sr. advoga ainda?*

Ciro: *Não, eu hoje chefiou um grupo de procuradores na prefeitura municipal de Itajaí, cargo comissionado, sou viciado em política desde aqueles temposl*

Depoimento escrito de Luiz Carlos Gonçalves

HISTORIA DE UM EX-PRESO POLITICO

Meu nome é Luiz Carlos Gonçalves, tenho 66anos, filho de um operário (pedreiro) que trabalhou na construção da Ponte Hercílio Luz. Iniciei minha militância política em Florianópolis no ano de 1966, enquanto estudante do Instituto Estadual de Educação, pois neste ano com a criação da UDESC e do acordo MEC/USAID, previa a incorporação do IEE pela UDESC e sua transformação em Colégio de Aplicação. Sendo na época emitido carnê para pagamento de mensalidades. Iniciou-se então a primeira greve que durou aproximadamente 90 dias, com apoio dos pais, fomos às ruas, além de manter o IEE fechado com acampamento dentro do mesmo. Após várias manifestações fomos vencedores, assim sendo não se concretizando a proposta do Governo, porém os pais tiveram que arcar com a primeira mensalidade. Junto a UCES e DCE em 1968 deu-se inicio os movimentos políticos de protestos contra a Ditadura, em várias manifestações em Florianópolis, Itajaí, Criciúma e outros municípios. Em 1968 entre o mês de junho a setembro, fui preso juntamente com o companheiro Sergio Grando, na sede da UCES/DCE, sito à rua Álvaro de Carvalho. Neste mesmo período participamos de reuniões em vários locais, a saber: IEE, ETF, Seminário Holandês em Barreiros, atos públicos na Catedral, na Prefeitura e no Palácio do Governo, Juntamente com os companheiros, Roberto Cascaes, Luiz Alves, Norton Carneiro, Sergio Caveira (de Itajaí), Sergio Grando, Mabilio, Odilon Furtado(Cabore), Mauro Brandeburgo, Romulo (morreu em acidente aéreo), Sergio Buson, Derlei Catarina De Luca, Heitor Bittencourt, Jerônimo das Chagas, e outros.

Relatórios do fatos da Prisão

RELATÓRIO FINAL

Aproximadamente as 20:00 horas, a UCES/DCE, foi invadida pelo DOPS e a Polícia Militar, após manifestação estudantil realizada em frente a Catedral que culminou com a queima das Bandeiras Americanas e Brasileira. Após intervenção da Polícia. Com a invasão eu e Sergio Grandó fomos presos pelo Cap. Belfort de Araujo na época Delegado do DOPS, juntamente com os investigadores Vilela e Malha Branca. Conduzidos para a Delegacia na época localizada a rua Fernando Machado esquina com avenida Hercílio Luz, onde fomos colocados em separadas sobre a guarda do Subtenente Regis. Após interrogatório e tortura psicológica, levados de Jeep, para destino desconhecido.

Após rodar pela cidade Cap. Belfort, mandou o motorista, rumar para reta das três pontes, hoje avenida das Saudades, onde nos mandou descer, verificou a arma e mandou o motorista dar uma volta de uns dez minutos, se dirigindo a nós disse que eram dois contra um e tínhamos todo o mato (mangue) para fugir. Porém disse-lhe se ele achava que éramos bestas, fugir para levar um tiro nas costas, não muito obrigado. Após retorno do motorista, fomos encaminhados ao quartel da cavalaria na Trindade, onde permanecemos até as 10 horas do dia seguinte,

Quando fomos levados à presença do então todo poderoso secretário de segurança Gal. Vieira da Rosa, juntamente com a cúpula do DOPS e Polícia Militar, onde fomos de novo torturados psicologicamente, um era levado para sala ao lado onde batiam em um colchão ou saco de areia e o soldado gritava: *não me bate mais, eu falo*. Enquanto isso na sala ao lado era dito o próximo será você e bom começar a falar. Respondíamos falar o que não sabemos de nada, eles gritavam vocês são subversivos estão se armando contra o Governo, respondi: *eu acho que vocês estão loucos eu nem sei o que é subversivo*. O policial disse ao General: Senhor, ele está nos chamando de loucos, deixa dar uns tapa nesse F....P... Depois de dois dias sem dormir fomos encaminhados para o 1º BI da Polícia Militar, localizado à rua Nereu Ramos em Fpolis, sob a custódia do então Aspirante Gainete hoje Cel da reserva, que nos mostrou o quarto onde iríamos ficar. Iniciou nova seção de tortura psicológica, pois durante a noite quando iríamos dormir éramos separados para dizer que nos batíamos como na delegacia. Após o terceiro dias retornou o aspirante Gainete, nos mostrou a janela (basculante com grade) e disse: Se tentarem pular serão metralhados pelo guarda. Ironia como pular do terceiro andar e através de um basculante gradeado, você esta brincando pular da onde, passar por onde, alguém aqui e burro. Fui ameaçado de novo pelo policial que me daria uns tapas se não calasse a boca. No décimo dia fomos encaminhados à Polícia Federal localizada no Estreito, sob a custódia do Cel do Exército Ary de Oliveira, onde fomos interrogados durante todo o dia, retornando ao BI. Logo após recebemos documento que autorizava irmos para casa porém não podíamos nos ausentar de Fpolis. Durante um ano fomos chamados a depor na PF por mais de 10 vezes. Finalmente em 1969, recebemos uma intimação do Delegado da Polícia Federal, para comparecemos na Delegacia de imediato. No local recebemos duas passagens para Curitiba de ônibus, onde iríamos ser julgados na 5ªRM, pelo Tribunal Militar, após dois dias de interrogatórios e acusações, fomos liberados com os direitos políticos cassados, pois ficamos fichados no DOPS como subversivos. Nos deram uma declaração para assinarmos onde não poderíamos nos ausentar do País e nem de nossa cidade. Ficando assim também impossibilitados de fazer concursos públicos, vestibulares etc. Tivemos nossos nomes inscritos como se fossemos bandidos com direito de fotos de frente e perfil numeradas e impressões digitais de mãos e pés.

Depoimento escrito de Pedro Penteado do Prado

Denuncia de prisão e tortura

Data: 14/05/2014
Nome e Sobrenome: Pedro Penteado do Prado
E-mail: pedro_penteado2 (at) hotmail (dot) com
CPF: 07271611991
Data de nascimento: 29 abril 1949
Sexo: Masculino
Profissão: professor
Escolaridade: Graduado
Endereço fixo: R. frei Hermenegildo Goralski, 310
Cidade: Canoinhas
UF: Santa Catarina
País: Brasil
DDD + Telefone: 47 3622 8669
DDD + Celular: 47 9633 0366

Mensagem:

Meu pai era civil e Delegado de Polícia em Santa Cecília, SC, nos dias em que houve a tomada de poder pelos militares. Logo nos primeiros dias do comando militar, uma guarnição de soldados comandada por um oficial, foi à delegacia e falou que “o delegado estava exonerado do cargo a partir daquele dia”. Meu pai não acatou a ordem do exército, alegando que “fora nomeado pelo governador e que só sairia do cargo depois de sua exoneração pelo governador de SC”. O oficial exaltou-se, dizendo que iria abrir um inquérito de desobediência civil contra o delegado e saiu dali com sua guarnição. De pouco adiantou a alegação de meu pai, pois em poucos dias chegou um radiograma “exonerando” o delegado e nomeando o sargento telegrafista da guarnição da delegacia – Policial Militar – em seu lugar. E nem foi assinado pelo governador, e sim pelo Secretário de Segurança Pública da época.

Meu pai saiu da cidade, levando consigo a família, indo de mudança para Curitiba. Ali se estabeleceu na sua profissão de sapateiro e eu, aos quinze anos, como filho mais velho, precisei arranjar um trabalho para ajudar em casa. Consegui emprego em um bar do centro da cidade e ali permanecia até altas horas da madrugada trabalhando como garçom.

Ocorre que naquele bar se reunia costumeiramente um grupo de pessoas, dez homens e uma mulher, os quais debatiam assuntos contrários ao poder militar no País. Tentavam a formação de sindicatos na pequena cidade. Mas isso era proibido, naqueles dias. O que mais faziam era comentar os acontecimentos que um ou outro tinha conhecimento dentro de sua área de atuação. Muito mais tarde eu vim saber que era o chamado “Grupo dos Onze” da cidade. E que esse grupo era tido como “subversivo” pelas atuais leis militares.

Numa noite fria de agosto de 1964, logo depois que eu havia fechado o bar e me

RELATÓRIO FINAL

dirigia ao apartamento do meu chefe, onde morava juntamente com seus filhos menores, ao atravessar a rua fui subjugado, encapuçado, narcotizado e sequestrado por quatro homens desconhecidos. Senti que fui lançado ao porta-malas de um carro tipo Veraneio (que eu tinha visto estacionado do outro lado da rua) e, enquanto tinha consciência, percebi que o automóvel tomava o rumo de Lages.

Quando acordei, estava amarrado de mãos e pés e lançado ao piso de uma cela com grades. Vi quando dois homens fardados trouxeram arrastado o corpo de uma pessoa bastante mutilada e vi quando os dois soldados lançaram um jato muito forte de água com mangueira de incêndio. O forte jato d'água fez com que o corpo fosse lançado diversas vezes contra as paredes até que muito sangue começou a vazar pelo corredor entre as celas. Os soldados procuraram lavar aquela gosma sangrenta e eu fiquei com medo de que fosse chegada a minha vez de morrer.

Chamei a atenção dos homens, pedindo água. Fui chamado de “comunistinha filho da puta” e o bico da mangueira voltou-se contra meu corpo, lançando-me contra as paredes. Tive a sorte de ter as amarras suavizadas com o jato de água e consegui livrar-me dos nós, com certa dificuldade. Procurei não demonstrar que estava sem as amarras, mantendo as cordas ao redor das mãos e dos pés. Os soldados riram e continuaram a limpeza.

Depois de limpo o corredor, voltaram-se para minha cela e imaginei que tinha chegado minha hora. A cela foi aberta e os dois homens entraram. Continuaram a me chamar de “comunistinha” e outras palavras que não recordo muito bem.

Quando estavam agachados, bem próximos de mim, consegui uma reação inesperada por eles e atingi o maxilar do soldado da direita com um pontapé. O impulso que ele recebeu lançou seu corpo contra o outro soldado, o qual acabou batendo com o rosto na grade. Levantei o mais rápido quanto pude e tentei ir ao rumo da porta da cela, aberta, buscando a fuga sem saber para onde ir. Um deles segurou meu tornozelo e fui ao chão, de joelhos. Agarrei-me ao batente da porta, tentando escapar pelo corredor, mas o outro soldado puxou a porta com força de encontro ao batente. Minha mão direita sofreu o impacto e dois de meus dedos ficaram entre a ferragem. Gritei com todas as forças, vendo meus dedos esmagados.

Consegui pôr-me em pé ao mesmo tempo em que um dos homens sacava de uma faca de campanha, de descamar peixes, que ele tinha numa bacia presa à sua perna. Ele desferiu dois golpes direcionados ao meu peito e por duas vezes levantei os joelhos, sendo esfaqueado uma vez na coxa direita, do lado externo, logo acima do joelho e outra vez na coxa esquerda, do lado interno da perna, quase na mesma posição.

Com as duas pernas e a mão direita feridas deixei de reagir, perdendo parcialmente os sentidos. Depois de algum tempo, percebi que estava algemado e tentavam me colocar dependurado pela boca, numa espécie de cabide preso à parede.

Havia sido feito uma espécie rústica de curativo em minhas pernas feridas, mesmo por cima da calça. Tentei relutar, mas não tinha forças. Fui dependurado pelos dentes naquele “cabide” imundo e minha cabeça ficou enlaçada a duas argolas presas à parede, através de uma cinta de velcro.

Lutei muito para me manter lúcido, pois se desmaiasse, morreria afogado na própria saliva e sangue que brotavam dos ferimentos da boca. Não sei quanto tempo fiquei naquela posição, se minutos ou horas, pois perdi a noção do tempo.

Alguém com voz de típica comando chegou até à cela e mandou que eu fosse

retirado daquela posição. Não consegui me manter em pé e caí. Doíam-me muito as pernas, a mão, a boca, os dentes e as costas, onde os soldados me bateram com força para abocanhar o “cabide”. Colocaram-me sentado numa cadeira. Foi desgraçadamente dolorido. O homem de voz autoritária me era desconhecido e começou a falar sobre meus amigos do bar, dizendo que eram subversivos, comunistas, gente da pior espécie. Tentei redarguir em defesa dos amigos e ele empurrou com força meu peito, fazendo-me cair de costas sobre a cadeira. Bati a cabeça no piso e desmaiei outra vez.

Quando acordei, estava em uma enfermaria típica de quartel, anos depois fiquei sabendo – quando fui prestar serviço militar. Tubos ligados a bulbos de soro se infiltravam em meus antebraços. Minhas feridas começavam a cicatrizar e eu imaginava qual teria sido meu crime, aos quinze anos de idade, para estar passando por tudo aquilo.

Um enfermeiro com uniforme branco de militar me prestava assistência, mas nunca falava uma palavra. Percebi que os cortes em minhas pernas, apesar de profundos, não tinham sido suturados. Cicatrizavam com a ação do tempo e do organismo jovem que eu tinha na época. Deduzi que deviam ter-se passado já alguns dias que eu estava ali. Sempre que acabavam os curativos, o enfermeiro injetava alguma droga que me fazia dormir outra vez.

As marcas permanecem até agora, cinquenta anos depois, deixando meus dentes retorcidos, os dedos da mão direita com cicatrizes ainda visíveis e as duas pernas assinaladas com os profundos cortes da faca de campanha do soldado. Os cortes não foram suturados, cicatrizando-se de forma rude e grotesca, permanecendo até os dias de hoje e certamente pelos restos de meus dias. São as MÁCULAS deixadas pelo poder da ditadura militar que começou em 1964.

Um desses dias o comandante foi à enfermaria, sempre à paisana, e me falou que o grupo de Curitibanos havia sido desmantelado e eu já não mais lhes interessava. Falou-me para que eu me afastasse do bar ou de qualquer um dos homens do grupo que talvez ainda estivesse por lá. Falou que não era para comentar com ninguém sobre o que tinha me acontecido, passando uma borracha por cima, como um verso mal escrito.

Ameaçou a liberdade de meu pai, pois o inquérito de desobediência civil estava sobre sua mesa e se eu “abrisse a boca” sobre o ocorrido comigo, ele o reabriria, fazendo meu pai ser preso. Falou que não adiantaria nada que eu fosse procurar a justiça porque “os juízes têm a caneta e nós temos as metralhadoras”. Ameaçou-me dizendo que todos os dias de minha vida haveria alguém a me vigiar para que não desse com a língua nos dentes.

Em 1983 meu pai faleceu, na mesma Santa Cecília onde ele tinha sido delegado na época. Foi homenageado com uma rua que leva seu nome, tendo sido um dos poucos de disseram “não” aos homens fardados.

Depois da morte de meu pai, como já não havia mais nenhum risco de ele ser levado à prisão, comecei a escrever esta história para não esquecer os detalhes. Vinte e nove anos depois lancei um livro em minha cidade e as pessoas têm gostado do relatório dos fatos.

Em 1968 fui para o exército, cumprir o serviço militar e lá vi a mesma enfermaria (pelo menos assim me pareceu) na qual estive internado à força.

Em 1973, já em Canoinhas, sendo funcionário do Banco do Brasil, depois de ter sido sargento da Polícia Militar de SC, um dia fui surpreendido pelo chefe do serviço de alistamento militar, um oficial do exército, mostrando-me uma ordem

RELATÓRIO FINAL

de prisão por “insubmissão”. Precisei provar que tinha cumprido o serviço militar no 2º Batalhão Rodoviário de Lages, SC, e posteriormente como sargento PM. Levou mais alguns meses até que a ordem fosse revogada e eu me visse livre da acusação.

Um dia desses vi na TV, que um grupo da Comissão da Verdade tinha estado em Joaçaba – SC, ouvindo relatos sobre a ditadura. Imaginei que passariam por minha cidade também. Infelizmente isso não aconteceu e por este motivo resolvi contatar com a CNV.

Infelizmente também, não tenho provas sobre os fatos, pois fui subjugado à Não noite e levado à força para algum lugar estranho e sendo torturado. Era pouco mais que uma criança e tinha sido ameaçado, inclusive com a prisão de meu pai. Imaginem como se sente um garoto de quinze anos numa condição dessas. Era o que tinha a relatar. Deseja preservar seu nome e dados em sigilo?

Data: 15/05/2014
Nome e Sobrenome: Pedro Penteado do Prado



Mensagem:

Lembrei de dois nomes: sargento Santos e Sargento Seixas.

ANEXO XXX

Relação de catarinenses detidos durante a ditadura militar

	NOME DA VÍTIMA	DATA/ANO DA PRISÃO E MOTIVAÇÃO	Situação atual	Cidade de origem
1	Abel Ogliari	64 - tinha moinho de farinha	falecido	Chapeco
2	Abelardo Lopes da Silva	64.05.04 estivador	falecido	Joinville
3	Abilio dos Santos	64. 04/04 PTB foi vereador	falecido	Criciúma
4	Abílio Ortiga			
5	Abrão Faet	64 metalúrgico		Joaçaba
6	Adalberto Nicolau Petry -	maio 64 G11		Caçador
7	Adão Eugenio Pante	64		Chapecó
8	Adão Lopes	64	falecido	Joaçaba
9	Addo Vânio de Aquino Faraco	64 - preso cassado	falecido	Criciúma
10	Ademar Dias			
11	Ademar Juvenal dos Santos	64		Criciúma
12	Adilio Fortes		falecido	Xanxerê
13	Adolfo Dias	estudante	falecido	Florianópolis
14	Ady Vieira Filho	64 - UCE		Florianópolis
15	Affonso Schirmer	64 - 23.06 jardineiro		Blumenau
16	Afrânio P. Alves	64 PCB		
17	Agenor Duarte de Oliveira	64 - mineiro de carvão	falecido	Lauro Muller
18	Aguinaldo Berglund Leite	64 - abril func. público		Araranguá
19	Ailton Laureano Teixeira	Func. Público Federal		Florianópolis
20	Aimberé Araken Machado	64 escritor		Criciúma
21	Alaor Silveira de Santiago	64 eletricista	falecido	Laguna
22	Alberto André Ungericht	71,72,73 contabilista		Treze Tílias
23	Alberto Buchele	64 - junho func. público fed.	falecido	Itajaí
24	Albino Potrick	maio 64 G11		Caçador
25	Alcebíades Cândido Pinheiro	64 23.06 advogado	falecido	Bom Retiro
26	Alcebíades Pacheco	64 - mineiro	falecido	Içara
27	Alceu Manoel Lourenço	mineiro		Criciúma
28	Alceu Pereira dos Santos	maio 64 G11		Caçador
29	Alceu Serrano Porto Alegre		falecido	Criciúma
30	Alceu Serrano Porto Alegre	64	falecido	Lages
31	Alceu Vidal Lopes	64.05.04 comerciante		Joinville
32	Alcides Hermógenes Ferreira	64. 20.04 Func. Público		Florianópolis
33	Alcides Inácio Lopes	64 Pres. Sind. Portuários		Penha
34	Alcides Tronco	65 vereador		Dionísio Cerqueira
35	Aldo Avila da Luz	64 - advogado		
36	Aldo Pedro Dittrich	64 advogado	falecido	Canoinhas
37	Aldo Prada	64 IAPC	falecido	Jaraguá do Sul
38	Alécio Verzola	BV -75	falecido	Florianópolis

RELATÓRIO FINAL

39	Alexandre José Fernandes	64 - gr 11	falecido	Rio do Sul
40	Alfred Darcy Addison (Era prefeito)	64 05.04 advogado	falecido	S. Francisco do Sul
41	Alfredo Jesuino Nusskopf			
42	Alfredo José Gonçalves	64.23.04 CELESC	falecido	Blumenau
43	Aliatar Farias de Medeiros	64 IAPETEC	,	Lauro Muller
44	Aliator da Silva	64 PCB		Blumenau
45	Alipio da Lapa Ortiga	64 produtor de mate		Irineópolis
46	Aloisio Callado			
47	Alvaro da Conceição	64 Sind. Arrumadores		S. Francisco do Sul
48	Alvaro Ventura	64 PCB		Florianópolis
49	Amadeu Hercílio da Luz	BV -75	falecido	Criciúma
50	Amauri Farrapo Fortes			Chapecó
51	Amilton Alexandre	Novembrada	falecido	Florianópolis
52	Amilton Guidi	engenheiro		Criciúma
53	André Lorenzoni	19.05.64		Videira
54	Ângelo Ganzer	65 - agricultor	falecido	Dionísio Cerqueira
55	Anibal Zanon	64 PCB		Blumenau
56	Anildo Luchetta	64 - Bancário		Itajaí
57	Anita M Silveira Pires	64 UCE	Func. pública	Florianópolis
58	Antelmo José Licodiedoff	1964 PCB	Sargento do Exército	Porto União
59	Antenor Antonio Biscaro	73 vendedor		Ibicaré
60	Antenor Ferreira da Cruz	26.05.64 ferroviário		Irineópolis
61	Antenor Matte	64 agricultor Legalidade		Caxambu do Sul
62	Antenor Rivaldo Da Silva	64 oficial administrativo	falecido	São Francisco do Sul
63	Antonino João de Medeiros	64 mineiro CSN	falecido	Tubarão
64	Antonio Alberto Soligo	69 - padre		Caçador
65	Antonio Alves de Figueiredo	64 gr 11 portuário		Laguna
66	Antonio Aury Garbez	64 radialista		Chapecó
67	Antonio Bileck	30.05.64 ferroviário		Porto União
68	Antonio Brand	73 comerciante	falecido	Luzerna
69	Antonio Carlos Bahiense de Mello	64 -bancário BB Sindicato	falecido	Joinville
70	Antonio de Assis			Joinville
71	Antonio Dias	64.17.04 Jornalista professor		Mafra
72	Antonio Domingos de Liz	11.05.64 - G11		Caçador
73	Antonio Duarte Filho			Laguna
74	Antonio Garcez	64		Chapecó
75	Antonio Girelli	64 - legalidade		Caxambu do Sul
76	Antonio Henrique de Aguiar			
77	Antonio Jerônimo Rafael	64 -portuário		Laguna
78	Antonio José Parente	64 - líder sindical	falecido	Criciúma
79	Antonio Justino	75 BV eletricitista		Joinville
80	Antonio M. Coelho	64 gr 11		Criciúma
81	Antonio Manoel Coelho	64 micro empresário		Blumenau

82	Antonio Mates	64 agricultor legalidade		Caxambu do Sul
83	Antonio Miguel Gonzalez Messa	Cons. Obras		Lages
84	Antonio Roque do Amarante	13.12.68 AI5 bancário		Florianópolis
85	Antonio Szygaleski	16.05.64 ferroviário		Videira
86	Antonio Thadeu da Silva	69		São Lourenço
87	Antonio Vieira	64 -		Ituporanga
88	Ardoino Amiquerle Antonielli	64 gr 11	falecido	Xanxerê
89	Ari Sanceverino	64 gr 11		Imbituba
90	Ariberto de Souza	64		Blumenau
91	Ariovaldo Néri Coan	64 - fiscal IAPC Eng.químico		Lages
92	Armando Antonio Borges	64. 08.04	falecido	Imbituba
93	Armando Beduski	17.05.64		Videira
94	Armando Moacir Fernandes	64 abril	chaveiro	Arroio Silva
95	Armando Muniz	Engenheiro químico		Lages
96	Armando Serafim	64 advogado		Criciúma
97	Armando Ulissêa Nicollazzi	administrador porto		Itajaí
98	Armindo Doutel de Andrade	advogado	falecido	Florianópolis
99	Arnaldo Assunção	pedreiro		Criciúma
100	Arnaldo Borges Waltrick	1964 func. público		Lages
101	Arnaldo Rosa	comerciante		Lages
102	Arno Lippel	64 CELESC	falecido	Florianópolis
103	Arno Preis	72 - advogado	assassinado	Forquilha
104	Arnoldo Francisco da Rosa	64 comerciante		Lages
105	Arri Lorenzetti	64 - marinheiro		Laguna
106	Arthur Rodolpho Sullivan	64 - abril professor IEE		Florianópolis
107	Ataide Fernandes de Oliveira	64 estivador	falecido	Laguna
108	Atalibio Schonardie	64 - PTB		Anita Garibaldi
109	Atanael José da Silva	65 - gr 11	falecido	Chapecó
110	Atanzio Silveira	64 radialista		Laguna
111	Augusto Luiz De Britto	64 - oficial da Capitania dos Portos	falecido	S. Francisco do Sul
112	Augusto Luiz Fernandes	64 carteiro		Florianópolis
113	Aurelio Alves	Func. público estadual		São José
114	Aurêlio Schneider	64 - estivador	falecido	Laguna
115	Balduino Antonio Heck	64 nov gr 11	falecido	Guarujá do Sul Dionísio Cerqueira
116	Balduino Comelli	maio 64 G11		Caçador
117	Benito Machado			Florianópolis
118	Benjamim Marcon	64 acusado de comunista		Chapecó
119	Benjamin Ferreira Gomes	64 advogado	falecido	Joinville
120	Benjamin Ferrer Figueiredo	maio 64 G11		Caçador
121	Benjamin Luiz Nicolazzi			Imbituba
122	Benoni Ramos	64 - portuário	falecido	Imbituba
123	Bento Almeida			Laguna

RELATÓRIO FINAL

124	Bento Manoel de Medeiros		falecido	Tubarão
125	Bento Martinho Mendes	64 -	falecido	Laguna
126	Bertoldo Cellarius	64		Ituporanga
127	Brasílio Celestino de Oliveira	1970 advogado		Joaçaba
128	Brigitte B de Souza	76 Operação Barriga Verde		Joinville
129	Cantídio Alves de Souza	64 foguista	falecido	S. Francisco do Sul
130	Carlos Aduauto Vieira	64 05.04	advogado	Joinville
131	Carlos Alberto Berger	Novembrada		Florianópolis
132	Carlos Castilho ccastlho@gmail.com			Florianópolis
133	Carlos Ernani Reis Varela	68	comerciante	Lages
134	Carlos Fernando Priess	64 advogado		Itajaí
135	Carlos Gonzaga Tournier	mineiro	falecido	Lauro Muller
136	Carlos Henrique Mayr	68	médico	Timbó
137	Carlos Hoffmann	64 farmacêutico		Chapecó
138	Carlos Pedro Nascimento	Diretoria dos Correios e Tel.		Joinville
139	Carlos Sebastião Steinbach	64		Ituporanga
140	Carlos Simão Brugger	71 -comerciante		Treze Tílias
141	Carlos Voggel	64 eletrotécnico		Itajaí
142	Carlos Zarichta	64 pedreiro		Xanxerê
143	Cassiano da Soledade	64 abril	falecido	S. Francisco do Sul
144	Cecílio Antonio Bedin	64- abril taxista		Chapecó
145	Célio Espíndola	PCB	falecido	Florianópolis
146	Celso Brum	65. fev/ bancário		Laguna
147	Celso da Silveira Martins	BV -75	escritor	Florianópolis
148	Celso Muller	17.05.64		Videira
149	Celso Nunes Moura	64 radialista		Chapecó
150	Celso Padilha filho	Operação Barriga Verde -75	Asilo	Florianópolis
151	Celso Pereira dos Santos	Ibiúna		Florianópolis
152	Celso Wiggers	juiz federal		
153	César Brum	expulso da Marinha		Laguna
154	César José Rodrigues	64--76 - mineiro		Criciúma
155	Cirineu Martins Cardoso	Operação Barriga Verde - 75	falecido	Florianópolis
156	Círio Arnaldo Vicente	BV -75 Pres. Sind. bancários	advogado	Itajaí
157	Ciro Sebastião da Costa	05.05.64 e 66 - advogado/professor		Porto União
158	Clair de Flora Martins	69 - AP advogada		Caçador
159	Claudio Lazier	1964		Porto União
160	Claudio Luiz Sebben	78/79 DCE	bioquímico	Xaxim
161	Cleto de Assis	1978	estudante	Mafra
162	Clidovino Mario Cavalli	73 agricultor		Luzerna
163	Clovis Mauro da Silva	65 estudante de Direito		Florianópolis
164	Clovis Villatore	Sind. Mineiros	falecido	Criciúma
165	Conrado de Mira	64.05.04 sindicalista	falecido	Joinville
166	Custódio Eleutério Maciel	maio 64 G11		Caçador

167	Cyro Manoel Pacheco	BV -75		Criciúma
168	Dalcio Gregório Espíndola	professor - 1975		Salto Veloso
169	Dalilo Quintino Pereira	65 - oficial de justiça	falecido	Dionísio Cerqueira
170	Dalmo Bastos da Silva	64		Florianópolis
171	Dalmo Vieira	advogado	falecido	Itajaí
172	Daniel Souza Rachadel	mineiro		Criciúma
173	Danilo Carneiro	Araguaia		Florianópolis
174	Dario Mendes	64 sapateiro	falecido	Laguna
175	Decio João Machado	64 DCT		Florianópolis
176	Delfim de Pádua Peixoto	09.08.65	estudante	Itajaí
177	Delfino Soares Borges	64 - Legalidade		Caxambu do Sul
178	Deoclesio Viero	64 - gr 11		Lages
179	Deodato Fernandes Cibiac	64.06.04		Itajaí
180	Dercile Antonio de Brito	64-68		Joaçaba
181	Derlei Catarina De Luca	Ibiúna´-1969		Içara
182	Dibo Elias	64 - gráfico	falecido	Palhoça
183	Dinarte Pereira Brasil	64.11.04		Curitibanos
184	Diorli Beza			Agrolândia
185	Dirceu de Almeida Lima	69 delegado polícia/motorista		Caçador
186	Dirceu de Sena Madureira	64 - médico	falecido	Itajaí
187	Divo Fernandes de Oliveira	64 - marítimo	desaparecido	Criciúma
188	Divo Guisoni	não foi preso		Grão Pará
189	Domenico Giusepe Detofol			Lages
190	Domicio Scaramella	30.05.64		Porto União
191	Dovino Julio Giacomelli	66 legalidade		Caxambu do Sul
192	Durval Dele			
193	Edegar Schatzmann	BV -75 operário várias prisões		Joinville
194	Edeluy de Farias	64 02.04 / 65 motorista	falecido	Blumenau
195	Edesio Ferreira	BV -75 adv.		Itajaí
196	Edezio Néri Caon	64 advogado	falecido	Lages
197	Edilberto Leo Jung	64 23.06 bancário		Concórdia
198	Edison Adrião Andrino de Oliveira	Ibiúna		Florianópolis
199	Ednil Gomes Ferrão	64 operário		Lages
200	Eduardo Luiz Mussi	64 estudante		Laguna
201	Edy Santos da Costa	05.05. 64 - Professora	falecida	Porto União
202	Eglê Malheiros Miguel	64 professora		Florianópolis
203	Elineide Licia Martins	BV - 75 OAB	advogada	Tijucas
204	Elirio Branco de Camargo	71		Joaçaba
205	Elizier Manoel dos Santos	64		Rio do Sul
206	Eloy Garbelotto	PCB	falecido	Criciúma
207	Elyanni Marinho de Souza Santos	secretaria Paulo Wright	falecida	Florianópolis
208	Elyseu Concer	64 comerciante		Lages

RELATÓRIO FINAL

209	Emanoel Cesar dos Santos	64.23.04 bancário	falecido	Joaçaba
210	Emanoel Medeiros Vieira	70 - escritor jornalista		Florianópolis
211	Emilio Andermann	64		Lages
212	Emilio Bonfant de Maria	64 - portuário		S. Francisco do Sul
213	Emmnoel Alfredo Maes	BV -75 CELESC		Penha
214	Enio Borges			Blumenau
215	Erico Szpoganicz	64 bancário		
216	Ernani de Oliveira Pinheiro	64	falecido	Chapecó
217	Ernesto Moterle Bogoni	04.64 Agricultor		Joaçaba
218	Erni Matte	64 legalidade		Caxambu do Sul
219	Erwin Lueschner	64.23.04 relojoeiro	falecido	Blumenau
220	Estevão Emiliano Couto	64.05.04 estivador	falecido	S. Francisco do Sul
221	Estevão Teodoro José	64 portuário		Imbituba
222	Etevaldo Goya	64		Blumenau
223	Etny Amaro Lorenzi Filho	Ibiúna		Lauro Muller
224	Euclides Prates	64 gr 11		Imbituba
225	Eugenio Doin Vieira	68 - cassado	falecido	Florianópolis
226	Euravio Guilherme Zanoni	64 - 11.04	falecido	Caçador
227	Eustácio Odorico Padilha	64 11.04		Curitibanos
228	Eustáquio Paes Cavalcanti	64, portuário	falecido	Imbituba
229	Eutone Pegoraro	64 , 73 agricultor	falecido	Luzerna
230	Everaldo Brodbeck	BV -75 - 64 advogado	falecido	Itajaí
231	Everton Jorge da Luz	64 AI 1		Florianópolis
232	Evilásio Caon	69 - cassado	falecido	Florianópolis
233	Ewencio Elias	18.05.64		Videira
234	Fernando Pereira Christino	BV - 75 livreiro jornalista PCB		Florianópolis
235	Flavio de Souza Brasil	64 motorista	falecido	Jaguaruna
236	Floduardo Sena	64 DCT		Florianópolis
237	Francisco Antonio Fortunato	64 - portuário		Imbituba
238	Francisco Canola Teixeira	Ibiúna		Lages
239	Francisco D'Alligna	vice governador cassado		Brusque/Fpolis
240	Francisco de Assis Soares	Prefeito	falecido	Laguna
241	Francisco José Pereira	64 advogado	falecido	Blumenau
242	Francisco Mastella	64 17.04	falecido	Nova Veneza
243	Francisco Palma	64 gr 11	falecido	São Joaquim
244	Francisco Rodrigues	64 gr 11 agricultor	falecido	Lages
245	Francisco Sales de Moraes	64 - era soldado	falecido	Florianópolis
246	Francisco Tavares	70		
247	Francisco Viana Konig	64 sin carvão	falecido	Tubarão
248	Francisco Rudnicki	22.05.64		POLONES Videira
249	Frederico Eduardo Mayr	72 / SP	assassinado	Timbó
250	Fulvio Zocoli Vieira	64 - abril (Correio)	falecido	Joaçaba
251	Geci Varela Dittrich	64 - dona de casa		Canoinhas
252	Genir Destri	69 cassado	falecido	Chapecó

253	Genny Caldeira	64.05.04 sind Arrumadores	falecido	S. Francisco do Sul
254	Gentil João Rodrigues	ajudante de mineiro gr 11		Treze de Maio
255	Geovani Costa Duarte	64 Grupo dos 11		Laguna
256	Geraldo Barbosa	Novembrada		Florianópolis
257	Geraldo Luiz Francisco	64 abril portuário		Imbituba
258	Gercaro Cleto Zarlo	15.05.64		Videira
259	Gerônimo Wanderlei Machado	Ibiúna		Florianópolis
260	Gerson de Souza	maio 64 G11		Joaçaba
261	Getulio Manoel dos Santos	64		Itajai
262	Gil Braz de Lima	69 janeiro engenharia	falecido	Itajai
263	Gil Braz Zabet Corrêa	64	falecido	Criciúma
264	Gilberto Schreiner Pereira	65 advogado	falecido	Dionisio Cerqueira
265	Gilda Laus	Ibiúna		Itajai
266	Gilson de Souza		falecido	Chapecó
267	Giovani Costa Duarte	64 - portuário	falecido	Laguna
268	Godofredo Bello	64 mecânico	falecido	Corupá
269	Gomercindo Marçal de Barros	66 agricultor legalidade	falecido	Caxambu do Sul
270	Gregório Pereira Filho	64 gr 11 vereador		Meleiro
271	Guarino Íleo	64 alfaiate	falecido	Lages
272	Guido Schreiner Pereira	65 advogado	falecido	Dionisio Cerqueira
273	Guilherme Leverentz		falecido	
274	Hamilton Fernando Cunha	nascido no Saco dos Limoes	assassinado em 11.02.69	Florianópolis
275	Haroldo Campos de Paula	64 - gr 11		Xanxerê
276	Heitor Bittencourt Filho	68 - estudante		Florianópolis
277	Heitor Klein de Souza Lobo	64 - 05.04 estudante		Joinville
278	Helio dos Santos	64 - delegado reg do Trabalho		Florianópolis
279	Helio Ezequiel de Souza	64 gr 11		Imbituba
280	Hélio Garcia	DCT		Florianópolis
281	Hélio Raulino	64		Florianópolis
282	Helmuth Melcher	64 gr 11		Ituporanga
283	Hennio Tortato	64.08.05 contador	falecido	Caçador
284	Henrique Dauro Martignago	64.04.04 dentista		Criciúma
285	Herasmo Furtado	64.04	falecido	Lages
286	Herbert Georg	64.23.06 advogado	falecido	Blumenau
287	Hercílio Pinto	64 - mineiro	falecido	Criciúma
288	Hermes Corrêa de Mendonça	64 mecânico		Florianópolis
289	Hermogenes Lazier	66 func IAPI	falecido	Porto União
290	Higino João Pio	69 março prefeito Bal Camboriú	assassinado	Itapema
291	Hildegart Brand	64 - 74 - 76 comerciante		Luzerna
292	Hilton Zimmermann	64, torneiro mecânico	falecido	Itajai
293	Holdemar de Menezes	64 advogado		Lages
294	Hugo Borges de Melo	64 dono de alfaiataria	falecido	Lages

RELATÓRIO FINAL

295	Hugo Citton	64 funcinário Pub federal	falecido	São Joaquim
296	Humberto Izidoro Maia	64.05.04 assessor da CONSUL	falecido	Joinville
297	Ilson Rosalvo Silveira	64 - conferente		S. Francisco do Sul
298	Inácio Mafra	Ibiúna		Brusque
299	Inácio Orsi	65 gr 11	falecido	Dionisio Cerqueira
300	Inácio Palma Neto	64		São Joaquim
301	Irineu Ceschin	BV -75	falecido	Joinville
302	Ironaldo Pereira de Deus	64.05.04		S. Francisco do Sul
303	Israel Gomes Caldeira	64 - diretor DCT	falecido	Florianópolis
304	Itacir Cardoso de Aguiar	69,70 mecânico		Joaçaba
305	Italo Damato	64 func pub federal		Lages
306	Itamar Constantino	64 portuário		Imbituba
307	Ivan Kitto	64-05.04 estudante		Joinville
308	Ivo Braz Lezan	64 gr 11		Irineópolis
309	Ivo de Jesus	64 - operário		Itajai
310	Ivo Eckert	64 - advogado		Chapecó
311	Ivo Miranda da Costa	64 gr 11		Imbituba
312	Ivo Neis Pereira	64 contador Sind Mineiros	falecido	Tubarão
313	Jacob Victor Cruz	motorista IAPETC	falecido	Içara
314	Jacoslau Seben	64		Florianópolis
315	Jaime Aleixo da Silva	64 -	falecido	Dionisio Cerqueira
316	Jaime Alves da Silva	06.06.64 militar		Porto União
317	Jaime Machado	69 fiscal	falecido	Bom Retiro
318	Jair Alves Carneiro	maio 64 G11		Caçador
319	Jair de Paula	07.04.64 estivador	falecido	S. Francisco do Sul
320	Jair Marchetti	30.05.64		Porto União
321	Jairo Duarte	grupo do 11		Laguna
322	Januário de Vargas Araújo	65 - agricultor		Dionisio Cerqueira
323	Jayme Garbelotto	64.09.04 funcionário IAPC		Lages
324	João Alvaro Laurindo	64		Rio do Sul
325	João Augusto de Mello Saraiva	64 médico psiquiatra - 75 BV	falecido	Florianópolis
326	João Batista Medeiros	mineiro		Capivari de Baixo
327	João Batista Rita e	74 estudante	assassinado	Criciúma
328	João Batista Tezza Filho	1981		Florianópolis
329	João Carlos Prats	64 - militar	falecido	Florianópolis
330	João da Silva Pinheiro	64 carpinteiro e músico		Florianópolis
331	João Jorge Machado de Souza	75-BV advogado		Florianópolis
332	João José Costa (prata)	64-19.06 mineiro		Criciúma
333	João Machado Cidral	64 estivador		S. Francisco do Sul
334	João Manoel Fernandes (João Roco)	69 MR 8		Tubarão
335	João Matte	64 Gr 11		Caxambu do Sul
336	João Mello	mineiro	falecido	Criciúma
337	João Palma			São Joaquim

338	João Passos	02.05-64		Porto União
339	João Pedro Pereira	maio 64 G11		Caçador
340	João Rath de Oliveira	64 - 23.04 func público		Lages
341	João Verzola	64, carpinteiro	falecido	Florianópolis
342	João Virginio de Oliveira	64 gr 11		Imbituba
343	João Vitelmo Marques	64.abril operário		Xanxerê
344	João Waldemar G. da Silva	64 gr 11 portuário	falecido	Imbituba
345	Job da Silva da Nova	75 - BV	advogado	Criciúma
346	Jocelin Manoel de Souza	64 - estivador		Imbituba
347	Joel Fernandes	64 - conferente		Itajai
348	Jonas Ramos Martins	64 - fiscal IAPETEC	falecido	Lages
349	Jorge João Feliciano	64 e 75 sind mineiros	falecido	Criciúma
350	Jorge Vieira	75 - BV		Içara
351	José Adil de Lima	64 - sindicato marcineiros	falecido	Itajai
352	José Álvaro Laurindo	64 - 09 abril barbeiro		Rio do Sul
353	José Antonio Pereira	18.05.64		
354	José Bonus Leite Cardoso	64 - vereador /farmaceutico		Brusque
355	José Cunha Filho	1972		Jaraguá do Sul
356	José Dartora	71, 72, 73 motorista de caminhão		Joaçaba
357	José de Miranda Ramos	13.10.66 dep fed cassado		
358	José do Patrocínio Gallotti	64 Desembargador	falecido	Florianópolis
359	José dos Reis Garcia	69 - abril bancário/ BB PCBR		Blumenau
360	José dos Santos Bernardes	64 - sind estivadores	falecido	Itajai
361	José Eris Medeiros	26.05.69		Lages
362	José Farias	65 agricultor	falecido	Dionísio Cerqueira
363	José Gallotti Peixoto	advogado	falecido	Tijucas
364	José Garibaldi Ribeiro	64 - alfaiate	falecido	Atalanta
365	José Giacomini Filho	maio 64 G11		Caçador
366	José Januário de Oliveira	arrumador porto		S. Francisco do Sul
367	José João Medeiros	mineiro		Criciúma
368	José Jovino Pereira	64 - 04.04 portuário	falecido	Imbituba
369	José Lopes	64 - maquinista estrada de Ferro		Corupá
370	José Luz Sobierasjski	64		Rio do Sul
371	José Manoel Soar	Dr Jaraguá	advogado	Florianópolis
372	José Martinho Luiz	64 - mineiro		Criciúma
373	José Martins de Oliveira	64 gr 11		Imbituba
374	José Matusalem Comelli	20.05.64 advogado		Campos Novos
375	José Mignoni	70		
376	José Palhano de Oliveira	73 cabelereiro		Joaçaba
377	José Pedro de Ataíde	64 marítimo		S. Francisco do Sul
378	José Pedro de Athayde	64 marítimo	falecido	S. Francisco do Sul
379	José Pereira de Mattos			
380	José Roberto Maciel	64 func DER		Araranguá

RELATÓRIO FINAL

381	José Rodrigues Cordova	64 comerciante		Lages pai de Henrique Cordova
382	José Roncaglio	64 - abril pintor		Lages
383	José Rosa da Silva	func públco previdencia		Blumenau
384	José Roseng	64		Rio do Sul
385	José Silvério da Cunha	64 - operário		S. Francisco do sul
386	José Steil Filho	64- Estudante - Escola Técnica Federal		Tijucas
387	José Studinski	64 - legalidade		Caxambu do Sul
388	José Ubaldo Liberato	64 Func Correio		Itajai
389	Julio Adelaido Serpa	75 - BV operário Gralha de aço		Joinville
390	Julio César de Moraes Gonzaga	64 comerciante		Florianópolis
391	Julio das Dores	27.04.64		Porto União
392	Julio Manoel de Medeiros	64 - sind rural		Tubarão
393	Julio Nunes	64 -motorista SANDU		Lages
394	Jurandir Duarte	Grupo do 11		
395	Jurandir Pires Camargo	jornalista		Florianópolis
396	Laercio Silva	1981		Joinville
397	Laura Filomeno	64 func pub PCB		Florianópolis
398	Lenir Justino	76 BV		Joinville
399	Leonardo Guilherme Leverentz	64		Luzerna
400	Levino João Gonçalves	64 abril estivador	falecido	S. Francisco do Sul
401	Lidio Souza	64		Lauro Muller
402	Ligia Doutel de Andrade	69 - Dep. Federal		Florianópolis
403	Ligia Giovanella	novembrada		Florianópolis
404	Lindolfo Rodrigues dos Santos	28.04.64		Lages
405	Linesio Laus	64 05.04 advogado		Joaçaba
406	Linete de Oliveira Borges	76 BV		Joinville
407	Lineu Batista	64 professor	falecido	Otacílio Costa
408	Lino Dionizio Fernandes	64		Treze de Maio
409	Lourival Dárbues Cavalcant	64 - sind mineiros CSN		Tubarão
410	Lourival de Souza	64 Gr dos 11		Imbituba
411	Lourival Espíndola	75 - BV mineiro	falecido	Criciúma
412	Lourival Lima de Medeiros	64 sind rural		Tubarão
413	Lourivarte Goya	64.17.04 inspetor escolar	falecido	Itaiópolis
414	Lucia Schatzmann	76 BV		Joinville
415	Lucindo Costa	64	falecido	Mafra
416	Lucio Nuerenberg	64	estudante	Florianópolis
417	Luis Alves (Lula)	médico		Florianópolis
418	Luis Angelo Ansicletti	64	estudante	Itajai
419	Luis Carlos Pinheiro Machado (Pinheirão)			Florianópolis
420	Luis Godinho	64		Florianópolis
421	Luis Carlos Gonçalves	AI 5 - 68 estudante		Florianópolis
422	Luis Gonzaga Hann			Araranguá

423	Luiz Andrade	DCT		Florianópolis
424	Luiz Assunção Vieira Valente	64 advogado		Lages
425	Luiz Carlos Espíndola	64 médico		Florianópolis
426	Luiz Ceballos	64 - uruguaio operário	falecido	Araranguá
427	Luiz Eurico Tejada Lisboa	72	assassinado	Porto União
428	Luiz Geraldo Bresciani	75 BV		Criciúma
429	Luiz Gonzaga Bertoncini	64 abril		Araranguá
430	Luiz Gonzaga De Bem	64	advogado	Florianópolis
431	Luiz Henrique da Silveira	64 preso e cassado		Joinville
432	Luiz Henrique Mendes de Campos	64 - 06.04 func pub est		Florianópolis
433	Luiz Jacinto Salvadori	84 - 11.04 agric	falecido	Curitibanos
434	Luiz João de Andrade	64 - func DCT e demitido		Florianópolis
435	Luiz Jorge Leal	64 - promotor público		Criciúma
436	Luiz Rodrigues Bica	69 - médico gr 11	falecido	Lages
437	Luiz Waldomiro Cardoso de Aguiar	73 vendedor	falecido	Joaçaba
438	Manif Zacharias	médico	falecido	Criciúma
439	Manoel Alves	64 - 04.04 Sind Mineiros	falecido	Criciúma
440	Manoel Alves Ribeiro - o MIMO	64 - eletrecista foi vereador	falecido	Florianópolis
441	Manoel de Jesus	64 - 04.04		Criciúma
442	Manoel de Oliveira Martins	64 - portuário		Imbituba
443	Manoel de Souza	64.04 mecânico CELESC	falecido	Blumenau
444	Manoel Dias	cassado AI 5 dep estadual		Florianópolis
445	Manoel Esau Santana	64 - Sind Estivadores	falecido	Imbituba
446	Manoel Francisco Vieira	64 - agricultor	falecido	Treze de Maio
447	Manoel Garcia	mineiro	falecido	Criciúma
448	Manoel João Jacinto	15.04.64 estivador		S. Francisco do Sul
449	Manoel Lucas de Quadros	64 -05.04	Falecido	S. Francisco do sul
450	Manoel Pittigliani	64- abril portuário	falecido	Imbituba
451	Manoel Ribeiro	64 - mineiro vereador	falecido	Criciúma
452	Manoel Sandro da Silva	72 estivador		Navegantes
453	Marcilio João Medeiros Filho	65 estudante 70 Jornalista		Florianópolis
454	Marcilio Krieger	68 advogado	falecido	Florianópolis
455	Marcio Campos	75 - BV Pres Sind Bancários	advogado	Florianópolis
456	Marcolino Moretto	maio 64 G11		Caçador
457	Marcos Cardoso Filho	75- BV	falecido	Joinville
458	Marcos Manoel Martins			Joinville
459	Marcos Olsen	1969 - estudante		Caçador
460	Maria da Glória Rocha	76 BV		Joinville
461	Maria Damásio Zeferino Domingos	BV -75		Joinville
462	Maria Isabel Regis Camargo	71 - AP		Florianópolis
463	Mario do Nascimento	64		Rio do Sul
464	Mario Gonçalves da Silva	64 gr 11		Imbituba

RELATÓRIO FINAL

465	Mario Jeronimo dos Santos	64 gr 11		Imbituba
466	Mario José Caldeira Bastos	69 - 08.08 func TER advogado	falecido	Florianópolis
467	Mario Luiz Martins			
468	Mario Moraes	64 - 15.04 func TAC	falecido	Florianópolis
469	Mario Pagnoncelli	77 - advogado		Concórdia
470	Marize Lippel	novembrada		Florianópolis
471	Markian Getulio Kalinoski	68 Ibiúna	advogado	Joaçaba
472	Marlene de Souza Soccas	69 dentista		Laguna
473	Márnio Fortes de Barros	64 - advogado		Lauro Muller
474	Martin Marcon	64 comerciante		Chapeco
475	Mathias Coelho Gomes	64- 05.04 estivador	falecido	S. Francisco do Sul
476	Matias Carpes	64 gr 11 portuário		Imbituba
477	Mauricio de Sena Madureira	64.10.04 advogado		Joinville
478	Maurilio Gomes Teixeira	64 gerente BB		Araranguá
479	Miguel Skiba	02.05.64		Porto União
480	Miguel Valencio Brandão	64 - INPS		Tubarão
481	Milton Bergmann	64 novembro bancário		Guarujá do Sul
482	Milton de Vasconcelos	1979 - novembrada/estudan		Florianópolis
483	Milton de Paula Muniz	func público	falecido	Chapecó
484	Milton Ribeiro de Souza	27.04.64		Campos Novos
485	Moacir Pereira	1964	falecido	Florianópolis
486	Munir Chamone	Ibiúna 68	médico	Florianópolis
487	Nagib Paulo	64 DCT		Florianópolis
488	Nahor Cardoso	64 sind bancários	falecido	Itajai
489	Narbal Vilela Filho	64 contador func público		Florianópolis
490	Nascimento Bonifácio de Brobio	mineiro		Criciúma
491	Natalio Pereira Barcelos	64 - 05.04		Florianópolis
492	Nei Almirante Vieira da Rocha	64	falecido	Chapecó
493	Neir de Oliveira	64 estivador		S. Francisco do Sul
494	Nelly Osmar Picolli	64 e 75 BV dentista	falecido	Joinville
495	Nelson José Sartor	64 comerciante		Lages
496	Nelson Rolim	jornalista		Florianópolis
497	Nelson Vasco Gondin	64 gerente CEF		Itajai
498	Nelson Vedekin	1970 - advogado		Joaçaba
499	Nemezio Machado Cidral	64 - sind marcineros e vereador		Mafra
500	Nereu Bressan			Orleans
501	Nereu Moreira da Costa	64 chefe Posto Indígena		Xanxerê
502	Neri de Lima	taxista		Blumenau
503	Nero Fernandes	64 sin mineiros	falecido	Criciúma
504	Nery Clito Vieira	64 abril Coronel PM	falecido	Chapecó
505	Nésio Jacques Pereira	64 carteiro		Florianópolis
506	Nestor Tolentino da Rosa	64 gr 11		Imbituba

507	Newton Candido	75 - BV		Florianópolis
508	Newton Vasconcelos Junior	Novembrada		Florianópolis
509	Nicolino Manoel Avelino	64		Chapecó
510	Nilson Vasco Gondin	64 - gerente CEF		Itajai
511	Nilton Castanheira	1969 dentista		S. Miguel d Oeste
512	Nizio Lopes	64 - lavrador,	falecido	Araquari
513	Noraldino Bento	64 G11		Dionisio Cerqueira
514	Norton Rogério Schaffer	69 - professor		Alfredo Wagner
515	Obadias Gonçalves Barreiros	64 func SAPS Pres Colônia Pescadores		Laguna
516	Octacílio Bertoncini	64	falecido	Araranguá
517	Octacílio Calixto dos Santos	64.11.04	falecido	Lages
518	Ody Gabriel de Souza	64	falecido	Criciúma
519	Oldemar Peixoto	64 DCT		Florianópolis
520	Olegário Xavier	64 -		Rio do Sul
521	Ondina Borges	64 PCB		
522	Orestes Vidak Guerreiro	64 - estudante		Joaçaba
523	Orival Prazeres	64		Biguaçu
524	Orlando Bento da Costa	64 func da Receita Federal	falecido	Joinville
525	Orlando Pereira	64 pres Sind Sicuritários		Itajai
526	Orquirio Fieira	64		Lauro Muller
527	Oscar Fernandes de Oliveira	64 Gr 11		Laguna
528	Oscar Ricardo Goulart			Florianópolis
529	Osmar Nunes	1964		Araranguá
530	Osni Carlos Rosenbrock	75 -vigário		Tubarão
531	Osni Pedro Roque	64 - PCB		
532	Osni Rocha	75 - BV func da CIPLA		Joinville
533	Osny Fausto Paim	64 gr 11		Lages
534	Osório Luiz Diesel	73		Luzerna
535	Oswaldo Bráulio Fernandes	64 - canoero		Imbituba
536	Oswaldo Germano Fernandes	64 garçon		Florianópolis
537	Oswaldo Souza Ferreira	04.05.64		Campos Novos
538	Osvino Debus	64 - lider sindical	falecido	Luzerna
539	Osvino Schneider	09.05.64 dentista		Joaçaba
540	Otavio Amorim	15.04 64 estivador		S. Francisco do Sul
541	Paulino Martins	64 gr 11		Imbituba
542	Paulo Antonio	75 - BV		Içara
543	Paulo Benjamin Fragoso Gallotti		RBS diretor	Florianópolis
544	Paulo Fioravante Penso	16.05.64		Videira
545	Paulo Joaquim Alves	Ibiúna 68	médico	Florianópolis
546	Paulo Macarini	cassado dep federal advogado	falecido	Joaçaba
547	Paulo Martinechen Neto	1970 - padre		Joaçaba
548	Paulo Silva	DCE		Orleans

RELATÓRIO FINAL

549	Paulo Stuart Wright	73 - AP	desaparecido	Joaçaba
550	Paulo Werner	64		Blumenau
551	Pedro Antonio Miguel G. Meza	64 - industrial	falecido	Lages
552	Pedro Caponi	16.05.64		Piratuba
553	Pedro da Silva Oliveira	64 estivador		S. Francisco do Sul
554	Pedro de Oliveira Prado	64 -		S. Francisco do Sul
555	Pedro Fagundes	64		Florianópolis
556	Pedro Ivo Furtado			Araranguá
557	Pedro Jovino Pacheco	64 sin mineiros		Lauro Muller
558	Pedro Luy	64 - 05.04 sind mobiliário		S. Bento do Sul
559	Pedro Matte	64 legalidade agricultor		Caxambu do Sul
560	Pedro Paulo Penteado	64 - estudante	Era menor de idade	Curitibanos
561	Pedro Oliveira Prado tb conhecido como Pedro Michelin	64 - portuário	falecido	S. Francisco do Sul
562	Pedro Picolli	70		Joinville
563	Perpetua Janeti Batista dos Stos	1969		Itapiranga
564	Pepilaus	78 DCE eng civil		Trombudo Central
565	Polibio Adolfo Braga	66 - jornalista advogado		Araranguá
566	Polibio Coelho	64 ferroviário	falecido	Blumenau
567	Pompilho Fontanella	64	falecido	S. Joaquim
568	Ponciano Matos Neto	64		Tubarão
569	Pulquério de Jesus	64 - 05.04 conferente portuário		S. Francisco do Sul
570	Raimundo Verdier	64 - mineiro	falecido	Criciúma
571	Raul de Souza	64 sin mineiros	falecido	Criciúma
572	Reinhold Stephanes	64 estudante	UNE	Caçador
573	Remi Fermino	64 abril		Florianópolis
574	Remy Fontana			Florianópolis
575	Renato Augusto Carneiro	64 Gr 11	falecido	Imbituba
576	Renato Melilo Filho	1972		Florianópolis
577	Rene Augusto	11.04.64		Porto União
578	Reynaldo Irineu Lazier	30.05.64		Porto União
579	Ricardo Martins	64 - 05.04		S. Bento do Sul
580	Rides Souza	64 - Sin Mineiros	falecido	Lauro Muller
581	Rita da Costa Avila Malheiros	64 func pub federal		Florianópolis
582	Roberto Cologni	75 BV	falecido	Criciúma
583	Roberto Frontini	72 VPR		Concórdia
584	Roberto João Motta	Ibiuna 75 BV	falecido	Criciúma
585	Roberto Maciel Cascaes	68 - Biguaçu médico		Florianópolis
586	Rodolfo de Pádua Sampaio	64 gr 11		Xanxerê
587	Rogério da Silva	64		Florianópolis
588	Rogério Duarte de Queiroz	64 UCE		Florianópolis
589	Rogério Verzola	64 carpinteiro PCB		Florianópolis
590	Romão Makowski	69 agricultor legalidade	falecido	

591	Romero Carvalho Lima	64. maio func BB		Chapecó
592	Romualdo Lazier	1964 - mecânico		Porto União
593	Romualdo Pereira de Deus	64 Pres. Sind Arrumadores		S. Francisco do Sul
594	Romualdo Silva	64 tipógrafo		Florianópolis
595	Rômulo Coutinho de Azevedo	68 dezembro médico	falecido	Florianópolis
596	Roque Felipe	75 - BV mineiro		Criciúma
597	Rosângela de Souza	novembrada	advogada	Florianópolis
598	Rosemarie Cardoso	Ibiuna 75 BV	assistente social	Joinville
599	Rubens Garcia da Silva	75 - BV mineiro		Criciúma
600	Ruberval Estanislau de Oliveira	64 estivador	falecido	S. Francisco do Sul
601	Rui Medeiros	64 gr 11		Imbituba
602	Rui Osvaldo Pfitzenreuter	72 jornalista	assassinado	Orleans
603	Sadi Herculano da Rosa	64 gr 11 portuário	falecido	Imbituba
604	Sadi José de Marco	64		Chapecó
605	Sadi Silveira da Silva	73 Zelador		Joaçaba
606	Salim Miguel	64 escritor		Florianópolis
607	Salvio Cunha	64 estivador		S. Francisco do Sul
608	Samuel Dutra da Silva	64		Florianópolis
609	Santino Marçal	64 - operário armazenador	falecido	Araquari
610	Santino Teodoro	07.04.64 estivador		S. Francisco do Sul
611	Saul Buchelle ou Bueschner	64 engenheiro civil		Blumenau
612	Saulo Ramos	64		S. Francisco do Sul
613	Sebaldo Brand	73 agricultor	falecido	Luzerna
614	Sebastião Ernesto Goulart	75 -BV diretor de teatro e ferreiro	falecido	Criciúma
645	Sebastião Fernandes de Oliveira	64 gr 11		Imbituba
616	Sebastião Hulse	Ibiúna 68	falecido	Tubarão
617	Sebastião José de Freitas	1981		Jaguaruna
618	Sebastião Martins	64	falecido	Tubarão
619	Selma Adam	64		Florianópolis
620	Septimo Faustino Zavaschi	64	falecido	Xanxerê
621	Serafim Antonio Machado	sind rural		
622	Sergio Antonio Dalcin Lago	64 - estudante	bancário	Chapeco
623	Sergio Antonio Flores Rubim	79 jornalista		Florianópolis
624	Sergio Argus	AI 5 - 68 estudante		
625	Sergio Augusto Garbelotto	64 gráfico PCB		Florianópolis
626	Sergio Caveira	AI 5 - 68 estudante		Itajaí
627	Sergio da Costa Ramos	68 jornalista		Florianópolis
628	Sergio Giovanella	75 - BV	falecido	Florianópolis
629	Sergio José Grando	68 AI 5		Florianópolis
630	Sergio Luiz de Castro Bonson	68 - 05.12 Biguaçu	falecido	Florianópolis
631	Sergio Martins Lemos	64 06.04		Camboriu
632	Severiano Severino de Souza	64 promotor público	advogado falecido	Araranguá
633	Severino Machado da Silva	64 / 69 agricultor		Joaçaba

RELATÓRIO FINAL

634	Silverino Ângelo Taparello	64 inspetor de polícia	falecido	Dionisio Cerqueira
635	Silvio Eduardo Pirajá Martins	64		Florianópolis
636	Silvio Rangel Figueiredo	79 jornalista		Gaspar
637	Sylvio dos Santos Cabral	64 - estudante		S. Francisco do Sul
638	Talcidio José Soares	64 DCT		
639	Telmo Vieira Satico	73- 75 Pres Sind. Vigilantes		Joaçaba
640	Teodomiro Fagundes Lemos	64 advogado	falecido	Joinville
641	Teodoro Chercov	75 - BV	falecido	Era romeno
642	Teodoro Karpowcz	13.05.64 agricultor		Matos Costa
643	Teófilo Álvaro Laurindo	64-09- 04		Rio do Sul
644	Teonilo Manoel Nunes	64 11		Imbituba
645	Terezinha Moliterno Garcia	advogada		Caçador
646	Túlio Valmor Bresciani	75 - BV mineiro	falecido	Criciúma
647	Turíbio de Oliveira	64 estivador		Joinville
648	Ulisses Tavares Lopes	64 Bancário		Joinville
649	Ury Coutinho de Azevedo	75 - BV topógrafo	falecido	Itajai
650	Valci Lacerda	75- BV		Florianópolis
651	Valdemar Brescian	64 gr 11		Criciúma
652	Valdemir Correa de Chagas	64 mineiro	falecido	Criciúma
653	Valdevino Vieira Cordeiro	64 sind conferentes	falecido	Itajai
654	Valdir Francisco da Rosa	64 PCB		Florianópolis
655	Valdir Izidoro Silveira	64 - UCE	agronomo	Itajai
656	Valdomiro Bragagnolo	64,67 agricultor		Joaçaba
657	Valdomiro Pavão Borges	64 comerciante legalidade		Caxambu do Sul
658	Valmir Francisco Steinbach	64 gr 11		Ituporanga
659	Valmir Martins	Ibiuna	falecido	Florianópolis
660	Valmor da Silva	64 - SAMDU radialista		Laguna
661	Valmor Fernandes Dezanett	67, B.Brasil		Joaçaba
662	Venâncio Luiz Vieira	64	falecido	Laguna
663	Victor Marcio Konder	1972		Blumenau
664	Victor Schaffer	64 PCB		Florianópolis
665	Vidalvino Francisco da Rosa	64 - 69 carpinteiro sind. mobiliário		Biguaçu
666	Vigilio Moyses Geremias	64 garçon	falecido	Araranguá
667	Vilmar Bertelli	64 comerciante	falecido	Lages
668	Vilson Rosalino da Silveira	BV exilado	engenheiro	Içara
669	Vilton Berger	64 - pedreiro PCB		Florianópolis
670	Vitalino Bet Moterle	64, 68,70,72		Joaçaba
671	Vitalino Zagurski	64		Xanxerê
672	Vito Pedro Boscato	64-09.04 viajante	falecido	Lages
673	Vitor Hugo Petry	maio 64 G11		Caçador
674	Vitor Vidal dos Santos	64. vereador sind. Mobiliário	falecido	S. Bento do Sul
675	Waldemar João Domingos	75 - BV metalúrgico	falecido	Joinville
676	Waldemiro Luiz da Silva	64		Urussanga
677	Waldir Felizardo de Mello	64 portuário	falecido	Imbituba

678	Walmir José da Silva	64 - Era da UCE professor,	advogado	Florianópolis
679	Walmir Prates	64 gr 11		Imbituba
680	Walmis Dias de Oliveira	84 DCT		Florianópolis
681	Walmor Marcelino	64		Araranguá
682	Walsin Nunes Garcia	maio 64 G11		Caçador
683	Walter Ferreira de Mello	64 - Jornalista		
684	Walter Heinrick Willy Horn (alemão)	75 BV		Criciúma
685	Walter Vicente Gomes	70	falecido	S. João Batista
686	Walter Vieira			
687	Wânio José de Mattos	1973	assassinado	Piratuba
688	Wenceslau de Oliveira	64 Vereador	falecido	Laguna
689	Wilde Carlos Gomes	1969.70		São João Batista
690	Wladimir Salomão do Amarante	Ibiúna	advogado	Videira
691	Zacarias Gomes de Souza	30.05.64		Videira
692	Zeck João dos Anjos	delegado de polícia		Criciúma
693	Zedar Perfeito da Silva	64 - 04.04	falecido	Florianópolis
694	Zeferino Lopes Bitencourt	18.05.64		Videira
695	Zenobio Karpowcz	30.05.64		Porto União
696	Zilma Gonçalves Serpa	76 BV		Joinville
697	Zuir de Oliveira	maio 64 G11		Videira